UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO- UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM- CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

NATÁLIA RODRIGUES CODEÇO RIBEIRO

O GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS DAS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
2026

O GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS DAS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE

NATÁLIA RODRIGUES CODEÇO RIBEIRO

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior.

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

R484 Ribeiro, Natália Rodrigues Codeço.

"O gênero na construção das identidades políticas das prefeitas do Norte Fluminense" / Natália Rodrigues Codeço Ribeiro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2026.

212 f. : il.
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2026.
Orientador: Roberto Dutra Torres Junior.

1. Teoria dos sistemas sociais. 2. Sistema político. 3. Identidade política. 4. Prefeitas. 5. Gênero. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

O GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS DAS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE

NATÁLIA RODRIGUES CODEÇO RIBEIRO

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em: 02 de fevereiro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBERTO DUTRA TORRES JUNIOR
Data: 10/04/2026 17:36:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior – Orientador (Sociologia - Humboldt-Universität Zu Berlin) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

gov.br Documento assinado digitalmente
BRAND ARENARI
Data: 14/04/2026 08:45:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Brand Arenari (Sociologia - Humboldt-Universität Zu Berlin) Universidade Federal Fluminense – UFF

gov.br Documento assinado digitalmente
HEITOR BENJAMIM CAMPOS
Data: 09/04/2026 14:42:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Heitor Benjamim Campos (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURO MACEDO CAMPOS
Data: 14/04/2026 14:36:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (Ciência Política – UFMG) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Para minha mãe, meu pai e meus professores, que fizeram do sonho um caminho e desta dissertação, um destino possível.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi construída no interior de uma universidade pública que, ao longo desses anos, ofereceu muito mais do que condições formais para a pesquisa. A UENF foi espaço de formação intelectual, de pertencimento e de sustentação concreta da vida cotidiana durante essa caminhada. Para além das salas de aula e das bibliotecas, foi também a sua estrutura material que, em momentos decisivos, ofereceu cuidado, segurança e a possibilidade real de permanecer, estudar e seguir.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), agradeço pela acolhida e pelo compromisso concreto com a formação discente. Para além das trocas teóricas e acadêmicas, o PPGSP foi, reiteradas vezes, um suporte fundamental ao viabilizar recursos, verbas e transportes que possibilitaram deslocamentos para congressos, eventos científicos e atividades acadêmicas fora da universidade, onde foi possível fazer com que a pesquisa circulasse, fosse debatida e amadurecesse em diálogos.

A realização deste trabalho também só foi possível graças ao apoio das agências de fomento. Agradeço à CAPES e à FAPERJ, especialmente por meio da Bolsa Mestrado Nota 10, pelo suporte financeiro que garantiu condições concretas de permanência e dedicação exclusiva à pesquisa.

No centro desse percurso esteve, também, a orientação do professor Roberto Dutra. Agradeço por ter acolhido este trabalho desde o início, aceitando-me como orientanda já em nosso primeiro encontro e dando início, a partir dali, ao processo de construção desta pesquisa. Sua orientação foi fundamental por me provocar a pensar de forma diferente e com mais profundidade, abrindo novas questões e ampliando possibilidades de leituras e interpretações. Agradeço, ainda, pelo impulso e ajuda constante, pelo incentivo e por acreditar nas minhas possibilidades acadêmicas, mesmo quando este caminho apenas se desenhava.

Agradeço imensamente também aos membros da banca examinadora, Professor Brand Arenari, Professor Heitor Benjamim e Professor Mauro Macedo, pela disponibilidade e leitura atenta, que já na época da qualificação me apontaram caminhos importantes para a construção desta pesquisa.

O percurso para chegar até aqui, no entanto, foi atravessado por encontros que antecederam o mestrado e que seguem reverberando em toda a minha vida. À

Daiana Miller, agradeço por ter me apresentado ao universo da pesquisa com entusiasmo e dedicação, por ter sonhado o mestrado para mim antes mesmo que eu pudesse imaginá-lo, e por ter sido, desde então, uma presença inspiradora e acolhedora. Ao Heitor Benjamim, agradeço por ser referência intelectual e presença afetuosa ao longo dessa caminhada, pela generosidade com que partilha seus saberes, pelos conselhos que seguem me acompanhando e pela amizade construída nesse percurso. Ambos foram mestres fundamentais durante a minha graduação e, com o tempo, tornaram-se referências que extrapolam o espaço acadêmico e que hoje reconheço como parte essencial da minha vida.

Este trabalho também se fez no encontro com aquelas que aceitaram compartilhar suas trajetórias. Às prefeitas Fátima Pacheco, Francimara Barbosa Lemos, Tedi e à governadora Rosinha Garotinho, agradeço pela disponibilidade, pela generosidade e pela confiança ao participarem desta pesquisa, tornando possível um diálogo atento e comprometido com suas experiências. Agradeço também a todas as pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para que esses encontros acontecessem - amigos, secretárias e assessores que gentilmente intermediaram contatos e tornaram viáveis aproximações fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, com especial reconhecimento à Juliana Primo e à Letícia Mattos, incansáveis nesse processo.

E, por falar em Letícia Mattos, agradeço por ser essa companheira constante nos estudos luhmannianos, nas leituras compartilhadas e nas discussões teóricas, além de estar presente nos momentos de dúvida, cansaço e reorientação do percurso. Sua presença ofereceu sustentação intelectual e afetiva ao longo de toda essa caminhada, fazendo com que este trabalho nunca fosse um exercício solitário.

Da mesma forma, agradeço à Letícia Vieira, minha amiga Barbie Butterfly, por todos os dias em que pudemos ser força e motivação uma para a outra. Aos amigos e parceiros da UENF - Giz, Hugo, João, Mateus, Jhayana, Bruna e Clareth - agradeço pelas conversas, pela companhia, pela partilha de angústias e alegrias e por tornarem esse caminho mais leve e possível. À Linda Jhulian, amiga desde a graduação em Direito, agradeço pela presença constante, pelo carinho e por ter me acompanhado em momentos essenciais desta pesquisa. À Juliana Brandão, que começou como minha professora de alemão e se tornou uma amiga querida, agradeço por tantas aulas que se transformaram em espaços de troca, leitura e partilha sobre gênero, pesquisa e vida.

Ao Paulo Prado, agradeço por existir comigo nesse percurso. Sua presença atravessou este período muito para além da pesquisa, fazendo parte da vida enquanto este trabalho era escrito. Em conversas quase diárias, leituras compartilhadas, silêncios, risadas, força e opiniões, sua companhia esteve ali nos dias fáceis e, sobretudo, nos dias difíceis, dividindo comigo, de perto ou de longe, inclusive com leituras feitas em pleno Natal – obrigada por ter sido sempre você e por nunca ter me deixado sozinha. Você é o melhor amigo que alguém pode ter!

À minha irmã Nicole, agradeço pela paciência, afeto e companheirismo tão presente ao longo de todo esse processo. Obrigada por me ajudar em tantas frentes as quais garantiu que eu tivesse o tempo e o silêncio necessários para escrever. Sua presença foi cuidado, parceria e sustentação, dessas que fizeram o trabalho avançar sem alarde, mas sem as quais dificultaria muito a caminhada.

Ao Gabriel, amor da minha vida, agradeço por um amor raro, incomparável e insubstituível. Foi ao seu lado que atravessei este período com segurança, mesmo quando tudo parecia instável. Seu apoio nunca foi condicionado, nunca foi colocado em dúvida, nunca exigiu explicações. Obrigada por me sustentar de todas as formas nesse caminho.

Ao Ney e à Cláudia, meus sogros queridos, agradeço pelo apoio constante, pela torcida sincera e pelo carinho com que sempre me acolheram.

Aos meus pais, agradeço por todo amor, estrutura e incentivo que me permitiram chegar até aqui. Por acreditarem em mim sem reservas, por cada gesto silencioso de cuidado e por terem sido base, mesmo quando o caminho exigiu mais do que palavras. Especialmente, à minha mãe, minha maior inspiração, agradeço por ter me ensinado a amar os livros, a leitura e o estudo com paciência, amor e afeto. Obrigada pelo sempre: “vai, que eu dou um jeito”.

À Cristal por sua companhia e seu amor incondicional.

À Deus por todas essas coisas.

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, muda a política”

Michelle Bachelet

RESUMO

Esta dissertação analisa a presença recorrente de mulheres no cargo de prefeita na região do Norte Fluminense, fenômeno que contrasta com o padrão nacional de sub-representação feminina no Executivo municipal brasileiro. A partir da constatação empírica de que, em uma região historicamente conservadora, mulheres têm ocupado de forma contínua e politicamente relevante posições centrais de poder, a pesquisa buscou deslocar o foco explicativo do simples acesso aos cargos para os processos de reconhecimento, legitimação e estabilização dessas lideranças no sistema político. O objetivo geral consiste em compreender de que maneira o gênero é mobilizado pelas prefeitas do Norte Fluminense na construção de suas identidades políticas, tratando o gênero como uma estrutura de expectativas socialmente estabilizada que orienta observações, julgamentos e práticas políticas. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e articula diferentes estratégias metodológicas ao longo dos capítulos, conforme as exigências analíticas de cada eixo. No primeiro capítulo, privilegia-se a reconstrução das trajetórias políticas das prefeitas, com base em entrevistas, dados biográficos e fontes documentais, para identificar formas de ingresso no sistema político e os capitais mobilizados nesse processo. No segundo capítulo, a análise concentra-se nos discursos públicos, imagens, materiais de campanha e registros institucionais, examinando o gênero como estrutura comunicativa de reconhecimento político. Já no terceiro capítulo, a metodologia enfatiza a análise discursiva das entrevistas, complementada pela observação de um episódio de violência política de gênero, permitindo apreender como as próprias prefeitas percebem e respondem às expectativas de gênero em situações de conflito e de alta visibilidade pública. O referencial teórico tem como eixo central a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, especialmente os conceitos de comunicação, poder e diferenciação funcional, mobilizados para compreender a política como sistema de decisões coletivamente vinculantes. Sendo assim, os resultados indicam que a presença feminina no Executivo municipal não elimina as desigualdades de gênero, mas reorganiza suas formas de operação. As prefeitas mobilizam seletivamente atributos associados ao feminino — como cuidado, proximidade e sensibilidade — como repertórios de legitimação política, desde que enquadrados em expectativas sociais, ao mesmo tempo em que permanecem submetidas a exigências paradoxais de firmeza, racionalidade e controle. Conclui-se que as identidades políticas dessas lideranças são construídas no interior do próprio sistema político, por meio de processos comunicativos contingentes que tornam o gênero simultaneamente um recurso de legitimação e que fomenta a desigualdade.

PALAVRAS-CHAVES: Teoria dos sistemas sociais; Sistema político; Identidade política; Prefeitas.

ABSTRACT

This dissertation examines the recurrent presence of women serving as mayors in the North Fluminense region, a phenomenon that contrasts with the national pattern of female underrepresentation in Brazil's municipal executive branch. Based on the empirical observation that, in a historically conservative region, women have continuously occupied politically relevant positions of power, the study shifts the explanatory focus from mere access to office toward the processes of recognition, legitimation, and stabilization of these leaderships within the political system. The main objective is to understand how gender is mobilized by women mayors in North Fluminense in the construction of their political identities, treating gender as a socially stabilized structure of expectations that orients observation, judgment, and political practice. The research adopts a qualitative approach and articulates different methodological strategies across chapters, according to the analytical demands of each axis. The first chapter reconstructs the political trajectories of the mayors through interviews, biographical data, and documentary sources, identifying modes of entry into the political system and the forms of capital mobilized in this process. The second chapter focuses on public speeches, images, campaign materials, and institutional records, analyzing gender as a communicative structure of political recognition. The third chapter emphasizes discourse analysis of the interviews, complemented by the examination of an episode of gender-based political violence, allowing an assessment of how the mayors themselves perceive and respond to gender expectations in contexts of conflict and high public visibility. The theoretical framework is grounded in Niklas Luhmann's theory of social systems, particularly the concepts of communication, power, and functional differentiation, which are mobilized to understand politics as a system of collectively binding decisions. The findings indicate that female presence in the municipal executive does not eliminate gender inequalities but reorganizes their modes of operation. The mayors selectively mobilize attributes culturally associated with femininity—such as care, proximity, and sensitivity—as repertoires of political legitimation, insofar as they conform to socially acceptable expectations, while simultaneously remaining subject to paradoxical demands for firmness, rationality, and control. The study concludes that the political identities of these leaders are constructed within the political system itself through contingent communicative processes that render gender both a resource for legitimation and a mechanism that reproduces inequality.

KEYWORDS: Social systems theory; Political system; Political identity; Women mayors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1– Quadro das Prefeitas do Norte Fluminense.....47
Figura 2– Prefeita Fátima com as Ministras de Estado e a primeira– dama Janja Lula.....57
Figura 3– Perfil Prefeita Geane, TSE.....65
Figura 4– Logo Campanha 2024 da Yara Cinthia.....67
Figura 5– Propagandas Campanha Yara Cinthia.....63
Figura 6– Prefeita Geane e seus papéis sociais.....104
Figura 7– Carla Caputi, enquadramento maternal na comunicação política.....105
Figura 8– Tedi, mobilização do “olhar de mãe”.....105
Figura 9– Fátima Pacheco, performance de cuidado e proximidade com a população.....105
Figura 10– Francimara, mobilização do coração de mãe.....106
Figura 11– Geane Vincler. Associação da candidata a atributos afetivos e femininos na comunicação política.....107
Figura 12– Geane Vincler, mobilização do repertório carinhoso, cuidadoso e maternal como estratégia de comunicação política.....107
Figura 13– Geane Vincler, performance de proximidade corporal e visita domiciliar, reforçando a imagem de gestora acessível e sensível às necessidades cotidianas da população.....107
Figura 14– Yara Cinthia mobilizando cuidado e proximidade na comunicação política.....108
Figura 15– Carla Caputi, mobilização do repertório carinhoso, cuidadoso e próximo como estratégia de comunicação política.....108
Figura 16– Francimara, mobilização do cuidado e proximidade do povo.....108
Figura 17– Logotipo de Campos dos Goytacazes no governo Rosinha Garotinho.....109
Figura 18– Logotipo de Quissamã no Governo Fátima Pacheco.....109
Figura 19– Legenda de postagem da prefeitura de Quissamã com o *slogan* do governo de Fátima Pacheco.....110

Figura 20– Postagem no Instagram de Fátima Pacheco com a música do governo.....110
Figura 21– Propaganda política de Carla Caputi (2024) com *Slogan*: “Cuidando de você”.....111
Figura 22– Vídeo com o *Jingle* da campanha (2024) de Carla Caputi.....111
Figura 23– Propaganda política de Geane Vincler (2020) com *Slogan*: “Tá na hora de cuidar das pessoas”.....111
Figura 24– Propaganda política de Tedi (2024) com *Slogan*: “Por amor a Macabu, é hora de recomeçar”.....112
Figura 25– Identidade visual campanha Rosinha Garotinho (2012).....118
Figura 26– Rosinha Garotinho em seu gabinete.....119
Figura 27– Rosinha com microfone rosa.....120
Figura 28– Carro rosa da campanha de Rosinha Garotinho.....121
Figura 29– Notícia “Justiça Eleitoral quer rua de Campos menos rosinha”.....123
Figura30– Postes e semáforos rosa.....123
Figura 31– Prefeita Fátima ouvindo o pleito das crianças.....136
Figura 32– Prefeita Fátima com menina que “sonha em ser prefeita”.....140
Figura 33– Rosinha Garotinho com sua pasta e o caderninho.....142
Figura 34– Vídeo publicado no *Instagram* da prefeita Tedi, retomando publicamente o episódio ocorrido relacionado ao uso de vestimenta considerada inadequada pelos colegas, ressignificando o acontecimento como expressão de violência e reafirmando a legitimidade de sua atuação política a partir da mobilização de valores como humildade, cuidado e proximidade com a população.....162
Figura 35– Pronunciamento de Fátima quanto ao episódio de violência.....170

Figura 36– *Feed* da prefeita Fátima Pacheco no Instagram, com postagens de solidariedade publicadas por outros atores políticos e compartilhadas em seu perfil.....171
Figura 37– Live “ataques políticos à mulher: as dores e saídas”.....174
Figura 38– Candidata à vereadora de Quissamã reage ao vídeo no qual a Prefeita Fátima é xingada.....177
Figura 39– Live Fátima Pacheco e Juliana Benício.....180
Figura 40– Fátima convida as mulheres para um ato de resistência à violência contra a mulher.....182
Figura 41– Prefeita Fátima discursando no ato “mexeu com uma, mexeu com todas”.....187
Figura 42– Mulheres com cartazes no ato de resistência.....188
Figura 43– Assinatura da carta de compromisso pelo sucessor político.....189
Figura 44– Fátima aclamada pelas mulheres em Quissamã.....190

GRÁFICOS

Gráfico 1– Média de Prefeitas eleitas por Região (2000– 2024).....23

MAPAS

Mapa 1– Cidades Governadas por mulheres no Norte Fluminense.....24

QUADROS

Quadro 1– Síntese comparativa das trajetórias das prefeitas do Norte Fluminense.....72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18
2. AS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE NO SISTEMA POLÍTICO.....28
2.1 A TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE NIKLAS LUHMANN.....29
2.2 O SISTEMA POLÍTICO.....32
2.3 O PODER COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO SIMBOLICAMENTE GENERALIZADO.....37
2.4 A ESTRUTURA SIMBÓLICA E ORGANIZACIONAL DO PODER NO SISTEMA POLÍTICO.....41
2.5 AS CATEGORIAS DE CAPITAL POLÍTICO.....44
2.6 TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA DAS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE.....47
2.6.1 Rosinha Garotinho (Governadora do Estado do Rio de Janeiro de 2003 - 2007/ Prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ de 2009 - 2013/ 2014-2016).....48
2.6.2 Carla Machado (Prefeita de São João da Barra-RJ em quatro mandatos – 2005-2008, 2009-2012, 2017-2020 e 2021-2022 / Deputada Estadual do Rio de Janeiro desde 2023).....51
2.6.3 Fátima Pacheco (Prefeita de Quissamã-RJ por dois mandatos – 2017 - 2020/ 2021-2024).....54
2.6.4 Francimara Azeredo da Silva Barbosa Lemos (Prefeita de São Francisco de Itabapoana-RJ por dois mandatos – 2017 - 2020/ 2021-2024).....58
2.6.5 Tedi (Prefeita de Conceição de Macabú - 2009 - 2012 e 2013).....60
2.6.6 Carla Caputi (Prefeita de São João da Barra 2022 - 2024 e 2025 - 2029).....63
2.6.7 Geane Vincler (Prefeita de Cardoso Moreira 2020-2024 e 2025-2029).....65
2.6.8 Yara Cinthia (Prefeita de São Francisco de Itabapoana-RJ – 2025-2028).....67
2.6.9 Christiane Cordeiro (Prefeita de Carapebus-RJ – 2017-2020 / 2021).....69
2.6.10 Síntese comparativa das trajetórias.....70

3.A ESTRUTURA DE GÊNERO E O ENDEREÇO SOCIAL FEMININO.....74
3.1 O ESTUDO SOBRE AS MULHERES PARA LUHMANN.....74
3.2 A LACUNA DA DESIGUALDADE NA TEORIA LUHMANNIANA.....79
3.3 A TEORIA SISTÊMICA DA DESIGUALDADE DE ROBERTO DUTRA....82
3.4 O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA E ESTRUTURA COMUNICATIVA CONTINGENTE.....87
3.5 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO ALÉM DO PATRIARCADO.....97
3.6 O GÊNERO E AS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE.....101
3.6.1 Personalização da política e mobilização do gênero.....102
3.6.1.1 Carla Machado (2020) e Francimara (2020).....113
3.6.1.2 Carla Caputi (2024) e Fátima Pacheco (2012).....116
3.6.1.3 Rosinha Garotinho (2008 -2012) 117
3.6.2 Identidade visual e identidade política.....118
3.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....125
4 A CONTINGÊNCIA E A REPROGRAMAÇÃO SEMÂNTICA DO GÊNERO.....127
4.1 SER OBSERVADA: OPINIÃO PÚBLICA E EXPECTATIVAS DE GÊNERO NA POLÍTICA.....127
4.2 A VIDA POLÍTICA DAS PREFEITAS SOB SUAS PRÓPRIAS PERSPECTIVAS.....131
4.2.1 O cuidado como semântica.....131
4.2.2 Como se definem?.....133
4.2.3 A experiência do gênero na política.....135
4.2.4 O poder da influência.....139
4.2.5 As relações dentro dos partidos políticos.....143
4.2.6 O gênero como diferença e desigualdade.....146
4.2.7 A vida da política.....150
4.2.8 Relações políticas e gênero.....154
4.2.9 “Bandida, ladra, vagabunda”: a disputa simbólica do gênero no campo político.....170
4.2.9.1- Violência.....175
4.2.9.2- Mulher, honra e maternidade.....179
4.2.9.3- “Mexeu com uma, mexeu com todas”.....183
4.2.9.4 - O ato de resistência.....187
4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....191

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....194
REFERÊNCIAS.....198
LINKS ÚTEIS E POSTAGENS DE REDES SOCIAIS.....205
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas.....212

INTRODUÇÃO

Ao iniciar esta pesquisa, não partimos de uma hipótese fechada sobre a temática relativa “a presença das mulheres na política”. O ponto de partida foi uma observação recorrente, inicialmente simples, mas que se tornou cada vez mais difícil de ignorar à medida que avançávamos observando os atores da política municipal do interior do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, notamos que em uma região específica - o Norte Fluminense - mulheres vinham ocupando o cargo de prefeita com uma frequência incomum quando comparada à média nacional, estadual e até da região sudeste brasileira. Além disso, não se tratava de um evento isolado, de uma “exceção biográfica”, nem de um caso que pudesse ser explicado imediatamente por uma única circunstância de um município específico. Ao contrário, acontecia em mais de um município, em mais de um ciclo eleitoral, em diferentes conjunturas, mulheres apareciam como candidatas competitivas, eleitas, reeleitas, e publicamente reconhecidas como lideranças políticas.

Essa constatação inicial produziu uma espécie de estranhamento positivo. Tendo em vista que contrariava uma expectativa geral que costuma orientar tantos diagnósticos quanto à relação entre política e gênero: a expectativa de que a sub-representação das mulheres em cargos eletivos, sobretudo no Executivo, é a regra. E de que a presença de mulheres no comando municipal, quando ocorre, tende a ser episódica frágil ou dependente de determinadas condições, principalmente advir de serem governos totalmente vinculados ao capital político de um homem.

Já nos era sabido, evidentemente, o quadro amplo: as mulheres compõem a maioria do eleitorado brasileiro e, ainda assim, seguem minoritárias entre candidaturas competitivas e, em proporção ainda menor, entre pessoas efetivamente eleitas para cargos majoritários. A assimetria é conhecida, documentada, reiterada por dados e por inúmeras pesquisas. No entanto, justamente por isso, a recorrência de um número substancial de prefeitas no Norte Fluminense não nos parecia um “detalhe” irrelevante, ela surgia como uma evidência de desvio em relação ao padrão que se observa.

Assim, percebeu-se duas coisas acerca das prefeitas do Norte Fluminense: há uma presença institucional significativa de mulheres em um espaço central de poder e há a mobilização de semânticas e expectativas de gênero como forma de

legitimação política. Por tudo isso, a questão que nos norteava não poderia ser simplesmente “por que há prefeitas aqui?”, e sim: “o que torna possível, e ao mesmo tempo condiciona essa presença, do ponto de vista das formas de reconhecimento político?”.

Desta forma, o percurso da pesquisa se deu da seguinte forma: a partir das primeiras constatações expostas, iniciamos a realização de entrevistas exploratórias, a partir de um roteiro bem amplo que buscava extrair diversas temáticas da vida das prefeitas, as quais poderiam fazer com que elas invocassem ou não questões ligadas ao gênero em determinadas perguntas, enquanto em outras eram mais diretas. E a partir das respostas, começamos a nos indagar acerca do papel do gênero como estrutura comunicativa no sistema político.

Dessa forma, tornava-se claro que explicações mais imediatas e frequentemente mobilizadas, ainda que relevantes, não seriam suficientes para dar conta de por que motivo em uma região de histórico conservador estava-se elegendo tantas mulheres como líderes do poder executivo. As explicações jurídico-institucionais, por exemplo, podem até estarem ligadas as condições formais de competição política, sobretudo no que se refere às candidaturas proporcionais, como as cotas de gênero, os mecanismos de financiamento, o tempo de propaganda eleitoral e os incentivos partidários. No caso brasileiro, houve, sem dúvida, um avanço normativo significativo a partir da Lei nº 9.504/1997, da Lei nº 12.034/2009 e de medidas mais recentes, como a Emenda Constitucional nº 117/2022.

Contudo, esses dispositivos incidem quase exclusivamente sobre as disputas legislativas e, mesmo nesse âmbito, não produziram um aumento substantivo e estável da representação feminina, como indicam os dados eleitorais das últimas décadas e a literatura especializada[1]. Além disso, tais mecanismos não alcançam

[1] A exemplo, Araújo (2005, p.20) nos esclarece como a engenharia institucional do sistema político brasileiro, acaba por condicionar os efeitos das cotas de gênero na política: “Com efeito, se as políticas de cotas contam e podem contribuir para ampliar a presença das mulheres nos partidos, quando se trata do momento da eleição, no caso brasileiro, essa contribuição tende a ficar condicionada à lógica do sistema eleitoral, bem como aos arranjos políticos oriundos dessa lógica. Diferenças ideológicas podem estabelecer certos padrões de ação e de compromisso para os partidos; a cultura política estabelece de maneira mais ou menos intensa determinadas características organizacionais e os valores de gênero também se exprimem em consonância com os valores culturais e os perfis eleitorais dos partidos. Mas, ao lado disso, há dimensões institucionais e a conexão entre o sistema partidário e o sistema eleitoral, envolvendo, entre outros, (o tipo de lista, contam e influenciam o formato) e as práticas partidárias, inclusive em relação ao processo de recrutamento eleitoral e à lógica que comanda os investimentos eleitorais. Como foi mencionado, o recrutamento partidário com vistas à competição eleitoral, isto é, a construção e definição de candidaturas, são mediadas por padrões e perfis eleitorais já testados e/ou com capital eleitoral

diretamente os cargos majoritários, como o Executivo municipal, que constitui o caso desta pesquisa. Assim, ainda que influencie na alteração da forma como partidos organizam candidaturas e distribuem recursos, as regras formais não explicam por que, em determinadas regiões, a presença feminina no Executivo é recorrente, enquanto em outras permanece residual. Tampouco esclarecem como, uma vez eleitas, essas mulheres constroem legitimidade e preservam governabilidade em contextos políticos nos quais o imaginário de liderança continua aparentemente masculinizado.

Por óbvio, outra coisa que não poderíamos fazer é atribuir o fenômeno apenas à "força individual" das mulheres que chegaram ao cargo, como se tudo se reduzisse a carisma, competência ou perseverança pessoal. Esse tipo de explicação, embora sedutor em narrativas públicas, tende a deslocar explicações sociais para o plano de virtudes privadas, e não podemos visualizar o fenômeno apenas como um processo de sucessão de biografias exemplares.

Nesse ponto, tornou-se necessário fazer uma pesquisa bibliográfica. A participação feminina na política tem sido objeto de um volume expressivo de pesquisas no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000. Autores como Avelar (2001), Araújo (2005), Bellozo (2006), Couto (2012), Almeida (2017) e Barbosa (2019) dedicaram-se a analisar a sub-representação das mulheres no campo político, seja a partir de abordagens normativas, histórico-institucionais, seja por meio da análise de trajetórias individuais ou da avaliação dos impactos da presença feminina sobre agendas políticas e políticas públicas.

De modo geral, essa literatura concentra-se em três eixos principais: a identificação das barreiras estruturais e culturais que dificultam a entrada das

---

capazes de estar efetivamente na competição. As cotas podem incidir sobre essa dinâmica, mas podem ser também limitadas por ela. No caso brasileiro, devido à característica do sistema de lista aberta e a individualização da competição, é provável que essa tendência inercial opere de modo desfavorável às mulheres no momento de distribuição de apoio e/ou investimentos partidários. As cotas parecem ser limitadas para alterar essa lógica. Isso, contudo, não significa estabelecer uma contraposição entre sistemas de lista (aberta ou fechada) e situações favoráveis ou desfavoráveis às mulheres. Muitas análises, envolvendo sistemas que adotam listas fechadas, têm mostrado que as mulheres ficam dependentes dos dirigentes partidários no momento de definir sobre aqueles que serão elegíveis, isto é, que encabeçarão as listas. A forma como as cotas têm sido incorporadas e efetivadas nesses sistemas também depende do comprometimento dos partidos com essas medidas, da pressão organizada das mulheres e da sua capacidade de interferir na construção das políticas de recrutamento e investimento eleitoral. Em suma, o desenho dos partidos, a capacidade de as mulheres inserirem-se em suas dinâmicas políticas e organizacionais e sua força como grupo de pressão interna podem fazer diferença na definição das prioridades eleitorais. Contudo, qualquer que seja o tipo de intervenção, é necessário considerar o grau em que a variável "gênero" influencia ou é influenciada por essa característica multifacetada da política e quais desenhos institucionais da política tendem a ser mais democráticos e a garantir critérios mais justos de representação".

mulheres na política; a análise das trajetórias e dos capitais mobilizados para o acesso aos cargos; e a avaliação dos efeitos da presença feminina sobre práticas políticas e processos decisórios. Embora esses trabalhos tenham produzido contribuições fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero na política, eles tendem a manter o foco na questão do acesso ou a tratar o patriarcado como explicação universal e fixa das relações de poder.

Quando o olhar se volta especificamente para o Executivo municipal, as pesquisas frequentemente privilegiam análises centradas em heranças políticas, vínculos familiares, contextos históricos locais e trajetórias pessoais. Ainda que esses elementos sejam relevantes, eles não permitem compreender de forma satisfatória como a presença feminina se torna politicamente aceitável e governável em contextos nos quais o imaginário de liderança permanece fortemente masculinizado.

O levantamento mais recente da produção acadêmica, realizado a partir do catálogo de teses e dissertações da CAPES[2], reforça essa constatação. Embora existam diversos trabalhos sobre mulheres e política, são poucos aqueles que têm como objeto específico mulheres prefeitas, e, entre esses, predominam abordagens centradas em trajetórias individuais, violência política, discursos de ódio ou avaliação de políticas públicas, sem avançar na análise dos mecanismos simbólicos e comunicativos de legitimação política.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca compreender o gênero como uma estrutura de expectativas que opera no interior do próprio sistema político, orientando processos de observação, julgamento e reconhecimento da autoridade política. O interesse não é avaliar se mulheres governam “melhor” ou “pior”, nem

[2] Na pesquisa específica sobre “mulheres prefeitas”, embora sejam encontrados 37 trabalhos, apenas 08 trabalhos versam realmente sobre a temática das prefeitas mulheres, destes, apenas 06 foram realizados nos últimos 05 anos. Entre os trabalhos identificados, destacam-se aqueles que exploram a interseção entre gênero e política em diferentes contextos. Por exemplo, dois estudos conduzidos em cidades mato-grossenses, nos campos da educação, examinam a participação de professoras na política (Souza,2019; Nascimento,2020), embora com uma abordagem toda centrada na trajetória individual de algumas mulheres, sendo uma dessas prefeita. Além disso, um trabalho dentro do campo da comunicação social, se destaca ao discutir o discurso de ódio direcionado a prefeitas mineiras durante as eleições de 2020 (Costa,2023), ressaltando a complexa interação entre política, gênero e comunicação nas redes sociais. Outro estudo, no campo da economia, Falcão (2019) examina o impacto da presença de mulheres como prefeitas nos municípios brasileiros na representatividade feminina nas Câmaras de Vereadores, destacando um possível mecanismo para promover a representatividade feminina na política local. Enquanto isso, os dois outros trabalhos investigam, o primeiro no campo do direito, a violência política enfrentada por prefeitas negras (Silva, 2019) e, no campo da administração, as práticas e percepções das mulheres prefeitas durante a gestão da crise da Pandemia de Covid-19 (Marchi,2021), respectivamente.

supor que sua presença produza automaticamente políticas mais humanas ou mais morais ou até mesmo se essas prefeitas fazem/ fizeram mais pelas mulheres ou cumpriram o que prometeram. Da mesma forma, não pretendemos tratar o gênero como essência ou atributo “natural” que explicaria a ação dessas lideranças. O que nos interessava era compreender o gênero como categoria social e como forma de comunicação simbólica, isto é, como um conjunto de expectativas estabilizadas que orienta observações e julgamentos do eleitorado, a partir da perspectiva das prefeitas. Para tanto, foi nesse sentido, que emergiu a pergunta que orienta esta dissertação**:** de que maneira o gênero é mobilizado pelas prefeitas do Norte Fluminense na construção de suas identidades políticas?

Diante disso, a literatura sobre mulheres na política ajudou a nomear com clareza o tipo de dilema que encontrávamos nas evidências empíricas. Um dos conceitos mais produtivos, nesse ponto, é o de *double bind*, discutido por Christina Holtz-Bacha (2013): mulheres na política tendem a ser cobradas a demonstrar atributos tradicionalmente associados à liderança masculina, ao mesmo tempo em que são punidas se “masculinizam” demais e, inversamente, deslegitimadas se reforçam atributos associados ao feminino e são percebidas como frágeis, emotivas ou incapazes. A partir dessa lente, passamos a observar que a presença de prefeitas no Norte Fluminense não eliminava o *double bind*; em muitos casos, ela parecia reorganizá-lo, convertendo atributos associados ao feminino em repertórios de valorização pública. Em outras palavras, aquilo que aparece como “feminilidade” pode funcionar, em certas condições, como um recurso de credibilidade, desde que se mantenha dentro de um conjunto moralmente aceitável de significados.

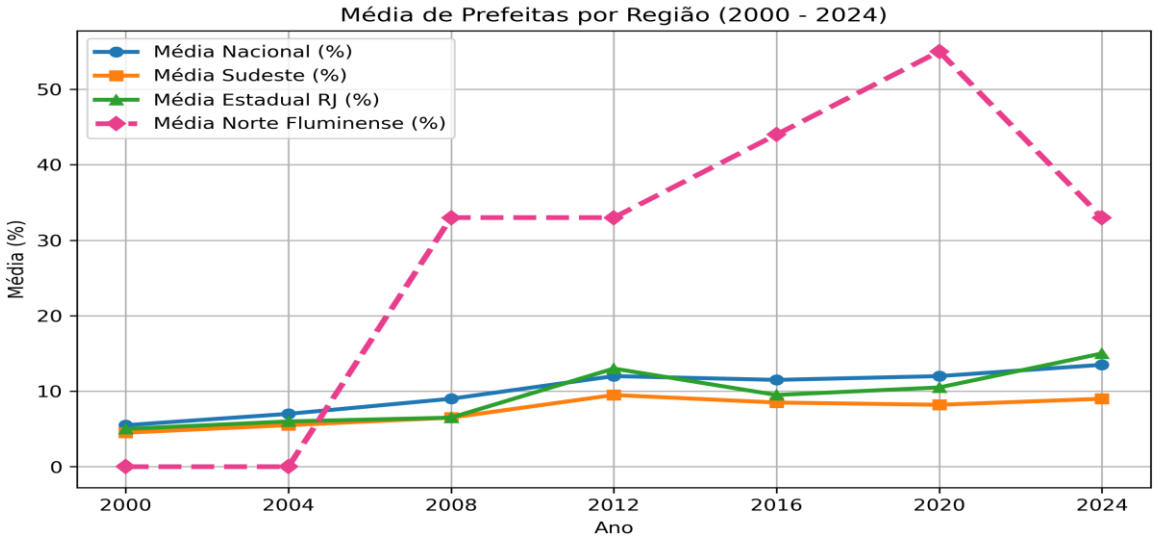
Dessa forma, as constatações empíricas aqui reunidas exigiu, por consequência, um referencial capaz de tratar a política como sistema de comunicação e de decisões. Por isso, esta dissertação adota como linha téorica dorsal, a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, em diálogo com as formulações de Roberto Dutra (2014,2023,2025) sobre as desigualdades sistêmicas. Partindo desse caminho teórico, é possível compreender as estruturas, inclusive as de gênero, de forma contingente que se produz de modo diferenciado em sistemas distintos, cada qual com sua própria lógica.

Ao mesmo tempo, essa perspectiva não exclui, ao contrário, exige o diálogo com autoras do campo do gênero que permitem desnaturalizar o gênero e tratá-lo como construção histórica e relacional. Com isso, chegamos ao desenho analítico

final do trabalho: observar como prefeitas, em um contexto regional específico, constroem identidades políticas que precisam ser reconhecidas sob expectativas estabilizadas; e observar como, nesse processo, o gênero é mobilizado tanto como repertório de legitimação quanto como estrutura que delimita o aceitável.

Antes de detalhar ainda mais a metodologia, é necessário consolidar empiricamente a observação que deu origem ao problema. A constatação inicial, “há muitas prefeitas no Norte Fluminense” precisa ser mostrada ao leitor, e é por isso que apresentaremos a seguir gráficos e mapas que situam o fenômeno em diferentes escalas e demonstram sua recorrência histórica. O gráfico a seguir compara a média histórica de prefeitas em diferentes escalas - nacional, regional (Sudeste), estadual (Rio de Janeiro) e local (Norte Fluminense) - permitindo visualizar padrões e discrepâncias na ocupação das mulheres no poder executivo municipal ao longo do tempo.

Gráfico 1 – Média de Prefeitas eleitas por Região (2000- 2024)



* O Norte Fluminense, composto por nove municípios, registrou, em 2016, a eleição de quatro prefeitas, dentre as quais uma teve o mandato cassado. Em 2020, foram eleitas cinco prefeitas, sendo igualmente registrado um caso de cassação de mandato.

Fonte: A própria autora, 2025.

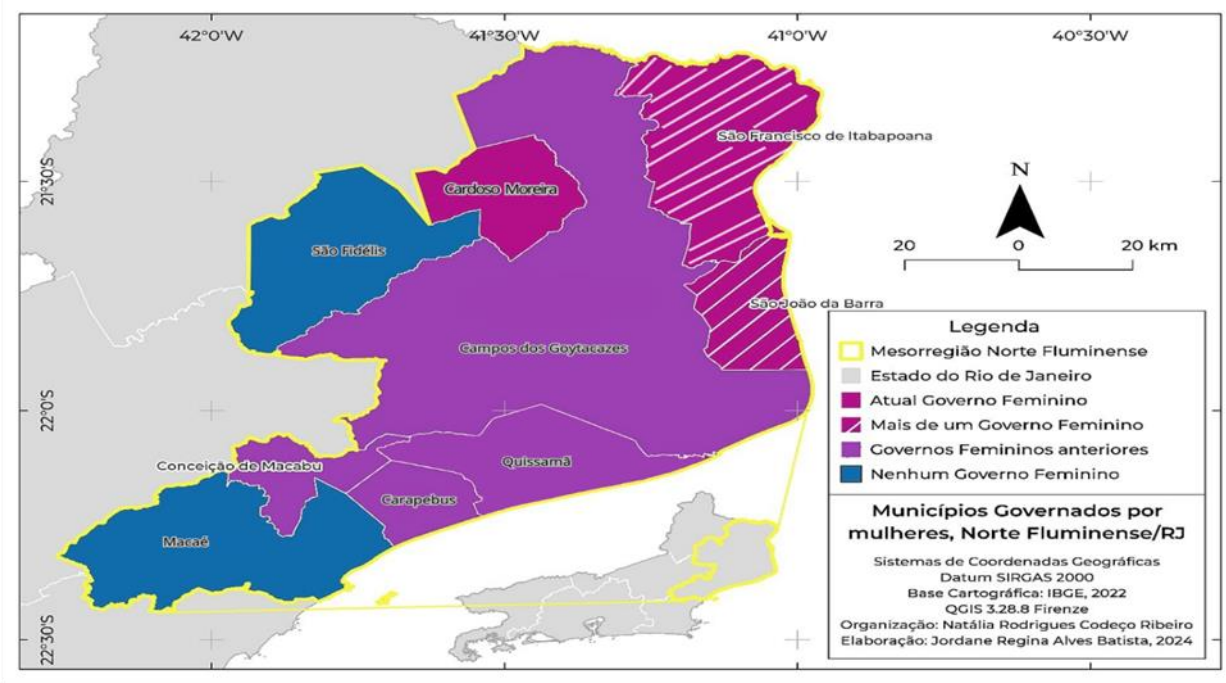
Além disso, os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2025) evidenciam que, embora as mulheres representem 52% do eleitorado brasileiro, sua participação na política é significativamente desproporcional. Apenas 34% das candidaturas são femininas. Desse total, somente 18% resultam em eleições e 15% em reeleições. No poder executivo municipal, essa disparidade é ainda mais acentuada: somente

13,2% das prefeituras são lideradas por mulheres, com uma média histórica de aproximadamente 10% desde os anos 2000.

Já no Sudeste brasileiro, a média atual é de 9,2% de prefeitas, com uma média histórica de 7%. No estado do Rio de Janeiro, por sua vez, a proporção chegou a 15%, superando sua média histórica de 9%. No entanto, a região Norte Fluminense se destaca ao apresentar 33% atualmente de prefeituras lideradas por mulheres e uma média histórica de 28% (TSE, 2025), números significativamente superiores aos demais recortes. Esse protagonismo tornou-se ainda mais evidente nas eleições de 2020, quando cinco prefeitas foram eleitas dos nove municípios da região. Embora uma delas tenha perdido o mandato, quatro concluíram seus governos, e, ainda assim, o Norte Fluminense manteve a sua posição com a maior concentração de prefeitas no estado durante aquele período.

Apesar de a presença feminina no executivo municipal ter se consolidado ao longo dos anos, ainda existem variações dentro da própria região. Macaé e São Fidélis nunca elegeram uma prefeita, enquanto São João da Barra e São Francisco de Itabapoana já foram governados por duas mulheres diferentes ao longo do tempo. De modo a ilustrar, o mapa a seguir ilustra a distribuição histórica dos municípios governados por mulheres no Norte Fluminense. Nesse sentido, na sequência, para que a distribuição espacial do fenômeno seja igualmente visível, apresentamos o mapa que sintetiza a ocorrência histórica de governos femininos nos municípios do Norte Fluminense:

Mapa 1-Cidades Governadas por mulheres no Norte Fluminense



Fonte: organizado pela própria autora e elaborado por Jordane Regina Alves Batista (2024)

Diante desse cenário justifica-se a delimitação geográfica do objeto desta pesquisa. Sendo assim, com o fenômeno situado, torna-se possível apresentar com precisão o que esta pesquisa busca fazer. De forma que o objetivo geral é compreender de que maneira o gênero é mobilizado pelas prefeitas do Norte Fluminense na construção de suas identidades políticas. Esse objetivo se especifica de três formas principais: (1) identificar como se deram as formas de entrada das prefeitas do Norte Fluminense no sistema político, observando suas trajetórias e os capitais políticos mobilizados nesse processo; (2) examinar os discursos e narrativas das prefeitas em relação à questão de gênero, observando como esses elementos são articulados para legitimar suas posições e influenciar a percepção pública e (3) investigar como as prefeitas percebem e respondem às expectativas de gênero em suas práticas políticas cotidianas, considerando as pressões sociais e culturais.

Desta forma, para perseguirmos esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão de significados, valores, crenças e expectativas que orientam a ação política. Conforme aponta Minayo (2001), esse tipo de abordagem é especialmente adequado para investigar fenômenos sociais que envolvem dimensões simbólicas e comunicativas, não passíveis de redução a variáveis mensuráveis.

Nesse sentido, para a coleta de dados empíricos, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com um roteiro contendo 20 questões, com quatro prefeitas que já governaram municípios do Norte Fluminense: A Governadora Rosinha Garotinho (Campos dos Goytacazes- RJ), Fátima Pacheco (Quissamã-RJ), Francimara Barbosa Lemos (São Francisco do Itabapoana- RJ) e Lídia Mercedes - Tedi (Conceição de Macabu- RJ).

Quanto às outras prefeitas: a Deputada Carla Machado, Carla Caputi (São João da Barra- RJ), Geane Vincler (Cardoso Moreira - RJ) e Cristiane Cordeiro (Carapebus- RJ), foram realizadas diversas tentativas de contato com as próprias políticas ou com membros de suas assessorias por meio de telefones, endereços eletrônicos e mídias sociais. Contudo, não obtivemos sucesso até a conclusão desta pesquisa. Essa limitação, entretanto, não compromete os objetivos do estudo, uma vez que, conforme argumentam Bauer e Gaskell (2008), a ampliação indefinida do número de entrevistas não implica necessariamente maior qualidade analítica. À medida que determinados temas e padrões discursivos se reiteram, atinge-se um ponto de saturação teórica, no qual novas entrevistas tendem a confirmar elementos já observados.

Considerando a centralidade da comunicação e da visibilidade pública para o objeto investigado, a pesquisa incorporou de forma sistemática outras fontes empíricas, como postagens em redes sociais, entrevistas concedidas a veículos de comunicação, registros audiovisuais disponíveis na internet, observação de eventos públicos e materiais institucionais produzidos durante campanhas e mandatos. Esses materiais foram tratados como práticas discursivas centrais para a construção e a publicização das identidades políticas analisadas.

Nesse sentido, as imagens, conforme apontam Bauer e Gaskell (2008), "oferecem um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais concretos", seja por meio de fotografias ou imagens em movimento. Além disso, o uso de dados visuais permite explorar aspectos importantes que não necessitam ser registrados em palavras ou números, mas que têm relevância para questões sociais e políticas, como campanhas eleitorais ou eventos públicos (Bauer e Gaskell, 2008).

Os autores ressaltam, ainda, que o mundo contemporâneo é fortemente influenciado pelos meios de comunicação, e que "o visual e a mídia desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica" (Bauer e Gaskell, 2008).

Assim, as imagens e outros registros midiáticos utilizados como fonte de pesquisa tornam-se essenciais para a compreensão das estratégias discursivas e performativas das prefeitas, pois refletem as formas como suas identidades políticas são construídas e apresentadas ao público.

Para o tratamento do material empírico, foram empregadas duas estratégias analíticas complementares: a análise de conteúdo e a análise do discurso. A análise de conteúdo foi utilizada como etapa inicial de organização dos dados, voltada à identificação de temas recorrentes, categorias analíticas e padrões de sentido relacionados à mobilização do gênero e às formas de legitimação política. Conforme Bardin (2011), essa técnica permite sistematizar o material empírico em unidades de significado, orientando a interpretação posterior.

Em um segundo momento, durante algumas análises, procedeu-se à análise do discurso, com foco nas estratégias discursivas por meio das quais as identidades políticas das prefeitas são construídas e comunicadas. Essa etapa analítica buscou o conteúdo do que é dito, bem como as condições de enunciação, os repertórios morais mobilizados, as formas de apresentação de si e os enquadramentos simbólicos que tornam determinadas atuações politicamente aceitáveis e reconhecíveis.

Ademais, faz-se necessário explicitar que diferentemente de abordagens que concentram a análise empírica em um único capítulo, esta dissertação articula teoria e empiria ao longo de todo o trabalho. As entrevistas, os materiais midiáticos e os registros públicos são mobilizados transversalmente nos capítulos, dialogando continuamente com o referencial teórico adotado. Em alguns capítulos, as entrevistas constituem a principal fonte empírica; em outros, são complementadas por imagens, discursos públicos e registros de eventos, conforme as exigências analíticas de cada eixo discutido.

Desta forma, o primeiro capítulo dedica-se à identificação das formas de ingresso das prefeitas do Norte Fluminense no sistema político, analisando suas trajetórias e os capitais políticos mobilizados nesse processo. A partir da teoria dos sistemas sociais e do diálogo com as noções de capital político, o capítulo reconstrói comparativamente os caminhos de inserção dessas lideranças, evidenciando diferentes vias de acesso e estabilização no sistema político local, ainda sem focalizar de maneira central a estrutura de gênero.

O segundo capítulo, por sua vez, desloca o foco para a análise do gênero como estrutura comunicativa. Com base na teoria sistêmica e em contribuições da teoria feminista, examina-se como expectativas socialmente associadas ao feminino operam como esquemas de observação e reconhecimento no interior do sistema político, sendo mobilizadas na construção das identidades políticas das prefeitas por meio de campanhas, imagens públicas, discursos institucionais e práticas de governo.

No que se refere ao terceiro capítulo, trata-se daquele em que a estrutura de gênero é analisada de modo mais explicitamente contingente. A análise se aprofunda a partir das vozes das próprias prefeitas, examinando como elas percebem, interpretam e respondem às expectativas de gênero que atravessam suas práticas políticas cotidianas. Para além das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, o capítulo incorpora ainda a análise de um episódio de violência política de gênero ocorrido durante o período de investigação, envolvendo a prefeita Fátima Pacheco. Esse episódio permite observar, em situações de elevada exposição pública, conflito e ruptura da normalidade comunicativa, como o gênero emerge como uma diferença socialmente observável em contextos de disputa e violência política.

2. AS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE NO SISTEMA POLÍTICO

Este capítulo tem como objetivo identificar como se deram as formas de entrada das prefeitas do Norte Fluminense no sistema político, observando suas trajetórias e os capitais políticos mobilizados nesse processo. Para isso, parte-se da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, ressaltando a centralidade da comunicação, do poder e da diferenciação funcional que organiza a política como sistema. Em seguida, recorremos às categorias de capital político formuladas por Pierre Bourdieu e desenvolvidas por Luiz Felipe Miguel (2001), fundamentais para compreender os recursos sociais, simbólicos e institucionais que puderam ser traduzidos pelo sistema em legitimidade política. A partir deste referencial, são analisadas as trajetórias das nove prefeitas que governaram e governam a região,

destacando como diferentes capitais foram processados pelo sistema político e transformados em oportunidades para sua inclusão. Importa sublinhar, entretanto, que esta análise concentra-se nos mecanismos de inserção política, ainda sem considerar de forma detalhada a estrutura de gênero que atravessa essas experiências, aspecto que será objeto de discussão nos capítulos seguintes.

2.1. A TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE NIKLAS LUHMANN

> *[...] E o que foi decisivo, Natália? Você é muito jovenzinha. Pegue isso para a sua vida: a Comunicação [...] (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024)*

Segundo a teoria proposta por Niklas Luhmann, a sociedade contemporânea é composta por múltiplos sistemas sociais, como o político, o direito, a ciência, o ensino, a religião, a economia etc, os quais possuem a comunicação como seu componente elementar. Assim, com o passar do tempo, os sistemas sociais se tornaram autônomos e passaram a operar com base em lógicas próprias, resultado de um processo contínuo de diferenciação funcional.

Nessa teoria, então, os fenômenos sociais são percebidos como partes do funcionamento dos sistemas, os quais se organizam internamente por diferenciações e se relacionam entre si de maneira complexa. Esses sistemas são definidos como autopoiéticos, pois produzem e reproduzem suas próprias operações a partir de seus próprios elementos. Também são classificados como autorreferentes, pois operam com base em suas próprias estruturas internas, e heterorreferentes, já que observam e respondem ao ambiente segundo critérios construídos por eles mesmos.

A sociedade, por sua vez, seria compreendida como composta por esses múltiplos sistemas que se transformam ao longo do tempo por meio da sua relação com o ambiente. De modo que cada sistema funciona com base em uma lógica própria, organizada por códigos binários que orientam suas operações e definem o que pode ou não ser reconhecido como comunicação válida dentro de seus próprios limites.

Sendo assim, embora operem de forma fechada, e só reconheçam como válidas as comunicações consideradas pertinentes à suas operações, pois descartam aquilo que não atende aos seus critérios internos, são sensíveis ao ambiente, já que podem ajustar suas estruturas diante das irritações que recebem.

Tal fenômeno lhes permite aprender e se remodelar a partir de processos culturais e sociais em constante mutação.

Nesse sentido faz-se necessário aprofundarmos acerca da comunicação, a qual, como interpreta Silva, é compreendida como a “célula da sociedade” (Silva, 2022, p. 36), ou seja, é a partícula elementar que constitui os próprios sistemas sociais, divergindo de tradições sociológicas centradas no sujeito ou na ação. Conforme explica Luhmann (2016, p. 162-163):

> O processo elementar que constitui o social como realidade especial é um processo comunicativo. Para poder controlar a si mesmo, contudo, esse processo tem de ser reduzido a ações, decomposto em ações. Assim, sistemas sociais não são constituídos de ações, como se essas ações pudessem ser produzidas com base na constituição orgânico-psíquica do ser humano e pudessem existir por si próprias. Sistemas sociais são decompostos em ações e, com essa redução, adquirem fundamentos conectivos para o curso comunicativo seguinte (Luhmann, 2016, p.162-163).

Dessa forma, a comunicação não pode ser compreendida como uma expressão direta dos indivíduos ou de suas consciências. Pois para Luhmann, os seres humanos não integram os sistemas sociais como elementos constitutivos, mas pertencem ao seu ambiente[3]. A sociedade, portanto, não se constrói a partir de ações ou intenções subjetivas, mas exclusivamente por meio da comunicação. Como destaca Nafarrete (2020, p.150,): “a ordem da consciência e da experiência interior do ser humano é radicalmente incomunicável”, uma vez que “apenas a comunicação é comunicável”: Assim, a comunicação é uma operação autônoma, que não traduz percepções ou pensamentos individuais, mas permite a reprodução dos sistemas sociais com base em suas próprias estruturas e códigos.

Para compreendermos, então, a comunicação como unidade elementar dos sistemas sociais, também não podemos admiti-la apenas como sinônimo de transmissão de conteúdo ou intenções. De acordo com Luhmann, comunicar é sempre um acontecimento seletivo orientado pelo sentido, de modo que “sentido não deixa outra escolha senão escolher. A comunicação opta por algo do atual horizontal

[3] Os sistemas sociais são diferentes dos sistemas psíquicos e por isso não se integram, embora sejam necessários mutualmente e participantes um do ambiente do outro. De modo que essa relação sempre acontecerá de forma seletiva e parcial, por meio da inclusão e da socialização. A primeira, acontece quando os sistemas sociais, a partir da comunicação, consideram relevante a seleção do sistema psíquico para a sua própria comunicação. Já a socialização corresponde ao processo pelo qual o sistema psíquico seleciona estruturas de comportamento que guiam sua relação com a sociedade.

referencial constituído já por ela mesma, e deixa outra coisa de lado" (Luhmann, 2016, p.164).

Por tudo isso, a comunicação se configura como articulação de três seleções: informação, participação e compreensão, sendo essa última essencial para ocorrência do ato comunicativo. Já que a comunicação apenas será realizada se *ego* compreender a informação que *alter* tentou comunicar. Todavia, destaca-se que a compreensão não exige concordância ou fidelidade ao conteúdo original, é possível que *ego* o considere inválido. Pois o que caracteriza a realização comunicativa não é a aceitação da mensagem, mas o fato dela provocar uma resposta.

Sendo assim, por definição, o sucesso da comunicação é altamente improvável, já que cada participante da comunicação realiza seleções específicas e contingentes, de modo que não há garantias de que a informação emitida será compreendida conforme a intenção do emissor. Essa improbabilidade se intensifica diante da dupla contingência, na qual ambos os lados não sabem antecipadamente como o outro agirá ou interpretará a mensagem. Ademais, os referenciais compartilhados sobre os quais se busca algum entendimento são, também, contingentes. E assim, *Ego* pode recusar a seleção sugerida por *Alter*.

Diante disso, de modo a possibilitar o êxito comunicativo, evolutivamente, surgiram os meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG), os quais operam como estruturas especializadas na coordenação e atribuição de ações e vivências entre *Alter* e *Ego*, diminuindo a incerteza das interações e assim, possibilitando chances maiores de aceitabilidade da seleção. Nas palavras do próprio Luhmann (2016, p.186):

> Denominaremos de simbolicamente generalizados aqueles meios em que empregam generalizações para simbolizar a conexão entre seleção e motivação, quer dizer, para representá-la como unidade. Exemplos importantes são verdade, amor, propriedade/dinheiro, poder/direito; nos primórdios, também crença religiosa e arte, e hoje talvez "valores fundamentais" civilizatoriamente estandardizados. De modo muito diferente e para constelações muito diferentes de interação, em todos esses casos se trata de se condicionar a seleção da comunicação de tal forma que ela possa ao mesmo tempo atuar como meio de motivação, ou seja, possa assegurar satisfatoriamente o cumprimento da seleção proposta. A comunicação de maior êxito e de maiores consequências se desenvolve na sociedade atual mediante tais meios de comunicação e, correspondentemente as chances de formação de sistemas sociais se dirigem às respectivas funções (Luhmann,2016, p.186).

Dessa forma, a verdade, o poder, o dinheiro, o amor, e entre outros, operam em um âmbito específico a partir da comunicação funcional, estruturados cada qual por um código binário que orienta as operações comunicativas de seleção dos sistemas. De maneira a ilustrar, o código da ciência se organiza em verdadeiro/falso, enquanto o do direito em lícito/ilícito, e assim por diante. A presença desses códigos, por sua vez, permite às comunicações se orientarem por uma distinção estabilizada, cuja preferência por um valor positivo para os sistemas viabilizam a motivação e a aceitação das seleções propostas.

Todavia, insta mencionar que os meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG) não eliminam a dupla contingência; apenas estabilizam a comunicação por meio da generalização simbólica, condensando múltiplas referências em formas estáveis de sentido. Além disso, os MCSG contribuem para a reflexividade estrutural dos sistemas funcionais, na medida em que permitem que estes operem com base em seus próprios códigos e estruturas, possibilitando a reprodução de suas operações a partir de seus elementos internos.

Nesse sentido, os códigos binários, por sua vez, desempenham um papel fundamental na organização dos sistemas sociais, pois permitem que estes operem de maneira seletiva diante da vastidão de possibilidades comunicativas existentes no ambiente. Desta forma, tem-se que ao propor uma distinção estabilizada, como verdadeiro/falso, lícito/ilícito, poder/não poder ou amor/não amor, os sistemas reduzem a dupla contingência e orientam a comunicação segundo critérios próprios, o que torna possível a reprodução de suas operações mesmo em contextos altamente complexos. Esses códigos, ao privilegiar um dos polos, funcionam como critérios de aceitabilidade e, portanto, como instrumentos que aumentam a probabilidade de êxito comunicativo dentro dos sistemas. No sistema científico, por exemplo, apenas comunicações consideradas “verdadeiras” podem ser continuadas e reconhecidas como válidas; já no sistema político, apenas as decisões percebidas como “legítimas” e resultantes do exercício do poder/governo podem se converter em decisões coletivamente vinculantes.

2.2. O SISTEMA POLÍTICO

Por tudo isso, entre os diversos sistemas funcionais que compõem a sociedade moderna, este trabalho dará especial atenção ao sistema político e sua

operação orientada pelo código binário poder/não poder ou governo/oposição. Desse modo, cada decisão política repercute tanto no governo (poder) quanto na oposição (não poder), não no sentido de estabelecer superioridade ou inferioridade entre essas posições, mas sim na medida em que o governo, ao possuir os cargos de decisão, tem a capacidade de produzir decisões coletivamente vinculantes, enquanto a oposição, situada no polo do não poder, exerce a função reflexiva de crítica e contestação a tais decisões.

Além disso, a existência de governo e oposição e a possibilidade de se alterarem na ocupação dos cargos de poder, bem como seus programas de governo é o fundamento da democracia, tendo em vista essa contingência da detenção dos cargos estatais que faz também com que exista a diferenciação do sistema político, pois sem a oposição, haveria ditadura e, portanto, a estratificação política da sociedade. E assim o sistema político deixaria de funcionar de maneira autônoma e diferenciada se reduzindo apenas ao Estado. (Corsi, Esposito, Baraldi, 1996).

De modo que o sistema político também não pode ser confundido com as definições de Estado. Nesse sentido, Corsi, Esposito e Baraldi (1996, p. 130) destacam:

> A importância do Estado dentro do sistema político é evidente: mas o sistema político não coincide com o Estado. O Estado é um sistema de decisões organizadas, diferenciando o interior do próprio sistema político: trata-se de uma organização delimitada por funções territoriais. O sistema político da sociedade mundial não comporta a constituição de Estados de todos os territórios: é, portanto, internamente diferenciado em Estados territoriais. A segmentação em Estados facilita a função política: os Estados permitem realizar a democracia no âmbito local, alcançar fins políticos específicos e proteger a realização de outras funções (Corsi, Esposito, Baraldi, 1996, p.129, tradução nossa)[4].

Além do Estado, o sistema político se diferencia internamente em outras organizações, que também são classificadas segundo a lógica centro/periferia. O centro corresponderia ao próprio Estado, o qual concentra a responsabilidade política sobre o território e constitui a hierarquia decisória, enquanto a periferia seria

[4] No original: “El Estado es un sistema de decisiones organizadas, diferenciado al interior del sistema político; se trata de una organización delimitada a través de confines territoriales. El sistema político de la sociedad mundial comporta la constitución de Estados en todos los territorios: es por tanto, internamente diferenciado en Estados territoriales. La segmentación en Estados facilita la función política: los Estados permiten realizar la democracia en el ámbito local, aicanzar fines políticos específicos, y proteger la realización de otras funciones.”

composta por partidos políticos, organizações de interesse e demais instituições que, embora não produzam diretamente decisões coletivamente vinculantes, exercem a função de preparar alternativas, formular programas e oferecer críticas ao centro.

No mais, é importante deixar claro novamente que não há uma hierarquização nesta classificação, tendo em vista que enquanto o centro articula e hierarquiza a comunicação para garantir a unidade do sistema, a periferia mantém a variabilidade e a complexidade necessárias para a adaptabilidade do sistema, pois demonstra maior sensibilidade às pressões externas e às irritações provenientes do ambiente social. Nas palavras de Luhmann (2005 ,p.261, tradução nossa[5]):

> Em nenhum desses casos de diferenciação se afirma que o centro seja mais importante que a periferia. Isso equivaleria a conceber inadequadamente essa forma de diferenciação a partir do modelo de hierarquias. Pois, da mesma forma, poderia se ter a opinião contrária: que a periferia seja mais importante que o centro, do ponto de vista da função, dado que é na periferia que se decide a medida da sensibilidade (irritabilidade) que um sistema pode permitir em sua relação com o entorno. Mas, em princípio, essa não é a maneira adequada de formular a questão, já que a vantagem da diferenciação centro/periferia está em que o centro permite desenvolver formas de diferenciação diversas na periferia.

Dessa forma, a interação estruturada entre centro e periferia constitui um equilíbrio que assegura simultaneamente a unidade e a complexidade do sistema político: a unidade, por meio da orientação das comunicações e decisões em relação ao Estado; e a complexidade, pela capacidade da periferia de captar e responder às demandas do entorno social.

Acerca dos partidos políticos são organizações que processam decisões no interior do sistema político. Sua função consiste em “levar a cabo o processo de preparação para que se chegue a tomar decisões que vinculem coletivamente - isto inclui também a decisão de formar parte do governo ou seguir permanecendo na

[5]No original: “En ninguno de estos casos de diferenciación se afirma que el centro sea más importante que la periferia. Esto equivaldría a concebir inadecuadamente esta forma de diferenciación a partir del modelo de rangos jerárquicos. Porque de igual manera se podría tener la opinión contraria: que la periferia sea más importante que el centro desde el punto de vista de la función, dado que en la periferia se decide la medida de la sensibilidad (irritabilidad) que un sistema se puede permitir en su relación con el entorno. Pero en principio esta no es la manera adecuada de formular la cuestión, ya que la ventaja de la diferenciación centro/periferia está en que el centro permite desarrollar formas de diferenciación diversas en la periferia.”

oposição" (Luhmann, 2005, p. 272, tradução nossa[6]). Essa função, então, implica em intermediar interesses e diminuir as incertezas nas comunicações, na medida em que os partidos estabilizam expectativas, reduzem complexidade e tornam possíveis decisões que, de outro modo, seriam inviáveis.

Luhmann (2005) também chama atenção para a dissociação entre a comunicação interna e externa dos partidos políticos. No plano externo, essas organizações apresentam-se por meio de valores, identidades simbólicas e programas gerais, orientados à formação de expectativas junto ao público. Já no plano interno, inacessível à observação pública, predominam processos decisórios que operam fundamentalmente como mecanismos de organização de carreiras e de articulação de redes pessoais, nos quais os indivíduos se inserem em dinâmicas competitivas marcadas por disputas internas e pela conquista de posições.

Desse modo, a lógica interna dos partidos não se organiza prioritariamente em torno de programas ou ideologias, mas em torno das pessoas que disputam espaço no interior da organização. Para Luhmann (2005, p. 276-277), os partidos operam como estruturas voltadas ao "processamento geral e permanente dos recursos", sobretudo das pessoas. Isso significa que, em vez de manterem os desacordos no plano programático, tendem a personalizar os conflitos, atribuindo-os a indivíduos específicos, o que reforça a centralidade das trajetórias pessoais na reprodução partidária.

Nesse sentido, a centralidade nas pessoas revela o caráter seletivo dos partidos políticos a partir dos critérios de importância para a entrada no sistema político. Tendo em vista que a ascensão política não depende apenas de mérito ou de competências substantivas, mas, sobretudo, da capacidade de cada indivíduo de se inserir em redes de lealdade, alianças internas e relações de patronagem.

Luhmann (2005) ilustra essa seletividade interna ao citar o exemplo dos políticos mais jovens, que no início de suas carreiras não dispõem de um capital político consolidado. Esse caso mostra que, para além de competências pessoais ou reputações externas, o que sustenta o sucesso dentro dos partidos é a posse do capital específico, capaz de alimentar a disputa interna por espaço.

[6] No original: "La función de los partidos políticos está en llevar a cabo el proceso de preparación para que se lleguen a tomar decisiones que vinculen colectivamente —esto incluye también la decisión de formar parte del gobierno o seguir permaneciendo en la oposición."

Assim, ainda que um indivíduo possua reconhecimento em outros campos/ sistemas, isso não garantirá o êxito, já que os critérios de seleção partidária obedecerão às lógicas próprias. O capital relevante será aquele que pode ser convertido em alianças, lealdades e apoios dentro da organização, funcionando como recurso para resistir às pressões e assegurar posição na hierarquia partidária.

Além dessas diferenciações organizacionais em centro e periferia, a teoria de Luhmann também evidencia que o sistema político se estrutura internamente em três dimensões interdependentes: a política, a administração e o público. A primeira diz respeito ao espaço onde estão os partidos políticos e as lideranças, além de haver a disputa de interesses e organizações pelo apoio do público e ocupação dos cargos. Enquanto a administração corresponde à dimensão organizacional responsável pela gestão e aplicação das decisões coletivamente vinculantes. Sua operação é regulada pelo direito público, que ordena, disciplina e estabiliza as relações administrativas, de forma a garantir que os programas formulados pela política sejam traduzidos em atos juridicamente válidos.

O público, por sua vez, diferentemente da política e da administração, não se constitui como organização. Como assinala Luhmann (2005): nas eleições políticas o público participa, mas não como membro de uma organização formal, já que não existem regras de adesão, hierarquia interna ou canais de decisão que determinem sua participação. Sua função é, antes, a de observar e reagir às decisões políticas e administrativas, produzindo expectativas que possam reforçar ou contestar sua legitimidade.

Essa distinção pode ser melhor compreendida a partir da definição geral de organização na teoria luhmanniana, segundo a qual as organizações são sistemas sociais constituídos por regras de pertencimento, estruturados por programas e vias de comunicação hierárquicas, nos quais as decisões se vinculam a papéis ocupados por pessoas (Corsi, Esposito e Baraldi, 1996). De modo que, fica claro, que o público não apresenta tais características pois não estabelece regras de entrada ou saída, não opera com programas formais e nem produz decisões vinculantes. Trata-se, portanto, de uma esfera difusa de observação e reação, indispensável para a operação do sistema político, mas não organizacional em sentido estrito.

No que se refere à integração das três dimensões, destaca-se a busca da dimensão política pelo apoio do público, que observa atentamente suas ações. Para isso, apresenta programas que organizam propostas e mobilizam referências morais

e narrativas de legitimidade. Nas palavras de Luhmann (2005, p.267,tradução nossa):

> Nas eleições, os políticos tentarão convencer o povo a elegê-los. Dedicará muita atenção à apresentação correta dos programas políticos e utilizarão acentos morais para insistir que certas políticas só poderiam ser alcançadas por pessoas de quem se sabe que buscam o bem e a verdade[7].

E então, o público, observará a política e a administração, reagindo com expectativas, pressões e resistências, enquanto a administração depende tanto da cooperação do público quanto das mediações políticas para implementar seus programas. Nesse contexto, torna-se possível compreender que a função central do sistema político consiste em organizar comunicações em torno da produção de decisões coletivamente vinculantes, isto é, decisões que sejam aceitas como legítimas por diferentes atores sociais, mesmo diante de desacordos.

Nesse quadro, temos a atuação do poder como um meio de comunicação simbolicamente generalizado, cuja função é precisamente aumentar as chances de aceitação das decisões políticas. Não se tratando, portanto, de dominação ou coerção direta, mas de um mecanismo comunicativo que reduz a complexidade social e estabiliza expectativas em torno de quem governa ou não governa, conforme será aprofundado na seção seguinte.

2.3 O PODER COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO SIMBOLICAMENTE GENERALIZADO

O poder, tal como é analisado por Niklas Luhmann (2005), é uma solução elaborada pela própria sociedade diante da complexidade social. A conquista evolutiva do poder está justamente em sua capacidade de tornar possíveis certas combinações de ação que, em condições normais, seriam altamente improváveis. O sistema social, então, passa a dispor de um meio que permite orientar decisões e comportamentos mesmo em contextos marcados por conflito, desacordo ou incerteza. Nesse sentido, “o poder permite alcançar comportamentos improváveis,

[7] No original: “En las elecciones los políticos tratarán de convencer al pueblo que los elija. Se dedicará mucha atención a la presentación correcta de programas políticos y se introducirán acentos morales para insinuar que ciertas políticas sólo podrían ser alcanzadas por gente que sabe lo que es bueno y verdadero.”

ampliando as possibilidades sociais de seleção. Essa evolução conduz a uma técnica de administração do poder, que compensa as limitações da experiência subjetiva do 'mundo da vida'"[8] (Luhmann, 2005, p. 94, tradução nossa).

De modo a ilustrar esse ponto, Luhmann (2005) explica que até mesmo comportamentos aparentemente rotineiros, tal qual pagar impostos, não poderiam ser garantidos. É nesse ínterim que o poder revela seu desenvolvimento histórico: ele substitui a necessidade de consenso pela estabilização de expectativas, permitindo que a comunicação prossiga mesmo sem acordo.

Desta forma, tendo em vista que os meios de comunicação simbolicamente generalizados têm o objetivo de diminuir a complexidade e garantir o sucesso da comunicação. O poder, enquanto um meio de comunicação simbolicamente generalizado cumpre a função de regular a contingência, na medida em que garante efeitos previsíveis: isto é, permite que o resultado desejado pelo detentor do poder seja alcançado mesmo quando aqueles que estão sujeitos ao poder não estejam dispostos a concordar, colaborar ou obedecer. Dito de outro modo, o poder neutraliza a vontade daqueles que estão subordinados a ele (Luhmann,1995).

Porém, Luhmann (1995) esclarece que a causalidade do poder não se trata de uma imposição que poderia sofrer resistência pelo outro, apenas que ela é irrelevante. E nesse sentido, ainda que alguém tente agir de forma diversa, na maior parte das vezes, entenderá que teria feito o que é esperado de qualquer maneira.

No entanto, é necessário esclarecer que a diminuição da possibilidade de escolha, se relaciona com a comunicação, uma vez que, não se pode perder de vista que poder e coerção seriam como duas grandezas inversamente proporcionais. Na medida em que o aumento de um corresponde à redução da outra. Sendo assim, o poder opera precisamente mantendo abertas as alternativas de ação para ambos os lados, inclusive para aquele que está submetido à decisão. Já que como afirma Luhmann (1995): "o poder é maior se puder ser mantido mesmo diante de alternativas atraentes à ação ou à inação. E só pode aumentar junto com o aumento

[8] No original: "El poder posibilita que se amplíe el rango de coordinación de las conductas de los individuos —lo que de otra manera sería altamente improbable: por ejemplo, pagar impuestos—. El logro evolutivo del poder consiste en que aumenta los recursos socialmente disponibles ya que logra combinaciones y selecciones de la conducta humana que no surgirían de manera espontánea. La evolución conduce hasta el punto en donde el poder adquiere una cualidad técnica por la que se vuelve manejable y con la que compensa la limitación de la experiencia de cada individuo obtenida a partir de su propio 'mundo de vida'".

da liberdade por parte de qualquer pessoa sujeita ao poder" [9] (Luhmann, 1995, p. 14, tradução nossa).

Dessa forma, diferentemente da coerção, o poder não busca suprimir a contingência, mas sim orientá-la. Enquanto a coerção recorre à substituição da ação do outro por uma imposição direta, em geral, por meio do uso da força, o poder trabalha a partir da dupla contingência, ou seja, existem alternativas por parte de todos os envolvidos. A coerção indica, por sua vez, uma solução residual acionada quando o poder falha. De forma que quanto mais se precisa usar a força, mais longe do poder se está.

Essa distinção se torna ainda mais nítida quando observamos que, nos sistemas modernos de alta complexidade, a coerção precisa ser institucionalmente mediada e juridicamente autorizada. Por isso, o uso legítimo da violência física está hoje condicionado a formas altamente formalizadas, como no direito. O detentor do poder já não precisa usar a força ele mesmo: "basta que ele possa decidir sobre a aplicação da força e que não haja dúvidas sobre a aplicabilidade dessas ordens"[10] (Luhmann, 2005, p. 132, tradução nossa). O poder moderno, diferenciado e institucionalizado, desvincula-se da aplicação direta da violência e se vincula a sistemas como o jurídico e o político.

Além disso, o poder não se confunde com a dominação. Nas sociedades tradicionais, o conceito de dominação era central para a constituição da ordem social. A sociedade se organizava a partir de comandos estáveis, geralmente legitimados por tradições, moral ou religião. Hoje, no entanto, a sociedade moderna é, funcionalmente diferenciada:

> Diferentemente das sociedades antigas, a nossa sociedade altamente diferenciada caracteriza-se por manter o esboço de um futuro aberto e rico em alternativas. Tudo pode ser de outra maneira, e sua fixação passageira se sustenta graças a decisões cuja duração se conhece. As configurações do passado são limitadas pelas possibilidades do futuro. A ação social já não se realiza determinando diretamente a ação de outros seres humanos, mas, cada vez mais, tomando decisões sobre o futuro. Essa alta seletividade não pode ser resolvida com as formas tradicionais da política. O domínio de uns seres

[9] No original: "El poder es mayor si es capaz de mantenerse incluso a pesar de alternativas atractivas para la acción o inacción. Y sólo puede aumentarse junto con un aumento de la libertad por parte de cualquiera que esté sujeto al poder."

[10] No original: "Es suficiente con que él pueda decidir sobre la aplicación de la fuerza y que no quede ninguna duda sobre la aplicabilidad de esas órdenes."

> humanos sobre outros adquire um significado secundário e limítrofe. Por essa razão, as relações de dominação já não são legitimáveis (Luhmann, 2005, p.103, tradução nossa)[11]

Dessa forma, o poder, na sociedade moderna, não se manifesta como um instrumento de imposição direta, mas como um meio de orientação baseado na possibilidade. Sua eficácia não depende da realização imediata de uma ação, mas da expectativa de que ela possa ocorrer. O que sustenta o poder não é a força nem a autoridade pessoal, mas a sua capacidade de gerar efeitos mesmo quando não é exercido. Ao operar como uma presença potencial, ele influencia decisões e comportamentos por meio da plausibilidade de que certas consequências se seguirão a determinadas escolhas.

Por tudo isso, Luhmann propõe que a comunicação do poder funcione afastando-se da coerção física e da dominação tradicional. De modo que em sociedades complexas, o poder se afirma como meio de comunicação capaz de orientar decisões coletivas vinculantes, mesmo em contextos de conflito e desacordo, sem romper com a liberdade dos envolvidos. Demonstrando-se, portanto, um recurso altamente sofisticado, que opera com base na contingência e na construção de expectativas simbólicas.

Além disso, o autor esclarece que o poder não deve ser utilizado pelo seu detentor o tempo inteiro sobre todas as pessoas e campos sujeitos a ele, ainda que isso seja possível. A eficácia do poder na sociedade moderna repousa em sua modalização comunicativa, isto é, em sua capacidade de operar como possibilidade mantida em reserva, sem que precise ser exercido a todo momento. Visto que esperar que ele seja usado de forma contínua e universal implicaria não apenas um esforço desmedido por parte do detentor do poder, como também resultaria na diluição de seu valor estratégico. De modo que o poder só se mantém como recurso funcional se for economizado, exigindo seleção, disciplina e racionalização de seu uso por parte de quem o detém (Luhmann, 1995).

---

[11] No original: A diferencia de las sociedades antiguas, nuestra sociedad altamente diferenciada se caracteriza por mantener el esbozo de un futuro abierto rico en alternativas. Todo puede ser de otra manera y su fijación pasajera se sostiene gracias a decisiones que se sabe cuánto durarán. Las configuraciones del pasado se limitan por las posibilidades del futuro. El actuar social ya no se logra determinando directamente la acción de los otros seres humanos, sino cada vez más tomando decisiones sobre el futuro. Esta selectividad alta no se puede resolver con las formas tradicionales de la política. El dominio de unos seres humanos sobre otros adquiere un significado secundario y limítrofe. Por esta razón las relaciones de dominio ya no son legitimables.

2.4 A ESTRUTURA SIMBÓLICA E ORGANIZACIONAL DO PODER NO SISTEMA POLÍTICO

Compreendido que o poder opera na sociedade moderna como um meio de comunicação simbolicamente generalizado, cuja função é estabilizar expectativas e viabilizar decisões coletivamente vinculantes, mesmo em contextos de desacordo, é necessário aprofundar os elementos simbólicos e organizacionais que tornam possível essa operação dentro do sistema político. Isso inclui, sobretudo, a constituição de símbolos capazes de sustentar significados generalizáveis, isto é, orientações de sentido que possam ser reconhecidas por diferentes interlocutores em contextos variados.

Nesse sentido, primeiramente, para que o poder possa ser exercido de forma institucionalizada, é indispensável distingui-lo da pessoa que ocupa temporariamente a posição política. Luhmann (1995) enfatiza que o poder não se confunde com atributos individuais, pois ele pertence ao sistema político enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado. Desta forma, a posição organizacional, ou seja, o cargo é o que garante a continuidade do exercício do poder, independentemente das características biográficas ou carismáticas de quem ocupa[12]. Assim, as decisões não são reconhecidas por emanarem de um indivíduo, mas por estarem vinculadas a uma posição que o sistema político estabilizou como legítima.

Por tudo isso, observa-se essa diferenciação como condição indispensável para a estabilidade do sistema político, pois impede que o poder seja interpretado como propriedade pessoal e garante sua continuidade para além das trajetórias individuais. O ocupante do cargo, portanto, precisa estar apto às condições comunicativas impostas pelo sistema para que obtenha o poder.

A ocupação do poder, então, é legítima quando ocorre por meio das eleições, as quais são responsáveis tanto por reduzir a complexidade do poder, quanto para legitimar o procedimento que garante a possibilidade dessa alternância do poder.

[12] Ainda que a política contemporânea apresente forte tendência à personalização, como observa Bernard Manin (1995) ao tratar da *democracia do público*, isso não significa a dissolução da lógica sistêmica do poder. A personalização opera como forma específica de comunicação dentro do sistema político, sem eliminar sua base institucional. Essa questão será retomada em maior profundidade nos próximos capítulos.

Tendo em vista que se trata de um processo juridicamente ordenado e essencial para a ocupação dos cargos eletivos, garantindo a legitimidade do sistema político ao assegurar a possibilidade de alternância no exercício do poder por meio de um procedimento regulamentado (Luhmann, 1980).

Nesse sentido, o eleito, ao ocupar o cargo, adquire legitimidade para exercer o poder e participar da produção de decisões coletivamente vinculantes. Para alcançar essa posição, entretanto, a pessoa precisou ser previamente selecionada pelo próprio sistema político e por suas organizações. Esse processo ocorre em duas etapas: primeiro, na disputa interna dos partidos políticos, onde trajetórias e reputações são processadas como critérios de escolha; e, em seguida, nas eleições, quando o público confirma ou rejeita essa candidatura. Assim, a ocupação do cargo resulta do cumprimento de requisitos que o sistema reconhece como válidos para a atribuição do poder, combinando tanto a mediação organizacional dos partidos quanto a validação pública do voto.

Desta forma, quando analisamos o caso objeto desta pesquisa, percebemos que, para as mulheres, a ocupação de cargos de poder envolve obstáculos que se manifestam de maneira paradoxal. O cargo em si garante legitimidade formal para o exercício do poder, mas essa legitimidade é constantemente atravessada pela estrutura de gênero que condiciona a forma como suas ocupantes são observadas e avaliadas pelo sistema. Ainda mais severas, no entanto, são as barreiras presentes nas disputas internas dos partidos políticos e nas próprias eleições, onde trajetórias são julgadas de maneira personalista, alianças se tornam indispensáveis e estereótipos de gênero – e até mesmo a divisão sexual do trabalho – , podem operar como filtros que reduzem as chances de que mulheres sejam selecionadas para concorrer.

Nesse contexto, apesar dessas estruturas serem contingentes, podendo ser modificadas de acordo com as mudanças socioculturais, há uma exigência de traços tradicionalmente associados à masculinidade, como firmeza, racionalidade e controle, mas sem ser, contudo, permitido que essas lideranças abdiquem de atributos culturalmente vinculados à feminilidade[13], como empatia, sensibilidade e

[13] Nos capítulos seguintes , retomaremos essa questão à luz do conceito de "*double bind"*, desenvolvido por Christina Holtz-Bacha (2013), para analisar como as prefeitas do Norte Fluminense podem enfrentar expectativas contraditórias em relação à sua performance pública e como utilizam disso na construção das suas identidades políticas. Esse dilema se manifesta tanto quando são

cuidado. De forma que essa duplicidade de exigências reforça a condição de desigualdade que marca a presença das mulheres na política, mas também cria oportunidades para que mobilizem, seletivamente, tais estereótipos na construção de sua identidade e na manutenção de sua posição no poder, como será explorado nos capítulos seguintes.

Por outro lado, embora o sistema político moderno diferencie formalmente a posição do cargo em relação à pessoa que o ocupa, a realidade demonstra que essa separação permanece permeável às reentradas sociais. É nesse ponto que emerge um paradoxo. De acordo com a formulação luhmanniana, quando as sociedades eram estratificadas, o papel político estava intrinsecamente ligado a outros papéis sociais. No entanto, a partir da sociedade funcionalmente diferenciada, espera-se que as pessoas ocupem papéis especificamente políticos, distintos de seus demais papéis sociais (Luhmann, 1980). Entretanto, observa-se que essa separação nunca se realiza plenamente: o voto é atravessado por vínculos comunitários, orientações religiosas, expectativas de gênero ou heranças familiares, e a ocupação dos papéis políticos é exercida também à luz de atributos extrínsecos ao papel político.

Assim, o cargo, que deveria funcionar como fonte autônoma de poder e legitimidade, é constantemente reconfigurado pelas observações sociais. A prefeita não é apenas “governante” em termos abstratos, mas também “mãe da cidade”, “professora reconhecida”, “esposa de um ex-prefeito”, “assistente social” ou “líder de movimentos sociais”, conforme as semânticas de reconhecimento que circulam no ambiente social. A diferenciação funcional, longe de neutralizar tais referências, convive com elas e delas depende para estabilizar apoio político. Dessa forma, a distinção entre papéis políticos e papéis sociais opera mais como uma expectativa normativa para o funcionamento do sistema do que como uma realidade plenamente alcançada.

É justamente nessa contradição que se situam os fenômenos mais relevantes para essa análise. De um lado, grande parte da literatura aponta, com razão, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar o poder, assim como as formas de violência política[14] que incidem sobre aquelas que o conquistam ou estão

---

acusadas de “masculinização” ao enfatizarem traços de liderança dominantes, quanto quando são percebidas como frágeis ou incapazes se reforçarem apenas atributos tradicionalmente femininos.

[14] O ordenamento jurídico brasileiro passou a tipificar, a partir da Lei nº 14.192/2021, dois crimes de violência política contra a mulher. O art. 326-B do Código Eleitoral tem como sujeito passivo a candidata ou detentora do mandado eletivo, criminalizando condutas como assediar, constranger,

em busca de conquistá-lo. De outro lado, observa-se que as prefeitas permanecem, são legitimadas pelo cargo, acumulam respeito, constroem sucessores e, em alguns casos, sequer relatam experiências de violência. Ambos os lados são verdadeiros porque coexistem estruturalmente: a autonomia funcional do sistema político, assegurada pelo código poder/não poder, convive com as observações sociais que introduzem a estrutura de gênero como critério de reconhecimento e diferenciação.

2.5 AS CATEGORIAS DE CAPITAL POLÍTICO

Assim, considerando a linha teórica luhmanniana que sustenta esta pesquisa, faz-se imprescindível recorrer também a categorias bourdieusianas para examinar as trajetórias políticas das prefeitas objeto dessa pesquisa. Nesse sentido, a noção de capital político, desenvolvida por Bourdieu (2021) e retomada por Miguel (2001), nos auxilia na compreensão de como os recursos sociais, econômicos e simbólicos são mobilizados e aceitos para a entrada do sistema político. Nesse sentido, destacaremos não de forma exaustiva os conceitos mais pertinentes para esta análise, a fim de fundamentar a articulação proposta.

Por tudo isso, iniciaremos elucidando conceitos centrais como *habitus*, campo, espaço social e capital. O *habitus*, por sua vez, é concebido como um conjunto estruturado de disposições duráveis e transponíveis que orienta práticas, percepções e gostos, internalizado por meio de processos de socialização primária e secundária, é responsável por reproduzir, de maneira inconsciente, as estruturas objetivas da sociedade (Bourdieu, 2007). Já o conceito de campo designa um microcosmo social relativamente autônomo, dotado de normas, lógicas e posições específicas, no qual os agentes competem por diversas formas de capital, seja o econômico, cultural, social, político ou simbólico, eles que funcionam como uma espécie de “moedas” sociais, determinando o poder e a posição relativa no espaço social.

Sendo assim, a sociedade na teoria bouerdiesiana é compreendida como um espaço hierarquizado, organizado a partir das diferenças sociais que distanciam os

---

humilhar, perseguir ou ameaçar com a finalidade de dificultar sua campanha ou influenciar sua atuação. Já o art. 359-P do Código Penal amplia a proteção para toda pessoa no exercício de seus direitos políticos e participantes da vida política, quando sofram violência, ameaça ou discriminação que impeça ou dificulte sua atuação.

agentes (Monteiro,2018). Cada agente ocuparia uma posição relativa dentro de um espaço social que é simultaneamente um espaço de forças e um espaço de lutas, no sentido dinâmico, onde se desenvolvem estratégias simbólicas e materiais voltadas à manutenção e reprodução de suas posições (Bourdieu, 2007).

Dentre os diversos campos analisados por Bourdieu, interessa-nos aqui, de modo particular, o campo político. Que assim como o sistema político luhmaniano, trata-se do espaço em que se produzem programas, problemas, análises e lideranças que competem pela adesão do público. Já o capital político, nesse sentido, pode ser compreendido como uma forma derivada do capital simbólico, fundada no reconhecimento coletivo da legitimidade de um agente para ocupar posições de poder. Nas palavras do próprio Bourdieu:

> O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objecto — os próprios poderes que eles lhe reconhecem (Bourdieu, 2021, p 193).

Além de conceituar, é importante também distinguir os diferentes capitais políticos que se ancoram a partir dos diferentes recursos sociais. Como destaca Miguel (2001, p.7):

> O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (Miguel,2001,p.7).

Dessa forma, convém explicitar as diferentes espécies de capital político propostas por Bourdieu (2021), assim, tem-se o capital pessoal, o qual é constituído pela notoriedade, reputação e popularidade da pessoa. Esse recurso depende de atributos percebidos como carisma, eloquência ou simpatia, mas possui caráter estruturalmente instável: se não for reconvertido em reconhecimento institucional, tende a se dissipar.

A esse se contrapõe o capital delegado, que resulta de um processo de investidura: a instituição (partido, organização, aparelho estatal) transfere temporariamente ao indivíduo uma parcela de capital coletivo, acumulado

historicamente pela militância e pela fidelidade de seus membros. Trata-se, portanto, de um poder delegado, que exige contrapartidas de obediência e lealdade. Em complemento, Bourdieu (2021) identifica o chamado capital de função, isto é, a autoridade simbólica conferida pelo simples exercício de um cargo, independentemente das características pessoais de quem o ocupa. Essas formas, quando estabilizadas, tendem à objetivação em aparelhos políticos e burocracias partidárias, assegurando continuidade para além das trajetórias individuais.

Ao mesmo tempo, o capital político também pode advir de processos de conversão. Nesse caso, notoriedade e prestígio conquistados em outros campos, como o artístico, o acadêmico ou o empresarial, são transpostos para a política, ainda que submetidos a diferentes taxas de conversão. Em situações de crise, é possível inclusive a emergência de um capital heróico, quando atos inaugurais produzem reconhecimento imediato sob a forma carismática.

No caso brasileiro, Luiz Felipe Miguel (2001) retoma a noção bourdieusiana de capital político e amplifica duas categorias com as condições institucionais e históricas do país. A primeira é o capital delegado, que se origina no próprio campo político e estatal. Ele decorre da notoriedade adquirida por meio de mandatos eletivos, da ocupação de cargos públicos de confiança no Executivo ou da militância partidária de longa duração. O segundo é o capital convertido, que corresponde à popularidade conquistada em outros campos ou à transferência direta do capital econômico para a política, sobretudo em campanhas eleitorais custosas.

A partir desses dois subtipos, Miguel (2001) descreve trajetórias políticas ideal-típicas. A trajetória do político de capital delegado é gradual, marcada pela ascensão paulatina a partir de cargos de menor expressão, como a vereança, ou após longas passagens por funções administrativas e partidárias. Mesmo nesses casos, é comum que os atores tragam algum prestígio localizado de outro campo, ainda que em pequena escala, como o médico ou advogado reconhecido em sua comunidade, ou o funcionário de carreira alçado a posições de confiança.

Já a trajetória do político de capital convertido é distinta: nela, o agente dispõe de um grande estoque de capital não-político e procura reconvertê-lo de forma a alcançar, desde o início, postos de maior projeção. A história brasileira apresenta múltiplos exemplos desse percurso, como artistas, intelectuais, jornalistas, sindicalistas e empresários que ingressaram diretamente em posições de destaque (Miguel,2001).

No entanto, Miguel (2001) também esclarece que embora apresentados como tipos ideais, esses modelos não se verificam em estado puro. As trajetórias políticas tendem a combinar elementos de delegação e conversão, articulando recursos institucionais e não-institucionais. O autor acrescenta, também, que nesse processo, um fator ganha relevo crescente: a visibilidade nos meios de comunicação de massa, que funciona como multiplicador decisivo da taxa de conversão de diferentes capitais e condiciona, em larga medida, as possibilidades de consolidação das trajetórias políticas.

Todavia, insta esclarecer que do ponto de vista luhmanniano, porém, essa visibilidade não garante, por si só, a entrada ou a permanência no sistema político. A mídia opera segundo sua própria lógica de comunicação, e sua ressonância só se converte em poder político efetivo quando encontra tradução nos códigos internos do sistema político que decidem seletivamente quais candidaturas, programas e lideranças podem se estabilizar e contribuir para a ocupação dos cargos responsáveis pelas decisões coletivamente vinculantes.

2.6 TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA DAS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE

Sendo assim, faz-se importante realizar o exame das trajetórias das prefeitas que governam ou já governaram o Norte Fluminense, para observarmos como os diferentes capitais políticos agiram para viabilizar a entrada e a permanência dessas mulheres no sistema político. Até hoje, nove mulheres já ocuparam o cargo de prefeita na região, como se observa abaixo na Figura 03. Quatro delas foram entrevistadas diretamente para esta pesquisa, a Governadora Rosinha Garotinho e as Prefeitas Fátima Pacheco, Francimara Barbosa Lemos e Tedi, enquanto as demais foram analisadas a partir de fontes secundárias. Assim, nosso objetivo é compreender como cada uma delas foi “processada” pelo sistema político, ou seja, de que modo os partidos, organizações políticas e o eleitorado filtram suas candidaturas e carreiras, e quais formas de capital político funcionaram para a conquista do poder.

Figura 1 – Quadro das Prefeitas do Norte Fluminense



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

2.6.1 Rosinha Garotinho (Governadora do Estado do Rio de Janeiro de 2003 - 2007/ Prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ de 2009 - 2013/ 2014- 2016)

> *"Olha, o que me projetou na vida pública foi ser secretária de Ação Social quando o Garotinho era governador."*

Entre as lideranças a serem analisadas, destaca-se inicialmente a trajetória da Governadora Rosinha Garotinho, cuja experiência é singular por ter disputado seu primeiro cargo eletivo diretamente no mais alto posto do Executivo estadual, antes de se tornar a primeira prefeita de Campos dos Goytacazes. As informações

que seguem foram obtidas em entrevista realizada em sua residência, em Campos dos Goytacazes, no dia 06 de maio de 2025, com a participação também de seu marido, o Governador Anthony Garotinho, que em diversos momentos complementou o relato.

Nesse sentido, tem-se que a trajetória política da Governadora começou por meio da militância e na atuação de bastidores, acompanhando campanhas, reuniões partidárias e, sobretudo, no rádio e na publicidade – espaços que, aliados à sua formação como professora, lhe conferiram notoriedade e reconhecimento popular. Sob a perspectiva luhmanniana, esse percurso pode ser compreendido como circulação de poder informal, isto é, uma forma de influência que não se apoia necessariamente em investiduras institucionais, mas em redes de confiança, visibilidade pública e reputação. Esse tipo de poder funciona como um subcódigo do sistema político: embora não possua a legitimidade formal derivada de cargos ou eleições, cria condições de reconhecimento seletivo que, em muitos casos, orientam quem poderá ser aceito posteriormente no interior do sistema político.

O marco de transição para o poder formal ocorreu quando Rosinha foi indicada, por Leonel Brizola, para a Secretaria de Ação Social do Estado durante o governo de Anthony Garotinho, seu marido. Nesse cargo, segundo ela, conseguiu implementar sessenta e dois projetos em parceria com órgãos do sistema de justiça e instituições públicas, ganhando destaque na mídia e ampliando sua legitimidade. A partir desse momento, sua trajetória passou a se estruturar com base na autoridade institucional conferida pela ocupação do cargo de Secretária, a permanência da identidade midiática, a associação ao nome Garotinho e a militância comunitária que continuaram a operar como comunicações essenciais para a consolidação de sua imagem política.

Poucos anos depois, nas eleições de 2002, Rosinha se lançou candidata ao governo estadual. A decisão foi marcada pela alta popularidade do governo do seu marido Garotinho, que segundo eles, as pesquisas da época apontavam a uma aprovação de 80%, e pelo fato do nome dela aparecer com vantagem em pesquisas preliminares de intenção de voto, quando comparado a outros possíveis sucessores.

Como a própria Rosinha sintetizou:

> [...] E a minha campanha foi feita em cima de que eu ia dar continuidade ao que o Garotinho começou e fazer mais. Esse

> era o mote da minha campanha. E isso me levou a ganhar. Eu confesso que quando me candidatei eu não tinha essa esperança de ganhar. Eu percebi que a campanha foi tomando corpo. Eu tinha a esperança de não ser a lanterna. Porque eu nunca tinha sido, eu não tinha sido candidata a nada. A primeira candidatura minha foi a governo do Estado. Então, eu acho que eu comecei pelo patamar alto. Eu nunca tinha sido vereadora, nunca tinha sido prefeita, nem deputada. Eu comecei como governadora. Mas continuar o governo que o Garotinho estava fazendo e fazer mais foi o que impulsionou a minha candidatura [...]

Esses acontecimentos evidenciam sobretudo o capital delegado, uma vez que sua legitimidade derivava diretamente da confiança depositada pela base governista em torno do nome Garotinho, reconhecido como herança política e garantia de continuidade. No entanto, a candidatura não se apoiava apenas nesse capital. Sua atuação como secretária estadual de Ação Social ,também lhe conferiu um capital de função, isto é, a autoridade simbólica advinda do exercício de um posto de governo. A combinação desses dois recursos, capital delegado, de base familiar, partidária e capital de função, derivado da administração pública, explica a grande densidade de sua candidatura, permitindo-lhe vencer no primeiro turno em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, adversários de longa trajetória política, como Benedita da Silva e Jorge Roberto Silveira.

Anos mais tarde, Rosinha retornou a Campos dos Goytacazes e se lançou candidata à prefeitura em 2008. Inicialmente, resistiu à ideia, alegando estar consolidada profissionalmente no Rio de Janeiro, mas acabou cedendo à pressão do partido e do marido, como ela mesma reconhece em sua entrevista. Esse movimento ilustra, também, como a trajetória política, longe de ser apenas uma decisão individual, é condicionada por redes de confiança e expectativas coletivas. O que nos permite fazer uma leitura que trata-se da ativação de todo o capital político adquirido, na medida em que sua candidatura não se deu por iniciativa isolada, mas pelo entrelaçamento de vínculos familiares e partidários que pressionaram pela sua volta.

Ao mesmo tempo, o retorno de uma ex-governadora à cidade natal constituiu-se em recurso simbólico de grande peso. A imagem da *“governadora que voltou para a sua cidade”* operou como capital simbólico, já que projetava sobre a candidatura municipal o prestígio político acumulado em âmbito estadual. Essa ressonância aparece de forma explícita no relato da própria Rosinha: *“Eu tinha sido*

governadora, e a governadora voltou para a cidade dela, que é onde ela foi criada, e isso teve um impacto grande na campanha."

Dessa forma, observa-se que, diferentemente da candidatura à governadora em que prevaleceu o capital delegado, derivado da liderança de Garotinho, na disputa pela prefeitura destacou-se o capital de função, isto é, a autoridade simbólica advinda da experiência como governadora, posteriormente reconvertida em legitimidade eleitoral também no plano municipal. Assim, sua trajetória local foi estruturada pela articulação entre esses capitais, demonstrando como recursos distintos podem ganhar relevância em diferentes momentos da carreira política.

Por tudo isso, podemos concluir que, os resultados eleitorais confirmam essa força simbólica. Rosinha venceu em Campos dos Goytacazes- RJ em duas eleições consecutivas, mantendo uma trajetória invicta de três vitórias, uma como governadora e duas como prefeita. Essa invencibilidade reforça a lógica do capital delegado, pois sua inserção se sustentou em redes já estabelecidas pelo grupo político liderado por Garotinho, e também pelo capital político/pessoal, adquirido pelo exercício da função de governadora e marcado pela construção de uma identidade própria, aspecto que será trabalhado de forma detalhada no próximo capítulo.

2.6.2 Carla Machado (Prefeita de São João da Barra-RJ em quatro mandatos – 2005-2008, 2009-2012, 2017-2020 e 2021-2022 / Deputada Estadual do Rio de Janeiro desde 2023)

Diferentemente da trajetória da Governadora Rosinha Garotinho, analisada a partir de entrevista exclusiva para esta pesquisa, o percurso político da Deputada Carla Machado foi reconstruído com base em fontes secundárias, em especial reportagem publicada no jornal *O Globo* (Souza, 2020) e dados oficiais de sua carreira. A relevância de Carla Machado para esta análise decorre do fato de ter sido a primeira mulher a governar São João da Barra e sua consistência na trajetória política, com quatro mandatos como prefeita e, mais recentemente, a eleição para deputada estadual em 2022.

Graduada em Ciências Contábeis e professora da rede pública, Carla Machado iniciou seu contato formal com a administração municipal aos 18 anos, quando assumiu um cargo de assessora na Secretaria de Educação. Embora não se tratasse de um posto eletivo ou de poder decisório, essa função lhe proporcionou socialização com o funcionamento da administração pública e visibilidade inicial no espaço político local. Sua proximidade com a política, entretanto, antecede esse momento. Ainda na juventude, ela acompanhava seu tio Durval Machado, que exerceu o cargo de vice-prefeito de São João da Barra. De modo que, a partir disso, podemos observar uma experiência que a inseriu nos circuitos de sociabilidade política do município e contribuiu para que sua presença fosse reconhecida desde cedo no sistema político local.

Aos 26 anos, Carla Machado assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São João da Barra na gestão de Dodozinho Mendonça. O acesso a esse cargo certamente envolveu um conjunto de fatores, entre eles a experiência prévia na área de gestão educacional e também sua inserção em redes políticas locais, das quais fazia parte em razão de laços familiares e partidários. O exercício na secretaria lhe conferiu capital de função, derivado da autoridade simbólica vinculada à ocupação de um posto executivo, além de ampliar sua visibilidade pública. Se, no início de sua trajetória, a presença ao lado do tio vice-prefeito pode ter funcionado como um elemento de capital delegado/familiar, é a partir da secretaria que a deputada começa a acumular legitimidade própria, ainda que mediada por indicações e apoios políticos. Esse processo se intensificou em 1996, quando foi eleita vereadora com a segunda maior votação da cidade. Três anos depois, tornou-se a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal, um marco que reforçou seu capital de função e também sua capacidade de mobilizar capital simbólico/político, na medida em que sua ascensão foi observada como inédita no contexto político de São João da Barra.

Em 2000, Carla Machado lançou-se candidata à prefeitura de São João da Barra. Embora não tenha sido eleita, alcançou 46,7% dos votos válidos, resultado expressivo que, mais do que uma derrota, funcionou como etapa de investimento simbólico em sua carreira política. Segundo Miguel (2001), a dinâmica das carreiras eleitorais no Brasil podem funcionar obedecendo a uma lógica de ocupação de cargos de forma gradual, com vitórias e derrotas funcionando como acúmulos de capital político, tendo em vista que o período de campanha auxilia na divulgação do

candidato, principalmente os menos famosos e também pode concretizar o status de líder da oposição.

Nesse sentido, a votação de 2000 demonstrou que Carla já havia transformado em capital político tanto sua experiência administrativa quanto o prestígio conquistado como vereadora e presidente da Câmara, confirmando o papel do capital delegado e de função derivado de suas investiduras anteriores. Sendo assim, a vitória como Prefeita em 2004 consolidou esse processo e pode ser lida como a conversão bem-sucedida de capitais de diferentes naturezas. Essa combinação explica também a reeleição em 2008, quando ainda ampliou sua votação sinalizando que sua posição não se sustentava de redes familiares ou partidárias que a apoiaram, mas também em uma legitimidade própria, construída pela experiência administrativa e pelo reconhecimento do eleitorado.

O retorno em 2016, com cerca de 73% dos votos válidos, evidencia como o acúmulo sucessivo de mandatos reforça o caráter estrutural do capital delegado. Nesse ponto, Carla não apenas mobilizava sua reputação como gestora, mas também se beneficiava da objetivação de seu capital político em aparelhos institucionais e redes partidárias locais, processo que, conforme Bourdieu (2021), confere durabilidade e estabilidade às lideranças. A vitória em 2020, garantindo-lhe o quarto mandato, reafirma essa posição: longe de ser episódico, seu domínio eleitoral demonstrava a capacidade de converter continuamente capitais sociais e simbólicos em legitimidade política.

A trajetória de Carla Machado, portanto, confirma o modelo incremental descrito por Miguel (2001), em que o percurso pelas instâncias inferiores da hierarquia política, assessoria, secretaria, vereança e presidência da Câmara, se apresenta como requisito de legitimidade para a ocupação de cargos de maior visibilidade, como a prefeitura e, posteriormente, a Assembleia Legislativa. Trata-se de um caso exemplar de quando o campo político brasileiro impõe um “treinamento prévio” em funções de menor expressão (Miguel, 2001), funcionando como um cartão de ingresso para etapas mais altas da carreira.

Nessa perspectiva, fica claro que a trajetória política da Deputada não se alicerça em um capital político delegado familiar, ainda que possa ter sido relevante em algum momento inicialmente. O que se observa é a progressiva reconversão de capitais delegado, de função, simbólico e pessoal em uma carreira política autônoma

e duradoura até chegar a Deputada Estadual, mesmo sendo uma candidata do interior do estado e de uma cidade com 36.573 habitantes (Brasil, 2022).

2.6.3 Fátima Pacheco (Prefeita de Quissamã-RJ por dois mandatos – 2017 - 2020/ 2021-2024)

> [...] *O voto empodera. Te coloca em lugares que você jamais conseguiria enxergar. Eu, quando tô lá em Brasília, dentro do Palácio do Planalto, junto com o Marcelo, eu olho pela janela. e vejo a Esplanada dos Ministérios, eu falo: 'Marcelo, olha onde a gente está'. Aquele lugar nunca seria pra gente. Pobres da roça, filhos de cortadores de cana. Eu mulher. Mas foi a determinação, o trabalho, a jornada [...].*

As informações desta subseção derivam de entrevista realizada na residência da Prefeita Fátima Pacheco, em Quissamã, no dia 10 de abril de 2024. Diferentemente das trajetórias ora analisadas, a Prefeita entra no sistema político, sem qualquer capital familiar. Como ela mesmo se apresentou: " [...] uma mulher que nasceu de família humilde, sem sobrenome famoso [...]". Da zona rural de Campos dos Goytacazes, formou-se em assistente social e chegou a Quissamã no início dos anos 1990, quando o município recém-emancipado estruturava sua rede de assistência social. Nesse contexto, ajudou na implementação dos programas de proteção social no município. (casas populares, PET, serviço de convivência para idosos), aproximou-se de órgãos de justiça e de equipes técnicas e, pouco depois, tornou-se a primeira Secretária de Assistência Social de Quissamã. Adquirindo, assim, um capital de função, tendo em vista a autoridade e a visibilidade que decorrem do cargo. Ao mesmo tempo, o trabalho técnico de Assistente Social também favoreceu a construção de um capital social denso, ancorado em confiança e proximidade com a população.

O reconhecimento derivado desses cargos e funções levou, por volta de 2002/2003, a convites para disputar cargos eletivos. A própria Fátima narra que, naquele momento, ainda se percebia como "técnica", distante da política partidária. Contudo, sabendo que o sistema político opera seletivamente sobre a sociedade, processando trajetórias e perfis, os partidos observam e buscam candidaturas viáveis. De maneira que ainda que não buscasse espontaneamente esse caminho,

sua visibilidade como secretária e a confiança social acumulada funcionaram como filtros que a tornaram elegível para a entrada no sistema político.

Sendo assim, em 2004 foi eleita vereadora do município juntamente com outra vereadora figurando como as primeiras mulheres na Câmara Municipal de Quissamã- RJ. Depois foi reeleita em 2008. Fátima se destacou com sua performance política ao expandir seu capital político com relações para além de uma vereadora de um município do interior do estado do Rio de Janeiro. Como ela sintetizou: [...] “Eu fui a primeira pessoa da política de Quissamã, que foi para Brasília buscar coisas. Então isso até hoje é um capital político que eu tenho”.

Sua iniciativa em articular demandas municipais com a esfera federal evidencia como o capital político se constrói também na capacidade de estabelecer pontes em outras esferas do poder. A própria Prefeita recorda: “Fui a Brasília, fiz audiência pública, trouxe três ministros a Quissamã – a ministra da Mulher, o ministro da Igualdade Racial e o ministro da Pesca”. Essa circulação com políticos representantes de outros entes, converteu o capital social e de função em ativos políticos duráveis, elevando seu grau de elegibilidade para disputas futuras e diferenciou sua trajetória no interior do Norte Fluminense.

Além disso, a própria Fátima enfatiza que não se restringiu às pautas paroquiais típicas da vereança, como buracos de rua ou troca de lâmpadas. Ao contrário, buscou projetar um mandato propositivo, conectando agendas locais a debates nacionais. Ela lembra, por exemplo, sua mobilização em torno da implementação de equipamentos de assistência social previstos na Lei Maria da Penha, bem como a criação de um parlamento regional para discutir violência doméstica e o empoderamento feminino junto às Câmaras do Norte e Noroeste Fluminense. Assim, sua atuação como vereadora funcionou como “treinamento prévio” (Miguel, 2001), pavimentando a transição para posições de maior centralidade no sistema político, tal como observamos no caso da Deputada Carla Machado.

Nesse sentido, Miguel (2001) explica que o treinamento prévio na carreira política brasileira funciona como um período de socialização e acumulação de experiência em cargos públicos ou funções partidárias menores antes da conquista de cargos eletivos de maior destaque. Segundo o autor, especialmente em eleições majoritárias, há um filtro mais rigoroso que exige que os candidatos tenham uma trajetória anterior, passando por posições de menor complexidade, o que lhes

confere legitimidade para outras candidaturas mais importantes. Esse aspecto se manifesta de forma clara na trajetória de Fátima, que venceu as eleições para prefeita em 2016 e 2020, mas que também enfrentou, em suas primeiras campanhas, a dureza dos mecanismos seletivos do sistema político.

Acerca dos meandros da campanha, a Prefeita esclareceu como a política é um sistema em que os indivíduos que estão no ambiente são profissionais e como no início é difícil compreender o funcionamento:

> [...] Ao final, principalmente quando afunila, vira um espaço muito competitivo. E eu, primeira vez ingênua, um coraçãozinho puro de assistente social, não entendia os meandros daquele jogo, daquele mosaico que… Há muito jogo… e tinham homens muito experientes naquilo, que já eram vereadores que já tinham sido candidatos, enfim. Então, quando eu percebi o tamanho daquilo, eu fiquei muito assustada porque eu não estava preparada [...]

Essa percepção de ter ingressado *"ingênua, um coraçãozinho puro de assistente social"* e de se deparar com um ambiente competitivo aproxima-se do pensamento de Maquiavel (2002) sobre o funcionamento do sistema político , não se sustentar apenas em princípios morais ou em afetos pessoais, mas exigir sobretudo astúcia, cálculo e a capacidade de agir estrategicamente, combinando a raposa e o leão. A Prefeita lembra também como as amizades de longa data se relativizam diante de compromissos eleitorais e mostra justamente como a disputa impõe profissionalização e racionalização das escolhas, sob pena de exclusão precoce. Assim, o aprendizado inicial de Fátima traduz em termos contemporâneos a advertência maquiaveliana e nesse sentido também luhmanniana: quem deseja permanecer no jogo político precisa ajustar-se às suas regras próprias, que frequentemente se distanciam do romantismo individual. Ainda que, em outros contextos, códigos de afetividade e moralidade possam ser mobilizados como recursos políticos.

Outra análise que pode ser feita é sobre a dificuldade de ingresso no sistema, tendo em vista a presença de participantes já experientes, como enfatiza a Prefeita: "homens muito experientes, que já eram vereadores, que já tinham sido candidatos". Nesse sentido, Robert Michels (1982) demonstra como o sistema político tende a concentrar o poder nas mãos de lideranças habituadas ao jogo, reproduzindo vantagens estruturais que dificultam a ascensão de novos atores. Como já discutido

anteriormente, Luhmann (2005) também aponta para essa seletividade interna, ao destacar que o sistema político favorece aqueles que dispõem de um capital político consolidado, tornando o acesso de novos participantes ainda mais restrito. A Fátima também relatou como alguns candidatos inexperientes podem até “adoecer” ou se endividar para sustentar uma campanha por não saber administrar esse momento. Sendo assim, apenas os que conseguem corresponder às exigências do sistema permanecem competitivos. Sob uma análise luhmanniana, novamente observamos tratar-se de uma filtragem típica do sistema político, que reduz a complexidade da sociedade selecionando candidatos ajustados às suas expectativas internas.

Desta forma, o primeiro contato com a lógica dura das campanhas majoritárias foi consolidado na disputa de 2012, quando Fátima enfrentou um adversário historicamente consolidado e acabou derrotada. Longe de representar um ponto de ruptura, essa experiência funcionou como etapa de aprendizado e de fortalecimento político, preparando o terreno para as vitórias subsequentes em 2016 e 2020:

> [...] Aquilo não me desanimou. Voltando com a força da mulher que me deu uma musculatura. Eu passei de 12, 13 a 16. Dialogando na cidade. Sem desânimo, sem mágoa. Foi um processo político onde teve democraticamente a vitória de um outro candidato que na época era um candidato de fato muito consolidado. Foi Seu Otávio, o primeiro prefeito de Quissamã[15], pessoa que eu tinha um grande respeito por ele. E perco aquela eleição. Mas não parei de dialogar com a cidade. Quando chego em 16. Quando fizeram a pesquisa, falaram assim: ‘Fátima está espalhada na cidade toda’. Eu tinha um amigo com uma Kombi que tinha 50 cadeiras dessa branca. Uma amiga minha com uma agenda e a outra amiga com uma caixinha de som. E eu fiz reuniões de 5 á 50 pessoas. De 150 á 10 pessoas embaixo de árvores, em varandas de casas [...]

Sendo assim, a prefeita Fátima foi eleita em 2016 e reeleita em 2020, consolidando o capital acumulado em uma trajetória que evidencia como o aprendizado prático das campanhas e a capacidade de se manter conectada com o eleitorado funcionaram como elementos centrais de sua ascensão política. Esse reconhecimento também se estende para além do município, uma vez que Fátima é amplamente respeitada entre seus pares no Norte Fluminense, tendo sido eleita e reeleita presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do

[15] Otávio Carneiro, foi o primeiro Prefeito de Quissamã e eleito em quatro mandatos nos primeiros 23 anos do município.

Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF) e, atualmente, atuando como coordenadora de parcerias regionais da EMBRATUR, o que reforça sua posição como liderança regional legitimada. Essa trajetória de consolidação política vem se ampliando para além do cenário municipal, alcançando reconhecimento nacional, como demonstra sua presença em agendas oficiais em Brasília, ao lado de autoridades do governo federal na figura 4 abaixo.

Figura 2 – Prefeita Fátima com as Ministras de Estado e a primeira- dama Janja Lula.



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de Quissamã (2024).

2.6.4 Francimara Azeredo da Silva Barbosa Lemos (Prefeita de São Francisco de Itabapoana-RJ por dois mandatos – 2017 - 2020/ 2021-2024)

> “Eu não tinha o que oferecer. Eu só tinha o meu nome. Aí surgiu na cidade: ‘Vamos votar na mulher’”.

As informações desta subseção derivam de entrevista concedida pela Prefeita Francimara Barbosa Lemos, realizada em seu gabinete, na Prefeitura de São

Francisco de Itabapoana, no dia 15 de maio de 2024. Francimara nasceu em Campos dos Goytacazes, mas foi criada em São Francisco de Itabapoana, na Praia de Guaxindiba, onde vive até hoje. Antes de entrar na política, trabalhou em diferentes atividades do comércio, trajetória que não indicava vínculos com o sistema político. Sua inserção ocorreu a partir do casamento, em 2004, com Frederico Souza Barbosa Lemos, integrante de uma família tradicional na política de São Francisco de Itabapoana: seu sogro, Barbosa Lemos, foi o primeiro prefeito e deputado responsável pela emancipação do município; Frederico exerceu a vice-prefeitura e chegou a ocupar a chefia do Executivo por seis meses.

Em 2008, durante o mandato do marido, Francimara assumiu a Secretaria de Assistência Social, onde permaneceu pouco mais de um ano. Esse episódio lhe conferiu capital delegado, em virtude da ligação direta com a posição de Frederico, e também capital de função, já que o exercício de ser Secretária de Assistência Social lhe proporcionou autoridade simbólica e visibilidade política. Além disso, sua atuação junto às populações vulneráveis favoreceu a acumulação de capital pessoal, ao consolidar sua imagem de proximidade e cuidado.

Com o fim do mandato do marido, a família mudou-se para o Espírito Santo, onde permaneceu por mais de uma década. Como relatou a prefeita:

> [...] Meu esposo, radialista, e eu fomos morar no Espírito Santo. Ele tem uma rádio lá em Marataízes. Morei 11 anos lá. Então, o grupo político no qual a gente pertencia aqui, mas sempre os finais de semana estando aqui em São Francisco, aí foram lá convidar para que eu pudesse compor uma chapa como vice-prefeita. Aí surgiu a pesquisa. Eu logo me imaginei: eu? Nunca! Mas na pesquisa eu saí na frente dos demais candidatos. Saí com cinco pontos na pesquisa. Aquilo para mim foi radiante e dali em diante, me deu aquela vontade. Eu acho que eu consigo. E eu parti, abracei [...]

O resultado da pesquisa foi decisivo para sua entrada no sistema político, para disputar o cargo majoritário como prefeita, funcionando como elemento de capital delegado, ao transformar notoriedade social da função exercida e da família a qual pertencia em reconhecimento eleitoral.

De forma que a eleição de 2016 foi extremamente disputada: Francimara venceu por apenas 112 votos de diferença, enfrentando o prefeito em exercício, médico, cujo pai já havia governado o município por duas gestões. Nesse cenário,

embora carregasse o sobrenome Barbosa Lemos, associado à memória política local e, portanto, uma forma de capital delegado, esse recurso não foi suficiente para garantir seu ingresso sem obstáculos. Isso porque o adversário também dispunha de capital familiar, acrescido do capital de função conferido pelo (???) no momento exercido como prefeito. Para agravar a disputa, o próprio sogro de Francimara, figura histórica do município, não apoiou sua candidatura de forma efetiva, o que fragilizou ainda mais a legitimidade política herdada pelo sobrenome:

> [...] o nosso grupo era um grupo muito pequeno e a oposição da cidade colocou o nosso nome de gato pingado. Falava que era uma meia dúzia de gatos pingados fazendo barulho na cidade... e até o meu próprio sogro, que é um político bem conhecido, todos conhecem. Não acreditava no projeto, tanto que ele não apoiou como deveria apoiar [...]

Nesse processo, a prefeita também enfrentou preconceitos sociais, relacionados à sua origem simples, à ausência de diploma superior e à ideia de que não teria preparo ou oratória para governar. Tais barreiras foram reconvertidas em força mobilizadora, especialmente porque sua candidatura passou a ser identificada com a expressão espontânea “vamos votar na mulher”, que se transformou em recurso político eficaz.

Sendo assim, a trajetória de Francimara confirma a análise de Miguel (2001), segundo a qual as carreiras políticas combinam elementos de capital social e delegado, sem se enquadrarem em tipos ideais puros. No caso da prefeita, a legitimidade eleitoral resultou da articulação entre o capital delegado herdado por vínculos familiares, o capital de função obtido no exercício administrativo e o capital social construído em sua trajetória social e política. Do ponto de vista luhmanniano, esses recursos apenas se estabilizaram como capital porque foram selecionados pelo sistema político local, que traduziu em legitimidade eleitoral tanto a ressonância do sobrenome Barbosa Lemos quanto a identificação simbólica, aspecto que será aprofundado no próximo capítulo.

2.6.5 Tedi (Prefeita de Conceição de Macabú - 2009 - 2012 e 2013)

> “Aprendi a fazer política no dia a dia, caminhando, conversando e ouvindo as pessoas.”

As informações desta subseção derivam de entrevista realizada com Lídia Mercedes Oliveira Soares, conhecida politicamente como Tedi, em 9 de junho de 2024, na sua casa em Campos dos Goytacazes. Nascida e criada em Conceição de Macabu- RJ, Tedi explica a origem do apelido em um episódio familiar da infância, que acabou marcando sua identidade pública. Tedi se apresenta como professora e assistente social, com carreira construída nas áreas da educação pública e do serviço social, nas quais também foi aprovada em concursos e exerce tais profissões.

Sendo assim, a sociabilidade política de Tedi foi precoce e atravessada pela figura do avô materno, Luiz Dias de Oliveira, um dos emancipadores de Conceição de Macabu, que recusou convite para ser prefeito nomeado por considerar que o cargo deveria resultar do voto popular. Sendo assim, a paixão pela política, afirma que “veio com meu avô”, com quem participou intensamente de campanhas:

> [...]quem cantava nos palanques do meu avô eram as três mosqueteiras, as três irmãs, a minha irmã mais velha, eu e a minha irmã mais nova do que eu, todas com diferença de um ano. Aí ficava o trenzinho cantando os candidatos a prefeito e depois cantávamos para o meu avô falar. Aí meu avô depois foi ser o vice. E naquela época eu não sei se você sabe. Você escolhia o vice, e o candidato a prefeito. Meu avô teve mais voto do que o prefeito eleito. E depois eu bato o recorde do meu avô como candidata a prefeita nas urnas, que até então era o recorde dele, porque ele era vice na época e teve mais voto do que o prefeito eleito[...]

Depois, na juventude, Tedi transitou entre movimento estudantil, MR-8, movimentos feministas e lutas sociais; ela relata atos de protesto durante a ditadura, inclusive um episódio contra a poluição do Paraíba do Sul que ganhou registro na imprensa nacional. Durante a graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, teve contato direto com os estudos marxistas, que descreve como decisivos para o desenvolvimento de uma consciência política crítica. Tedi afirmou que esses referenciais teóricos forneceram base para sua atuação contra a desigualdade e para sua oposição ao capitalismo neoliberal, orientando o engajamento em causas políticas e sociais voltadas à transformação da realidade. Por isso, anos depois engajou-se com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: “[...] Então, eu sempre fui engajada e depois fui para o Movimento Sem

Terra. Mesmo barriguda, fazia a ocupação. Se tivesse que levar tiro, saía correndo[…]".

Desta forma, o primeiro cargo de destaque ocupado por Tedi na gestão da administração pública foi o de Secretária de Promoção e Desenvolvimento Social de Conceição de Macabu, durante a gestão do prefeito Leopoldo. Responsável por estruturar a secretaria desde sua criação, coordenou creches, programas de alimentação e ações de acompanhamento das famílias em vulnerabilidade. Essa experiência lhe conferiu visibilidade local e projetou sua imagem como gestora comprometida com políticas sociais, de modo que a função secretarial operou como um mecanismo de delegação institucional, no qual uma parcela do capital coletivo da administração foi transferida para sua atuação individual. O exercício da pasta proporcionou a Tedi autoridade simbólica e reputação administrativa, capital de função, além de representar o momento inicial de sua efetiva inserção no sistema político.

Eleita vereadora em seguida, Tedi alcançou a maior votação proporcional da história do município, superando inclusive o recorde obtido décadas antes por seu avô. Relata que fez um mandato propositivo, apresentando projetos inovadores pautados nas efetivações de políticas sociais, além de integrar as comissões de fiscalização, destacando esse período como decisivo para ampliar sua notoriedade como liderança combativa e alternativa ao Executivo municipal.

A decisão de disputar a prefeitura surgiu justamente da frustração com os limites do Legislativo, em suas próprias palavras:

> [...] Por que eu vim como prefeita? Porque eu vi que no Legislativo eu lutava, lutava, lutava pelas leis. As leis eram aprovadas, mas as políticas públicas não eram executadas. Isso me frustrou. Eu falei assim: vou ser candidata a prefeita. Eu perco meu mandato e o que eu ganhava para dentro de casa, mas eu quero ser candidata a prefeita [...]

A pré-candidatura foi lançada em frente à Câmara Municipal, de forma simbólica e desafiadora, com um megafone e caixotes improvisados como palanque:

> [...] Peguei um bolo de caixote emprestado com um amigo meu, de tomate, botei na frente da câmara. Olha como eu sou afrontosa. Nessa época, eu ainda era vereadora. (...) Minha história é igual a de Lula. Duas derrotas e uma vitória na terceira, aí em cima de um caixote. Um megafone. Eu hoje

> lanço a minha pré-candidatura a prefeita de Conceição de Macabu [...]

Na primeira disputa pela prefeitura, Tedi estruturou sua campanha, com poucos recursos financeiros, marcada pela simplicidade e pela proximidade com os eleitores. Ela relembra que a filha, então com cinco anos, participava ativamente da mobilização, recitando versos e entregando panfletos de porta em porta: “Minha filha de cinco anos fazia um versinho e entregava os papéis nos comícios e nas casas. Eu entrava em uma casa e ela entrava em outra. Foi uma campanha muito simples, mas cheia de verdade.” O resultado foi uma derrota apertada, por apenas 75 votos de diferença, suficiente para consolidá-la como liderança política local e mostrar a viabilidade de seu nome em eleições majoritárias.

Na segunda tentativa manteve sua expressiva votação, mas enfrentou obstáculos e rearranjos políticos internos, que inviabilizaram sua vitória. Então, a eleição para prefeita só foi conquistada em sua terceira candidatura. Com uma base já consolidada e maior reconhecimento público, Tedi alcançou o maior número de votos da história do município, superando inclusive a marca de seu avô. Como ela mesma ressalta: “Na terceira vez, eu ganhei e bati o recorde de todos os homens. Até hoje ninguém conseguiu me superar.” e depois conseguiu ser reeleita para o mandato seguinte. Esse feito simbolizou a consagração de sua trajetória política, marcada pelo acúmulo gradual de capital delegado, de função, pessoal e cultural, convertidos em legitimidade para ocupar o cargo máximo do Executivo de Conceição de Macabu.

2.6.6 Carla Caputi (Prefeita de São João da Barra 2022 - 2024 e 2025 - 2029)

As informações desta subseção derivam do site da Câmara Municipal de São João da Barra, bem como de registros jornalísticos locais. Inicialmente, o interesse de Carla Caputi pela política se deu já cedo, acompanhando o pai, Carlos Alberto Alves Maia (Caputi), em suas campanhas ao Legislativo municipal, quando exerceu mandatos de vereador. Desse modo, podemos perceber como, novamente, a participação ativa nesses processos eleitorais proporcionam familiaridade com o sistema político, e a possibilidade de inserção a partir das redes de sociabilidade, sustentadas pelo capital familiar.

Paralelamente, desde os 16 anos passou a trabalhar no supermercado da família, experiência que pode ter operado como um mecanismo cotidiano de publicidade social. Em cidades pequenas, o comércio é um ponto de encontro e observação recíproca, gerador de vínculos e reputação. De modo que isso pode vir a ser um capital social convertido, a partir da recorrência de interações face a face com os moradores/clientes/futuros eleitores, transformando-se em confiança difusa, a partir da lembrança do nome e do reconhecimento, recursos que mais tarde podem ser reconduzidos ao jogo político.

Depois, formou-se em direito e construiu sua carreira pública assumindo diferentes funções administrativas no município, como subsecretária de fazenda, subcontroladora, subsecretária de comunicação, coordenadora-geral de compras, subsecretária e secretária de administração, além de secretária de assistência social e Direitos Humanos. Essas experiências representaram sua entrada efetiva no sistema político por meio da ocupação de cargos de confiança, acumulando capital delegado e legitimidade institucional.

Esse reconhecimento também aparece no depoimento da prefeita Carla Machado, quando justificou a escolha de Carla Caputi como vice-prefeita em 2020, destacou que a decisão não se deu por uma questão de gênero, mas por sua competência e sensibilidade administrativa: “Ela já fez parte da nossa gestão. Era minha secretária de administração. É sensível aos problemas da população e por isso foi escolhida”.

Pouco tempo depois, a Prefeita Carla Machado renunciou ao cargo para disputar e conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2022, conforme já explicitado. Com isso, Caputi assume a chefia do executivo municipal e depois é reeleita nas eleições de 2024 com 77,76% dos votos válidos, uma das maiores margens proporcionais da história política de São João da Barra.

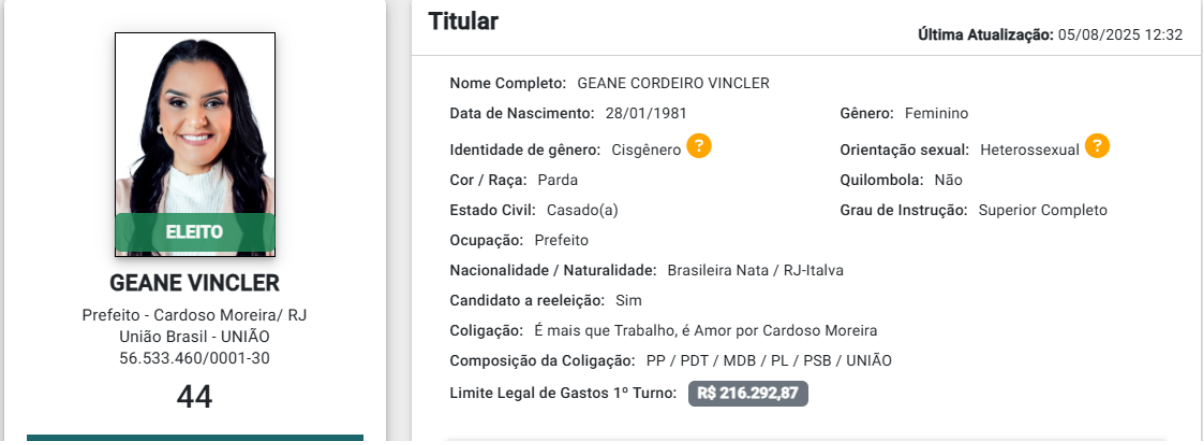
Sendo assim, a leitura de sua trajetória sugere que diferentes fatores se entrelaçam para viabilizar sua entrada e permanência no sistema político. A base política familiar e a participação ativa nas campanhas do pai abriram-lhe as primeiras portas do sistema político, criando um reconhecimento inicial. O trabalho no comércio da família, em uma cidade pequena como São João da Barra, também funcionou como espaço de visibilidade cotidiana e de construção de confiança social. Depois, ao ser indicada para ocupar cargos administrativos na Prefeitura, provavelmente em parte por já ser conhecida e reconhecida nesses circuitos, Caputi

pôde transformar essas credenciais sociais em legitimidade institucional. O desempenho nessas funções reforçou sua imagem de gestora competente, o que explica a escolha como vice em 2020. E por fim, a reeleição com percentual tão expressivo em 2024 sugere que sua permanência no cargo não decorreu apenas de apoios herdados, mas também de uma avaliação positiva de sua gestão.

2.6.7 Geane Vincler (Prefeita de Cardoso Moreira 2020-2024 e 2025-2029)

As informações desta subseção derivam do site oficial da Prefeitura de Cardoso Moreira e de registros públicos de sua carreira política. Geane Vincler chegou ao sistema político sem dispor de capital familiar, algo semelhante ao observado na trajetória da prefeita Fátima Pacheco, de Quissamã. Em Cardoso Moreira, município de pequeno porte do Norte Fluminense, com cerca de 13 mil habitantes (IBGE, 2022), sua eleição como a primeira mulher a ocupar a chefia do Executivo ganha relevância justamente por ter origem em uma família de lavradores e por ter nascido e crescido na localidade Cruz do Menino, um distrito rural entre Cardoso Moreira e Italva. Autodeclarada parda ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Geane é a única prefeita negra do Norte Fluminense, o que confere à sua trajetória um significado adicional no contexto da representatividade política regional.

Figura 03 – Perfil Prefeita Geane, TSE.



Fonte: TSE (2025)

Formada em Psicopedagogia e concursada como professora, iniciou sua vida profissional na rede municipal de ensino, construindo relações de proximidade que funcionaram como base de reconhecimento social. A entrada no Executivo ocorreu em 2012, quando assumiu a Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação, cargo que lhe conferiu capital de função, associado à autoridade institucional e à visibilidade administrativa.

Já em 2016, disputou uma cadeira na Câmara Municipal e obteve a maior votação da cidade. Nesse período, destacou-se pela atuação combativa na oposição, muitas vezes de maneira solitária frente à base governista, reforçou um capital pessoal associado à imagem de independência e firmeza. A vereança funcionou, portanto, como etapa decisiva de legitimação, tendo em vista o capital delegado e notoriedade no cargo pela fiscalização e defesa de pautas sociais.

Quatro anos depois, em 2020, foi eleita prefeita em uma eleição decidida por apenas oito votos de diferença em relação ao segundo colocado. O resultado ilustra a seletividade do sistema político, de modo que, ainda que reconhecida por sua trajetória anterior, sua aceitação como liderança majoritária se deu de forma bem difícil ao concorrer com o candidato indicado pela base governista.

Em 2024, Geane foi reeleita com quase 70% dos votos válidos, alcançando a maior diferença já registrada na história política de Cardoso Moreira. O contraste entre a vitória mínima de 2020 e a consagração eleitoral quatro anos depois revela como sua trajetória se estabilizou, aproximando-se de experiências como as de Fátima Pacheco e Tedi, que também ingressaram na política sozinhas e se firmaram a partir de combatividade e reconhecimento social. Além disso, em 2025, a Prefeita

Geane foi eleita por unanimidade como presidente do CISNOVO, consórcio intermunicipal de saúde do Norte e Noroeste Fluminense, o que evidencia que sua legitimidade extrapolou o município, sendo reconhecida também entre os pares na esfera regional.

2.6.8 Yara Cinthia (Prefeita de São Francisco de Itabapoana-RJ – 2025-2028)

As informações desta subseção foram coletadas a partir de materiais de campanha divulgados no perfil oficial da prefeita Yara Cinthia no *Instagram* (@yara.cinthia) e da entrevista concedida ao *Noix Podcast* (episódio #131), publicada no *YouTube* em 2 de setembro de 2024.

Filha de agricultores, nascida e criada em São Francisco de Itabapoana, Yara Cinthia construiu sua trajetória política a partir do capital pessoal adquirido no sistema educacional, área que se tornou parte central de sua identidade política. Professora concursada em São Francisco de Itabapoana e em Campos dos Goytacazes, neste último caso cedida ao município de origem.

Figura 4 – Logo Campanha 2024 da Yara Cinthia



Fonte: Instagram @yara.cinthia (2024)

Iniciou sua carreira profissional como docente em um período em que havia carência de profissionais na rede municipal. Nesse contexto, mobilizou soluções criativas para manter a qualidade do ensino. Em 1998 juntamente com outra professora inaugurou o Ensino para Jovens e Adultos no município, relata que tendo em vista a falta de professores, seus alunos chegavam a frequentar sua casa aos sábados para tirar dúvidas e estudar.

Sua ligação com a educação se aprofundou ao assumir a direção de uma escola em Guaxindiba, entre 2001 e 2009, o reconhecimento acumulado levou ao convite para ocupar cargos mais elevados na administração pública, como

subsecretária de Educação, depois assessora no gabinete do prefeito e, no mesmo ano, secretária de Educação, cargo que exerceu até 2012. Essa experiência lhe conferiu capital de função, derivado da autoridade institucional e da visibilidade associada ao comando de uma das pastas mais relevantes da gestão municipal.

Nas eleições de 2012, deixou a secretaria para disputar a Câmara Municipal, sendo eleita vereadora, cargo para o qual seria reconduzida em mais dois mandatos consecutivos. Essa trajetória consolidou seu capital delegado, derivado diretamente da legitimidade conferida pelo voto popular e do exercício contínuo do mandato legislativo, e foi acompanhada por um capital pessoal associado à combatividade e à independência, já que se destacou como única voz de oposição no Legislativo. Nesse período, apoiou de maneira enfática a candidatura de Francimara Barbosa Lemos à prefeitura, mesmo quando esta era desacreditada pelo grupo político dominante, como vimos na subseção dedicada àquela prefeita.

A prefeita Yara relata que não tinha pretensão de concorrer à prefeitura. No entanto, ao final do segundo mandato da prefeita Francimara, quando pesquisas espontâneas de intenção de voto foram realizadas para avaliar possíveis sucessores, seu nome apareceu com destaque. Ela acredita que isso se deve à legitimidade observada pela opinião pública sobre o desempenho das funções que exerceu como vereadora e secretária de educação e a conferiram visibilidade e credibilidade ao seu desempenho político.

Desta forma, para as eleições de 2024 a prefeita Francimara indicou Yara Cinthia como sua sucessora e a apoiou firmemente na campanha conforme podemos observar nas figuras abaixo.

Figura 07 – Propagandas Campanha Yara Cinthia



Fonte: *Instagram* @yara.cinthia e @francimara.azeredo

Sendo assim, a vitória de Yara Cinthia nas eleições de 2024, que lhe garantiu o mandato de 2025 a 2028, consolidou uma trajetória marcada pela articulação de diferentes capitais políticos. O capital de função, acumulado em sua passagem pela Secretaria de Educação, lhe conferiu autoridade administrativa e visibilidade institucional. Esse percurso foi reforçado pelo capital delegado, resultado de três mandatos consecutivos como vereadora e posteriormente ampliado pela sucessão da prefeita Francimara Barbosa Lemos, cujo apoio funcionou como transferência de prestígio político. A esses elementos somou-se o capital convertido, expresso na transformação de sua identidade docente em recurso eleitoral, simbolizada no nome político “Professora Yara Cinthia”, que projetou a educação como marca central de sua identidade pública.

2.6.9 Christiane Cordeiro (Prefeita de Carapebus-RJ – 2017-2020 / 2021)

As informações desta subseção foram obtidas em registros públicos sobre a história política de Carapebus. Desta forma, a eleição de Christiane Cordeiro como prefeita está diretamente vinculada à trajetória de Eduardo Cordeiro,seu marido e liderança histórica da cidade desde a emancipação em 1995. Eduardo foi eleito duas

vezes prefeito, entre 1997 e 2004, e chegou a conquistar novo mandato em 2008, mas impedimentos jurídicos o impediram de assumir. Após nova inelegibilidade em 2016, indicou o nome de sua esposa para a disputa eleitoral, e foi nesse contexto que Christiane Cordeiro ingressou formalmente no sistema político, conquistando a prefeitura de Carapebus.

Em razão da escassez de registros disponíveis sobre sua trajetória política, bem como da impossibilidade de entrevistá-la, é possível apenas afirmar que sua entrada no sistema político ocorreu pela existência de um capital delegado familiar, ou seja, o prestígio e legitimidade transferida da carreira política do seu marido.

2.6.10 Síntese comparativa das trajetórias

Tomadas em conjunto, as trajetórias analisadas evidenciam três portas de entrada predominantes no sistema político do Norte Fluminense: a herança familiar/continuidade/sucessão, em que há transferência de legitimidade por vínculos diretos; a escalada endógena, caracterizada pela ascensão gradual em funções institucionais como secretarias e vereança; e a conversão de trajetórias não-políticas, quando identidades profissionais ou militantes se tornam recursos políticos comunicáveis.

Rosinha Garotinho e Christiane Cordeiro ilustram a primeira via, ainda que em registros distintos: no caso de Rosinha, a associação inicial ao grupo liderado por Anthony Garotinho funcionou como impulso inicial, depois consolidado pelo acúmulo de funções no Executivo estadual (secretária e governadora); já em Carapebus, Christiane Cordeiro chega diretamente à prefeitura por meio da indicação do marido, emancipador e várias vezes prefeito do município, operou como vetor direto de transferência para o cargo majoritário. Observa-se, também, que ambas não foram vereadoras.

Um segundo conjunto, podemos compor com as prefeitas Fátima Pacheco, Geane Vincler, Tedi e Yara Cinthia, as quais ingressaram prioritariamente por meio do exercício das sua identidades profissionais ou militantes, principalmente na docência e no serviço social, onde se destacaram e depois alcançaram cargos de Secretárias de governo, que se convertem em visibilidade e autoridade institucional, chegam a vereança e por fim, a vitória nas eleições majoritárias.

Nesse mesmo sentido, temos uma trajetória completa que foi além, articulou uma escalada institucional completa, como é o caso da Deputada Carla Machado, cujo percurso passou da assessoria, secretaria, vereança e presidência da Câmara Municipal para legitimar sucessivas vitórias como prefeita e, depois, a Assembléia Legislativa. Entre essas lógicas, situa-se ainda a experiência de Carla Caputi, que combina capital familiar, a partir da socialização nas campanhas do pai vereador, com longa passagem por secretarias e subsecretarias, culminando na sucessão de vice-prefeita para prefeita e posterior reeleição com margem expressiva.

A comparação também mostra que capitais de origem não se traduzem automaticamente em elegibilidade. Onde há sobrenome forte, o processamento seletivo do sistema político local pode reforçar ou bloquear sua eficácia. Francimara Barbosa Lemos ilustra bem o caso nesse sentido: embora carregasse um sobrenome associado à memória política de São Francisco de Itabapoana, enfrentou um adversário com capital familiar e de função (prefeito em exercício) e, além disso, não contou com o apoio efetivo do próprio sogro, o que evidenciou que a herança simbólica, sem ressonância organizacional e sem redes ativas de endosso, não garante ingresso facilitado. O mesmo se observa, inversamente, quando a ausência de capital familiar é compensada por autoridade técnico-institucional e densidade relacional: Fátima, Geane, Tedi e Yara transformam o repertório da assistência social e da educação, áreas de forte capilaridade local, em legitimidade política cumulativa, expandindo sua aceitabilidade sistêmica.

A título de esclarecimento, então, em que pese os sistemas sociais serem fechados operacionalmente, a política não está isolada do que acontece ao seu redor. Para Luhmann, os sistemas podem ser irritados pelo ambiente, isto é, afetados por acontecimentos externos que precisam traduzir na sua própria lógica. É nesse ponto que esses capitais advindos de outros sistemas podem se tornar relevantes. Pois quando esses recursos encontram reconhecimento público, seja na forma de apoio social mais difuso ou de votos efetivos, o sistema político os aceita e os transforma em candidaturas, alianças ou mandatos.

A chave para essa tradução está na opinião pública, que para Luhmann (2009) pode ser entendida como parte do ambiente interno do sistema político, onde os políticos e candidatos percebem como são observados e ajustam suas estratégias em função dessas expectativas. Assim, não é o capital em si que garante

a inclusão, mas o modo como ele é refletido e reconhecido socialmente, tornando-se comunicável dentro da lógica política.

Nesse sentido, retornando as análises, outro traço recorrente é a centralidade dos “degraus institucionais” como rito de passagem. Mesmo onde há atalhos simbólicos (ser ex-governadora, no caso de Rosinha; ser vice que sucede ainda no mesmo mandato, como no caso de Caputi), a estabilização das lideranças depende de percursos que convertam reputação em desempenho e desempenho em durabilidade eleitoral. É por isso que trajetórias com derrotas iniciais não aparecem como desvios, e sim como fases de aprendizagem e acúmulo. As experiências de Carla Machado (derrota em 2000), Fátima (derrota em 2012) e Tedi (duas tentativas até vencer) mostram que a competição majoritária funciona como filtro que seleciona candidaturas capazes de suportar os custos organizacionais, políticos e afetivos das campanhas, recompondo redes e aperfeiçoando estratégias a cada ciclo. Mesmo em vitórias iniciais muito apertadas, como a de Francimara, por 112 votos, e a de Geane, em 2020, por 08 votos, observou-se, no ciclo seguinte, um salto de legitimação que transformou-se em domínio eleitoral robusto. Com exceção de Yara, que acaba de ser eleita, todas as demais prefeitas conquistaram a reeleição; e, até o momento, cerca de um terço delas não conseguiu garantir a eleição de seus sucessores.

Por tudo isso, em termos analíticos, o conjunto confirma que “capitais” não operam como causalidades lineares, mas como condições de possibilidade cujo êxito depende do processamento seletivo do sistema político. Onde há nome forte sem redes ativas, o sistema recusa; onde há desempenho administrativo sem tradução comunicativa, a legitimação estagna; onde há derrota com aprendizado, o sistema reabre portas em ciclos seguintes. Em síntese, a comparação evidencia três tipos ideais provisórios: herança familiar/continuidade/sucessão, escalada endógena e conversão de trajetórias não-políticas, as quais se combinam em proporções distintas em cada caso, sempre mediados por filtros competitivos, endossos organizacionais e narrativas identitárias localmente ressonantes.

Assim, a análise comparativa das trajetórias pode ser sintetizada de modo visual, destacando-se elementos recorrentes como a presença ou ausência de capital familiar, o exercício de cargos de função, a passagem pela vereança, derrotas anteriores e mecanismos de sucessão. O quadro a seguir sistematiza esses

aspectos, permitindo observar de forma condensada os diferentes caminhos percorridos pelas prefeitas para a entrada do sistema político do Norte Fluminense.

Quadro 01 – Síntese comparativa das trajetórias das prefeitas do Norte Fluminense

Prefeita	Capital familiar no ingresso	Cargo de função prévio	Vereança	Derrota antes da vitória	Sucessão
Rosinha	Sim (marido governador e prefeito)	Sim (Professora,Secretária Estadual, depois Governadora)	Não	Não	Sim
Carla Machado	Baixo/indireto (tio vice-prefeito)	Sim (Secretária e professora)	Sim (vereadora e presidente da Câmara)	Sim (2000)	Não
Fátima Pacheco	Não	Sim (Secretária e Assistente Social)	Sim (2 mandatos)	Sim (2012)	Não
Francimara	Sim (marido e sogro eram ex-prefeitos)	Sim (Secretária)	Não	Não	Não
Tedi	Memória familiar (avô vice prefeito), sem rede patronal no momento das eleições	Sim (Secretária, Professora e Assistente Social)	Sim	Sim (2 derrotas)	Não
Carla Caputi	Sim (pai vereador)	Sim (Secretária)	Não	Não	Sim (vice → titular)
Geane Vincler	Não	Sim (Secretária e Professora)	Sim	Não	Não
Yara Cinthia	Não	Sim (Secretaria de Educação e Professora)	Sim (3 mandatos)	Não	Sim (Sucessão de Francimara)
Christiane Cordeiro	Sim (marido ex-prefeito)	Sem informação	Sem informação	Não	Sim (indicação do marido)

Fonte : Elaborado pela autora (2025)

O mapeamento das formas de entrada e permanência das prefeitas no sistema político do Norte Fluminense evidencia a diversidade de trajetórias e capitais mobilizados, bem como a seletividade dos partidos e das disputas eleitorais. Mas, diante dessas diferentes vias de acesso, permanece uma indagação: de que modo a estrutura de gênero atravessou tais percursos?

3. A ESTRUTURA DE GÊNERO E O ENDEREÇO SOCIAL FEMININO

> “Quando emprego as palavras ‘mulher’ ou ‘feminino’ não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: ‘no estado atual da educação e dos costumes’. Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular.” (Beauvoir,1967b, p.7)

A epígrafe ora apresentada indica que as categorias “mulher” e “feminino” remetem sempre a contextos históricos específicos, definidos pelo “estado atual da educação e dos costumes” (Beauvoir, 1967b, p.7). Desta forma, essa formulação foi utilizada justamente porque sintetiza o ponto de partida deste capítulo: o gênero compreendido como uma construção situada, moldada por práticas sociais que organizam expectativas, classificações e possibilidades dentro dos sistemas. Como veremos, por ser uma estrutura contingente, o gênero pode ser mobilizado, reforçado ou ressignificado dentro dos sistemas sociais, inclusive no sistema político.

Sendo assim, apresentaremos um referencial teórico que permitirá analisar o gênero como estrutura comunicativa. Para isso, dialogamos com a leitura de Niklas Luhmann, com a reconstrução sistêmica da desigualdade proposta por Roberto Dutra (2024,2023,2014) e com contribuições da teoria feminista. Para compreendermos o gênero como mecanismo social de endereçamento, responsável por distribuir posições, expectativas e oportunidades de participação nos diferentes sistemas da sociedade.

3.1 O ESTUDO SOBRE AS MULHERES PARA LUHMANN

Tendo em vista que esta pesquisa toma a teoria dos sistemas como sua espinha dorsal, é imprescindível iniciar este capítulo explicitando como Luhmann aborda o tema do gênero, ainda que, ao longo da argumentação, recorramos principalmente à teoria feminista especializada, bem como a teoria sistêmica da desigualdade (Dutra,2014,2023, 2024) para iluminar dimensões que a abordagem luhmanianna, por si só, não resolveu.

Desse modo, no trabalho específico[16] do autor sobre a temática, o foco recai sobre como a distinção mulher/homem funciona como uma forma social que orienta operações comunicativas na sociedade moderna. Essa forma não detém uma posição privilegiada na descrição da sociedade, mas atua como um dos mecanismos de diferenciação que permitem reduzir a complexidade e gerar sentido. Ao operar como forma de observação, essa distinção marca um lado e deixa outro não marcado, orientando expectativas, reconhecimentos e exclusões. Luhmann (2015) conduz sua análise a partir da posição do sistema científico como observador de segunda ordem, tomando como premissa que toda descrição depende de uma distinção, que carrega consigo um ponto cego, aquilo que designa o que uma observação não pode ver nas próprias operações que realiza. Nesse sentido, aparentemente o autor não estava preocupado em tentar conceituar mulheres ou homens, buscando uma essência biológica, moral ou cultural. A proposta teórica residia em verificar como os processos comunicativos da sociedade davam sentido a essas diferenças, tendo em vista que a distinção mulher/homem seria uma forma de reduzir a complexidade social e aumentar as chances de sucesso das interações.

Nesse sentido, Farías; Corsi e Carrasco (2013) afirmam que a obra não foi bem recepcionada à época, tendo em vista que a visualizaram como uma forma de demonstração de posição valorativa sobre os estudos feministas, quando na verdade, as análises feitas tinham o objetivo de convocar a uma leitura reflexiva ancorada nas premissas da teoria dos sistemas, deslocando o foco do juízo moral para ferramentas analíticas que permitissem observar como a distinção mulher/homem funciona na sociedade:

> O livro de Niklas Luhmann que o leitor tem em mãos representa uma reflexão provocativa em torno do que, nas ciências sociais, se tem denominado ‘estudos sobre a mulher’. Desde sua publicação na Alemanha, no final da década de 1980, os argumentos apresentados neste ensaio têm sido motivo de polêmica, embora seja verdade que ela nem sempre tenha se desenvolvido com caráter teórico. Antes, parece ter-se destacado, acima das possibilidades reflexivas, a empatia ou a antipatia do autor em relação a um programa político que, sem dúvida, está entrelaçado com esse campo de estudo. […] Seria conveniente situar este escrito à luz de algumas premissas que sustentam a extensa obra do sociólogo alemão, de modo a animar uma leitura incômoda ou irônica, mas que desafia e abre espaços

[16] LUHMANN, Niklas. **Mujeres, hombres y George Spencer Brown.** 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Ediciones La Biblioteca, 2015.

> para a reflexão, para pontos de vista surpreendentes e para novas perspectivas para a sociologia, assim como para outras disciplinas. (Farías; Corsi; Carrasco, 2013, p. 7- 8, tradução nossa).[17]

Sendo assim, ao traduzir esse ponto para o problema do gênero, Luhmann (2015) indaga a relevância positiva e negativa de se realizar pesquisas com ênfase na distinção mulher/homem em vez de fazer a análise a partir dos códigos de cada sistema funcional, como a política, o direito ou a ciência. Para ele, a estrutura do gênero historicamente nas sociedades pré-modernas estava vinculada a representações fixas e hierarquizadas de modo que a forma mulher/homem também se sustentava em assimetrias de representação, pois a ordem social dependia da posição dessas partes que representavam o todo.

No entanto, na sociedade funcionalmente diferenciada, os subsistemas não têm prevalência uns sobre os outros, e nem no sistema social como um todo, e assim as assimetrias, como a distinção mulher/ homem, não seriam naturais, superiores ou representariam toda a sociedade, tendo em vista que a realidade é composta e traduzida pelos códigos de cada subsistema:

> Quando os subsistemas mais importantes da sociedade estão diferenciados com base em funções, e a própria sociedade começa a orientar-se pela diferenciação funcional, caem os pressupostos de uma representação da sociedade na sociedade. Já não existem posições únicas que possam fazer isso: nem a política, nem a educação, nem a economia podem pretender representar a sociedade melhor do que as outras. Cada uma dessas funções é irrenunciável, cada uma limita as possibilidades das outras, porém nenhuma pode colocar-se no lugar das outras. Já não existem, então, assimetrias imanentes na distinção que encontrem um suporte oculto na própria sociedade (Luhmann, p.48-49, 2015, tradução nossa)[18].

---

[17] No original: “El libro de Niklas Luhmann que el lector tiene en sus manos representa una reflexión provocadora en torno a lo que en ciencias sociales se ha denominado ‘estudios sobre la mujer’. Desde su publicación en Alemania a finales de la década de los ochenta, los argumentos vertidos en este ensayo han sido motivo de polémica, aunque es verdad que ésta no necesariamente se ha desarrollado con carácter teórico. Más bien, pareciese haberse destacado, por encima de las posibilidades reflexivas, la empatía o antipatía del autor hacia un programa político que sin duda se encuentra entrelazado con aquél ámbito de estudio. […] Sería conveniente colocar este escrito a la luz de algunas premisas que dan sustento a la extensa obra del sociólogo alemán para animar una lectura irritante o irónica, pero que desafía y abre espacios a la reflexión, a puntos de vista sorprendentes y a nuevas perspectivas para la sociología así como a otras disciplinas.”

[18] No original: Cuando los subsistemas más importantes de la sociedad están diferenciados sobre la base de funciones, y la sociedad misma comienza a orientarse a la diferenciación funcional, caen los presupuestos de una representación de la sociedad en la sociedad. Ya no existen posiciones únicas que puedan hacerlo: ni la política ni la educación, ni la economía pueden pretender representar a la sociedad mejor que las otras. Cada una de estas funciones es irrenunciable, cada una limita las posibilidades de las otras, pero ninguna puede colocarse en el lugar de las otras. Ya no existen

Fica claro, portanto, que Luhmann (2015) compreendia a distinção mulher/ homem como uma das inúmeras formas que a sociedade utiliza para reduzir a complexidade das interações sociais e gerar sentido, mas não como um princípio absoluto ou essencialista para descrever a totalidade social. Essa distinção funciona diferentemente dos códigos binários típicos dos sistemas funcionais modernos (como poder/não poder, verdadeiro/falso, legal/ilegal), pois não possui um mecanismo interno capaz de absorver a ambiguidade ou o "terceiro excluído", tais como as dissidências de gênero, o que pode levar a instabilidades simbólicas no sistema social.

Desta forma, ao analisar as complexidades e limitações da aplicação da lógica binária da teoria dos sistemas à diferença de gênero, especificamente à distinção entre homem e mulher, Luhmann (2015) especifica a diferença entre codificação e programação como elemento central para compreender a forma mulher/homem na sociedade moderna. Na medida em que enquanto os sistemas funcionais operam por códigos binários tecnicizados, os quais permitem cruzamentos regrados e reduzem a assimetria entre os polos, a distinção mulher/homem não se converte em um código dessa natureza. Ela atua, antes, como programa, ou seja, como um conjunto de instruções, expectativas e valores aplicados sob diferentes códigos.

A partir disso, o autor critica o que o movimento feminista da época denominava como "igualdade". Para ele não constituía, portanto, um código de operação do sistema, e sim um programa normativo que buscava influenciar as decisões internas de sistemas autônomos. Nesse sentido, a distinção mulher/homem seria uma forma de observação, enquanto a igualdade se configuraria como seu programa regulador, projetando uma simetria improvável e constantemente vigiada (Luhmann, 2015).

Dessa perspectiva, é preciso fazer uma distinção entre código e programa. Enquanto os sistemas funcionais modernos operam com códigos binários tecnicizados que permitem travessias regradas e absorvem paradoxos por reentrada, a distinção mulher/homem não se converte em um código desse tipo; ela funciona como programa normativo que tenta orientar decisões dentro de códigos alheios, como verdadeiro/falso, legal/ilegal ou poder/não poder (Luhmann, 2015).

---

entonces asimetrías inmanentes en la distinción, que encuentren un soporte oculto en la sociedad misma.

Por isso, mesmo quando a igualdade é afirmada como princípio jurídico, ela não altera a lógica interna dos sistemas, apenas reprograma expectativas e critérios de decisão em torno de valores, mantendo a autonomia operacional de cada sistema (Luhmann, 2015).

Além disso, quando Luhmann recupera Spencer Brown, ele realça que toda distinção opera com assimetria mínima e supõe um terceiro excluído; e, embora os códigos técnicos consigam reintroduzir esse terceiro como regra de operação, a distinção mulher/homem não dispõe do mesmo mecanismo de tecnicização. Sempre que se tenta tratá-la como código, surgem desordens e instabilidades, porque a ambiguidade não é absorvida de modo operacionalmente controlado, ao contrário do que ocorre, por exemplo, na ciência ou no direito. Disso decorre que a igualdade, tomada como programa, projeta um horizonte infinito de correção de assimetrias, mas permanece dependente da própria diferença que pretende neutralizar, o que explica a sua recorrente reatualização nos sistemas sociais (Luhmann, 2015).

No interior da diferenciação funcional, a sociedade deixa de admitir posições privilegiadas que a representam como um todo, de modo que assimetrias como a distinção mulher/homem perdem suporte estrutural direto e fixo. Cada sistema observa o mundo a partir de seu próprio código, e, por isso, não há prevalência de um sobre os demais; o político não representa melhor a sociedade do que o jurídico, o econômico ou o científico, e etc. Com isso, a distinção mulher/homem não possui base imanente para organizar a totalidade social, mas pode ser mobilizada quando fizer sentido para operações específicas (Luhmann, 2015).

É nesse ponto que o autor observa um movimento importante: os sistemas podem aceitar a distinção mulher/homem como insumo programático, sempre que a questão tiver pertinência funcional. A economia pode redesenhar públicos e linguagens, a ciência pode tematizar objetos empíricos rotulados como “estudos de mulheres”, a política pode ajustar critérios de seleção de candidaturas; porém, em todos esses casos, trata-se de ajustes de programa, e não de alteração do código que organiza as comunicações decisórias do sistema (Luhmann, 2015).

Assim, o gênero entra como parâmetro de decisão e expectativa sob códigos já vigentes, e não como código que decide por si (Luhmann, 2015). A proposta dessa distinção entre codificação e programação também ajuda a entender por que o gênero produz, com frequência, tensões simbólicas. Como a forma mulher/homem não oferece, por si, um operador técnico para lidar com ambiguidades, sua aplicação

tende a depender de semânticas públicas, disputas de legitimação e módulos normativos que variam conforme a situação, gerando ciclos de estabilização e instabilidade comunicativa.

Um contraste útil, que reforça o argumento, aparece no sistema familiar. A família moderna, embora tenha perdido antigas multifuncionalidades, conserva a distinção mulher/homem como codificação indiferenciada para organizar sua recursividade interna, ainda que sob forte assimetria e crescente negociação de papéis. Ou seja, a família tende a codificar onde os demais sistemas apenas programam, o que torna a articulação entre expectativas familiares e exigências de outros sistemas um foco recorrente de tensões e acomodações (Luhmann, 2015).

Para o sistema político, e o caso aqui estudado, isso tem consequências diretas. O sistema opera com o código poder/não poder, e assim, o gênero ingressa orientando a seleção de pessoas, a distribuição de oportunidades e os estilos de legitimação, mas não decide a comunicação política em seu núcleo codificado. Com isso, a distinção mulher/homem se converte em repertório estratégico nas disputas por credibilidade, confiança e apoio, sobretudo quando ativa expectativas de comportamento, competências atribuídas e imagens públicas de liderança. Daí resulta que as assimetrias de gênero persistem não porque o código político as exija, mas porque programas e semânticas organizacionais as reatualizam em momentos decisórios específicos, especialmente em organizações partidárias, governo e mídia.

Nesse sentido, interessa-nos compreender como, em uma sociedade funcionalmente diferenciada, a distinção entre mulher/homem se comporta, considerando que não se trata de um código capaz de “recodificar” os sistemas. Seu efeito manifesta-se, portanto, como uma pressão normativa e semântica de legitimação, que varia conforme a pertinência funcional e a capacidade de cada contexto em absorver ambiguidades. Esse enquadramento permite, conforme faremos adiante, observar como as prefeitas mobilizam a diferença de gênero em suas trajetórias e performances públicas, convertendo expectativas sociais em recursos comunicativos de inclusão sob o código do poder.

3.2 A LACUNA DA DESIGUALDADE NA TEORIA LUHMANNIANA

Embora o foco desta pesquisa não recaia sobre a desigualdade social em sentido amplo, é indispensável, neste ponto, aprofundar o debate em torno de como

a teoria dos sistemas compreende as formas de diferenciação que produzem desigualdades. Tendo em vista que, conforme visualizamos na seção anterior, Luhmann (2015) verifica a distinção mulher/homem como uma forma social de observação, no entanto não detalha a temática do gênero como uma estrutura de desigualdade capaz de interferir nas seleções e expectativas dos sistemas.

Nesse sentido, torna-se relevante retomar brevemente o vínculo entre as discussões de gênero e o campo mais amplo das pesquisas sobre desigualdade social, já que o interesse sociológico por esse tema nasce da tentativa de compreender quais diferenças humanas se tornam socialmente significativas. Como observa Anja Weiß (2013), a teoria da desigualdade não se ocupa de qualquer tipo de diferença entre indivíduos, mas daquelas que, ao serem reiteradamente valorizadas de modo assimétrico, passam a estruturar as chances de vida e as posições sociais. Nesse sentido, a autora explica:

> Os seres humanos podem diferir sob vários aspectos. Eles podem ter cabelos castanhos ou ruivos, ser grandes ou pequenos, ricos ou pobres, deixar um rastro de desconforto ou uma manifestação. A maioria dessas diferenças é de algum modo socialmente relevante. A pesquisa em teoria da desigualdade se interessa, por isso, especialmente por esses traços que as pessoas usam para se distinguir umas das outras. No caso de diferenças culturais, a estruturação hierárquica é evidente: as pessoas ganham mais ou menos, não têm nada ou possuem uma casa, são escolarizadas ou sem escolaridade. Outras diferenças destacam a princípio traços culturais muito concretos, judeus ou muçulmanos, homens ou mulheres, alemães, turcos ou chineses (Weiß, 2013, p.75).

Sendo assim, Weiß (2013) ao desenvolver sua tese de análise e comparação crítica das perspectivas de Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann sobre desigualdade social, reconhece na teoria dos sistemas luhmanniana uma contribuição importante para repensar a desigualdade em sociedades complexas. Tendo em vista que ao deslocar o foco das posições das pessoas para as operações dos sistemas, Luhmann nos oferece uma alternativa à concepção estratificada da desigualdade, enfatizando a diferenciação funcional como princípio estruturante da modernidade. O que permitiria compreender como as desigualdades não emergem de hierarquias fixas e sim dos subsistemas especializados que limitam o acesso à comunicação e às possibilidades de participação.

Contudo, a autora observa que esse avanço teórico traz também uma limitação. Ao privilegiar a autonomia operacional dos sistemas, Luhmann acaba por minimizar os mecanismos intersistêmicos que permitem que exclusões em um domínio se convertam em exclusões generalizadas em outros. Assim, embora ele reconheça que a sociedade moderna apresenta zonas de exclusão crescentes, ele não aprofunda como essas exclusões se articulam entre sistemas nem de que forma produzem hierarquias duráveis. É nesse ponto que Anja Weiß (2013) identifica uma lacuna importante:

> Quando a exclusão em um dado sistema funcional implica automaticamente a exclusão de outros sistemas, mesmo que não haja fronteiras claras entre eles, ocorre a formação de estruturas intersistêmicas. Isso ocorre no caso de Luhmann, que distingue conceitos de inclusão e exclusão, embora essas noções permaneçam vagamente definidas e com aspectos imprecisos. Assim, ele destaca que a zona de exclusão assume uma dimensão extrema na sociedade mundial funcionalmente diferenciada, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Se as teorias da individualização argumentam contra a teoria da dominação de classes a nível internacional, minimizando o surgimento de desigualdades externas produzidas por meio da exclusão, é importante reconhecer que, apesar disso, provar que a zona de exclusão existe, é bastante difícil, o que dificulta sustentar a tese do primado da diferenciação funcional. (Weiß, 2013, p. 89).

A autora reconhece, portanto, que a teoria dos sistemas permite descrever com precisão o funcionamento da sociedade moderna, mas não explica satisfatoriamente a formação e a persistência das desigualdades entre os sistemas. Ao adotar como pressuposto o primado da diferenciação funcional, Luhmann desloca o foco da dominação social para a complexidade comunicativa, mas com isso deixa de lado os processos que conectam seletividades sistêmicas e reproduzem exclusões estruturais. Em síntese:

> A totalidade da teoria de Luhmann destaca-se por fundamentar um primado da diferenciação funcional na sociedade mundial contemporânea. Controvérsias sobre desigualdade ocorrem à margem de sua teoria da sociedade, recebendo pouca atenção (Weiß, 2013, p. 89).

Sendo assim, a consequência dessa lacuna é que a temática da desigualdade aparece como um problema periférico, e não como um fenômeno operativo da

reprodução sistêmica. De maneira que é justamente diante desse impasse que Roberto Dutra (2024,2023,2014) propôs uma reconstrução conceitual da desigualdade no interior da teoria dos sistemas, elaborando uma leitura que aprofunda o conhecimento acerca da desigualdade na teoria dos sistemas sociais luhmanniana, a partir de suas premissas operacionais.

3.3 A TEORIA SISTÊMICA DA DESIGUALDADE DE ROBERTO DUTRA

Dutra (2024,2023,2014) ao propor sua teoria, parte da teoria luhmanniana ao se aproximar com outras que subordinam o conceito de estrutura ao conceito das práticas bem como, de uma ontologia processual do social. Tendo em vista que a concepção da realidade social estaria na dinâmica, na possibilidade de se fazer e refazer continuamente as operações sociais e não mais nas formas estáticas do social.

Por tudo isso, apesar da utilização de uma teoria sistêmica, a teoria luhmanniana se diferencia daquela proposta por Parsons, com a chamada virada autopoiética. Enquanto no estrutural- funcionalismo parsoniano havia a necessidade de se preservar o equilíbrio e coesão dos sistemas a partir da manutenção normativa e das suas estruturas, sob o risco de anomia, na proposta luhmanniana, há o rompimento dessa vertente, ao compreender que as modificações, na verdade, seriam garantidoras da continuidade do sistema (Dutra, 2024,2023,2014).

Tendo em vista que ao nos ensinar que as comunicações seriam o elemento básico dos sistemas, entendidas como as operações pelas quais os sistemas se reproduzem, Luhmann elege como realidade social “o primado das práticas sobre as estruturas sociais” (Dutra, 2023, p. 28). Sendo assim, cada sistema existe apenas quando consegue manter a conectividade entre suas comunicações e a realidade social está diretamente relacionada a este nível operacional. Assim, o que poderia causar anomia seria a não garantia da conectividade das comunicações, uma vez que existiria o risco da autopoiese não se consolidar.

Fica claro, portanto, que a estrutura não é o que caracteriza a unidade do sistema, e sim a continuação de suas operações. A estrutura estaria, então, subordinada à selecionar as possibilidades, padrões de expectativa, que tornam mais provável que as comunicações se encontrem umas às outras. Desta forma:

> As estruturas são condições que delimitam o âmbito de relação das operações de um sistema: são as condições da autopoiese do sistema. O conceito de estrutura indica, portanto, a seleção das relações entre elementos que são admitidas em um sistema. Nos sistemas constitutivos de sentido, as estruturas não podem consistir apenas em relações entre sistemas, na medida em que os elementos são sempre eventos sem duração temporal: ao desaparecer os eventos, desapareceriam também as relações e, portanto, as estruturas e o próprio sistema. [...] No caso dos sistemas sociais, as estruturas são estruturas de expectativas que apresentam algumas possibilidades de comunicação em direção às quais o sistema pode se orientar; por meio das expectativas, um sistema social é capaz de determinar relações e, portanto, possibilidades operativas." (Corsi, Esposito, Baraldi, 1996, p.93-94, tradução nossa)[19]

A partir da concepção de estrutura como seleção de possibilidades, precisamos aprofundar uma das suas características que é muito relevante para esse trabalho: a contingência. Enquanto a estrutura estabiliza expectativas, a contingência indica que toda forma de estabilidade é apenas uma entre várias possíveis, podendo sempre ser diferente. Trata-se, portanto, de um conceito que introduz a incerteza e a variação como componentes constitutivos da realidade social, e não como desvios a serem corrigidos. Assim, contingente é tudo aquilo que pode ser de outro modo sem deixar de ser possível.

Nesse sentido, temos que a própria diferenciação funcional advém de um processo no qual ocorreu uma maior contingência das estruturas sociais. De modo que isso só foi possível com o término da ordem social estratificada e o apogeu da "pluralidade de mundos construídos pela perspectiva de cada sistema funcional" (Dutra, 2023, p. 21), rompeu-se com a lógica da "cosmologia açambarcante e essencialista que sustentava a sociedade estratificada pré-moderna como hierarquia necessária dos seres" (ibidem).

---

[19] No original: "Las estructuras son condiciones que delimitan el ámbito de relación de las operaciones de un sistema: son las condiciones de la autopoiesis del sistema (*ver autopoiesis*). El concepto de estructura indica, por lo tanto, la selección de las relaciones entre elementos que son admitidas en un sistema. En los sistemas constituidos de sentido (*ver sentido*), las estructuras no pueden consistir sólo en relaciones entre sistemas, en la medida en que los elementos son siempre acontecimientos (*ver acontecimiento*) sin duración temporal: al desaparecer los acontecimientos, desaparecerían también las relaciones y, por lo tanto, las estructuras y el propio sistema. Las selecciones que adquieren importancia estructural son aquellas que delimitan las posibilidades de combinar los elementos, ya sean comunicaciones o pensamientos.[...] En el caso de los sistemas sociales, las estructuras son estructuras de expectativas (*ver expectativa*) que presentan algunas posibilidades de comunicación hacia las cuales el sistema puede orientarse; por medio de las expectativas, un sistema social es capaz de determinar relaciones y, por lo tanto, posibilidades operativas."

Desta forma, atualmente, a ordem social é sinalizada por um horizonte de possibilidades futuras, a qual aprecia e demanda alternativas estruturais, nas palavras de Dutra (2023, p.23):

> Na perspectiva funcionalista aqui adotada, dizemos que é uma sociedade que permite e promove equivalentes funcionais, ou seja, opções diferentes, alternativas inovadoras para resolver seus problemas e assim realizar funções demandadas de forma generalizada.

Dessa maneira, compreender a contingência como valor máximo da sociedade moderna significa reconhecer que o sentido da ordem social não está mais na repetição sem alteração desta, mas na possibilidade de variação e reconstrução contínua das formas sociais. A contingência, por isso, deixa de ser um risco a ser evitado e se torna um critério positivo de transformação sócio-cultural, pois é ela que permite ao sistema aprender, inovar e adaptar-se. Como explica Dutra (2023, p. 36):

> Esta leitura enfatiza a contingência como valor próprio da sociedade moderna e o futuro em aberto como horizonte, não apenas para defender as conquistas da modernidade, mas sobretudo para construir outras semânticas, estruturas e equivalentes funcionais para os problemas da diferenciação funcional.

É justamente essa máxima que sustenta as análises aqui propostas, compreender como, dentro do sistema político, as prefeitas do Norte Fluminense mobilizam estruturas de gênero, de forma contingente, introduzindo variações e reprogramações comunicativas que desafiam semânticas tradicionais e produzem novas formas de legitimação política.

Em vista de tudo isso, Dutra (2024,2023,2014) consolida a sua teoria sistêmica da desigualdade também com ênfase na contingência das estruturas, mas principalmente com foco na reprodução da desigualdade a partir das práticas das organizações perante as operações sistêmicas. Diante disso, o autor também consegue enfrentar as críticas acerca da existência do primado da diferenciação funcional ser contrário à possibilidade de se explicar a existência de desigualdades que se repetem em diferentes sistemas e continuam distribuindo de modo

assimétrico as oportunidades de inclusão e reconhecimento em uma sociedade funcionalmente diferenciada, sem, no entanto, utilizar-se de concepções unitárias para explicar as desigualdades:

> Caracterizar a sociedade em que vivemos a partir de uma ou outra estrutura de desigualdade é adotar uma concepção inadequada e simplista que negligencia formas de complexidade que constituem a modernidade contemporânea. Conceitos como “sociedade de classes”, “racismo”, “patriarcado” e “colonialidade” estão associados a uma concepção unitária de estrutura social identificada de modo difuso em todas as esferas sociais (Dutra, 2023, p.29) .

Para tanto, Dutra (2023) também se afasta do nacionalismo metodológico, o qual classifica, do mesmo modo, como uma visão unitarista. Essa concepção tradicional visualiza cada sociedade como uma estrutura unitária circunscrita ao Estado-nação e assim compreende a existência de estruturas específicas para o Brasil, que diferiria da Alemanha e dos EUA. Contudo, essa forma de observação ignora o pertencimento nacional, a cidadania, como uma estrutura que conduz de forma seletiva as oportunidades, exercício de direitos, dentro dos estados nacionais.

Sendo assim, a partir da existência do primado da diferenciação funcional, onde a sociedade moderna se organiza prioritariamente a partir de sistemas especializados, e cada qual é orientado pelo seu próprio código binário, não significa que as estruturas de classe, gênero, raça e cidadania teriam desaparecido e tampouco que as assimetrias sejam dissolvidas pela lógica funcional. O que Dutra (2023) quer nos dizer é que na atual ordem social[20], a dimensão material do sentido, ou seja, aquela que diferencia as temáticas; observações; problemas e o que importa dentro das práticas sociais, tem maior relevância sistêmica do que comparado a dimensão social – quem participa – bem como, a dimensão temporal - o quando.

Desta forma, o primado diferenciação funcional apenas estabelece que nenhuma dessas estruturas que fomentam as desigualdades pode ser entendida

[20] “O que é específico da sociedade moderna em que vivemos é a diferenciação e complexificação do sentido social. Na teoria dos sistemas de Luhmann, essa especificidade pode ser adequadamente observada com a distinção entre as três dimensões do sentido social: 1) a dimensão social (Sozialdimension) que diferencia entre *alter* e *ego,* ou seja, que foca no problema de ‘quem’ participa da vida social; 2) a dimensão material (Sachdimension) que distingue os temas, objetos, problemas e soluções, ou seja, que foca no ‘que’ está em jogo nas práticas sociais; e 3) a dimensão temporal (Zeitdimension) que diferencia passado, presente e futuro, ou seja, que foca no ‘quando’” (Dutra, 2023, p.30).

como princípio ordenador unitário da sociedade, porque a modernidade já não opera segundo uma única hierarquia global. As desigualdades persistem, mas são produzidas contingentemente, a partir das operações de organizações que convertem recursos entre sistemas distintos. Assim, a repetição das exclusões não decorre de uma “estrutura total” previamente dada, e sim das sequências concretas de seleção que encadeiam oportunidades sob códigos diversos (econômicos, políticos, jurídicos, científicos, educacionais etc.). É justamente por isso que essa teoria sistêmica da desigualdade consegue explicar tanto a autonomia dos sistemas quanto a persistência das assimetrias, sem renunciar à complexidade da sociedade moderna.

Partindo dessas premissas, Dutra propõe um conceito propriamente sistêmico de desigualdade social. Definindo-a como:

> Por desigualdade social deve-se entender a distribuição desigual de chances de participação comunicativas por meio da construção e da atribuição de endereços sociais (dimensão social). A contingência da desigualdade social decorre de que a construção e a atribuição de endereços sociais é sempre uma operação interna dos sistemas sociais, rompendo-se, assim, o imperativo de que as desigualdades produzidas em um sistema sejam tomadas como necessárias por outro sistema (Dutra, 2014, p.548).

Sendo assim, em vez de tomar a desigualdade como dado estrutural, as compreende como resultado de processos seletivos do sistema que atribuem de modo assimétrico capacidades de ação, voz e relevância às pessoas e coletividades. Trata-se, assim, de pensar a desigualdade como desigualdade social operativamente estruturada, indicando que as estruturas de distribuição desigual não existem fora das práticas sociais, mas são construídas e reconstruídas continuamente por meio das comunicações (Dutra, 2023).

Nesse ínterim, importa compreender também o conceito de endereços sociais, Dutra (2024) destaca que todo sistema social constrói unidades às quais possa atribuir competências comunicativas: pessoas, grupos, categorias coletivas. Esses endereços concentram expectativas sobre o que a forma pessoa “pode” ou “deve” fazer, dizer, decidir. A desigualdade social, então, emerge quando esses endereços são construídos de modo assimétrico, de forma que alguns indivíduos ou grupos são reiteradamente posicionados como portadores de maior credibilidade,

eficiência, confiabilidade ou merecimento, enquanto outros são endereçados como pouco confiáveis, incapazes, perigosos ou “não pertencentes”. A desigualdade, portanto, não se estabelece apenas na diferença de posses de recursos, mas na diferença na forma como as comunicações endereçam e distribuem oportunidades de participação *(idem)*.

Sendo assim, tem-se que esse apanhado teórico-conceitual até aqui nos permite explicitar que nos filiamos a uma perspectiva ontológica-processual, segundo a qual compreende as desigualdades como multidimensionais. Assim, as desigualdades sociais são construções contingentes produzidas pelas operações dos sistemas e pelas seleções organizacionais, e não efeitos necessários de uma estrutura unitária que organizaria a sociedade como um todo, e, capaz de explicar todos os padrões de exclusão.

Nesse sentido, o gênero será tratado, nos tópicos seguintes, como uma estrutura dentro dos sistemas sociais, que modula expectativas culturais, semânticas, históricas e padrões de reconhecimento. Diferente de constituir um eixo unidimensional e absoluto, o gênero será analisado como uma forma interdependente, capaz de se articular em diferentes sistemas e organizações por meio de cadeias seletivas complexas que influenciam de modo assimétrico as oportunidades de inclusão e que, justamente por sua natureza comunicativa e contingente, pode ser reprogramada e transformada por meio das práticas sociais.

3.4 O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA E ESTRUTURA COMUNICATIVA CONTINGENTE

A relevância de Simone de Beauvoir na teoria feminista e nas reflexões filosóficas e sociológicas sobre o gênero decorre primeiramente de seu pioneirismo histórico de questionar de forma detalhada a construção do conceito de “ser mulher”. Depois, e talvez mais importante, da capacidade de sua obra de formular um conjunto de questões que continuam atravessando o pensamento contemporâneo. Seguindo a compreensão de que os clássicos[21] permanecem vivos na medida em

[21] De acordo com Jeffrey Alexander (1999, p.24): "Um clássico é o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo. O conceito de status privilegiado significa que os modernos cultores da disciplina em questão acreditam poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos. Além disso, tal privilégio implica que, no trabalho diário do cientista

que nos oferecem ferramentas interpretativas que podemos reutilizar (Alexander, 1999).

Desta forma, *O Segundo Sexo* (Beauvoir,1967ab) constitui um marco teórico ao inaugurar uma crítica profunda tanto à naturalização da diferença sexual quanto à construção histórica da desigualdade entre homens e mulheres, organizada em torno da pergunta norteadora: “o que é uma mulher?” (Beauvoir, 1967a, p. 7). A obra também se insere no conjunto de críticas ao humanismo, que, apesar de se apresentar como universal, delimitava de modo excludente quem poderia ser reconhecido como “humano”. Esse humanismo dominante, estruturado a partir da experiência do homem branco europeu, produziu uma definição restrita de humanidade. É nesse contexto que Beauvoir, ao enfatizar a análise da diferença, busca compreender por que as mulheres foram historicamente relegadas a uma posição secundária.

Desta forma, é possível compreender a partir de Beauvoir (1967ab), a categoria mulher, frequentemente tratada como evidência biológica ou fato natural, sendo na verdade produto de uma construção cultural. Ainda que se reconheça as influências advindas das diferenças sexuais, ela insiste que tais diferenças só se tornam desigualdade porque adquirem sentido dentro de sistemas sociais que as interpretam, valorizam e hierarquizam. Assim, não é o corpo que produz a inferiorização feminina, mas a forma como a sociedade confere significado a esse corpo. De maneira que a inferiorização é uma fabricação histórica, estruturada nos sistemas religiosos, científicos, filosóficos, políticos etc.

Nessa perspectiva, ser mulher extrapola a condição de nascer fêmea. A categoria “mulher” designa um processo contínuo de socialização generificada, no qual meninas são educadas, desde o início da vida, a ocupar posições de passividade, delicadeza, cuidado, obediência, invisibilidade e autocontenção (Beauvoir,1970b). A feminilidade, portanto, não é destino biológico, mas efeito das práticas culturais, institucionais e simbólicas.

---

médio, essa deferência se faz sem prévia demonstração: é tacitamente aceita porque, como clássico, a obra estabelece critérios básicos em seu campo de especialidade. Graças a essa posição privilegiada é que a exegese e a reinterpretação dos clássicos – dentro ou fora de um contexto histórico – se tornaram correntes importantes em várias disciplinas, pois o que se tem pela “significação verdadeira” de uma obra clássica repercute amplamente. Os teólogos ocidentais tomaram a Bíblia por seu texto clássico, como o fizeram também aqueles que praticam as religiões judaico-cristãs. Para os estudantes de literatura inglesa, Shakespeare é indubitavelmente o autor cuja obra alcança os mais elevados padrões em seu campo. Durante quinhentos anos, Aristóteles e Platão gozaram de status clássico na teoria política.”

Nessa direção, ganha centralidade a formulação mais célebre da autora: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1967b, p.9), a qual sintetiza a construção simbólica que institui os modos de ser feminina, destinando às mulheres uma identidade previamente moldada como diferença em relação ao homem, ocupando, portanto, a categoria “o outro”. A autora destaca essa assimetria da representação dos sexos na sociedade de forma clara:

> A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa ao mesmo tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos […]. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o outro. (Beauvoir, 1967a, p.9).

Desta forma, o masculino funcionaria como parâmetro implícito do humano, enquanto o feminino é definido como categoria particular, limitada e sempre referida ao olhar do homem. Essa operação simbólica, que faz do homem o sujeito universal e da mulher o “segundo sexo”, produz um regime de significações no qual as mulheres nunca partem do mesmo ponto de neutralidade que os homens, sendo continuamente interpretadas à luz de expectativas que as precedem e as mantém nessa posição secundária.

A leitura de Beauvoir permite, assim, reinterpretar na visão sistêmica esse “tornar-se mulher” como processo de construção de endereços sociais femininos. A sociedade, então, atribui às mulheres posições de sentido/papéis sociais previamente moldados – mãe, esposa, cuidadora, figura moralmente regulada – que delimitam as expectativas sobre o que elas devem ou não ser/fazer. Nesse ponto, a formulação de Beauvoir, nos permite aproxima-la da noção sistêmica de desigualdade operativamente estruturada (Dutra, 2014,2023, 2024): ser “mulher” significa ocupar endereços comunicativos marcados por assimetria, cujas definições são continuamente reiteradas nas práticas institucionais e culturais. Em outros termos, a identidade feminina não é uma essência, mas uma posição de observação e de expectativa construída socialmente, que influencia nas oportunidades de participação e reconhecimento em diferentes sistemas sociais.

Por tudo isso, a reflexão de Beauvoir (1967ab) até aqui exposta, nos auxilia a compreender como a diferença sexual adquire sentido por meio de padrões

históricos de comunicação, que operam como referenciais prévios na produção das distinções entre feminino e masculino, abrindo caminhos que permitem investigar o gênero para além de suas bases biológicas. Sendo assim, é justamente no prolongamento desse caminho que se inscreve a contribuição de Joan Scott. Como observa Tarrés (2008), a importância de Scott reside na forma como ela desloca a discussão para o terreno da análise histórica e epistemológica, mostrando que as distinções entre feminino e masculino se organizam através de códigos simbólicos, práticas institucionais e formas de poder que estruturam a vida social. Assim, enquanto Beauvoir ilumina a fabricação histórica da identidade feminina, Scott amplia esse horizonte ao tratar o gênero como um influenciador na organização das relações sociais.

Nesse sentido, Joan Scott (1995) tem especial contribuição na construção do conceito de gênero como categoria analítica, tendo em vista que a autora também trabalha a definição dessa estrutura para além da diferenciação por meio de critérios biologizantes advindos das distinções sexuais. Compreendendo-o como uma construção social fundamental para o entendimento das desigualdades e das dinâmicas sociais ao longo da história, a partir do esforço teórico de descobrir a dimensão dos papéis e significados simbólicos atrelados a cada um dos sexos ao longo da história e como se estruturam na ordem social e a possibilidade de advir mudanças.

Desta forma, primeiramente, a autora relembra que, nas primeiras formulações, o conceito de gênero foi frequentemente utilizado apenas como substituto de “mulheres”, funcionando como uma designação mais neutra e acadêmica, mas sem alterar a lógica descritiva que caracterizava a “história das mulheres”. Nesses usos iniciais, “gênero” servia mais para conferir legitimidade científica ao campo, apenas de forma descritiva, do que para questionar as estruturas simbólicas que produzem a diferença. Assim, ao invés de problematizar como as distinções entre masculino e feminino são construídas e hierarquizadas, muitas pesquisas apenas deslocaram o vocabulário sem enfrentar as desigualdades implicadas nessas classificações (Scott,1995).

Além disso, Scott (1995) destacava que o termo “gênero” também passou a ser usado para indicar que estudar mulheres implica, necessariamente, estudar homens, porque as experiências femininas são produzidas dentro das relações sociais que envolvem ambos os sexos. De maneira que a partir dessa perspectiva, o

gênero passou a designar estruturas que organizam a diferença entre os sexos, afastando explicações biologizantes e afirmando que os papéis atribuídos a homens e mulheres são construções sociais. Assim, a identidade de gênero não deriva automaticamente do corpo, mas é produzida por significados, normas e expectativas sociais que se acumulam historicamente. Esse enquadramento também permitiu separar a conceituação entre sexo, sexualidade e gênero, demostrando que não existe uma relação direta essencial entre anatomia, práticas sexuais e papéis sociais. De maneira que, portanto, o foco recai sobre o sentido como essas relações são construídas e mantidas socialmente.

Além disso, nas primeiras análises, o conceito de gênero foi usado de forma meramente descritiva, restrito a temas ligados à família e infância, por exemplo. Mantendo, desta forma, intacta a clássica separação entre as esferas masculina e feminina e sem, contudo, interrogar como as relações entre os sexos são produzidas, funcionam e se modificam historicamente (Scott,1995). Para enfrentar essa limitação, os estudos feministas buscaram teorias gerais que explicassem o gênero, das quais a autora critica três grandes vertentes: as explicações feministas do patriarcado, as releituras marxistas e as abordagens psicanalíticas da formação da identidade de gênero.

Quanto às explicações baseadas no patriarcado, elas partem da tese de que a subordinação feminina decorre de uma necessidade estrutural de dominação masculina, seja pela ausência, entre os homens, de participação no processo reprodutivo, seja pela própria sexualidade, tomada como lugar primeiro de alienação e desigualdade. Contudo, como ressalta Scott (1995), tais premissas, embora importantes para denunciar formas históricas de opressão, não explicam como a desigualdade fundada na reprodução ou na sexualidade se articula com a organização mais ampla da sociedade, nem oferecem um modelo capaz de mostrar como essa desigualdade se integraliza e se transforma no tempo. É justamente essa insuficiência teórica que Scott (1995) explicita ao afirmar que:

> As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma da

> apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero. Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (Scott,1995, p.78).

Ao que concerne às linhas teóricas advindas do marxismo, a conceituação analítica de gênero ganha contornos intrinsecamente vinculados às dinâmicas históricas da distribuição dos meios de produção. Todavia, como observa Scott (1995), essa exigência de causalidade econômica acabou limitando o próprio desenvolvimento do conceito, pois mantinha o gênero subordinado à lógica do trabalho e à divisão sexual derivada das transformações produtivas. Mesmo nas formulações teóricas mais sofisticadas, a autora destaca como, nessa vertente, o econômico tende a se tornar o elemento prioritário, e o gênero é reduzido a um resultado também das relações de produção. Assim, embora rejeitem explicações essencialistas e reconheçam que a subordinação feminina antecede o capitalismo, muitas feministas marxistas permanecem presas ao quadro analítico que, historicamente, relegou o gênero a um estatuto derivado:

> O problema com o qual elas se defrontam é o inverso daqueles que a teoria do patriarcado coloca. No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise (Scott, 1995, p.80).

Quanto às vertentes psicanalíticas, Scott (1995) identifica um problema comum por trás das diferenças teóricas: ao tentar explicar a formação da identidade de gênero a partir da constituição psíquica do sujeito, essas abordagens acabam produzindo modelos que reintroduzem como fixas justamente as polaridades que deveriam se analisar. Seja centrando a formação do gênero na dinâmica familiar, seja fazendo da linguagem do inconsciente estruturas universais, o gênero aparece como resultado de processos subjetivos que são apresentados como inevitáveis,

recorrentes e pouco sensíveis às transformações históricas. Para a autora, isso limita a utilidade dessas teorias, porque elas transformam o masculino e o feminino em categorias estáveis, repetidas de modo monótono ao longo do tempo, como se a diferença sexual fosse uma matriz psíquica permanente. Assim, ao invés de mostrar como as sociedades constroem e ressignificam o gênero, essas teorias tendem a naturalizar a oposição binária e, com isso, impedem que o gênero seja pensado como relação historicamente situada e que pode ser modificada.

A partir dessas críticas, Scott (1995, p.86) formula o seu conceito de gênero como "elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder". Isso significa que as distinções entre "mulheres" e "homens" não descrevem uma distinção natural, mas organizam, semanticamente, simbolicamente e institucionalmente, a forma como desigualdades são produzidas, legitimadas e transformadas a partir dessa estrutura.

Desta forma, para desenvolver sua definição de gênero, a autora identifica quatro dimensões analíticas interligadas por meio das quais o gênero opera: símbolos, normas, instituições e identidade subjetiva. Primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis produzem imagens ambíguas do feminino e do masculino, enquanto conceitos normativos, formulados em doutrinas religiosas, científicas, jurídicas ou políticas, procuram fixar e hierarquizar esses sentidos, apresentando-os como naturais e consensuais. Ao mesmo tempo, instituições como família, mercado de trabalho, educação e sistema político incorporam tais significados em regras, rotinas e critérios de pertencimento, definindo quem pode ocupar determinados lugares, falar em nome de quem e exercer quais funções. Por fim, tais semânticas atravessam a constituição de identidades, influenciando a forma como sujeitos se percebem e são percebidos nas relações sociais (Scott, 1995).

Essa definição é particularmente fecunda para leitura sistêmica adotada neste trabalho, sobretudo quando Scott (1995) demonstra que o gênero opera como um meio de decodificar o sentido das comunicações sociais, e políticas[22], tornando

[22] "O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para a análise histórica" (Scott, 1995,p.89)

inteligíveis relações complexas entre poder, autoridade e pertencimento. Sendo assim, a autora exemplifica dentro da história do sistema político, como as semânticas do feminino/masculino foram utilizadas para legitimar a soberania, construir inimigos, estabilizar hierarquias ou justificar exclusões. E para tanto, nos fica claro, que o gênero opera organizando as comunicações, que orientam quem pode ocupar posições de autoridade, quem é percebido como legítimo e quais condutas são esperadas de mulheres e homens.

Por outro lado, em debates posteriores, especialmente aqueles desenvolvidos por autoras feministas negras, passa-se a questionar as desigualdades internas ao feminismo hegemônico, bem como os pressupostos teóricos que sustentam a própria noção de “mulher” como unidade analítica. A crítica deixa de incidir apenas sobre a experiência diferencial de determinados grupos e passa a problematizar a matriz epistemológica que definiu, no Ocidente, os critérios a partir dos quais o gênero se tornou princípio organizador da vida social.

Assim, destaca-se as contribuições de Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021), na medida em que evidencia que as categorias de gênero consagradas pela teoria feminista ocidental não podem ser tomadas como universais, pois emergem de condições históricas e semânticas específicas. A autora chama atenção para o fato de que o recurso automático ao binômio mulher/homem como operador interpretativo tende a reproduzir pressupostos culturais ocidentais, os quais não necessariamente encontram correspondência em outras formas de organização social. Importa ressaltar, contudo, que essa crítica não implica tomar o caso iorubá como paradigma alternativo nem supor uma estrutura analítica totalizante. A própria autora observa a necessidade de evitar qualquer homogeneização das sociedades africanas:

> Embora esteja nítido que as conclusões deste estudo são aplicáveis a algumas outras sociedades africanas, hesito em aplicá-las amplamente, sobretudo porque não quero cair na armadilha comum de apagar uma multiplicidade de culturas africanas fazendo generalizações fáceis, processo que resulta em homogeneização injustificada (Oyěwùmí, 2021, p. 29).

Sendo assim, o ponto central da crítica não condiz na substituição de um universalismo por outro, mas na necessidade de reconhecer que categorias como “mulher” e “gênero” são produtos de semânticas criadas. A partir desse deslocamento, torna-se possível compreender o gênero como estrutura

comunicativa contingente, cujas formas variam conforme os pressupostos culturais e epistemológicos que orientam as distinções socialmente relevantes em cada contexto/sistema.

Desta forma, tomemos os argumentos elaborados por Oyěwùmí (2021) para destacar a contingência da estrutura de gênero. A partir de seus estudos da sociedade iorubá, constatou-se que o gênero não era o eixo ontológico nem o fundamento da vida social daquele povo. Além disso, na mesma toada, a autora não rejeita a noção de construção social em si, ela recusa a suposição ocidental de que toda sociedade constrói gênero, e que essa construção necessariamente se ancora no corpo, ou seja, recusa o gênero de maneira universalizante. Nas palavras da autora:

> De fato, a categorização das mulheres nos discursos feministas como um grupo homogêneo, bioanatomicamente determinado, sempre constituído como desempoderado e vitimizado, não reflete o fato de que as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. Devemos ainda reconhecer que, se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi "construído" e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Consequentemente, é lógico supor que, em algumas sociedades, a construção de gênero não precise ter existido. Partindo de uma abordagem transcultural, a importância dessa observação consiste em que não se pode supor que a organização social de uma cultura (inclusive do Ocidente dominante) seja universal ou que as interpretações das experiências de uma cultura expliquem outra. Por um lado, em um nível global geral, a construção do gênero sugere sua mutabilidade. Por outro lado, no nível local – isto é, dentro dos limites de qualquer cultura particular – o gênero só é mutável se for construído socialmente como tal (Oyěwùmí,2021, p.58-59).

Diante disso, torna-se necessário aprofundar a própria concepção de gênero trabalhada por Oyěwùmí (2021), uma vez que sua crítica ao universalismo feminista consiste em demonstrar a variabilidade histórica do gênero, bem como esclarecer o que o gênero é quando presente socialmente. Assim, conforme outros autores até

aqui utilizados, também argumenta a autora, que não podemos pressupor que toda a diferença sexual sempre será um princípio organizador da sociedade e tampouco podemos tratar o gênero como atributo intrínseco ao corpo ou como traço psicológico das pessoas. Para ela, o gênero só pode ser compreendido quando aparece como uma forma institucionalizada de organizar expectativas sociais, produzida culturalmente e estabilizada em padrões relacionais. Sendo assim:

> Gênero é uma construção de duas categorias em relação hierárquica entre si e está embutido nas instituições. Gênero é melhor entendido como 'uma instituição que estabelece padrões de expectativas para os indivíduos (com base em seu tipo de corpo), ordena os processos sociais da vida cotidiana e é incorporada às principais organizações sociais da sociedade, como economia, ideologia, família e política'. O quadro de referência de qualquer sociedade é uma função da lógica de sua cultura como um todo. Não pode ser alcançado de forma fragmentada, olhando para um local institucional ou prática social de cada vez. As limitações de basear interpretações na observação sem sondar os significados contextualmente tornam-se imediatamente aparentes (Oyěwùmí, 2021,p.129)

Desta forma, se o gênero, tal como definido por Oyěwùmí, adquire relevância quando é institucionalizado como forma social, então sua existência depende de uma seleção específica dentro do horizonte de possibilidades de cada sistema[23]. De maneira que na visão da autora, o gênero não emerge automaticamente da materialidade do corpo, mas de operações culturais que o convertem em distinção significativa. É esse ponto que permite aproximar sua crítica dos argumentos desenvolvidos neste capítulo.

A partir disso, torna-se possível avançar para a dimensão empírica da crítica de Oyěwùmí (2021) que fortalece, inclusive, a tese que estamos trabalhando: a contingência da estrutura gênero, ao compreender que nem sempre o gênero funcionou como forma de organizar a sociedade. Sua análise da sociedade iorubá pré-colonial demonstra que a diferença sexual não foi selecionada como critério

[23] É importante destacar que, embora Oyěwùmí (2021) construa sua teoria compreendendo a existência de diferentes sociedades, e assim as comparando, para demonstrar que o gênero não é universal. Na nossa abordagem sistêmica, tal como desenvolvida por Luhmann e aprofundada por Dutra, trabalhamos com a ideia de uma única sociedade mundial, internamente diferenciada em múltiplos sistemas funcionais. Assim, diferenças culturais não são tratadas como "outras sociedades", mas como variações internas dessa sociedade global, perspectiva que também evita o nacionalismo metodológico, conforme já discutido anteriormente. De maneira que não impede o uso analítico dos achados de Oyěwùmí; ao contrário, nos parece que sua argumentação reforça o ponto central aqui defendido: estruturas como o gênero são contingentes, historicamente produzidas e suscetíveis a transformação, ainda que assumam formas distintas em diferentes contextos dentro da sociedade mundial.

estruturante da vida social, o que reforça a tese de que o gênero é uma construção histórica contingente, e não uma estrutura universal. Como afirma:

> o gênero não era um princípio organizador na sociedade iorubá antes da colonização pelo Ocidente. As categorias sociais “homens” e “mulheres” eram inexistentes e, portanto, nenhum sistema de gênero esteve em vigor. Em vez disso, o princípio básico da organização social era a senioridade, definida pela idade relativa. As categorias sociais “mulheres” e “homens” são construções sociais derivadas da suposição ocidental de que “corpos físicos são corpos sociais”, suposição que, no capítulo anterior, nomeei como “raciocínio corporal” e uma interpretação “bio-lógica” do mundo social. O impulso original de aplicar essa suposição transculturalmente está enraizado na noção simplista de que gênero é uma maneira natural e universal de organizar a sociedade e que o privilégio masculino é sua manifestação derradeira. Mas o gênero é socialmente construído: é histórico e ligado à cultura (Oyěwùmí, 2021, p.112).

Fica claro, portanto, que o percurso desta seção mostrou que o gênero não é uma estrutura fixa que dita o social, mas uma forma que só existe quando certas operações comunicativas o tornam relevante. De modo que a crítica construída por Oyěwùmí (2021) ilumina essa contingência ao lembrar que nem sempre a diferença sexual foi convertida em princípio de ordenação do mundo. Assim, o gênero aparece menos como essência e mais como uma maneira de produzir expectativas e organizar sentidos. É justamente por meio desse caminho, essa possibilidade de que o gênero opere, se transforme ou até deixe de operar, que nos permite avançar, agora, para uma reflexão sobre as desigualdades de gênero para além do patriarcado.

3.5 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO ALÉM DO PATRIARCADO

Até aqui discutimos diversas vezes como o gênero não pode ser entendido nem como mera extensão de diferenças biológicas, nem como um princípio unitário capaz de explicar, por si só, a organização da sociedade. Rememorando, temos que em Luhmann (2015), a distinção mulher/homem aparece como forma de observação que não se converte em código funcional; em Dutra (2014, 2023, 2024), os diferentes tipos de desigualdade são concebidas como operativamente estruturadas por meio da construção de endereços sociais; em Beauvoir (1970ab), “tornar-se mulher” significa ser produzida como “Outro” em relação a um sujeito masculino

universalizado; em Scott (1995), o gênero é um grande influenciador das relações sociais e forma primeira de significar relações de poder; em Oyěwùmí (2021), a própria existência de gênero como princípio organizador é tratada como possível de outro modo e culturalmente situada. A partir dessa constelação teórica, podemos, enfim, delimitar como este trabalho mobiliza a noção de estrutura de gênero e, em particular, o que chamaremos de endereço social feminino no sistema político.

Desta forma, assumindo a perspectiva sistêmica-processual, o gênero é compreendido como um conjunto de expectativas comunicativas que orientam interações e produzem continuidades na sociedade. Ele não antecede a comunicação, mas continuamente a atravessa e por ela é atravessado, de modo que categorias como feminino e masculino funcionam atribuindo e delimitando expectativas sobre condutas, competências, legitimidades e riscos esperados para diferentes pessoas. Essas estruturas não são fixas, tampouco estáveis; ao operar em uma sociedade funcionalmente diferenciada, elas podem ser reproduzidas ou modificadas de acordo com as operações comunicativas dos sistemas e suas relações com o ambiente. A ideia de que as estruturas sociais possuem historicidade e contingência, presente tanto em Luhmann quanto na interpretação sistêmica de Dutra, implica reconhecer que nenhuma forma específica de ordenação das relações de gênero é indispensável para a reprodução da sociedade moderna, já que esta é capaz de operar com mudanças estruturais contínuas.

Por tudo isso, essa compreensão nos permite aprofundar a crítica às teorias do patriarcado, enquanto formulações que pretendem descrevê-lo como estrutura universal e permanente, tendentes a fixar a diferença sexual como fundamento inalterável da desigualdade na sociedade, apresentam a dominação masculina como princípio invariável das relações sociais.

Dessa maneira, vimos que o problema desse enquadramento, conforme argumenta Scott (1995), é que ele naturaliza as desigualdades, torna o gênero um eixo ahistórico e impede que se observe sua articulação com outras formas de exclusão. Dutra (2024,2023,2014) reforça esse argumento ao mostrar que a sociedade contemporânea, marcada pela primazia da diferenciação funcional, não comporta uma estrutura única capaz de organizar todas as esferas sociais. A política opera com o código poder/sem poder; o direito, com o código lícito/ilícito; a economia, com o código pagamento/não pagamento. E por isso, cada sistema produz e reproduz suas próprias desigualdades a partir de suas operações internas.

Nesse contexto, o patriarcado não pode ser compreendido como um subsistema social, pois não é autopoiético, não dispõe de um código próprio e não é organizado funcionalmente.

Mesmo assim, determinadas formulações patriarcais permanecem relevantes para compreender momentos históricos específicos. Sendo assim, aprofundando sobre o patriarcado, Carole Pateman, em “O Contrato Sexual” (2008), apresenta-o como uma estrutura histórica de dominação masculina, a qual vem sendo modificada e adaptada aos novos contextos sociais modernos. A autora faz suas análises ampliando o proposto pelos contratualistas clássicos da política, trazendo assim o conceito de contrato sexual para explicar a exclusão das mulheres na vida pública e sua sujeição na vida privada, o que seria legitimado pelo casamento e maquiado como algo consensual.

De modo que Pateman (2008) entende o patriarcado não como uma estrutura na qual a figura paterna seria imprescindível como agente protagonista, mas sim a coletividade masculina, denominando-se assim de “patriarcado fraternal”. Nesse modelo, a dominação masculina continuaria a existir, mesmo que as formas de sua manifestação tenham mudado. Portanto, sob essa perspectiva, o patriarcado ainda seria a estrutura que organiza as relações de poder na sociedade e mantém as desigualdades de gênero ao disfarçá-las sob a aparência de liberdade e igualdade formais.

Por outro lado, Miguel (2017) critica o conceito de patriarcado como explicação das desigualdades de gênero no cenário atual. O autor reconhece a existência de assimetrias, mas observa transformações e conquistas significativas para as mulheres, como o direito à educação, propriedade, voto e a redefinição do casamento civil como parceria entre iguais, fatores que não seriam compatíveis com o patriarcado clássico. Para tanto, o autor critica a caracterização do patriarcado como uma estrutura ainda vigente nas sociedades contemporâneas, como sugere Carole Pateman. Ele argumenta que a análise de Pateman pode ser excessivamente centrada em uma visão tradicional do patriarcado, que não se alinha com as realidades das sociedades modernas, onde as relações de gênero e as dinâmicas familiares passaram por transformações significativas.

Essa crítica abre espaço para compreender o que chamamos de endereço social feminino no sistema político. Em vez de tratar o feminino como identidade essencial ou como efeito de uma estrutura patriarcal obrigatória, o endereço social

permite observar como a comunicação em cada um dos sistemas pode classificar determinados atores, como as mulheres, e, com isso, atribui-lhes expectativas de comportamento, de legitimidade, de vulnerabilidade e de liderança.

O gênero funciona, assim, como uma estrutura que produz posições comunicativas específicas nos endereços sociais. No entanto, esse endereçamento não determina totalmente as possibilidades de inclusão no sistema político, pois o sistema político decide a inclusão ou exclusão de atores com base no código poder/sem poder, que organiza todas as suas operações. As chances de participação dependem de fatores como capital político, alianças partidárias, reconhecimento público, trajetória eleitoral e capacidade de mobilizar apoios. De maneira que uma mulher com alto capital político pode ser incluída mesmo em contextos marcados por desigualdades/subordinações relativas ao gênero, enquanto um homem sem capital pode ser excluído, porque o determinante não é o gênero, mas o atendimento às expectativas internas do sistema.

Isso significa que o gênero opera como barreira simbólica, mas não como critério determinante de exclusão. A comunicação política pode associar poder à masculinidade, mas essa associação não impede que mulheres se tornem prefeitas, lideranças regionais ou figuras políticas centrais quando apresentam os requisitos que o sistema reconhece como legítimos. Ao contrário do que pressupõe a tese do patriarcado como estrutura permanente, o sistema político é capaz de absorver irritações externas e modificar suas premissas organizacionais, permitindo novas formas de tradução comunicativa que gerem inclusão.

O que se observa no Norte Fluminense, por sua vez, são mulheres se tornando prefeitas, sendo reeleitas e apresentando altos índices de aprovação, ilustrando, assim, essa contingência na desigualdade de gênero. Se o patriarcado fosse uma estrutura fixa e unitária, tal fenômeno não seria possível. De maneira que a presença significativa de mulheres em cargos de poder mostra que o código poder/sem poder continua sendo o princípio organizador da política e que o gênero, embora relevante, não é determinante para a exclusão nem a inclusão.

Fica claro, portanto, que analisar as desigualdades de gênero além do patriarcado implica reconhecer que elas são produzidas por operações específicas de cada sistema social, que suas estruturas são contingentes, que o gênero funciona como estrutura que orienta expectativas e que a sociedade moderna, ao operar sob

a lógica da diferenciação funcional, permite tanto a reprodução quanto a transformação das posições atribuídas a mulheres e homens.

De maneira que tal perspectiva não minimiza a existência de desigualdades de gênero, tampouco ignora a persistência de barreiras simbólicas. Ela apenas recusa explicações totalizantes e destaca que as condições de inclusão podem ser alteradas quando novas formas de comunicação reconfiguram expectativas. O patriarcado permanece relevante como categoria histórica e que influencia na memória sistêmica – e por isso em suas operações – mas ao enfatizarmos a contingência, a seletividade e a multiplicidade de lógicas operativas, permite-se compreender como as desigualdades de gênero continuam a existir sem que precisem ser pensadas como destino estrutural inevitável. Com isso, abre-se espaço analítico para observar tanto os obstáculos que mulheres enfrentam quanto os caminhos que constroem para participar, disputar e exercer poder no interior do sistema político.

Assim, compreender o gênero como uma estrutura contingente e influente nas operações comunicativas permite, agora, revisitar as trajetórias apresentadas no primeiro capítulo sob outra perspectiva. Lá vimos que a entrada e a permanência das prefeitas do Norte Fluminense no sistema político não dependem somente de atributos individuais isolados, mas de processos seletivos específicos: capital familiar, cargos de função, redes partidárias, derrotas acumuladas e a forma como essas experiências ganham reconhecimento público. Nesse sentido, tais elementos expressaram como o próprio sistema político filtra, seleciona e estabiliza candidaturas, definindo quem pode ou não ocupar posições de poder.

Por tudo isso, ao articularmos essa dinâmica com a discussão teórica construída neste capítulo, as trajetórias deixam de aparecer como simples percursos lineares e passam a mostrar como expectativas de gênero foram acionadas, tensionadas ou ressignificadas ao longo desse processamento seletivo. É esse deslocamento entre estruturas comunicativas e experiências concretas que orienta a análise da próxima seção.

3.6 O GÊNERO E AS PREFEITAS DO NORTE FLUMINENSE

A partir dessas considerações teóricas, esta seção analisa como as prefeitas do Norte Fluminense mobilizam expectativas de gênero na construção de suas

identidades políticas, tomando como base o material empírico disponível: postagens, *jingles, slogans* e elementos visuais de campanha, bem como alguns trechos das entrevistas concedidas para essa pesquisa. Se no Capítulo 2 mapeamos os capitais que possibilitaram a entrada dessas mulheres no sistema político, aqui examinamos de que modo tais expectativas são transformadas em recursos comunicativos capazes de produzir autoridade, legitimidade e proximidade com o eleitorado.

O foco, portanto, recai sobre as formas pelas quais o gênero é codificado, acionado e ressignificado nas estratégias de comunicação política – seja por meio da estetização da campanha, da centralidade do cuidado, das narrativas afetivas ou da ênfase em atributos feminilizados que adquirem valor político. Ao observar esses materiais públicos, buscamos compreender que sentidos sobre ser mulher na política são elaborados, como esses sentidos são performados nas campanhas e de que maneira contribuem para moldar expectativas sociais, legitimando a presença feminina no poder.

3.6.1 Personalização da política e mobilização do gênero

A comunicação do gênero no sistema político emerge de maneira particularmente intensa quando observamos o processo pelo qual as pessoas são selecionadas para ocupar posições de poder. Como analisado no primeiro capítulo, a entrada de qualquer pessoa no sistema político depende de um duplo processo de seleção: primeiro, pelas organizações partidárias, que processam reputações, trajetórias e alianças; depois, pela validação pública do voto. Embora o cargo, alcançado pela segunda seleção, conceda legitimidade formal para participar da produção de decisões coletivamente vinculantes, essa legitimidade não neutraliza as condições sociais que atravessam a observação pública. Sendo assim, apesar do sistema político moderno diferenciar normativamente o papel do cargo em relação à pessoa que o ocupa, como vimos, essa separação pode ser tensionada por reentradas sociais que perpassam atributos extrínsecos presentes no ambiente, os quais são acionados e interpretados com o auxílio das estruturas comunicativas, tais como as expectativas de gênero.

Dessa forma, é preciso ter em mente que, conforme veremos, apesar dessas prefeitas estarem transformando a semântica construída pela estrutura de gênero, tendo em vista a característica de contingência, não se pode perder de vista que é

uma transformação e, nesse caso, o gênero ainda se apresenta em partes como uma imposição de como elas devem “ser” dentro do sistema político. Já que, em regra, as mulheres ao entrarem no sistema político, ainda enfrentam um ambiente que opera sob valores e práticas predominantemente masculinas (Beauvoir, 1970a). No mesmo sentido, Michele Perrot (2007) pontua que sob a visão social, ser uma mulher na política, ou até mesmo ser rotulada como uma 'mulher política', é frequentemente percebido como um desafio à feminilidade.

Sendo assim, Holtz-Bacha (2013) aponta que mulheres em cargos majoritários enfrentam um *double bind*: para serem vistas como líderes competentes, precisam acionar traços associados à masculinidade política, como firmeza e capacidade de comando, mas, quando exageram nesse registro, são classificadas como “duras” ou “masculinizadas”. Por outro lado, quando não performam a feminilidade esperada, também são consideradas inadequadas. O *double bind* expressa justamente esse paradoxo: a necessidade de equilibrar atributos tidos como masculinos e femininos para evitar enquadramentos que deslegitimam sua atuação.

Nesse sentido, Holtz-Bacha (2013) apresenta o exemplo da Angela Merkel para compreendermos o ambiente como um lugar de expectativas no qual as mulheres precisam construir a própria imagem pública. A autora mostra que estereótipos culturais de gênero produzem um conjunto de demandas contraditórias sobre comportamento, aparência e competências, e que, por isso, não existe um modelo prévio de atuação capaz de orientar de forma segura as mulheres que buscam posições de liderança. Cada trajetória exige, portanto, a criação de estratégias próprias para equilibrar traços percebidos como masculinos e femininos.

Sendo assim, a autora nos explica que na campanha de Angela Merkel em 2005, ao decidir não mobilizar elementos da vida privada, evitar referências à feminilidade e adotar uma postura comunicativa contida e técnica, Merkel buscou justamente escapar dos enquadramentos tradicionais impostos às mulheres em disputas majoritárias. Entretanto, a mídia insistiu em tematizar sua aparência, seu corpo e sua postura como sinais de inadequação, deslocando o foco da agenda política para o “fato” de que era a primeira mulher a disputar aquele cargo. Comparando sua cobertura com a do então chanceler Gerhard Schröder.

Por tudo isso, estudos citados pela autora mostram que Merkel era enquadrada como excessivamente rígida, fria ou austeramente “masculina”, ao

passo que Schröder aparecia em registros mais descontraídos e, paradoxalmente, dotados de traços associados ao feminino, fenômeno que Holtz-Bacha (2003) descreve como "*cross-sex typing"*. A candidata mulher é "masculinizada", e o candidato homem é suavizado, reforçando a ideia de que mulheres no poder têm sua atuação permanentemente reinterpretada por lentes de gênero. O exemplo de Merkel evidencia, portanto, que mesmo quando evitam acionar o gênero como recurso político, mulheres em posições de liderança são obrigadas a negociar continuamente esses enquadramentos semânticos, sempre instáveis, que organizam a percepção pública de sua autoridade. É nesse ambiente de ajustes contingentes que se inscrevem as estratégias comunicativas mobilizadas pelas prefeitas do Norte Fluminense.

Nesse sentido, a reflexão de Manin (1995, 2013) sobre a "democracia do público" ajuda a esclarecer como as prefeitas do Norte Fluminense mobilizam o gênero como um recurso comunicativo estratégico, capaz de ressignificar padrões normativos e introduzir novas formas de comunicação política. Ao analisar a evolução do governo representativo, Manin (1995) identifica três modelos predominantes: o parlamentar, a democracia de partido e a democracia do público, demostrando como, em cada um deles, os princípios da representação se reconfiguram diante de contextos históricos e políticos específicos, bem como as tensões e crises que acompanham essas transformações.

Sendo assim, Manin (1995,2013) argumenta que, na democracia do público, a política é mediada pela comunicação de massa, e a confiança do eleitorado é transferida das instituições para os indivíduos. Os candidatos são avaliados por sua imagem pública, projetada por meio de discursos, campanhas e performance midiática. E essa dinâmica, segundo o autor, criaria um ambiente político onde as campanhas enfatizam atributos pessoais e narrativos emocionais em vez de plataformas partidárias substanciais.

No caso das prefeitas do Norte Fluminense, a personalização política é potencializada pela mobilização de aspectos relativos ao gênero. Muitas dessas lideranças utilizam narrativas baseadas em suas experiências pessoais, valores familiares e papéis de cuidado para construção da sua identidade política, reforçando os estereótipos de gênero quanto ao papel da mulher na sociedade, a

partir do que seria a feminilidade[24] e, assim, tornando contingente a semântica associada às mulheres na política.

Figura 06 – Prefeita Geane e seus papéis sociais



Fonte: Instagram @geanevincler

Nessa democracia do público, a fragmentação das lealdades partidárias permite que as lideranças femininas utilizem o gênero como um diferencial político. As Prefeitas do Norte Fluminense frequentemente destacam em suas imagens políticas, valores associados à feminilidade, como o cuidado, a empatia, a dedicação e a competência em resolver problemas cotidianos para se apresentarem como "mães" de suas cidades ou como líder próxima e acessível como pode observar nas figuras abaixo:

[24] Freitas (2012, p.32) nos explica como a feminilidade é construída socialmente na vida das mulheres: “O estereótipo da feminilidade parte da própria educação imposta às mulheres: a linguagem que devem empregar, as áreas de conhecimento que podem ter mais familiaridade (educação, questões sociais...), a utilização de fala moderada e doce, as brincadeiras bem aceitas e permitidas, propensão aos cuidados e atos delicados. É importante destacar que, desde pequena, a mulher é instruída a cuidar dos filhos – brincadeiras com bonecas – e a desempenhar os afazeres domésticos – brincadeiras de casinha, com panelas e utensílios de cozinha estão presentes na infância da maioria das mulheres. Enquanto isso, os meninos praticam esportes e pensam em profissões desprendidas do lar. Tudo isso impõe às mulheres, desde o primeiro momento de socialização, lugares marcados, posições definidas. Não raras as vezes, de submissão, desapego, abnegação.

Figura 7 – Carla Caputi, enquadramento maternal na comunicação política.



Fonte: Instagram @prefeitacarlacaputi

Figura 8 – Tedi, mobilização do "olhar de mãe".



Fonte: Instagram @tedi.pt

Figura 9 – Fátima Pacheco, performance de cuidado e proximidade com a população.



Fonte: Facebook Fátima Pacheco

Sendo assim, nas figuras 08 (Carla Caputi), 09 (Tedi) e 10 (Fátima Pacheco), observa-se de forma concreta como o repertório de gênero é mobilizado na comunicação política das prefeitas. No caso de Carla Caputi, o vídeo compartilhado no Dia das Mães reúne uma sequência de imagens fraternas com seus próprios filhos, intercaladas à mensagem de que ela também "cuida" dos "38 mil filhos e filhas" de São João da Barra. Desta forma, é possível percebermos a articulação da maternidade biológica com a maternidade política, vez que Carla produz uma equivalência simbólica entre a vida familiar e a gestão pública, reforçando uma imagem de líder sensível, cuidadosa e emocionalmente comprometida com a população a qual governa.

Do mesmo modo, percebemos semelhança na postagem de Tedi, a imagem cercada de crianças e a referência explícita ao "olhar de mãe" vinculam sua capacidade de perceber a necessidade de políticas públicas de proteção à infância a uma sensibilidade feminina particular, apresentada como um "dom de cuidar

concedido por Deus". Já a publicação de Fátima Pacheco enfatiza o toque, o abraço e a escuta próxima a moradores idosos, evocando diretamente o afeto e o cuidado como marca de sua atuação pública.

Em todos esses casos, a maternidade e o cuidado são convertidos em recurso comunicativo funcionando como um atalho simbólico para a construção de "imagens carismáticas" (Manin, 1995) que aproximam as lideranças de seus eleitores e reforçam sua legitimidade na arena pública. Nesse contexto, essas características maternais e cuidadosas, atribuídas culturalmente as mulheres, parecem funcionar como um catalisador para essas conexões com o eleitorado, especialmente em contextos locais onde as relações interpessoais desempenham um papel significativo na política.

Figura 10– Francimara mobilização do coração de mãe



Fonte: Facebook Francimara Azeredo Barbosa Lemos

Nesse cenário, ao adotar uma postura pública ancorada no cuidado, na empatia e na proximidade com a população, essas lideranças femininas ativam um repertório comunicativo capaz de conectar diferentes segmentos do eleitorado: tanto aqueles que valorizam uma gestão técnica e eficaz quanto àqueles que buscam figuras políticas percebidas como protetoras e emocionalmente acessíveis. Essa operação simbólica funciona como uma mediação entre o sistema político, tradicionalmente marcado por semânticas relacionadas à razão, autoridade e dominância, bem como as expectativas sociais associadas ao papel feminino no espaço privado, acerca do carinho, cuidado e maternagem. Como destacam

Finamore e Carvalho (2006), a recepção das imagens de mulheres na política não ocorre em um “vazio social”, mas é atravessada por esquemas de interpretação de gênero que moldam a maneira como suas performances são percebidas pelo público. Essa construção simbólica ressoa especialmente em lugares onde o discurso administrativo técnico é percebido como distante ou elitista, principalmente em cidades menores, com poucos habitantes e características interioranas.

Figura 11 – Geane Vincler. Associação da candidata a atributos afetivos e femininos na comunicação política.

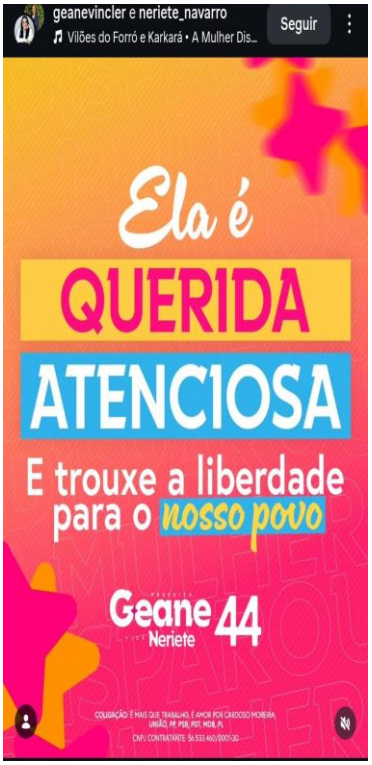


Figura 12 – Geane Vincler. Mobilização do repertório carinhoso, cuidadoso e maternal como estratégia de comunicação política

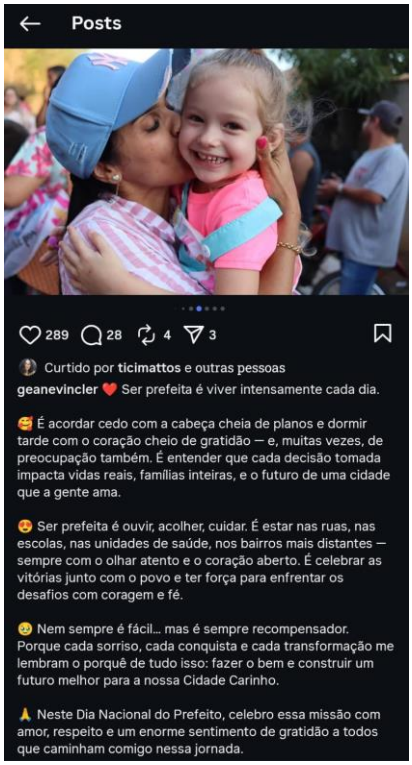


Figura 13 – Geane Vincler. Performance de proximidade corporal e visita domiciliar, reforçando a imagem de gestora acessível e sensível às necessidades cotidianas da população.



Fonte: Instagram @geanevincler

Desta forma, as prefeitas do Norte Fluminense utilizam redes sociais[25] e outros meios de comunicação para reforçar suas imagens como líderes capazes e

[25] Miguel (2024, p.187) explica a importância das redes sociais para construção da identidade política ao longo do tempo: “Segundo dados do relatório da *We Are Social*, de 2022, o *Instagram* já é a terceira rede social mais utilizada do Brasil, atrás somente do *Facebook* e do *Youtube*. Vale ressaltar

sensíveis às necessidades de suas comunidades. Fotografias, vídeos e postagens nas redes sociais demonstram essas lideranças em contextos familiares, interagindo com moradores ou participando de eventos locais, enfatizando uma abordagem humanizada da política.

Figura 14 – Yara Cinthia mobilizando cuidado e proximidade na comunicação política.



Fonte: *Instagram* @yara.cinthia

Figura 15 – Carla Caputi, mobilização do repertório carinhoso, cuidadoso e próximo como estratégia de comunicação política.



Fonte: *Instagram* @prefeitacarlacaputi

Figura 16 – Francimara, mobilização do cuidado e proximidade do povo.



Fonte: *Instagram* @francimara.azeredo

Além disso, os slogans utilizados pelas gestões municipais e pelas campanhas eleitorais das prefeitas do Norte Fluminense também operam como dispositivos centrais na construção dessa identidade política generificada, principalmente ao evidenciar a centralidade da semântica do cuidado como recurso

---

que ele é, entre as redes sociais mais populares, a mais recente, e passou a ter relevância política maior só a partir das eleições de 2016. Ainda assim, consolidou-se no mercado político como peça fundamental para a estratégia de humanização e aproximação com eleitor, para a qual é bem situada devido à sua ênfase no aspecto visual. Justamente por isso, é um espaço fértil para construção de imagem a longo prazo."

político. Desta forma, temos no plano institucional, tanto o governo Rosinha Garotinho (*"Campos, minha cidade, meu amor"*)[26] quanto o governo de Fátima Pacheco em Quissamã (*"Cidade que cuida da gente"*) acionando repertórios discursivos marcados pelo afeto, proteção, cuidado e pela ideia de pertencimento comunitário.

Figura 17 – Logotipo de Campos dos Goytacazes no governo Rosinha Garotinho



Fonte: Prefeitura de Campos

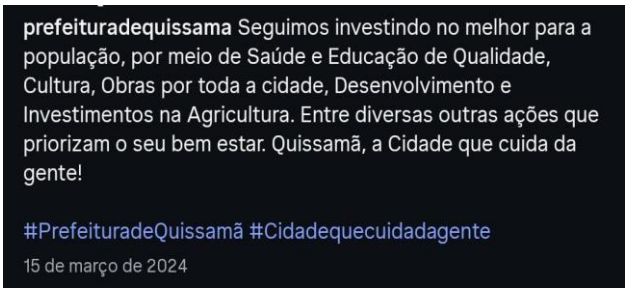
Figura 18 – Logotipo de Quissamã no Governo Fátima Pacheco



Fonte: Prefeitura de Quissamã

[26] CAMPOS DOS GOYTACAZES. ***Rosinha entrega certificados de curso pioneiro no Brasil***. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 24 mar. 2011. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=6706. Acesso em: 30 nov. 2025: Em notícia institucional da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, Rosinha Garotinho explicou a escolha do slogan de seu governo, *"Campos, minha cidade, meu amor"*: "A prefeita quer a participação de todos que puderem e quiserem contribuir para melhorar nossa cidade. Por isso criamos o slogan 'Campos, minha cidade meu amor'. Quando escolhi este slogan, é porque amamos mesmo esta cidade e queremos despertar a autoestima da população que durante 10 anos se esvaiu".

Figura 19 – Legenda de postagem da prefeitura de Quissamã com o slogan do governo de Fátima Pacheco



Fonte: Instagram @prefeituradequissama

Figura 20 – Postagem no Instagram de Fátima Pacheco com a música do governo



Fonte: Instagram @fatimaquissama

Já no contexto eleitoral, as campanhas de Carla Caputi em São João da Barra (“Cuidando de você”) e de Geane Vincler em Cardoso Moreira (“É hora de cuidar das pessoas”) reforçam de maneira explícita esse enquadramento humanizado da política, convertendo o cuidado em eixo estruturante da identidade pública das candidatas. No caso de Tedi, em Conceição de Macabu, o slogan **“**Por amor a Macabu, é hora de recomeçar**”** amplia essa semântica ao articular o amor como fundamento de sua identidade política. O termo “recomeçar”, então, opera como promessa de futuro, mas como referência implícita aos seus próprios governos anteriores**,** sugerindo que esses mandatos também teriam sido conduzidos “com amor” e que o retorno representa a retomada desse estilo de gestão afetivamente marcado. Assim, a narrativa combina continuidade e renovação, reforçando a ligação emocional com o município e reinscrevendo o amor, um afeto historicamente feminilizado, e também utilizado legitimamente nas campanhas políticas por ambos os sexos.

Figura 21 – Propaganda política de Carla Caputi (2024) com Slogan: “Cuidando de você”



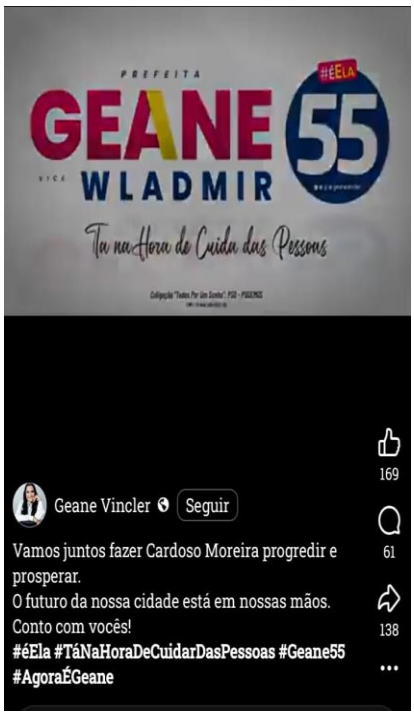
Fonte: Instagram @prefeitacarlacaputi

Figura 22 – Vídeo com o Jingle da campanha (2024) de Carla Caputi



Fonte: Instagram @prefeitacarlacaputi

Figura 23 – Propaganda política de Geane Vincler (2020) com Slogan: “Tá na hora de cuidar das pessoas”



Fonte: Facebook Geane Vincler

Fica claro, portanto, que observamos nesses enunciados, a presença das expectativas sociais generificadas. Vez que eles deslocam para o espaço político atributos culturalmente associados ao feminino, demonstrando sensibilidade; empatia; dedicação e atenção às necessidades das pessoas; produzindo uma equivalência simbólica entre governar, amar e cuidar. Ao mesmo tempo em que funcionam como estratégias eficazes na democracia do público, facilitando a identificação emocional do eleitorado com as prefeitas. Assim, operam simultaneamente como recursos de legitimidade e como mecanismos de reiteração dos estereótipos de gênero, evidenciando a ambivalência estrutural que marca a presença das mulheres no sistema político e que exige delas um trabalho contínuo de negociação semântica para estabilizar sua autoridade pública.

Figura 24 – Propaganda política de Tedi (2024) com Slogan: “Por amor a Macabu, é hora de recomeçar”



Fonte: Instagram @tedi.pt

Além das imagens públicas, *slogans* e materiais institucionais, os *jingles* utilizados nas campanhas de algumas dessas prefeitas também seguem essa lógica de mobilizar atributos generificados. Em diversos casos, as músicas acionam a ideia de serem mulheres guerreiras, “gente da gente”, do cuidado, da proximidade e sensibilidade com o povo, para reforçar a imagem de lideranças atentas às necessidades do povo. Sendo assim, no contexto da comunicação política, os *jingles* funcionam como mecanismos de condensação semântica, capazes de transmitir, em poucos segundos, valores, expectativas e atributos vinculados ao repertório social do que deve ser uma prefeita, como veremos a seguir:

3.6.1.1 Carla Machado (2020) e Francimara (2020)

Jingle Carla Machado (2020)
“Toda grande trajetória é assim,
tem que ter força para prosseguir.
Coragem e para frente sempre olhar,
é assim com a guerreira Carla.

São João da Barra sabe o que é vencer.
Carla fez e sabe o que fazer.
São lutas e conquistas com garra.
Carla é a marca de uma história
que não acabou.
Eu tô com Carla, eu tô.
São João da Barra eu sou.
Eu voto 11 porque a nossa história
é a força do amor.
Eu voto 11 por saber
que o nosso povo vai ganhar.
Carla Machado, nossa mulher guerreira."

Jingle Francimara (2020)
"Mulher guerreira que não descansa
e nunca deixa ser vencida por nenhuma dor.
Mulher de fibra nunca desista,
pois o povo reconhece todo o seu valor.
A esperança nasceu com você,
o que deu certo vai permanecer.
A nossa gente mais carente decidiu:
é Francimara 77, amor para vencer.
Vem com a gente, São Francisco: amor para vencer.
Francimara 77, com você.
O nosso povo tem valor."

Sendo assim, os *jingles* das campanhas de Carla Machado (2020)[27] e Francimara (2020)[28] mobilizam o repertório da figura da mulher guerreira. De maneira que, em ambos os casos, a liderança feminina é associada à força moral, persistência, resiliência e capacidade de enfrentar adversidades. O que podemos verificar como uma estratégia comunicativa que dialoga diretamente com o *double bind* descrito por Holtz-Bacha (2013), segundo o qual mulheres precisam performar firmeza e, ao mesmo tempo, sensibilidade para evitar enquadramentos que deslegitimem sua autoridade.

No *jingle* de Carla Machado, a trajetória política é narrada como uma caminhada de superação contínua: "força para prosseguir", "lutas e conquistas com garra", "uma história que não acabou". A prefeita aparece como agente persistente, cuja liderança se sustenta tanto pela continuidade histórica quanto por um vínculo

[27] EXALTAR ÁUDIO. ***Jingle eleitoral – Carla Machado (Reeleição 2020).*** YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8e7E3ab6aYE. Acesso em: 2 dez. 2025.
[28] LEMOS, Francimara Azeredo Barbosa***. Vídeo de campanha.*** Facebook, 14 nov. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/francimaraablemos/videos/368455661054475. Acesso em: 2 dez. 2025

afetivo sintetizado na expressão “a força do amor”, exatamente a combinação que o *double bind* espera das mulheres na política.

Ao que concerne ao Jingle da Francimara, tem-se que enfatiza uma resiliência emocional ainda mais explícita: “não deixa ser vencida por nenhuma dor”, “o povo reconhece seu valor”. A força política é construída como superação de sofrimento e dedicação aos mais vulneráveis, culminando na fórmula “amor para vencer”, que converte o afeto em fundamento de legitimidade. Além da narrativa criada para a personalidade política, nos parece que trajetória pessoal da Prefeita também ressoa no *jingle*. Durante a nossa entrevista, Francimara relatou ter recebido o diagnóstico de câncer de mama poucas semanas após a eleição de 2016, enfrentando o tratamento enquanto assumia o mandato. A mobilização comunitária que se seguiu, com moradores raspando o cabelo, mulheres usando lenços e manifestações espontâneas de solidariedade, expressa a intensidade do vínculo afetivo com a população:

> [...] E depois de eleita, eu tive um câncer. Também tive um câncer de mama. Nós ganhamos as eleições dia 3 de outubro de 2016. Dia 8 de novembro eu descobri um câncer de mama. E ali, assim desabou. Não tinha nem tomado posse ainda. Mas graças a Deus superei. A cidade toda se mobilizou. Os homens da prefeitura e da cidade, a maioria, todos rasparam a cabeça. As mulheres aqui do prédio trabalhavam de lenço durante 30 dias direto, faziam orações na frente da prefeitura, a cidade inteira. Então, isso me fez ver o quanto eu seria capaz, quanto me tornei querida na cidade. E graças a Deus estou aqui viva. Ainda faço meu tratamento, mas curado pela honra e glória do Senhor [...]

Nesse sentido, cumpre esclarecer que não estamos falando que o enfrentamento da doença foi convertido em recurso político. No entanto, o episódio reforçou, na percepção pública, a imagem de coragem e persistência já presente na identidade política da prefeita, contribuindo para a coerência simbólica da representação da “mulher guerreira”, que mesmo com tamanha adversidade, conseguiu governar uma cidade.

3.6.1.2 Carla Caputi (2024) e Fátima Pacheco (2012)

Jingle – Carla Caputi (2024)
"Carla Caputi, 44!
Ela fez, ela faz, e vai fazer muito mais!
Oi, gente! Chegou a hora de confirmar.
Ela usa o coração pra governar!
Presta atenção no que eu vou dizer:
ela está sempre cuidando de você!
Ela cuida com o coração!
Carla Caputi, 44!"

Jingle- Fátima Pacheco (2013)
"É com ela que eu vou, já mostrou que é capaz,
liderança, coragem, trabalho. Mulher guerreira.
É gente da gente e tudo que a gente precisa.
Nossa Quissamã querida vai seguir crescendo.
Voto 13, voto Fátima, voto certo é PT.
Pra cuidar da gente, pra cuidar da gente.
Tá na rua, tá no coração do povo, prefeita é Fátima.
Pra cuidar da gente, pra cuidar da gente.
Fátima. Fátima. Pra cuidar da gente..."

Quanto aos *Jingles* utilizados durante as campanhas de Carla Caputi (2024)[29] e Fátima Pacheco (2013)[30], podemos observar, de forma evidente, a mobilização do cuidado nessas identidades políticas. Desta forma, na primeira, o cuidado tem mais destaque, a prefeita é apresentada como alguém que "usa o coração para governar" e que está "sempre cuidando de você", compondo uma liderança marcada por sensibilidade, atenção contínua e disponibilidade afetiva. A associação direta entre governo e cuidado ("ela cuida com o coração") reforça a imagem maternal e acolhedora, típica do estereótipo do feminino, na qual a autoridade política se encontra com a capacidade de proteger e acompanhar a população. Esse tom maternal, ainda é intensificado no momento final do jingle, quando uma voz infantil pronuncia a frase: "ela cuida com o coração".

O *jingle* de Fátima Pacheco, por sua vez, inicia- se falando dos traços ligados à força e sempre associados a "masculinidade política" (Hotz-Bacha, 2013) referenciando aos atributos como liderança, coragem e trabalho, bem como a própria

[29] CAPUTI, Carla. ***[Vídeo – reel de campanha].*** Instagram, **20 set. 2024**. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DAJDcnPuC0-/?igsh=MXFiZ3IyaTQ4NGpmMQ==. Acesso em: 2 dez. 2025.
[30] MFPACHECO13. ***Clip de Fátima Pacheco para Prefeita – Quissamã/RJ***. YouTube, **28 jul. 2012.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DufGPoS3IJA. Acesso em: 2 dez. 2025.

categoria evocada de (mulher) guerreira, tal qual Carla Machado e Francimara. No entanto, novamente, como fez Carla Caputi, o conceito em destaque é o cuidado, ela que cuida da população e por isso está no coração do povo. Sendo assim, enquanto Carla Caputi aciona um cuidado mais suave e maternal, Fátima combina cuidado e fortaleza, compondo uma liderança que integra sensibilidade e resiliência, sem abandonar a centralidade do cuidado que estrutura sua identidade política.

3.6.1.3 Rosinha Garotinho (2008 – 2012)

Jingle (2008):
"É ela… que renova a esperança.
Só ela representa a mudança.
É ela que provou que fez e faz.
Com ela, Campos vai viver em paz.
Para unir nossa cidade, o povo já espalhou:
a nossa governadora voltou.
Tá no coração do povo, o novo tempo chegou.
A nossa governadora voltou.
Campos vai virar / virou Rosinha.
Para prefeita eu vou votar: Rosinha.
A cidade vai mudar todinha,
vai virar, virar, virou: Rosinha.
É o 15 é Rosinha, para mudar.
A prefeita é Rosinha, para unir.
O passado já ficou para trás,
Campos vai voltar a viver em paz.
É Rosinha

Jingle (2012):
A chama do amor não se apaga,
uma história de amor não se acaba,
tem que continuar.
Campos voltou a ser feliz,
se acostumou e pede bis,
vai seguir vivendo em paz.
No governo da mudança,
Campos se encheu de esperança.
Campos floresceu com ela.
O melhor pra Campos é ela.
É nela que eu vou votar: é ela.
É ela que une a cidade.
É ela que o povo quer.
A prefeita do povo, 22, é ela.
É Rosinha"

A comunicação sonora das campanhas à prefeita de Rosinha Garotinho evidencia um processo de personalização política ancorado na mobilização

estratégica da estrutura de gênero. Tanto em 2008[31] quanto em 2012[32], seus jingles constroem uma narrativa na qual a candidata é representada como figura afetiva, capaz de restaurar a unidade da cidade e produzir um ambiente de paz. Em ambos os materiais, a repetição enfática do “é ela” funciona como um marcador identitário que simplifica a percepção pública e estabiliza sua imagem como liderança feminina central, facilmente reconhecível e memorizável. Inclusive, tendo sido algo confirmado na entrevista que realizamos com a Governadora:

> [...] E a minha música era a governadora voltou... Eu tinha sido governadora, a governadora voltou para a cidade dela, que é onde ela foi criada, e isso teve um impacto grande na campanha. E o “É ela”... Que pegou até hoje. Tem hora que eu passo por aí nas ruas, o pessoal fala: “é ela...” (cantando). Só falam isso. As músicas pegam, né? [...]

Além disso, como dito por ela a campanha articula o tema do retorno: *“a nossa governadora voltou”*, para reforçar a ideia de pertencimento e continuidade. O retorno é apresentado como gesto afetivo, associando a candidata à cidade de origem e ativando expectativas relacionadas ao cuidado e à afetividade. Também insta mencionar a fusão simbólica expressa nos versos *“Campos vai virar, virou Rosinha”* ilustra a personalização, tal como previsto por Manin (1995) na democracia do público, em que atributos pessoais eclipsam diferenciações programáticas.

Já o *jingle* de Rosinha em 2012 constrói uma narrativa romântica e emocional, na qual a política é apresentada como continuidade de uma *“história de amor”* entre a prefeita e a cidade. A repetição enfática do *“é ela”,* mais uma vez, reforça sua centralidade enquanto figura feminina transformadora e afetivamente vinculada ao município. Os versos, então, articulam esperança, paz, retorno e união e a mudança é representada um como processo afetivo e restaurador, conduzido por uma figura feminina cujo amor garante paz e estabilidade.

---

[31] **JINGLES POLÍTICO.** ***Coletânea dos jingles de Rosinha Garotinho 2002-2008-2012***. YouTube, 13 out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jPwDHpu262w. Acesso em: 2 dez. 2025.

[32] Ibidem

3.6.2 Identidade visual e identidade política

Figura 25 – Identidade visual campanha Rosinha Garotinho (2012)



Fonte: Pinterest

Nesse sentido, se os *jingles* operam como dispositivos sonoros de condensação afetiva, capazes de transformar atributos generificados em narrativas acessíveis e memoráveis, a dimensão visual das campanhas amplia essa mesma lógica no plano cromático e simbólico. As cores, os ícones e as escolhas gráficas além de acompanharem os discursos, funcionam como marcadores de identificação imediata, acionando repertórios culturais associados ao feminino, como cuidado, afetividade, sensibilidade e proximidade.

Desta forma, grande parte das prefeitas utiliza, inicialmente, as cores tradicionais de seus partidos – vermelho, azul, amarelo e laranja – mas simultaneamente mobilizam paletas associadas culturalmente ao feminino, como rosa, lilás e tons pastéis ou brilhantes, que aparecem em logotipos, banners, artes de redes sociais e etc. Esses elementos cromáticos são frequentemente acompanhados de ícones, como corações e flores, que reforçam a associação entre liderança feminina e a afetividade.

Assim, embora essa estética afetiva esteja presente, em maior ou menor grau, em todas as campanhas analisadas, a experiência de Rosinha Garotinho constitui o exemplo mais expressivo dessa articulação: sua identidade visual é certamente o elemento mais lembrado da sua personalização política, como veremos a seguir.

Figura 26 – Rosinha Garotinho em seu gabinete (2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes- RJ

A começar pelo nome, a trajetória política de Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assedi Matheus de Oliveira ilustra como elementos da vida cotidiana podem ser incorporados à comunicação política e convertidos em identidade. Durante a entrevista realizada para esta pesquisa, Rosinha relatou que o apelido, hoje integrado formalmente ao seu nome civil, não foi uma escolha pessoal, mas resultado de sua vida privada e, sobretudo, da circulação pública proporcionada pelo rádio.

Segundo descreveu, o diminutivo “Rosinha” surgiu quando foi apresentada por Anthony Garotinho à avó dele, dona Rosa, que imediatamente afirmou: *“Rosângela? Nome de mulher é Rosa, que nem eu. Chama ela de Rosinha.”* A partir desse episódio, o apelido passou a ser reiterado nas falas cotidianas de Garotinho durante suas transmissões no rádio - *“vou almoçar com a Rosinha”, “fui levar Rosinha ao colégio”* - o que acabou disseminando o nome no espaço público antes mesmo de qualquer atuação política. Como lembra a própria Rosinha, *“o povo começou a me chamar de Rosinha porque ele propagava no rádio (…) aí ficou Rosinha, Rosinha, Rosinha... E eu incluí no nome.”*

Figura 27 – Rosinha com microfone rosa



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

Dessa forma, a governadora, quando inicia na política já tinha um nome reconhecido – dotado de feminilidade, familiaridade e afetividade – que mais tarde se tornaram destaque em sua estética política. Sendo assim, Rosinha relatou que a utilização da cor rosa como identidade visual não surgiu como um projeto previamente elaborado de marketing, mas se formou gradualmente a partir de interações entre sua imagem pública, o imaginário popular e a circulação estética que se produziu em torno do, inicialmente, apelido. Como relatado por ela e por seu marido, Garotinho, a consolidação do rosa como marca política ocorreu especialmente em sua segunda eleição para a prefeitura de Campos. Se, na primeira disputa, o uso da cor ainda era pontual, na segunda ela se tornou elemento estruturador de toda a comunicação visual:

> [...] A minha campanha, a primeira não foi nem tanto, mas a segunda, a segunda eleição em Campos, principalmente, a primeira teve pouco, mas a segunda parece que intensificou a cor rosa. E eu me lembro que até as vitrines das lojas estavam todas de rosa, as roupas cor de rosa, os homens começaram a usar rosa, começaram a ter que comprar mais camisas rosas de homem, porque os homens estavam procurando por camisa rosa [...]Foi uma campanha bem feminina, todo o visual da minha campanha, principalmente na segunda. Na primeira eu não tive muito tempo, mas na segunda eu consegui preparar melhor e fiz uma campanha com visual bem

> feminino e um pouco diferente de todo mundo [...] Eu acho que quem teve essa ideia foi o povo, que, na primeira eleição, começou a usar o rosa e começava a arrumar as crianças. Eu passava em carreata, eram aquelas mães trazendo crianças vestidas de rosa para tirar foto comigo. Aí que me acendeu essa luz para a segunda eleição, quando eu concorri fazer minha campanha cor-de-rosa. Porque as mulheres é que estavam, desde a minha primeira eleição, vestidas filhas de rosa [...]

Rosinha também destacou, outro exemplo de como o rosa mobilizava as pessoas, e a tornava reconhecida por onde estivesse. Ela lembra que, em alguns bairros, as pessoas se aglomeravam para tirar fotos com o seu carro, e que as crianças, em especial, o reconheciam – um sinal de que o rosa havia se tornado um marcador visual facilmente identificável, assim a sua identidade visual ganhou vida na cidade, escapando dos limites dos materiais oficiais e sendo apropriada pelo cotidiano:

> [...] Eu plotei meu carro de rosa, com umas florzinhas brancas mimosas embaixo, botei cílios no meu carro.[...] uma vez eu estava fazendo uma reunião, se eu não me engano, foi em Santa Maria, aqui em Campos. Aí eu estou vendo uma confusão lá fora e falei, gente, será que está tendo alguma briga? Era o pessoal tirando foto no meu carro, porque meu carro tinha até cílios no farol. [...]Era um astra que eu plotei de rosa. E as crianças identificavam isso [...].

Figura 28 – Carro rosa da campanha de Rosinha Garotinho



Fonte: Página do Facebook de Rosinha Garotinho

Outro episódio lembrado por Rosinha reforça como o rosa ultrapassou o plano gráfico da campanha e passou a revelar uma semântica na cidade:

> [...] Eu respondi um processo em Campos, porque eu fui fazer um tom roxo, o nome da tinta era roxo paixão. Mas, como passaram um primer branco por baixo, na hora que foi colocar a tinta nos postes do semáforo, deu um tom rosado. O juiz entendeu que era promoção pessoal. Eu botei esse tom roxo na minha casa, não tinha nada a ver com rosa. Eu botei 11 postes para testar a cor. Eu confesso, ficou lindo, mas não tinha nenhuma pretensão de ser promoção pessoal. Até o juiz achou que era. [...] Um juiz que, um dia, eu perguntei para ele: 'você está usando gravata rosa em minha homenagem?'. Foi o mesmo que me processou [...]

A reação pública e institucional ao episódio revela o grau de cristalização simbólica que o rosa havia adquirido enquanto marca associada à prefeita: o sistema jurídico interpretou a pintura como possível promoção pessoal. Dessa forma, a controvérsia evidencia que, naquele momento, o rosa já não era apenas um elemento gráfico, e sim um signo politicamente saturado, capaz de produzir leituras imediatas sobre presença, autoridade e identificação. Na interpretação jurídica tem-se que a personalização demonstra como a cor tornou-se inseparável da figura pública, de modo que a intervenção cromática no espaço urbano podia ser automaticamente vinculada à sua identidade[33].

[33] Conforme a reportagem do O globo (2012): "A similitude das cores, independentemente do nome que se lhes queira dar, salta aos olhos e está a revelar a utilização de bens públicos para a realização de propaganda eleitoral, ainda que disfarçada, dos dois primeiros representados. Até mesmo servidores da EMUT, bem como os seus equipamentos, foram utilizados para a consecução da malfadada pintura", diz trecho da ação. O Ministério Público (MP) destaca que **a cor rosa é um dos principais símbolos da campanha da chapa, que concorre à reeleição pela Coligação Campos de Todos Nós. No texto, a Promotoria afirma que a cor está presente em adesivos, placas, microfone, automóvel, roupas e no site da campanha."Tudo é e deve ser rosáceo, ou no mínimo lembrar a referida tonalidade, para a fixação das pretensas candidaturas dos dois primeiros representados no imaginário popular e formar a convicção do eleitorado**, como se infere do sítio eletrônico" sustenta a Promotoria" (grifos nossos).

Figura 29 – Notícia “Justiça Eleitoral quer rua de Campos menos rosinha”



O GLOBO POLÍTICA

BUSCAR ACESSE NO

POLÍTICA

Justiça Eleitoral quer rua de Campos menos rosinha

Prefeita tem de retirar de postes recém-pintados cor ligada à sua campanha de reeleição

Juliana Castro

24/09/2012 - 22:50 / Atualizado em 25/09/2012 - 00:48

Newsletters

Foto de leitor mostra os postes de Campos Foto: Leitor

Fonte: O globo (2012)

Figura 30 – Postes e semáforos rosas



Fonte: O globo (2012)

3.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Por tudo isso, a análise desenvolvida neste capítulo permitiu compreender que a estrutura de gênero opera de maneira contingente, que precede, molda e condiciona as possibilidades de participação das mulheres na política. De forma que não se trata de um código dos sistemas ou uma determinação ontológica e fixa. O gênero, então, funciona como um esquema de expectativas socialmente distribuídas, que organiza reconhecimentos e legitimações no interior das interações políticas e das organizações partidárias.

Embora essas expectativas possam produzir obstáculos significativos – derivados de semânticas reiteradas nas práticas institucionais – observamos que, no Norte Fluminense, as mulheres que alcançaram posições majoritárias conseguiram converter tais expectativas em recursos comunicativos, acionando seletivamente atributos associados à feminilidade, como cuidado, proximidade, sensibilidade, afetividade, dedicação comunitária e maternidade simbólica.

Em vez de compreender essa performance como uma forma automática de subordinação, trata-se de reconhecer que ela constitui uma solução operativa encontrada por essas mulheres dentro de um ambiente marcado por expectativas assimétricas: um modo de transformar os estereótipos em capital político, ainda que isso simultaneamente os reforce.

Dessa forma, o capítulo evidencia que o gênero, enquanto forma comunicativa, não apenas restringe, mas também abre possibilidades estratégicas para a construção das identidades políticas femininas, revelando sua contingência, ao poder operar como mecanismo de limitação e, ao mesmo tempo, como recurso para a produção de novas formas de reconhecimento e presença na política.

Sendo assim, até este ponto já identificamos as formas de ingresso das prefeitas do Norte Fluminense no sistema político, observando suas trajetórias e os capitais políticos mobilizados nesse processo. Também analisamos como elas acionam o gênero na construção de suas identidades políticas, especialmente por meio das propagandas de governo e das campanhas eleitorais. O próximo passo, portanto, consiste em investigar, a partir dos próprios discursos das prefeitas, como elas percebem e respondem às expectativas de gênero em suas práticas políticas cotidianas, levando em conta as pressões sociais e culturais que enfrentam. Trata-

se, ainda, de compreender de que modo esses elementos são articulados para legitimar suas posições e influenciar a percepção pública.

4 A CONTINGÊNCIA E A REPROGRAMAÇÃO SEMÂNTICA DO GÊNERO

A análise desenvolvida até aqui evidenciou que o gênero opera como uma estrutura comunicativa contingente, estruturada por expectativas socialmente construídas que influenciam nas possibilidades de reconhecimento e legitimação das mulheres no sistema político. No entanto, ainda precisamos examinar como essas estruturas são compreendidas e interpretadas nas vozes de algumas das interlocutoras dessa pesquisa, conforme elas nos responderam em entrevistas direcionadas para este trabalho. Além disso, nesse capítulo também apresentaremos a análise de um episódio de violência política de gênero[34], ocorrido durante o desenvolvimento dessa pesquisa, tornando-se um elemento importante de observação, principalmente ao que concerne ao terceiro objetivo específico aqui proposto: “investigar como as prefeitas percebem e respondem às expectativas de gênero em suas práticas políticas cotidianas, considerando as pressões sociais e culturais”.

4.1 SER OBSERVADA: OPINIÃO PÚBLICA E EXPECTATIVAS DE GÊNERO NA POLÍTICA

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível demonstrar a relação entre a opinião pública e o sistema político, especialmente a partir da perspectiva apresentada por Manin (1995; 2013). Avançando nessa discussão, acrescenta-se agora à análise a dimensão moral articulada às expectativas de gênero, uma vez que já foram estabelecidas as bases teóricas para compreender a construção social da semântica do que se espera do feminino. Parte-se, assim, do pressuposto formulado por Luhmann (2007, p. 607), segundo o qual: "Na política, todas as atividades são encenadas diante do espelho da opinião pública com o olhar nos resultados das eleições”[35].

---

[34] O Código Penal brasileiro, alterado pela Lei nº14.142/02, tipifica a conduta no art. 326- B: “Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

[35] No original: "En la política, todas las actividades se escenifican ante el espejo de la opinión pública poniendo la mira en los resultados de las elecciones"

Por tudo isso, a opinião pública atua como um “espelho” que reflete e, ao mesmo tempo, orienta o comportamento dos atores políticos, na medida em que constitui o ambiente interno do sistema político e opera como um meio de auto-observação. Assim, por meio dela, o sistema político observa como suas decisões, discursos e atores são percebidos socialmente. Nesse sentido, a metáfora do “espelho” expressa esse processo, pois políticos, movimentos sociais e outras lideranças acompanham, por meio da opinião pública, o grau de ajuste ou desajuste entre suas posições e as expectativas socialmente articuladas. Desta forma, a opinião pública organiza e torna visíveis expectativas sociais difusas, convertendo-as em temas politicamente relevantes e passíveis de processamento pelo sistema político. Portanto, Luhmann (2009,p.2) nos esclarece:

> a opinião pública não pode mais ser considerada, simplesmente, como um resultado politicamente relevante, antes deve ser vista como estrutura temática da comunicação pública. Por outras palavras: não mais deve ser concebida, apenas, causalmente, como efeito produzido e continuamente operante, mas funcionalmente, como meio auxiliar de selecção.

Desta forma, é justamente nesse processo de seleção e organização temática que a comunicação moral pode estruturar as comunicações advindas da opinião pública. Na medida em que, ao tornar visíveis determinadas expectativas sociais e ao orientar a observação dos atores políticos, selecionam temas, moralizam condutas, performances e trajetórias individuais, atribuindo-lhes juízos de estima ou desestima.

Por tudo isso, a moral, dentro da teoria sistêmica, funciona na comunicação, tendo como o seu "código" a distinção entre estima/desestima, ou seja, a comunicação acrescida da moral faz atribuições de bom/mau, respeitável/não respeitável, e essas atribuições não se referem à realidade objetiva, mas à forma como a comunicação é observada e julgada. Portanto, a classificação de "bom ou mau" não é a moralidade em si, mas a comunicação moral e:

> [...]quem utiliza a comunicação moral pressupõe as condições pelas quais está disposto a apreciar (ou a não apreciar) os demais, partindo do pressuposto implícito de estimar a si mesmo. Precisamente esse esquematismo torna a moral uma fonte de polêmica e de conflitos, inclusive de violência. A moral, portanto, é um fenômeno que não se

> localiza em um subsistema específico, mas pode se apresentar em qualquer âmbito da sociedade: podem-se aduzir motivações morais para contrastar a busca de diferenciação em certos âmbitos, como, por exemplo, [...] as carreiras políticas podem ser truncadas por questões de ordem moral [...] (Corsi, Esposito e Baraldi, 1996, p.113, tradução nossa.)[36]

Assim, no caso em análise, a atuação das prefeitas é observada pela opinião pública a partir de expectativas que, com frequência, assumem contornos generificados. Ao "encenarem" suas atividades diante desse espelho, elas se veem pressionadas a performar feminilidade e a mobilizar a ética do cuidado[37] (Gilligan, 1982) como forma legítima de serem reconhecidas como boas gestoras. Essa expectativa insere-se nos temas que a opinião pública seleciona como relevantes e apropriados para a liderança feminina. Para que suas ações alcancem compreensão e ressonância, o papel político da prefeita precisa ajustar-se à estrutura temática da opinião pública, mantendo-se dependente de uma compatibilidade com as expectativas socialmente disponíveis. Nesse sentido, a incorporação de valores associados ao cuidado, à sensibilidade e à atenção às relações – frequentemente estereotipadas como femininos – pode operar como uma estratégia comunicativa para assegurar essa compatibilidade e, consequentemente, a inteligibilidade pública de sua atuação política.

Nesse contexto, tendo em vista esse processo de seleção e organização temática, é necessário aprofundarmos o conceito luhmanniano de publicidade entendida como a condição pela qual determinados temas se tornam admissíveis à

[36] No original: "[...] Quien utiliza la comunicación moral presupone las condiciones con las cuales está dispuesto a apreciar (o a no apreciar) a los demás, partiendo del supuesto implícito de estimarse a sí mismo. Precisamente este esquematismo vuelve a la moral una fuente de polémica y de conflictos, incluso de violencia. La moral, por lo tanto, es un fenómeno que no se localiza en un subsistema específico, sino que puede presentarse en cualquier ámbito de la sociedad: pueden aducirse motivaciones morales para contrastar la búsqueda de diferenciación en ciertos ámbitos; por ejemplo,[...] las carreras políticas pueden truncarse por cuestiones del orden moral […]"

[37] Carol Gilligan (1982) identifica, por meio de estudos empíricos, a recorrência de diferentes padrões de justificação moral associados a processos de socialização de gênero. De modo esquemático, a autora observa que formas de moralidade mais frequentemente atribuídas aos homens tendem a enfatizar direitos, regras e princípios universais de justiça, enquanto aquelas socialmente associadas ao feminino privilegiam valores como cuidado, responsabilidade relacional, compromisso e atenção às consequências concretas das decisões, atribuindo menor centralidade a noções abstratas de imparcialidade e universalidade (Gilligan, 1982, p. 98). Neste trabalho, a ética do cuidado não é mobilizada como atributo essencial ou natural das mulheres, mas como um repertório moral socialmente disponível, frequentemente associado ao feminino, que pode ser acionado estrategicamente na comunicação política para produzir reconhecimento e legitimidade pública. Essas distinções, quando observadas a partir da teoria dos sistemas, podem ser compreendidas como semânticas morais disponíveis na comunicação social, e não como atributos estáveis dos sujeitos.

comunicação política. Em sociedades funcionalmente diferenciadas, a observação pública das ações e discursos só adquire relevância política quando estes são reconhecidos como temas legítimos da opinião pública, isto é, quando podem ser aceitos e processados pelo sistema político. A publicidade opera, assim, como um filtro que condiciona a circulação da atuação política, delimitando os aspectos que podem ser convertidos em objeto de comunicação pública e diferenciando-os daqueles remetidos a esferas privadas, pessoais ou morais. Trata-se, portanto, de uma condição de inteligibilidade política atravessada por expectativas sociais e simbólicas que orientam o reconhecimento da atuação no espaço público (Luhmann, 2009).

Desta forma, considerando a ocupação realizada pelas mulheres na liderança do poder executivo municipal, no qual integra um sistema político com suas operações que possuem na memória estruturas de comunicação que aceitam temas associados a formas masculinizadas de autoridade, decisão e comando. As mulheres precisam, então, além de disputar eleitoralmente, tornar pública a definição dos termos nos quais a própria atuação da prefeita pode circular como tema público e legítimo. A questão que se coloca, portanto, é fazer com que o sistema aceite à possibilidade de que a semântica do cuidado no modo de governar seja reconhecida como politicamente admissível.

A comunicação moral, então, só ganha relevância ao se articular à publicidade, na perspectiva de que selecionando e hierarquizando os temas que estruturam a opinião pública, expectativas morais incidem como mediações por meio das quais determinadas formas de atuação se tornam publicamente compreensíveis. Para as prefeitas, valores frequentemente associados ao feminino, tendem a funcionar como recursos comunicativos que permitem enquadrar sua atuação dentro dos temas aceitos pela opinião pública. A mobilização desses valores não se apresenta, assim, como um elemento externo à política, mas como uma estratégia de compatibilização entre a performance individual e os critérios de reconhecimento que delimitam a inteligibilidade pública da liderança feminina[38].

[38] Essas representações simbólicas do feminino ter eficácia na política, ganha força principalmente em contextos de crises, tal como explicita Barreira (1993, p.461): “Ao enveredar pelo campo das representações simbólicas, observa-se que o feminino aparece com eficácia nos momentos de crise política ou transição. Seja sob as óticas da correção (‘uma mulher age diferente’), altruísta (‘interesses coletivos acima dos individuais’) ou salvacionista (‘relações sociais mais humanistas’), surge a alternativa de um ser diferente que se caracteriza por representar um lugar de projeções valorativas que significa mudança.”

Por tudo isso, seguiremos com o conjunto remanescente do material empírico oriundo das entrevistas realizadas, com foco na maneira como as interlocutoras elaboram e respondem às formas pelas quais o gênero permeia, ou não, a observação pública no interior do sistema político, a partir de suas trajetórias.

4.2 A VIDA POLÍTICA DAS PREFEITAS SOB SUAS PRÓPRIAS PERSPECTIVAS

4.2.1 O cuidado como semântica

As narrativas das prefeitas entrevistadas revelam o ingresso na política institucional motivado tanto pelo histórico de atuação profissional quanto à aptidão por estarem próximas à população, mas o que fica evidenciado na maioria das falas é a necessidade de se atuar no cuidado, na assistência e na proximidade com as necessidades do povo.

O cuidado aparece, desta forma, menos como um traço subjetivo ou vocacional e mais como uma semântica de acesso ao poder, por meio da qual a atuação política das prefeitas é apresentada como necessária, legítima e moralmente justificada. Ao mobilizar experiências vinculadas à assistência social, à educação, à saúde e à ação comunitária, essas mulheres constroem uma narrativa segundo a qual governar significa, antes de tudo, “cuidar das pessoas”, convertendo uma expectativa socialmente associada ao feminino em recurso comunicativo de legitimação política, conforme abaixo:

> [...]E hoje, se eu pudesse escolher outra profissão, eu escolheria de novo Serviço social, porque mudou a minha vida, mudou minha cabeça e **eu pude transformar a vida das outras pessoas.** E o que me levou para a política? Foi **exatamente a possibilidade de transformar a vida das pessoas. Na assistência social fiz coisas extraordinárias. Mas eu falei gente, na Câmara eu vou poder fazer muito mais que eu vou fazer por todas as áreas. E vi que pude. E prefeitura, né? O gestor. E esse país seria outro se os governos entendessem a grandiosidade que é esse lugar para poder transformar vidas.** E a gente entra em 2017 com uma cidade com mais de 100 milhões de dívidas. Com o menor orçamento da história de Quissamã, que sempre foi uma cidade rica desde a década de 2000, por conta dos royalties. Com uma população muito desanimada porque a cidade tinha perdido serviços importantes e qualidade nos serviços, com uma rede muito sucateada, desde os carros, até a saúde, a educação. E todo mundo numa grande expectativa. E aí vem de novo essa questão **da força da mulher, da**

habilidade de lidar com as adversidades. Porque nesse cenário eu tinha dois caminhos: choramingar. E ficar dizendo Olha gente, encontrei a cidade acabada, Não tem dinheiro e blábláblá. **Mas nós somos mulheres, né? O que a gente faz? Dá conta, dá conta, trabalha. Arregaçamos as mangas.** Peguei meu Vice-Prefeito, montei, montamos a equipe, montamos uma equipe boa, gente boa, trabalhadora, tanto que eu estou terminando meu mandato. Não tenho um ruído de corrupção de que alguém enriqueceu, de que alguém se deu bem. Isso Tenho muito orgulho, porque isso na política permeia o tempo todo. E isso é fundamental para qualquer gestor. **Você pode até faltar dinheiro, só não pode faltar a confiança. Eu ganhei a confiança da cidade toda. Falando a verdade, eu sou uma prefeita muito presente. Então eu ia nos lugares, eu me reunia, eu escuto as pessoas** [...] Como o governo anterior havia sido ruim. **As pessoas começaram a sentir muita falta de um acolhimento, de uma mão estendida, de uma escuta. Então eu fiz reuniões que as pessoas choravam, que eu chorava, porque a gente é uma cidade da gente, a gente não quer ver as pessoas sofrendo.** Então, quando chegou em 16 e eu sabia que a cidade estava horrível. Eu não tinha dinheiro. Não foi uma campanha com dinheiro, não foi uma campanha de um empresário. **Eu não era prefeita, Eu não era sequer vereadora. Eu tinha perdido a eleição de 12. Mas foi a campanha mais bonita da minha vida. Sabe por quê? Foi uma coisa assim, da paixão, da confiança. Você vai melhorar a nossa vida. E a gente melhorou.** (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024, grifos nossos).

[...] A motivação que eu via muito questionamento em relação a saúde aqui da nossa cidade, principalmente. A gente tinha um ex-prefeito que era médico e a gente não via muito acontecer. E quando eu fui secretária de assistência, o nosso município... o município muito carente... é um município rico nas suas... nas suas belezas, nas suas...nas suas.... não de indústrias, mas na sua agricultura... **Porém, ao mesmo tempo com pessoas muito carentes, necessitando de muita coisa, casas que muitas vezes nem banheiro tinha. E ainda existe isso na nossa cidade... E eu comecei a caminhar e vendo aquela necessidade, não só a carência de um poder público, mas a carência de um, de um político, de uma pessoa que pudesse, que as pessoas pudessem ter acesso, para cuidar e cuidar das pessoas.** Então foi isso que foi me motivando e todos os dias eu colocava na minha cabeça e cheguei até aqui [...](Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024, grifos nossos).

[...] **Quem tem a cara, que faz ação social, que gosta de gente, que gosta de povo, é ela.** O Brizola falava isso e a minha indicação foi dele" – Porque Quando o Garotinho ganhou a eleição pra governador, ele tinha como vice a Benedita, que era do PT. Mas, com um ano e quatro meses, o PT rompeu com ele. E a Benedita era a secretária de Ação Social. E nesse rompimento, o Brizola indicou o meu nome, junto com a frente de partidos que havia, na época, apoiado o Garotinho pra governador [...] (Rosinha Garotinho,

> governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025, grifos nossos).
>
> [...] Mas eu abri essa porta, todo mundo me conhecia como a professora de segundo grau que dava aula em vários bairros. Então meu marido falou isso: a condição de eu estar na rua, fazendo política, subindo em palanques e fazendo os meus discursos, eu tive que me candidatar. E fui a vereadora mais bem votada da história. **Interessante de destacar que eu sempre fui uma pessoa que fiz com uma mão pelas pessoas, mas nunca lembrei de cobrar pela outra. Porque quando você luta pela cidadania, você não precisa cobrar, você tem que ser consciente pelo seu voto**. Minha filha de 05 anos, extremamente politizada, fazia campanha comigo de porta em porta, **porque eu sou uma candidata que gosta de visitar todas as casas para conhecer os verdadeiros problemas que devem ser solucionados.** Minha filha fez um versinho e ia falando: "Sou pequenininha do tamanho de um botão e já amo Conceição do fundo do meu coração. No dia tal, não poderei votar. Mas você pode votar na minha mãe, por mim. O número dela é esse esse esse. E falava nos microfones e nos comícios. E ela carregava esse papel, não carregava os meus com meus projetos, e eu entrava em uma casa e ela entrava em outra [...] (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024, grifos nossos).

Nesse sentido, esse modo de narrar as motivações para a entrada na política, se relaciona com o proposto por Barreira (2020), que ao pesquisar a forma na qual mulheres parlamentares apresentavam sua trajetória política, percebeu a mobilização de valores altruístas e de narrativas de aptidão integrando um trabalho retrospectivo de construção biográfica, no qual a trajetória política é apresentada como dotada de coerência e sentido. Desta forma, no caso das prefeitas entrevistadas, esse recurso contribui para a construção de identidades políticas reconhecíveis e articuladas a expectativas de gênero que conferem reconhecimento público à sua atuação.

4.2.2 Como se definem?

Ainda nessa toada de autoapresentação e autodefinição, quando perguntadas sobre como se definem ideologicamente, duas das prefeitas entrevistadas deslocaram a resposta para além do espectro partidário tradicional. Em vez de recorrerem às categorias clássicas da ideologia política, mobilizam referências identitárias e valorativas já recorrentes em suas propagandas e discursos, reforçando suas próprias identidades políticas:

> Eu me defino... Uma mulher guerreira... Uma mulher de luta... Uma mulher que busca o melhor para a cidade, que tem os meus ideais, tem os meus sonhos e quero colocar todos em prática (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

> Eu me defino como uma mulher além do meu tempo. Mesmo fazendo 60 anos, ainda me considero jovem o suficiente para continuar a romper as barreiras dos paradigmas e dos preconceitos. (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024).

Nesses casos, observamos, então, a autodefinição ideológica é convertida em uma qualificação pessoal: “guerreira”, “mulher de luta” ou “ mulher além do meu tempo” deslocam o sentido da ideologia para o plano da experiência individual, atribuindo à trajetória pessoal a função de expressar posicionamento político. Por outro lado, temos as respostas da governadora Rosinha e da prefeita Fátima Pacheco:

> Eu não entro nessa polarização de direita e esquerda. Até porque eu acho que não tem direita e nem esquerda nesse país. Porque, por exemplo, antigamente eram só dois partidos, de direita e de esquerda. Hoje você tem um monte de partido que se dizem de esquerda, mas com atitudes que são de direita reacionária... Você dar dinheiro para banqueiro no Brasil é direita... O PT faz o trabalho popular, mas na hora da distribuição econômica do país é na mão dos banqueiros. Isso não é esquerda... Então eu não entro nessa polarização. Eu sou nacionalista, eu sou trabalhista, e essa é a minha definição. Tá certo?! (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025)

> Eu acho que eu sou centro esquerda, né? Eu não sou radical por um lado, nem para o outro agora. Sou uma militante contra a direita conservadora. E eu acho que o que nós estamos vivendo no mundo é uma tendência mundial. É uma coisa muito assustadora, muito o que nós vivenciamos, né? Com a direita conservadora esses últimos quatro anos no Brasil de retrocessos de direitos, né (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

As respostas de Rosinha Garotinho e Fátima Pacheco evidenciam que, mesmo quando o léxico ideológico tradicional é mobilizado, ele o é de forma ajustada às condições contemporâneas da comunicação política. De maneira que podemos observar, que em todos os casos apresentados, a definição ideológica

parte de valores vinculados à própria identidade política, na qual trajetórias pessoais, experiências de governo e expectativas de gênero assumem protagonismo.

Desse modo, como já mencionado anteriormente, as transformações da representação política discutidas por Manin (1995,2013) ajudam a compreender a fragilização das identidades partidárias e ideológicas, bem como a crescente centralidade da figura do líder como referência para a construção e o reconhecimento da representação política. Nesse contexto, o espectro político e a vinculação a determinados partidos deixam de ser critérios determinantes exclusivos, conforme observamos na fala dessas prefeitas.

4.2.3 A experiência do gênero na política

Ainda no processo de autoapresentação, conjugada a afirmação da identidade política, as falas das prefeitas quando questionadas as vantagens e desvantagens de ser mulher na política nos revelaram como o gênero e a feminilidade foram mobilizados como diferença relevante no exercício da política. Nessas narrativas, a condição feminina aparece associada a um “olhar diferente” sobre o gerir o público, frequentemente descrito em termos de cuidado, sensibilidade, atenção aos detalhes e proximidade com a população:

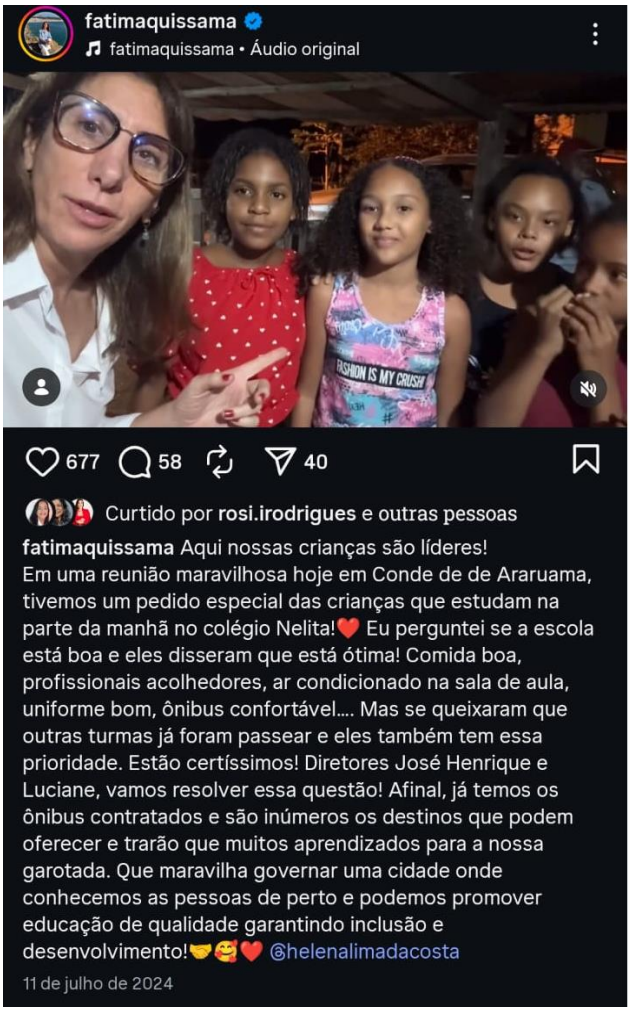
> Eu acredito que vantagens, não desmerecendo os homens, mas eu acho que **nós mulheres temos um olhar diferente, um olhar de proteção, um olhar de mãe, um olhar de cuidado, de zelo, de uma simples plantinha num cantinho de um hospital para dar uma decoração. E vantagens de mulher ter mais habilidade para lidar.** Eu acredito que nós temos vantagens sim (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024, grifos nossos).

> [...] Vantagens! Porque eu digo que a vantagem, por mais que nós venhamos a sofrer preconceitos e violências, **ver o sorriso de uma política pública bem implementada, garantindo aos cidadãos seus direitos e ver aquele sorriso nos olhos ou o choro emocionante não tem preço que pague.** Eu enfrento todos os preconceitos, todas as violências para ver esse sorriso acontecer. E **as mulheres fazem políticas públicas com o coração, com o cuidado. Cuidar do outro, porque nós carregamos no ventre as vidas. E se a gente não tivesse compromisso com as vidas? Não tem significado ser mulher.** Aqui, não estou sendo machista com essa minha minha fala não...Porquê podem levar para um lado machista... mas Deus nos deu a dádiva de gerarmos vidas humanas sim. E quem sabe se Deus não é mulher? Se não daria para o

homem, né? Eis a minha incógnita [...](Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024, grifos nossos).

[...]**E a mulher nesse lugar, O que que ela faz? Coisas extraordinárias,** Coisas extraordinárias. Vou te dar um exemplo de Quissamã... Quissamã foi governada ... se emancipou em 89. Tinha sido governada por três homens, alguns com dois mandatos, outros com três mandatos... É claro que cada um deu a sua contribuição, não é? Quissamã está ai e é uma cidade consolidada e cada um deu a sua contribuição em sua época. **Mas quando a gente chega nesse lugar, quando a mulher chega nesse lugar, a gente, o radar é muito ampliado. Então a gente traz muito do nosso papel de mãe, do nosso olhar. É mais humanizado no sentido do que a gente tem essa questão de olhar o todo, de olhar o macro**. **E também dos detalhes. Eu, como tenho a formação em Serviço Social, eu acho que a marca do nosso governo é a inclusão, mas a inclusão muito para além da assistência, a inclusão, de empoderar os invisíveis, de dar autonomia para as pessoas e dizer pra elas sim, você pode. Eu pude, eu que fui filha de cortador de cana, e olha onde eu cheguei. Né, De você pegar o menino, colocar na escola, mas numa escola inclusiva. Uma escola que o menino tem um *tablet*, o menino tem um ar-condicionado, que o ônibus é confortável, que a comida é boa**. Você sabe que no meu último comício de 17, quando me candidatei, foi aqui no Sítio Quissamã. Quando eu estava subindo pra fazer o comício, foi chamando os candidatos a vereador, chamou o Marcelo e me chamou. Quando eu tava subindo, uma menininha de uns dez anos me puxou pela camisa. Me falou assim: “se você for prefeita, você vai botar comida boa na escola?” Isso me marca. Não vou esquecer isso nunca. Eu falei assim: “mas por que não tem comida boa?” E ela falou: “Não” - Estava ela e mais duazinhas - “É Biscoito e refresco...” [...] Além disso, pesquisas (sobre a pandemia de COVID-19) apontam no mundo todo que nas cidades, nos governos governados pelas mulheres, salvaram-se mais pessoas. E foi muito importante as decisões que nós tomamos aqui de comunicação. [...](Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024, grifos nossos).

Figura 31 – Prefeita Fátima ouvindo o pleito das crianças



Fonte: Instagram @fatimaquissama (2024)

Sendo assim, ao observarmos o conjunto dessas falas, é possível visualizarmos o gênero mobilizando uma matriz de sentido por meio da qual as prefeitas interpretam e comunicam tanto nas suas próprias atuações políticas, quanto ao que concerne a ocupação desses espaços de poder por mulheres e o que significam para elas. A identidade feminina é utilizada, nesse sentido, como diferença positiva capaz de legitimar formas específicas de governar. Outro detalhe que também já observamos em outros materiais empíricos é o destaque novamente para o exercício do poder por meio da semântica do cuidado, frequentemente ancorada em referências à maternidade, à sensibilidade e à atenção ao cotidiano.

No caso de Rosinha Garotinho, em sua fala articulou-se menos à linguagem materna e mais à tradução da experiência cotidiana feminina em critérios concretos para elaborar as políticas públicas. Sua narrativa também pontuou o “olhar feminino”

como mais detalhado e preocupado, e o exemplificou em suas atuações, desde a atenção nos detalhes das obras realizadas em seus governos quanto a ação de resguardar o patrimônio das mulheres em caso de separação:

> [...] **Eu acho que apresenta vantagens. Eu acho que a mulher tem um olhar diferente, para os detalhes, que às vezes os homens não têm.** Por exemplo, eu fiz mais de oito mil casas em Campos com recurso próprio da prefeitura. Mas eu chamei a empresa que ganhou a licitação e falei, **olha, eu não quero duas, três tomadas na casa, não. Pode botar um bocado de tomada, porque a mulher gosta de tomada. Outra coisa, também não quero aquela casa com telha de eternite, não. Era com telha, eu fiz com telha mesmo, com piso frio, tinha disjuntor quente para o banheiro. Então, acho que esse detalhe é da mulher**. Por exemplo, **as creches que eu fiz custaram um pouco mais caro, mas o custo-benefício da construção pastilhada de sujar menos a parede e dar cor e fazer o lúdico, eu acho que essa percepção é da mulher. Igual a cidade da criança. A cidade da criança é lúdica. Quem criou aquela cidade da criança, quem bolou aquilo ali, fui eu. Enquanto os arquitetos e os engenheiros não entenderam o meu projeto, eu não deixei fazer. Tinha hora que eu tinha que desenhar no papel como que eu queria. Eu queria o banquinho, uma frutinha, eu queria que a mesa fosse o formatozinho de um bolo, eu queria que cada quiosque tivesse um formato, um de hambúrguer e o outro, se não me engano, uma máquina fotográfica. Eu queria aquela aguinha subindo que as crianças se acabam ali e adoram. Então, acho que esse olhar feminino dá uma vantagem,** não por caráter, eu acho que caráter não se discute, seja homem ou seja mulher, não por capacidade, seja homem ou seja mulher, eu não vejo vantagem ou desvantagem em ser homem ou mulher com esses quesitos. Eu acho nos detalhes, na forma de ver. **Quem é que ia pensar que a mulher quer uma tomada a mais na casa se não é uma dona de casa que precisa de tomadas? Então, eu acho que nesse ponto dessa visibilidade, de dar essas coisas de mais conforto, talvez, de ser mais acessível, mais funcional, eu acho que aí tem a vantagem de ser mulher. Bom, pelo menos para a mulher que tem sensibilidade com o povo.** [...]Eu botei as casas em nome das mulheres, desde governadora... A mulher engravida, aí o cara depois quer separar e quer a casa. Só foi em nome de homem porque eu fiz 10% das casas eram adaptadas para deficiente ou idoso. Aí o critério era da deficiência ou do idoso. Tanto faz se fosse homem ou mulher. Mas, no geral, as casas em nome das mulheres [...] (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes-RJ, entrevista realizada em 06/05/2025, grifos nossos).

Desse modo, as falas analisadas indicam que o gênero é mobilizado como referência a partir do conhecimento prático sobre o cotidiano. De maneira que ao destacarem a atenção aos detalhes, ao conforto, à funcionalidade em espaços

públicos e privados, bem como às necessidades de crianças e famílias, as prefeitas acionam experiências socialmente construídas a partir da vivência cotidiana das mulheres para legitimar suas tomadas de decisão. É justamente esse repertório de observação, derivado da experiência social de ser mulher, que elas identificam como uma vantagem em relação aos homens no exercício do poder, não por uma suposta capacidade natural, mas pela familiaridade prática com necessidades que atravessam a vida cotidiana e que se convertem em critérios relevantes de política pública.

4.2.4 O poder da influência

As prefeitas também foram questionadas acerca de como percebem os efeitos de sua presença em posições de poder, tanto no plano social quanto no político. Observa-se, a partir das respostas, que a ocupação de cargos de liderança por essas mulheres é interpretada por elas como capaz de produzir impactos que extrapolam suas próprias trajetórias, reverberando sobre outras mulheres, especialmente no que concerne à ampliação da participação feminina na política partidária, ao fortalecimento de processos de empoderamento feminino e à visibilização e legitimação de determinadas temáticas no espaço público. Nesse sentido, a presença feminina no sistema político é vista como uma representação simbólica, capaz de influenciar outras mulheres, estimular a autopercepção de direitos e a disposição para o enfrentamento de situações de violência, e também como um elemento que incide sobre práticas, percepções e disposições sociais e políticas, contribuindo para a reconfiguração de expectativas, referências e possibilidades de atuação feminina nos sistemas sociais. Conforme observaremos a seguir:

> Quando a gente está nesse lugar do poder, isso reverbera para as mulheres. Então as mulheres de Quissamã. A partir da minha eleição, elas ganharam mais musculatura. Você vê que na questão quando a gente implementa a questão do combate à violência, eu tenho um salto gigante de denúncias. Gigante. E não é. Porque. Só porque teve a pandemia ou porque começou a ampliar isso há pouco tempo não tinha. Elas não tinham coragem de. A gente criou uma rede muito bem sólida e eu falo muito sobre isso. Então elas começaram a dar um basta. Isso incomodou os machos violentos, mas a gente ganhou uma musculatura importante pra poder, né, fazer o combate. Ainda é um processo muito grande e com as meninas. Eu vou. Eu vou numa escola que um dia eu fui numa

escola, eu fiquei uns 40 minutos dando autógrafo. Uma coisa linda meninas, todas rosadinhas, com os caderninhos na mão e vindo pedir autógrafo. E aí eu lancei na pandemia o Papo de Menina, que é aquele programa, né? É um programa educacional que fala de várias pautas com as meninas e garante um Kit com absorvente com sabonete íntimo, porque na pandemia também se descobriu a quantidade de mulheres e meninas penalizadas por falta de absorvente, a pobreza menstrual. E olha que a gente está na nossa cara. É uma pauta nossa e nem a gente tinha dimensão disso. eu fiz uma reunião grande no auditório. Tinha lá 300 meninas. E fui falando, fui falando e falei assim Mas o que que vocês acham que é uma mulher empoderada? Uma menina de uns 12 anos, no fundo do auditório gritou assim: “Mulheres que não abaixam a cabeça pra macho escroto!”Eu falei assim mas o que que seria um macho escroto? Umazinha mais pro meio do auditório respondeu: “Homens que não respeitam mulheres”. Aí eu olhei pra Helena, minha secretária de educação, e falei Helena, se o mandato acabasse hoje, já teríamos uma conquista gigante. Essa geração, Natália, não vai passar o que a minha geração passou, a geração da minha mãe passou. Essa geração vai dar um basta! Ainda vão haver mulheres em situação de violência. Vão. Mas se a menina de dez anos, de 12 anos já está entendendo o que é o macho escroto, o que que é o homem que não respeita a mulher...A gente já mudou, isso já mudou. (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

Olha, se eu não me engano, quando fui eleita prefeita, o maior número de mulheres eleitas a vereadora foi também no meu período. Eu acho que isso influenciou o eleitorado. Eram as três Marias. Maria Auxiliadora, Maria Cecília e Maria da Penha. A câmara tinha três vereadoras eleitas. Hoje tem uma. Na minha gestão tinham três mulheres. Eu acho que foi o período que mais teve mulheres na Câmara de Vereadores. Eu acho que influenciou na sociedade de um modo geral, no tratamento, nas reuniões que eu fazia, o respeito que a gente vai adquirindo e ganhando, a serenidade de como eu fazia as reuniões e como que os secretários respondiam às minhas reuniões, porque eu era mulher, mas eu era brava. Eu cobrava. (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025)

Eu acho que para nossa cidade aqui influenciou muito. Hoje eu vejo várias outras mulheres com vontade de ser candidata. Ter colocado seu nome agora para tentar disputa para vereadora. A própria sucessão minha vai ser uma mulher também. Escolhi uma mulher, uma vereadora. Então assim, eu acredito que influenciou muito. Eu sempre falo isso na cidade, a gente é aquilo que a gente quer ser. Eu saí de um anonimato e me tornei a prefeita da cidade, muito respeitada. Hoje eu tenho 84% de aprovação. Então você, no segundo mandato, você já vem com aquele desgaste, você tem uma aprovação assim. Então acho que o trabalho foi bem feito (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

> Politicamente, porque vai ter leis mais humanas e socialmente, porque as políticas públicas chegarão a todos que delas dependerem. Fazendo então mudar esse processo de escravidão que ainda existe de formas diferenciadas [...](Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024)

Ficou claro, portanto, que a partir dessas falas analisadas, observa-se que a influência da presença feminina no poder é compreendida pelas próprias prefeitas como um processo de ativação de disposições políticas e sociais até então pouco visíveis ou pouco legitimadas. O empoderamento aparece como ampliação da capacidade de ação coletiva das mulheres, expressa no aumento da disposição para denunciar violências, bem como nas observações das prefeitas como novas referências simbólicas para meninas e jovens. Nesse sentido, a ocupação do poder por mulheres atua como um catalisador de mudanças nas semânticas/formas de percepção de direitos, de reconhecimento social e de enfrentamento de desigualdades de gênero.

Figura 32 – Prefeita Fátima com menina que “sonha em ser prefeita”



Fonte: Instagram @fatimaquissama (2024)

Ao mesmo tempo, as respostas indicam que a presença feminina no poder incide sobre a construção de referências simbólicas acerca da participação das mulheres na política. De forma que o reconhecimento público da liderança feminina; a visibilidade institucional de mulheres em cargos de decisão, bem como a identificação de outras mulheres com essas trajetórias, tornam possíveis a ampliação de um horizonte de possibilidades no qual a ocupação desses espaços por mulheres passa a ser percebida como socialmente imaginável.

Além disso, também foi possível aferir da fala da Rosinha[39], a tensão constitutiva que atravessa o exercício do poder por mulheres. Ao mesmo tempo em que atribui à condição feminina um "olhar diferente", associado à sensibilidade, à serenidade e à atenção às relações, conforme observamos nas falas das subseções anteriores, a prefeita ressalta a sua postura de firmeza, cobrança e autoridade no exercício da gestão. Essa articulação evidencia *double bind (Hotz-Bacha,2013),* já discutido neste trabalho anteriormente, o qual compreende que a liderança feminina é permanentemente desafiada a conciliar expectativas contraditórias: ser sensível e acessível, mas sem comprometer a autoridade. Torna claro, portanto, que a mesma presença feminina que produz empoderamento, reconhecimento e ampliação de oportunidades também se constrói sob um regime de expectativas mais intensas e ambivalentes, que condiciona a forma como essas mulheres são observadas, avaliadas e legitimadas no espaço político.

[39] A Governadora Rosinha sobre isso também complementou: "quando eu era governadora e prefeita, eu cobrava. Eu tinha um caderninho que todo mundo tinha medo do meu caderno, era o meu jeito de governar. Então, eu marcava a reunião, o assunto, o que eu queria, em qual prazo que eles me dariam, e eu marcava a reunião toda semana, cobrando os prazos e tinha que acontecer. Então, eu acho que... Eu não sei se a mulher é mais organizada, porque eu anotava tudo e cobrava tudo. Cobrava tudo nos prazos, eu perguntava para o secretário qual o prazo que você quer para me entregar isso? Então, ele tinha que me entregar. Lá que era o caderninho da morte para o secretário. Então, eu acho que uma influência assim de... eu tinha um secretário, aqui em Campos que até hoje ele fala do meu jeito de governar. Ele tinha um medo do meu caderninho danado, mas achava interessante o jeito que eu fazia minhas reuniões. Eu já fiz reunião 3 horas da manhã com secretários. Quando eu vi que a gente ia perder os royalties do petróleo, eu vim do Rio e mandei minha secretária chamar todos os secretários. Eu ia chegar por volta das 3 da manhã. Eu não sei por que cargas d'água, não lembro, mas quem veio dirigindo do Rio fui eu. Cheguei no meu carro.E ninguém sabia o motivo que eu estava convocando todo mundo às 3 da manhã, mas estavam todos lá assustados, mas foram. Ai, de quem não fosse, né?"

Figura 33 – Rosinha Garotinho com sua pasta e o caderninho



Fonte: G1 (2012)

4.2.5 As relações dentro dos partidos políticos

Ao indagarmos diretamente sobre a relação das prefeitas com os partidos políticos, um primeiro traço comum nas entrevistas é a baixa saliência explícita do gênero nessa dimensão da trajetória. Em contraste com outras partes do material empírico, em que a diferença mulher/homem aparece como expectativa social relevante, quando o foco desloca-se para os partidos, as interlocutoras descrevem experiências de aceitação, respeito e funcionalidade organizacional.

Provavelmente, até pelo motivo das entrevistadas falarem majoritariamente a partir da condição de candidatas ao cargo de prefeita ou governadora – no caso da Rosinha – isto é, de posições centrais na política. De maneira que expressa uma relação distinta com os partidos quando comparada à experiência de mulheres candidatas a cargos proporcionais, como o de vereadora. Enquanto as disputas legislativas tendem a intensificar processos internos de concorrência intrapartidária, hierarquização de candidaturas e distribuição desigual de recursos, o cargo de prefeita concentra a decisão partidária em torno da própria candidata e da capacidade de agregação de alianças e da sustentação futura do governo,

especialmente em cidades menores, nos quais as estruturas partidárias tendem a ser mais personalizadas[40].

Essa diferenciação permite compreender por que experiências de preterição, silenciamento ou instrumentalização de mulheres dentro dos partidos políticos aparecem com maior nitidez em trajetórias legislativas – frequentemente associadas à lógica das nominatas e à figura da candidatura de apoio – enquanto, nas trajetórias analisadas neste capítulo, vinculadas ao cargo de prefeita, os partidos são descritos predominantemente como espaços de apoio, viabilização e funcionalidade política.

Por tudo isso, passaremos agora à análise das falas das prefeitas:

> [...] a minha relação com os partidos sempre foram. Foram relações boas. Agora mesmo a gente montou a campanha de quando montou a campanha de 16, de 20 e agora de 24. A gente pega um núcleo de partidos, né? E a gente tem partidos bons, parceiros bons, tanto no âmbito estadual como federal. Então eu não cheguei a sofrer essa coisa assim "ah, não dá isso essa prefeita não, porque ela é mulher, ela é menos importante". Não, não vivenciei isso não. E no âmbito local. A gente procurou também agora nessa eleição. A gente tem vários partidos e tem quatro mulheres em cada partido nosso aqui, partidos grandes e importantes. E vamos ter quatro em cada nominata, né? Cada nominata vai ter quatro mulheres. São oito homens e quatro mulheres (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

> Eu nunca senti preterição ou violência... Eu acho que o PT é um partido muito aberto, formado de pessoas com mentes muito abertas, entendeu? Eu nunca me senti preterida. Porque eu sempre tive meu momento de voz [...] (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024).

> Eu me sinto muito bem. Eu me sinto assim. O meu relacionamento com os partidos políticos são todos assim, não tem o que questionar. Todos me respeitam, me tratam bem, até a oposição da cidade, que são partidos, totalmente contrário, me respeitam, me tratam bem. Então eu nunca tive problema nenhum com isso (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

> Olha, eu não tive muito desafio pra ingressar porque foi do jeito que eu te falei, né? Eu tinha o apoio do Garotinho que tava em primeiro lugar como governador do Brasil. Então, eu não tive esse desafio todo. Eu não tive problema partidário, eu não tive disputa interna partidária. Meu nome foi aceito de primeira. Eu vim candidata pelo

[40] A política, enquanto subsistema diferenciado opera com base no código poder/não poder, mas sua dinâmica também é atravessada também pelos subcódigos do poder formal e informal, que modulam esse exercício (Luhmann, 1995). Sendo assim, redes de clientelismo, patronagem, alianças familiares e grupos políticos locais (Camargo,2014; Leal, 2012; Palmeira, 1996) influenciam na operação do sistema. Não estando o poder limitado apenas às normas e aos procedimentos institucionais, mas dependendo de comunicações seletivas baseadas em redes de apoio, influência e outros capitais.

> PSB e meu nome foi aceito logo. Então, eu não tive nenhum desafio em relação a ter que ser candidata. Tive que trocar de partido, numa certa altura, porque o partido que eu ganhei era muito pequeno, não tinha força no governo federal. Então, eu mandava pedido de audiência para o gabinete do presidente, que era o Lula na época, e ele não respondia. Aí eu comecei a mandar todo dia, só mudando a data e publicando, só mudando a data e publicando. E eu tive que mudar, eu fui para o PMDB, que era um partido maior, que fez força, tinha força no Congresso, para o Lula me atender. Então, são todas umas coisas que a gente às vezes nem quer, mas que você às vezes é obrigado a fazer para defender o governo que você está administrando. Eu tive que trocar de partido para ser atendida pelo presidente, que aí o PMDB era maior, tinha mais força no Congresso, e aí forçou a barra para eu ser atendida e resolver administrativamente o que tinha que ser resolvido, entre os entes federativos. Esse foi um desafio muito grande (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025).

A partir dessas falas, conseguimos inferir que a relação das prefeitas com os partidos políticos são observadas predominantemente como instâncias de apoio, viabilização e governabilidade. Nessa auto-observação das entrevistadas, a condição feminina não foi narrada como elemento de preterição intrapartidária, sugerindo que, em suas experiências acerca do plano organizacional, o gênero aparentemente foi subordinado a critérios pragmáticos de funcionamento do sistema político, como a formação de coalizões, a montagem de candidaturas e a sustentação do governo.

De forma que sob as perspectivas de Fátima Pacheco, Tedi e Francimara Barbosa Lemos, o partido surge como espaço de normalidade institucional, marcado por respeito, abertura e reconhecimento da liderança feminina já estabilizada. Nesses casos, a presença das mulheres no comando do Executivo municipal é incorporada às rotinas partidárias sem se converter em tema polêmico da comunicação interna.

A experiência de Rosinha Garotinho, por outro lado, aprofunda esse padrão ao evidenciar com maior nitidez o funcionamento dos partidos como organizações hierarquizadas, cuja relevância está diretamente associada à capacidade de articulação institucional. Sua narrativa mostra que o ingresso, a permanência e a circulação entre partidos foram orientados menos por identidade ideológica ou disputas internas e mais pela necessidade de acesso e viabilização de

governabilidade, o que reforça a centralidade de critérios funcionais na seleção e no reconhecimento das lideranças políticas.

Desse modo, o conjunto das falas sugere que, quanto maior a centralidade do cargo ocupado e o capital político acumulado, menor tende a ser a visibilidade do gênero como diferença relevante no interior das organizações partidárias. Isso não indica ausência de desigualdades no sistema, mas uma variação estrutural e contingente na forma como o gênero é processado pelo sistema político, deslocando sua maior saliência para outras organizações, especialmente aquelas marcadas pela publicidade, pela moralização e pelo conflito político, conforme veremos nas subseções a seguir.

4.2.6 O gênero como diferença e desigualdade

Dando continuidade ao processo de auto-observação e reflexão desenvolvido pelas prefeitas ao longo deste capítulo, esta subseção examina como elas percebem as diferenças na participação política partidária entre mulheres e homens, bem como suas avaliações sobre a adoção, ou não, e quais deveriam ser as políticas públicas voltadas à ampliação da presença feminina no sistema político.

Nesse sentido, diferentemente do observado na subseção anterior, as falas a serem analisadas evidenciarão a percepção do gênero como uma estrutura de desigualdade. As prefeitas destacam, assim, limitações que decorrem tanto das normas eleitorais quanto das práticas partidárias e culturais vigentes. Ao relatarem dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que diz respeito às condições materiais de participação política, suas narrativas apontam para a necessidade de políticas públicas que atuem de forma articulada e simultânea nesses diferentes níveis:

> Historicamente, é muito importante esse recorte. O que aconteceu com as mulheres na década de 90? Veio a lei de cotas, né? Só a partir dali foi obrigado a colocar 30% de um sexo e 70 do outro. Era 30% das mulheres porque nunca tinha 70% mulheres dentro de um partido. Só que o só a cota... O que essa mulher serviu para ser? A laranja! eu me lembro das pessoas. “Temos que achar mulher pra botar aqui. Faltam tantas mulheres”. Muitas nem votavam nelas mesmas, zerava o voto, ou tinha um voto, ou tinha três votos, né? E era natural. E aquilo durou muito mais de uma década. Depois veio uma nova legislação que moldou um pouco mais. Mas quando que foi um divisor de águas? E agora sim, as mulheres entraram no

game. Como é importante esse aparato legal e como foi importante esse início já de garantir a inserção da mulher. Por que foram as mulheres lá na Câmara Federal. Foi a militância de mulheres no Brasil todo que levou essa nova mudança da legislação que se deu agora em 22. Que foram dois movimentos nas últimas legislações. Uma era: Recurso diferenciado para as mulheres. Não adianta você colocar as mulheres numa nominata, né? E elas continuarem sem o material adequado, sem o recurso, sem a mobilidade que os homens tinham. A maioria absoluta dos partidos governo gerenciadas e presididas por homens. Né? As mulheres, historicamente, têm muita dificuldade de se inserir nisso por uma série de questões que perpassam. Se a família vai acolher, porque pode começar em casa, o marido não querer, o casamento melindrar, os filhos pequenos que seguram a gente... O tempo dedicado a isso, né? O homem bota a camisa no ombro e vai pro futebol domingo, 08h00. Mulher tem que ir fazendo as coisas da casa. Tem que ensinar o exercício, o exercício do filho [...] Uma política pública que eu acho que... quem capacita para tudo é a educação, né? Você pode permear essa pauta em outras áreas, mas na escola... Desde pequenininho você discutir isso, né? Discutir o lugar do homem, da mulher, inclusão [...] Eu acho também que é uma coisa que a gente precisa fazer muito, que é fazer capacitação para quem vai ser candidato. É mostrar que vai entrar, porque é um projeto e é um projeto que você precisa ter sabedoria para lidar com aquilo[...](Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

Olha, eu acho, como eu já disse a priori, a primeira coisa é mudar a lei. 50% e 50%. E detalhe. Sem essa história de que o homem teve mais voto do que a mulher. Vai ser 50% no legislativo de homem, 50% de mulher. É 50% de candidatas também nos partidos, antes das eleições. Temos que repensar essa matemática. Que eu não estou lá para poder ajudar a repensar. Porque eu acho assim: Se vivemos numa sociedade machista. E preferem votar em homens. E a mulher fica descartada. Não é quantidade. Olha, pega aqui, ó. Os 50% que tiveram o maior índice de votação como homem bota sentado na cadeirinha e 50% das mulheres. Para romper de fato. Essa questão estrutural de preconceito da mulher. Entendeu? Pega aquelas outras 50 que foram as mais votadas e vamos colocar ali, mudar essa lei eleitoral. Pra poder termos uma sociedade mais igualitária e mais justa. Tá, isso é o início. Muitas das mulheres que tem mandato, quando chegam lá no mandato esquecem de fazer. Então vamos descer do pedestal, porque nós não somos iguais aos homens. Nós mulheres não podemos esquecer as nossas lutas. Chegamos ao poder para poder mostrar que podemos ter mais mulheres no poder e humanizando sempre as políticas públicas machistas e racionais (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024)

Injusto, desequilibrado. Eu acho que tinha que ter não cota para as mulheres serem candidatas. Eu acho que tinha que ter, como em alguns países têm, como a Holanda, a Finlândia, o número de cadeiras eleitas é meio a meio. Maioria da população no Brasil é mulher. Tudo bem, não precisa ser maioria de cadeiras, mas 50%...: Eu não sei, na Argentina como está agora porque o Milei andou

> mexendo em muita coisa lá, eu não sei como é que está agora. Mas era. Então, eu acho que teria que dar as oportunidades. E as mulheres também precisam mudar a mentalidade e de se colocarem, mas têm que estudar, têm que se aprofundar no que é ser política, porque ser política não é só ganhar uma eleição. Você tem que mostrar para que veio (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025).

> Eu acho que a gente tem que incentivar, sim. Eu acho que eu acho que o que atrapalha ainda hoje é o machismo. Eu mesmo vou dar um exemplo quando eu vou a Brasília, por exemplo, tem reuniões ali que tem 20 homens e três ou quatro mulheres e até tem hora que é meio constrangedor para gente, porque a gente fica assim meio sem ambiente, por mais que você queira estar ali. Mas tem aquela coisa de ser sempre a minoria, o desconforto é assim uma coisa pessoal minha. Sempre quando eu viajo, sempre vou com meu esposo, porque por mais que a gente se impõe, a gente sabe que sempre tem aqueles engraçadinhos da cidade que sempre fala alguma coisa. Então, eu sempre viajo com meu esposo. Eu acho que a gente deveria ter mais políticas voltadas para a mulher e incentivar mais a mulher a entrar na política, mostrar o lado bom do que é a política. Porque a política eu falo que a gente faz a política de acordo com o que a gente é. Eu, particularmente, governo a minha cidade com uma política que é diferente do que era antes, aquela coisa do coronelismo, aquela coisa de ser voto de cabresto, como diz aqui, né, perseguição. Eu não sou assim. Hoje eu tenho funcionários que trabalham aqui, que foram oposição, que são hoje “Francimara”, que não eram, que não vai ser o próximo, mas é um profissional de excelência, eu dou oportunidade. Aí eu até falo isso com eles. Cabe vocês agora achar se merecem ou não. Mas a minha confiança eu estou demonstrando para vocês. Então, acho que a gente conseguiu fazer uma política diferente. E em relação à mulher, acho que deveria surgir mais políticas voltadas para a mulher, para a gente conseguir incentivar mais essas mulheres (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

Sendo assim, a leitura conjunta das falas de Fátima Pacheco, Tedi e Rosinha Garotinho revelam um núcleo argumentativo comum em torno da compreensão do gênero atuando como estrutura de desigualdade. As três entrevistadas mobilizam, com similitudes e distinções a existência das cotas e ações afirmativas para as mulheres no sistema político. Enquanto a Fátima faz um cotejo histórico apontando as falhas e melhorias na política pública, Rosinha e Tedi apontam para a necessidade de uma paridade mais substantiva. Ambas propõe, então, a reserva de 50% das cadeiras legislativas para as mulheres.

Ao mesmo tempo, tanto Tedi quanto Rosinha introduzem, ainda que de maneira distinta, uma dimensão de responsabilização das próprias mulheres no enfrentamento da desigualdade. Enquanto Tedi enfatiza que mulheres com mandato não devem “esquecer suas lutas” ao alcançar posições de poder, Rosinha destaca a necessidade de que as mulheres se coloquem, estudem e se aprofundem na política, pois precisam “mostrar para que vieram”. Dessa forma, o reconhecimento das diferenças na participação político-partidária convive com a expectativa de que as mulheres desenvolvam estratégias individuais de adaptação e desempenho para se afirmarem em um sistema político em que suas instituições operam com práticas masculinizadas.

Outro ponto relevante de convergência existe entre Rosinha e Fátima, as quais atribuem à educação e à formação política como elementos capazes de produzir mudanças. Para além da reserva de vagas ou da paridade legal, Fátima e Rosinha identificam processos educativos, formais e informais, como mediações fundamentais para transformar as diferenças percebidas a partir do gênero. Nesse contexto, percebemos então a educação aparecer tanto como política pública estruturante, capaz de atuar desde a socialização inicial e questionar papéis de gênero naturalizados, quanto como formação política necessária à profissionalização das mulheres que ingressam na disputa eleitoral.

Ao que concerne a fala de Francimara Barbosa Lemos, embora não se concentre diretamente no debate sobre ações afirmativas, não se afasta desse horizonte interpretativo. Sua análise acerca da temática recai sobre a experiência cotidiana de ser mulher em espaços de poder majoritariamente masculinos, evidenciando como o gênero se manifesta na forma de desconfortos, constrangimentos e vigilâncias que atravessam tanto a atuação institucional quanto a vida privada, quando podemos observar a moral permeando também a experiência da prefeita. Assim, ao relatar estratégias pessoais de proteção e legitimação, como viajar acompanhada do marido, a prefeita explicita que a desigualdade de gênero não se esgota apenas nas regras eleitorais, mas se reproduz nas interações sociais e práticas cotidianas que condicionam a permanência das mulheres na política.

Esse ponto dialoga diretamente com o que também é indicado pela prefeita Fátima Pacheco ao mencionar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no âmbito pessoal e familiar para se dedicarem à política partidária. A sobrecarga doméstica, a responsabilidade com os filhos e a necessidade de negociação constante no espaço

privado aparecem, assim, como dimensões centrais da desigualdade de gênero, evidenciando que as barreiras à participação política feminina não se localizam apenas estruturadas nas operações do sistema político, mas se manifestam também em outros sistemas sociais, tal como o fenômeno explicado por Dutra (2023) acerca da acumulação de exclusões, que por vezes, as desvantagens advindas da diferença em um sistema, acabam se manifestando em outros[41]. E por isso, dentro das organizações, as práticas operam o tempo, os recursos e as expectativas dirigidas a mulheres e homens de forma diferente.

Sendo assim, vez que as falas analisadas indicam que, o fazer política das mulheres atravessa o espaço público ou partidário, invadindo vida pessoal, trataremos com mais profundidade desse aspecto na subseção seguinte.

4.2.7 A vida da política

Ao comentarem o entrelaçamento da política com suas rotinas, relações familiares e formas de organização do tempo, as prefeitas descrevem como exercício do cargo acaba sendo parte constitutiva da vida social, marcada por demandas constantes e por expectativas específicas associadas à maternidade e divisão sexual do trabalho:

> É bem complicado, principalmente porque eu tenho uma filha pequena... Quando tudo começou ela tinha três anos. Mas é no começo é meio difícil, mas depois a gente começa a conseguir conciliar. Eu falo que isso só quem consegue somos nós, mulheres, né? Os homens não conseguiriam nunca, porque eles chegam do serviço, já estão cansados. Tira o sapato e vai ver o jogo, o jornal, a gente ainda vai fazer janta, ver a agenda do filho da escola... Então, hoje eu consigo conciliar mais. Por mais que tem cobrança, minha filha cobra bastante isso de mim... atenção porque por mais que você sai de casa e não quer levar o seu problema para dentro de casa, mas a prefeita, principalmente aqui da cidade, todos tem acesso a mim. Eu só tenho um telefone, e é 24 horas ligam no sábado, domingo, feriado. Então existe essa cobrança. Mas eu consegui administrar esse tempo. Uma coisa que eu não abro mão é de ir nas reuniões de pais da escola, festa do dia das mães, festa junina. Eu sempre procuro participar de tudo da minha filha, só que o tempo é bem corrido, mas a gente consegue administrar [...] Então, eu hoje eu consigo administrar assim, quando vai um almoço de família, algo

[41] Conforme já mencionado a diferenciação funcional não impede que as desigualdades se transmitam entre os sistemas, manifestando-se no fenômeno da acumulação de exclusões, em que as desvantagens em um sistema, acabam por se manifestar em outros sistemas (Dutra,2023).

assim, eu falo: “ gente, vamos conversar de outra coisa, não vamos falar de política, por favor, vamos falar de outra coisa. Vamos uma música, vamos dar risada. Vamos lembrar da infância”. Por quê assim é muito complicado e acaba se tornando uma coisa normal. Se eu saio para fazer um lanche, sempre chega alguém do lado para falar de política, para pedir um emprego, para pedir alguma coisa. Então, a vida pessoal da gente em relação a isso é mais complicada. Eu confesso, quando eu quero ter um pouco mais de liberdade, eu vou a Campos ou eu vou na casa da minha sogra, no Espírito Santo. Mas mesmo assim, unzinho perdido em algum lugar. Porque ficar aqui direto é 24 horas as pessoas falando de política (Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

Meu marido sempre foi um grande parceiro. Mas às vezes a política tira a gente de casa o tempo todo. Em tempos de campanha, é meia noite que você chega e você está lá no comício pensando na casa, e a criança comeu?, mas o marido jantou? E não sei mais o quê. ..E eu? Será que eu deixei o fogo aceso? Porque assim. Essa é uma preocupação que o homem geralmente não tem. Voltando na pandemia, o que eu descobri? Que eu tinha dedicado 30 anos da minha vida no cuidado com as outras pessoas. Mas eu tinha negligenciado com cuidado comigo. Eu sempre tive tempo pra todo mundo e às vezes estava faltando um pouco mais de olhar para mim. E o que é que eu percebi na pandemia? Porque a gente ali ficou trancado, né? A gente fez o decreto, trancou a cidade toda e se trancou também. E aí, eu tive tempo pra comer um abacate com açúcar, com calma. Sem culpa. Eu pude ficar um final de semana em casa inteiro. Com a minha família. Até o telefone tocar e dizer assim: “você tem que vir pra cá agora porque tem uma festa tal e você precisa daquela festa...Todo mundo aqui na festa perguntando por você... E o seu opositor tá aqui também, está apertando de mão em mão” e você largava tudo e ia. Então, depois da pandemia, eu tenho outra cabeça. Eu continuo sendo uma prefeita muito presente, muito cuidadosa, muito participativa. Mas eu tô arrumando um pouco mais de tempo pra mim. E colocando também um limite até onde eu posso ser invadida na questão da dignidade, porque a política faz isso com a gente, né? Na política, às vezes, por concessão política, você vai cedendo. Você vai dizer muito sim. Eu tinha muita dificuldade de dizer não. Você precisa agradar sem desagradar. E tem uma outra componente que nós mulheres, quando chegamos nesse lugar. A gente se desdobra em trezentas para poder não falhar. E as pessoas sempre chegaram para mim: “Não, mas você é incansável”. sempre me colocava naquele lugar de heroína e eu fazia o papel de heróina. Para não decepcionar e para não mostrar minhas vulnerabilidades. Porque se tiver uma vulnerabilidade, como entrar aqui, vão dizer tá vendo? É incapaz, é incompetente. Não estava preparada. Um homem erra, todo mundo apazigua. Todo mundo acolhe. Principalmente os outros homens. Principalmente os homens. Uma mulher erra a cobrança lupa em cima da gente é muito maior (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

[...]quando eu fui governadora, por exemplo, e com certeza também como prefeita, a minha assessoria tinha uma ordem: Se marido meu

me ligar ou qualquer filho me ligar, interrompa ao que eu estiver fazendo, que a minha prioridade é saber o que está acontecendo. A não ser, a não ser que eu esteja dando uma entrevista ao vivo. Aí vocês esperam acabar a entrevista para eu falar. Então, a hora que filho ligava para mim, eles me interrompiam na hora. Qualquer audiência que eu tivesse tendo, com qualquer pessoa que fosse, eu pedia um minuto e atendia a ligação. Então, eu sempre fiz isso. Nunca deixei de atender durante o meu período no trabalho. Eu procurava levar as crianças em teatro, em cinema, ter um pouco da vida normal. Porque podem acontecer coisas sábado e domingo, mas normalmente, sábado e domingo você se dedica mais um pouco para a família.Eu não fazia diferente. Eu já andei com 16 crianças dentro de uma van, dos amigos dos meus filhos, levando para teatro, levando para as coisas[...] Eu mesma que levava e falava, se não me obedecer, não vem mais. Olha, eu governadora, eu não vou ficar citando nomes porque podem não gostar, mas eu perdi a madrugada de sono de briga de namorados dos meus filhos, das minhas filhas. Chorando, porque brigou com o namorado. E eu ia no dia seguinte trabalhar sem dormir. Eu acho que a obrigação era minha. Eu vou deixar uma filha chorando a noite toda, sozinha? Aí brigava com o namorado, ou descobria alguma coisa do namorado, vinha chorar no meu ombro, eu tinha que ter a paciência de ficar a madrugada acordada, ouvindo, e no dia seguinte tinha que estar lá, bela e formosa, para poder, com a cabeça boa, para governar. Mas eu dava essa atenção. Eu dava. Eu não vou dizer que eu não tinha pessoas para me ajudar. Eu sempre tive gente para me ajudar. Trabalha na minha casa. Mas a educação, a responsabilidade, eu nunca abri mão disso. Se eu botasse um filho meu de castigo por telefone, ficava. Até eu ligar para tirar [...](Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025).

Olha, na realidade não me atrapalha em nada. A política, ela está presente em todas as nossas atitudes. A partidária era um pouco diferente, mas não deixa também de ser igual àquela política do cotidiano. Não é estar presente na vida de um e de outro. Vale mais a pena você ter 30 minutos positivos com seus filhos e fazendo eles entenderem o seu papel. Para que eles também se tornem iguais a você, e não te julguem amanhã. Pelo contrário, tem orgulho da sua mãe. E as minhas filhas, todas elas, tem esse mesmo pensamento. Nunca me faziam cobranças! Até porque eu amamentei todas elas até seis anos, né? Então eu levava a babá, que às vezes ficava no pátio, amamentava na prefeitura quando eu estava lá, quando eu viajava para Brasília, eu pagava a passagem do meu bolso. Porque mãe é sempre mãe e independente do espaço que ocupa [...] E sempre fui muito participativa também nas reuniões da escola. Só quando eu estava em Brasília que o marido que ia. (Sobre o marido cobrar tempo): Pelo contrário, ele me cobra pra eu me empoderar mais. E ir à luta. Me ajudava em tudo. Carrega uma pra lá, carrega outra pro médico lá. Olha, vamos fazer a cirurgia cá. Porque Conceição quase que não tinha nada a nível de saúde e eu conseguia com as minhas amigas assistentes sociais. Ele que levava de madrugada, nunca reclamou. E, pelo contrário, ele assistia todas as sessões, aplaudia. Quando eu fiquei grávida da minha segunda filha, eu estava quase no final do mandato da minha vereança, né?

> [...] Ele me chegou com o resultado do exame. Eu tava lá discursando, né? Eu olhei pra ele assim. Fiz um sinal para ele, ele assentiu e eu falei no microfone “gente, eu tô grávida!” Então quer dizer, ele sempre foi meu muito parceiro, em toda minha trajetória política e como disse anteriormente, foi quem me apoiou e incentivou (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024).

Nas falas de Francimara Barbosa Lemos e Fátima Pacheco, observa-se com nitidez a naturalização da conciliação entre vida política e vida familiar como uma competência feminina. Ambas descrevem jornadas extensas, marcadas pela sobreposição de funções, nas quais o exercício do cargo convive com demandas domésticas, afetivas e parentais. A conciliação aparece como algo a ser administrado individualmente, por meio de estratégias pessoais de organização do tempo, autocontrole e adaptação contínua. Francimara, destaca, ainda, a ideia de que “só nós, mulheres, conseguimos”, o que revela como a sobrecarga é reinterpretada como virtude.

No caso de Fátima Pacheco, a prefeita narra a dificuldade de estabelecer limites, a exigência permanente de disponibilidade e a expectativa de incansabilidade que recai sobre sua atuação. A figura da “heroína”, mencionada em sua fala, evidencia como a liderança feminina é frequentemente observada sob uma lógica moral mais rigorosa, na qual o erro ou a vulnerabilidade são rapidamente convertidos em sinais de incapacidade, diferentemente do que acontece com seus colegas do sexo masculino.

Já nas falas de Rosinha Garotinho e Tedi, embora também se reconheça a intensa articulação entre política e vida familiar, a conciliação é narrada de forma menos conflitiva e mais normativamente estabilizada. Ambas enfatizam o controle, a disciplina e a centralidade da maternidade como elementos indissociáveis de suas trajetórias políticas. A prioridade conferida aos filhos, mesmo em contextos de alta responsabilidade institucional, é apresentada como dever inegociável, reafirmando a expectativa de que a mulher, mesmo no exercício de cargos de poder, permaneça como principal referência afetiva e moral no âmbito familiar. Ainda que ambas relatem apoio, funciona como suporte para a manutenção de um modelo de desempenho feminino ampliado.

De forma transversal às quatro entrevistas, observa-se que a política é descrita como uma experiência de disponibilidade permanente, na qual o espaço

privado se torna continuamente permeável às demandas públicas. O telefone que toca a qualquer hora, os pedidos informais, a vigilância social constante e a dificuldade de estabelecer momentos de descanso revelam como a ocupação do poder pelas mulheres produz uma intensificação da exposição e da cobrança.

Assim, a análise das falas permite compreender que a desigualdade de gênero se manifesta tanto nas práticas institucionais ou nas dinâmicas partidárias, como também se reatualiza no cotidiano, na forma como a política invade a vida pessoal e na maneira como as mulheres internalizam a responsabilidade de “dar conta” simultaneamente do governo, da família e de si mesmas. A vida pessoal, então, não se caracteriza como refúgio fora da política, torna-se um dos espaços de reprodução das assimetrias de gênero no exercício do poder, tendo em vista que essas prefeitas precisam, por vezes, fazer malabarismo com o tempo para desempenhar todas as funções.

4.2.8 Relações políticas e gênero

O próximo tópico que iremos tratar diz respeito à forma como as prefeitas percebem as interações estabelecidas com colegas da política do sexo masculino e com eleitores homens, bem como se ao longo das suas trajetórias sentiram que foram violentadas por serem mulheres ocupando espaços de poder. Desta forma, as narrativas analisadas permitem observar como o gênero opera como diferença relevante nas relações cotidianas do sistema político, incidindo sobre a escuta, a legitimação da fala, a circulação de pautas e o reconhecimento da autoridade. Diferentemente das experiências relatadas no âmbito partidário, essas interações revelam a persistência de assimetrias simbólicas e comunicativas, especialmente em espaços marcados pela maioria masculina, como reuniões interinstitucionais, parlamentos e arenas públicas de debate:

> As primeiras mulheres, vereadores de Quissamã. E foi muito interessante por que, primeiro, por ser as primeiras, a gente tinha uma expectativa grande da população e também tinha uma expectativa grande nossa. Como é que a gente lidaria com isso? Como é que ocupando aquele lugar, ocupando aquele lugar que não tinha mulher na Câmara. E aí a gente encontrou um território acolhedor, né? Eu acabei de ganhar um livro sobre essa questão da hostilidade na política em relação à mulher...E tem... Mas na Câmara a gente encontrou um território respeitoso... Óbvio que eram as

mulheres... Ah, se você falasse mais agitada: “Você está nervosa”, “Você está emocionada?” Se chorasse: “você é mulherzinha, né?” Eram violências simbólicas, muito, muito, muito ali, né? Disfarçado às vezes, mas nada muito truculento, nada muito severo, que pudesse afastar a gente daquele lugar ali. De início. Eu criei um parlamento regional conversando com as outras Câmaras, sempre com maioria muito masculina, maioria, maioria. E às vezes Câmaras inteiras só formadas por homens. E eu percorri o Norte e Noroeste Fluminense, levando essa pauta da questão da violência doméstica, do empoderamento da mulher. E foi um aprendizado gigante. A gente ouvia de tudo, né? Sim, ouvi de tudo: “É verdade, as mulheres são tadinhas... A gente precisa mesmo fazer alguma coisa por elas, senão elas vão continuar apanhando”. E aí você vai ouvindo, vai moldando, porque é uma cultura... Que você, uma estudante de uma universidade muito importante, sabe que não muda com duas conversas, não é? É uma cultura que esses homens, ao longo de seus 30, 50 anos, foram ouvindo e absorvendo. Isso sim, tem um processo. Acho que a gente já avançou bastante. Ainda tem muito o que avançar [...] o meio em si próprio já é uma desvantagem. É um meio masculino. Às vezes eu vou a reuniões, e eu sou a única mulher da mesa. Fui eu e mais uma num universo de 20, né? Quando você vai falar, se você não tiver conteúdo e segurança, você nem é ouvida e, se você está numa mesa de reunião, se você não tiver conteúdo e segurança, eles vão dar risada, vão falar do futebol de ontem e vão te desqualificar... Uma outra desvantagem que eu percebo é que como a gente é minoria, né? As nossas pautas, elas precisam ser muito mais trabalhadas. Para elas andarem, né? Estou falando mais de parlamento do que as pautas masculinas, do que as pautas que você vive. Até bem pouco tempo atrás. Nesse país, as mulheres presidiárias tinham seus filhos algemadas. Você consegue conceber que alguém pode parir algemada? Eu tive filho. Na hora que a gente tem um filho, a gente não tem a menor condição de sair correndo. E ninguém nunca teve a sensibilidade de falar. Isso é um crime. É um crime. Eu não sabia disso. Foi a deputada Soraia que me disse. As mulheres cadeirantes não faziam mamografia. Porque o mamógrafo não descia até o altura da cadeira. E quando você pega uma cadeira para ficar de pé, segura no colo. A posição da mama muda de lugar, então ela vai mascarar o exame. Agora tem uma legislação sobre isso. Então, são inúmeras ações que foram implementadas no Brasil, importantíssimas a partir do movimento das mulheres. Por que isso foi pensado? Se tiver uma mulher ali para pensar, eles não passam por essas coisas. Lembro da Marilena Garcia, que é uma referência política para mim daqui do município de Macaé, foi vereadora maravilhosa, vice prefeita. Ela é. Ela é mãe daquela Mônica Martelli e nossa, aqui de Macaé. A Marilena foi vereadora pela primeira vez também. A primeira mulher eleita em Macaé. Na Câmara, não tinha banheiro pra mulher. Ela tinha que atravessar a rua pra ir no banheiro, na padaria em frente. Isso a gente tá falando o quê de quatro décadas? Então a gente tá falando de um tempo muito recente, sim. Esse lugar definitivamente não foi pensado pra gente. A gente ainda causa incômodo. Porque quando a gente chega, a gente se destaca, né? A gente se destaca. Eu não conheço. Tenho várias prefeituras. Somos 11 prefeitas no Estado. Não conheço nenhuma ruim. Em termos talvez uma menos movimentada, mas dez estão bombando em fazer suas sucessões

> nas suas cidades e vão ser reeleitas. Devem ser reeleitas. Eu acho que o movimento tem ficado atrás de uma cortina de fumaça, porque as pessoas estão começando a ficar intimidadas e fazer esse movimento de forma explícita, tendo em vista que depois da descoberta da internet, vídeos e fotos têm acabado com vidas de pessoas no sentido dessas pessoas que afrontam, que querem negar direitos, enfim. Mas o tempo todo a gente vê o tempo todo e homens tentando intimidar, né? Tentando botar pra baixo, tentando ridicularizar, tentando ir para a questão pessoal, pra questão moral, pro tamanho da saia. Eu acho que é uma coisa muito simbólica, que a gente viveu aqui nesse estado. Foi a morte de Marielle. Marielle morreu por ser uma mulher forte, preta, vereadora. Se ela estivesse lá na favela, vendendo calcinha na lojinha, ela estaria viva. E ela só morreu porque ela enfrentou gigantes e corajosamente enfrentou. E pagou com a vida. Então, acho que quem acha que é mimimi, a história de Marielle não está entendendo o processo político que a gente está vivendo. E não é porque ela enfrentou um poder gigante. A gente enfrenta todo dia, né? Porque tem gente, Tem homens, Natália, que segura a minha mão com a mão mole. Tem homens que não votam em mim por eu ser mulher. O Marcelo agora vai ser nosso candidato a prefeito. Marcelo vai entrar num voto que eu nunca entrei, né? Que é o voto do homem conservador que olha para a mulher para ser a companheira dele na cama. Para fazer a comida. Não pode falar. Não pode ter poder de decisão. Eles pensam: “não posso eu ser mandado por mulher”. E eu sou a mulher que manda na cidade. Mas Quissamã não é uma cidade machista no todo, porque senão não elegia uma mulher com menos de 30 anos de emancipação. E sem um sobrenome, e sendo uma cidade de coronéis, historicamente. Que sediou a escravidão. Então eu não posso dizer que Quissamã é uma cidade que impera o machismo, que eu acho que tem essa coisa inserida na sociedade, que é histórico. Mas acho que é uma sociedade muito moderna. Pelo que foi vivenciado aqui antes e eu também, a minha história é muito importante de assistência social desde a década de 90. Veio pavimentando esse caminho. Então quando eu chego na política, eu não chego na política porque eu fui esposa do político, filha do político e caí de paraquedas. Fátima, assistente social, boa secretária. Sempre cuidou das pessoas e vinha na minha casa. Anda, fala com todo mundo. Acho que vai ser uma boa prefeita. Então teve esse caminho aí pavimentado pra poder chegar nesse lugar de forma mais tranquila (Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã- RJ, entrevista realizada em 05/04/2024).

Sobre essa temática, a narrativa da prefeita Fátima inicia-se pela experiência de pioneirismo, marcada pela ocupação de um espaço historicamente masculino, no qual a presença feminina é percebida simultaneamente como novidade e como desvio em relação às expectativas previamente estabilizadas. Ainda que a prefeita descreva o ambiente inicial como “acolhedor” ou “respeitoso”, esse reconhecimento

aparece condicionado a mecanismos contínuos de correção e enquadramento da atuação feminina.

De maneira que as referências recorrentes a expressões como “nervosa”, “emocionada” ou “mulherzinha” indicam a presença de formas ordinárias de desqualificação simbólica, por meio das quais a autoridade da fala feminina é relativizada e deslocada do plano político para o plano emocional. Trata-se, então, de um tipo de comunicação que apesar de não impedir formalmente a participação das mulheres – como relata a prefeita – condiciona permanentemente sua escuta, exigindo maior controle emocional, preparo técnico e segurança para que suas falas sejam reconhecidas como legítimas, o que a longo prazo pode gerar uma situação de desgaste de se manter nesses espaços.

Nesse sentido, a própria noção de “violência simbólica”, utilizada pela entrevistada, aparece associada a práticas “disfarçadas”, as quais da mesma forma não produzem afastamento institucional imediato, mas operam por meio de microdeslegitimações reiteradas. Outro ponto que merece destaque é a experiência relatada em reuniões interinstitucionais, nas quais a prefeita frequentemente se vê como a única mulher presente, explicitando essa assimetria estrutural, na medida em que a escuta passa a depender de uma performance comunicativa mais rigorosa do que aquela exigida de seus pares masculinos.

A dificuldade de circulação das pautas associadas às mulheres reforça esse diagnóstico. Ao relatar que essas agendas “precisam ser muito mais trabalhadas para andarem”, Fátima evidencia como as práticas para gerarem decisões coletivamente vinculantes, são perpassadas por estruturas pensadas a partir de experiências masculinas, que tendem a invisibilizar problemas que não fazem parte do horizonte cotidiano dos homens. Os exemplos mobilizados – como o parto de mulheres presidiárias algemadas, a ausência de equipamentos adequados para a realização de mamografias em mulheres cadeirantes ou a inexistência de banheiros femininos em câmaras legislativas – demonstram como a ausência de mulheres nesses espaços ao longo do tempo, contribuíram para a existência de outras práticas que também geram essas desigualdades.

Ao mesmo tempo, a fala da prefeita revela que essa reconfiguração não ocorre sem resistência. A afirmação de que “esse lugar definitivamente não foi pensado pra gente” sintetiza a percepção de inadequação vivenciada pelas mulheres ao ocuparem posições de poder. O incômodo causado pela presença

feminina, reiterado no relato, não decorre da incapacidade de governar, mas justamente do destaque e da visibilidade que essa presença assume em ambientes masculinizados. É nesse ponto que o relato começa a deslocar-se da desqualificação simbólica para formas mais explícitas de hostilidade.

A intensificação da desigualdade gerada pela diferença aparece quando a prefeita menciona intimidações, ataques morais e tentativas recorrentes de deslegitimação pessoal, frequentemente dirigidas ao corpo, à aparência ou à sexualidade das mulheres. Além disso, a prefeita ilustra a morte de Marielle Franco[42] como exemplo do grau de violência que pode ser gerada nesse contexto. Assim, como um marco simbólico extremo, que condensa a percepção de que a violência política de gênero é uma possibilidade real inscrita no exercício do poder por mulheres que desafiam estruturas consolidadas e não um exagero retórico.

Também, importa destacar, a referência à parte do eleitorado masculino que se recusa a "ser mandado por mulher" explicita como essa resistência não se limita às elites políticas ou aos espaços institucionais, mas também encontra barreiras no eleitorado. Por outro lado, a prefeita evita uma leitura totalizante do contexto local, reconhecendo avanços e destacando que sua trajetória prévia, marcada pela atuação na assistência social, funcionou como elemento de amortecimento dessas resistências.

Por fim, a fala de Fátima Pacheco evidencia que as interações com colegas homens e eleitores se inscrevem em um processo mais amplo de disputa simbólica em torno da legitimidade da liderança feminina. Ao longo da narrativa, o gênero aparece como uma estrutura comunicativa que organiza expectativas, avaliações e conflitos, variando em intensidade e forma conforme os contextos de interação. Ao mesmo tempo, essa estrutura revela seu caráter contingente, na medida em que a própria prefeita reconhece transformações no ambiente político local, destacando que Quissamã, apesar de sua trajetória histórica marcada por relações de poder masculinas, elegeu uma mulher em menos de trinta anos de emancipação municipal. Como já vem sendo apontado ao longo deste trabalho, a legitimidade de sua atuação é narrada como resultado de um percurso previamente construído na

[42] "Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes". Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle . Acesso em: 20 dez.2028.

assistência social, no qual o cuidado, a proximidade com a população e a presença cotidiana funcionam como recursos centrais de construção da identidade política e como critérios de associação à figura da boa governante. Esses elementos indicam que, embora o gênero continue operando como diferença relevante na observação política, suas formas de processamento permanecem abertas à reconfiguração, permitindo que semânticas como a do cuidado sejam mobilizadas para deslocar expectativas e ampliar o reconhecimento público da autoridade feminina.

Essa dimensão contingente da estrutura de gênero, conforme ilustrada na última fala, torna-se ainda mais visível quando se considera que o sistema político opera a partir do código poder/não poder, selecionando continuamente quais posições, trajetórias e performances podem ser reconhecidas como politicamente relevantes. A depender do momento de ingresso no poder e do grau de consolidação da autoridade política, a inclusão comunicativa das mulheres no sistema tende a ocorrer de forma mais instável ou mais estabilizada. Quando a liderança feminina ainda não se encontra plenamente reconhecida como portadora de poder, a estrutura de gênero emerge com maior intensidade como diferença negativa observável, produzindo resistências, questionamentos e enquadramentos morais. À medida que essa autoridade se consolida – por meio da ocupação do cargo, da produção de decisões e da construção de reconhecimento público – tais assimetrias tendem a ser parcialmente diminuídas, ainda que não eliminadas. É justamente essa variação que se evidencia na experiência narrada pela prefeita Francimara, cuja trajetória permite observar como o machismo se manifestou de forma mais explícita no momento inicial da disputa eleitoral, sendo progressivamente reprocessado conforme sua posição no sistema político se estabilizava:

> (Quanto ao principal desafio) [...] o preconceito, uma cidade muito machista, de pessoas do interior, não aceitar uma mulher à frente da prefeitura. Eu não tinha o que oferecer. Eu só tinha o meu nome. Ai surgiu na cidade: “Vamos votar na mulher”. Muitas casas que eu chegava, as pessoas falavam assim: “A gente já tem candidato”, e eu perguntava: “vai votar em quem?”; “a gente vai votar, votar na mulher”.Eu falei sou eu. E foi. Foi a mulher, “a mulher”, “a mulher”. Até hoje, as pessoas falam: “a gente tem que deixar a mulher lá”. Todo mundo fica assim... Então, acho que foi um dos maiores desafios foi esse, de enfrentar tudo e todos [...] No começo senti o machismo. Na primeira eleição? Sim. Na reeleição? Não. Hoje eles já estão aí... Todo mundo sofrendo pela despedida da mulher [...] (Sobre sofrer violência) Já aconteceu algumas piadinhas, alguma coisa assim. Mas eu acho que a gente, quando a gente se impõe, a gente, a gente vai tocando sem dar brecha para isso acontecer. Mas

> até hoje eu não tenho o que questionar. Sempre com muito respeito [...](Francimara Barbosa Lemos, prefeita de São Francisco de Itabapoana- RJ, entrevista realizada em 15/05/2024).

Sendo assim, podemos destacar também no relato da prefeita Francimara, a categoria “a mulher” se construindo por meio da opinião pública para se operar como signo condensador da identidade política, uma vez que a repetição da forma que ela era nomeada, indicava que o gênero se converteu em referência compartilhada entre candidata e eleitorado, mesmo até quando não sabiam que “a mulher” era ela. Porém, o voto era da mulher evidenciando a forma de entrada no sistema político marcada pela identidade feminina se tornar comunicativamente disponível para a produção de reconhecimento e mobilização eleitoral.

E conforme a consolidação de sua posição no sistema político, contudo, a diferença de gênero passa a ser reprocessado, o que se expressa na distinção estabelecida entre a primeira eleição e a reeleição. As “piadinhas” mencionadas pela prefeita surgem, nesse momento, como formas residuais de desqualificação simbólica, que não desaparecem por completo, mas perdem centralidade à medida que a autoridade política se estabiliza. Assim, a experiência relatada é uma evidencia que o gênero opera de forma contingente, se estruturando de forma negativa nos momentos iniciais de disputa eleitoral e sendo progressivamente incorporado às expectativas que sustentam uma liderança feminina já reconhecida como portadora de poder.

Nesse contexto, precisamos explicitar as experiências vividas pela prefeita Tedi. Se, na trajetória de Francimara Barbosa Lemos, observa-se a progressiva reprogramação da diferença de gênero à medida que a autoridade política se estabiliza, na experiência narrada por Tedi percebemos um contexto no qual essa estabilização encontra obstáculos mais intensos, sobretudo no interior do Legislativo municipal, ao que concerne a relação com os colegas:

> Só tinha eu de mulher. E eles tinham um ciúme bárbaro de mim, porque eu era a mulher que bateu todos os homens, sim, e ainda carregou quatro homens com ela na legenda, porque naquela época tinha legenda sim, não era como hoje. Antigamente você poder podia fazer composições de partidos para eleger, né? Eu ainda carreguei quatro e os quatro, todos de nariz truncado contra mim. E dizia lá, quem fosse o mais votado deveria assumir a presidência da Câmara. Antes da gente assumir. Eles já mudaram [...] Eu sempre gostei de

> andar com roupa simples. E outra coisa o plenário da Câmara não é um lugar onde a democracia no Legislativo, de fato deve acontecer ? Se é onde deve acontecer? Você vai com a roupa que você quiser ir? Fizeram uma lei para mim... porque eu saía da escola, com a sandalinha de dedo, calça jeans, blusinha de malha, ia para lá e sentava. Fizeram uma lei dizendo que eu tinha que ir de terno feminino, sapato alto [...] Fui candidata em cima dos Caixotes na frente da câmara, afrontando tudo quanto é homem que estava lá, mas com um monte de homem amigo perto de mim. Olha só como a vida é engraçada, né? Tinha os machistas e os poucos que não eram machistas e estavam comigo sim, me ajudando a fazer uma história feminista sim, dentro da política, que era violenta [...] Essas violências que eu sofria no Legislativo... Eu não podia fazer nenhum curso, só eles que viajavam para curso. Outra violência que eu sofri. Eu tava fazendo...tava na minha vez de falar. Não falei nome de ninguém. Tinha um vereador bêbado no plenário... Eu comecei a falar da política pública que não estava atendendo às localidades periféricas [...] Não citei o nome de ninguém... Ele me atropelou, começou a me xingar. Eu disse: “Vereador, ponha-se no seu lugar, porque você não era nem para estar nesse plenário. Você está bêbado”. Fizeram sabe o quê? Uma advertência para mim [...] A violência era dessa forma. Eu não podia fazer curso nenhum, fazer viagens nenhuma para cursos de qualificação. Eu não podia fazer um projeto de lei sem que eu botasse dois ou três homens para assinar comigo, sem eles terem colocado a mão para escrever um caput de um artigo. Ou parágrafo, ou inciso, ou alínea... Nem a justificativa. Isso tudo são violências, com certeza. A violência da roupa [...] E com relação às minhas falas, que eles começavam a atropelar e eu tinha que dar um chega para lá, para me respeitarem como mulher. E outra coisa, quando tinha as festinhas de final de ano... ou quando tinha as reuniões, eu recebia cantada dos vereadores [...] Nesse período que eu amamentava, foi no período da campanha que os meus adversários para vereadora diziam que eu era prostituta porque eu amamentava minhas filhas. Isso foi no processo a priori a votação, isso eu sofri até como prefeita, porque eu tive filho de nove em nove anos. Então todas as vezes que eu subia no palanque eu tava com bebê amamentando, tá? E levava comigo de porta em porta amamentando, isso eu sempre sofri em todas as campanhas. (Sobre a relação com os eleitores homens) Eles acreditavam mais nas mulheres do que nos homens. E verbalizavam. Além disso, em todas as pesquisas indicavam que eu tinha mais voto dos homens do que das mulheres. Porque nós mulheres ainda não acordamos que temos que ser unidas e que como maioria, as mulheres deveriam ter ocupado todos os espaços políticos mais do que os homens (Tedi, prefeita de Conceição de Macabu- RJ, entrevista realizada em 09/06/2024).

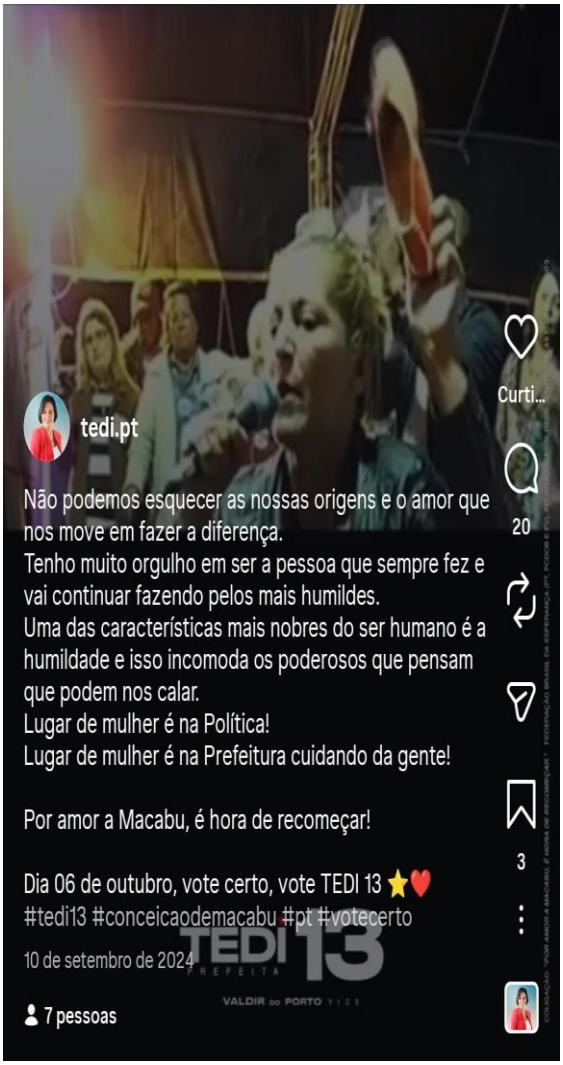
Por tudo isso, é possível perceber que a experiência vivida por essa prefeita, quando vereadora, evidencia como as desigualdades de gênero se atualizam no interior das organizações políticas por meio de práticas que estruturam a distribuição de oportunidades, autoridade e reconhecimento. Ao relatar que era a única mulher no Legislativo e que sua ascensão eleitoral gerou reações de “ciúme” e resistência, a

prefeita explicita como categorias sociais previamente estabilizadas, como o gênero, são mobilizadas para reordenar hierarquias internas dentro das instituições (Tilly, 2000) mesmo quando uma mulher rompe expectativas consolidadas de poder.

Desta forma, as práticas descritas ao longo da narrativa – alteração de regras institucionais, controle sobre vestimenta, restrição ao acesso a cursos de qualificação, exigência de co-assinaturas masculinas e interrupções recorrentes da fala – podem ser compreendidas como mecanismos que incorporam desigualdades externas ao funcionamento cotidiano da instituição. Em termos próximos ao que Charles Tilly (2000) propõe, categorias como gênero tornam-se disponíveis para a coordenação interna das organizações, funcionando como critérios duráveis de diferenciação que, ao mesmo tempo em que organizam decisões e relações de poder, reproduzem hierarquias simbólicas e materiais já existentes em outros sistemas sociais.

Nesse sentido, a desigualdade além de aparecer em atitudes individuais, aparece principalmente como efeito de práticas institucionais reiteradas, incorporadas às rotinas decisórias do Legislativo. A forma como a autoridade política de Tedi é constantemente condicionada, mediada ou corrigida revela como organizações políticas podem produzir e manter desigualdades.

Figura 34 – Vídeo publicado no Instagram da prefeita Tedi, retomando publicamente o episódio ocorrido relacionado ao uso de vestimenta considerada inadequada pelos colegas, ressignificando o acontecimento como expressão de violência e reafirmando a legitimidade de sua atuação política a partir da mobilização de valores como humildade, cuidado e proximidade com a população.



Fonte: Instagram @tedi.pt (2024)

Também se torna necessário explicitar, na análise dessa fala, os ataques dirigidos ao aleitamento materno realizado por Tedi, uma vez que é neste ponto que o cuidado passa a ser observado não apenas como recurso de construção da identidade política feminina, mas também como objeto direto de desqualificação. As acusações feitas à prefeita durante os períodos de amamentação, acompanhadas da sexualização e da moralização de sua imagem, demonstram como o corpo materno foi convertido em objeto de ataque político, deslocando a observação de sua atuação do plano das decisões e da competência para o plano da moral e da tentativa de ferir a sua honra objetiva. Dessa forma, ao levar suas filhas consigo

durante as campanhas, Tedi tornou o cuidado e a maternidade dimensões visíveis de sua trajetória pública. Assim, por um lado, fez com que ela sofresse tentativas de deslegitimação moral associadas à figura da mulher que ocupa espaços de poder e, por outro, consolidou o papel materno como elemento central de sua identidade política. Nesse sentido, a experiência da prefeita permite explicitar um deslocamento analítico relevante nesse trabalho: o cuidado, que ao longo dos capítulos vem sendo compreendido como forma privilegiada de legitimação da atuação feminina na política, mas nesse episódio verificamos como ele também aparece como campo de disputa simbólica, no qual se articulam simultaneamente violência, controle moral e produção de legitimidade.

Por fim, é necessário destacar também como essa ambivalência se expressa de forma clara na relação com os eleitores. Apesar das resistências enfrentadas no interior do Legislativo e as tentativas de ferimento à sua persona pública, a prefeita relatou ter possuído maior apoio entre os homens do que entre as mulheres, o que evidencia que a estrutura de gênero não opera de modo homogêneo em todos os contextos de observação. Enquanto as organizações políticas tendem a processar a diferença de gênero de forma mais rígida e hierarquizada, a arena eleitoral permite a circulação de outras semânticas que, assim, podem ampliar o reconhecimento público da liderança feminina.

Fica claro, portanto, que a fala de Tedi reforça a compreensão de que as desigualdades de gênero são produzidas, reproduzidas e transformadas nas práticas sociais e organizacionais do sistema político. Ao mesmo tempo, evidencia seu caráter contingente, na medida em que essas mesmas estruturas podem ser tensionadas e reconfiguradas a partir das trajetórias, performances e vínculos construídos pelas mulheres no exercício do poder.

Esse conjunto de experiências permite avançar a análise para além do interior das organizações políticas, deslocando o foco para contextos nos quais a autoridade feminina já se encontra estabilizada e institucionalmente reconhecida. Nesses casos, as desigualdades de gênero não desaparecem, mas passam a ser processadas de forma distinta, incidindo menos sobre o acesso formal ao poder e mais sobre a observação pública da atuação política, especialmente por meio da mídia, da opinião pública e das expectativas morais associadas à figura da mulher no exercício do governo.

É nesse plano que se insere a trajetória de Rosinha Garotinho. Sua fala permite observar como o gênero continua operando como diferença relevante mesmo quando a mulher ocupa posições centrais no sistema político. Em seu relato, as assimetrias de gênero aparecem sobretudo na forma de questionamentos recorrentes à capacidade administrativa, à racionalidade técnica e à conciliação entre o exercício do poder e a maternidade, além de haver registros de sexualização expressa em cantadas e abordagens inadequadas. Sendo assim, tudo isso revela como expectativas culturais profundamente arraigadas seguem estruturando a observação pública da liderança feminina:

> [...] É... Existe o machismo é cultural, né? Ele existe. Era como se a mulher não pensasse...Uma vez o Lula chegou falar para mim assim, você decora esses números e vem falar para mim? Eu falei: “não decoro não, presidente. É o real. É o que está acontecendo. É estudado isso. Isso aqui eu não tirei do nada, não”. Então, é como se tivesse um preconceito com a capacidade da mulher de gerir recursos, de administrar. Tinha... Também, às vezes leva umas cantadas, né? Eu já levei cantada de três chefes de Estado. E o que eu fiz? Falar que ele estava me cantando ia cair na conta do intérprete. Ele ia dizer: “não, foi mal entendido”. Então, o que eu fazia? Eu acabava com a parte do cerimonial, porque você janta primeiro, depois você tem os discursos e depois vem a sobremesa. O que eu fazia? Eu ia lá, chamava o cerimonial e falava assim, vou falar agora. Eu falava e ia embora para casa, largava tudo lá. Não tinha o social... E largava lá... Os convidados, o chefe de Estado, porque eu não era obrigada a ouvir cantada de ninguém, e quanto mais por intérprete... (E como prefeita, esses padrões continuaram?) Sempre teve, mas menos... Coisa mais leve, passageira, tipo assim, um elogio, ou “está igual uma estudante hein”. Mas eu também, dou de banda...[...] O que a imprensa sempre dizia era que quem ia mandar no governo era o Garotinho, não era eu. Eles não acreditam que a mulher tenha a capacidade dela, né? Não acreditam. Existe um machismo que é cultural, tanto na cabeça dos homens, quanto de muitas mulheres também. Teve um fato que me chamou a atenção uma vez, que eu até ri muito. Um senhorzinho, bem senhorzinho, eu encontrei com ele aqui perto de Custodópolis, e ele falou pra mim assim: “eu amo a senhora, mas não posso votar na senhora, não”. Eu falei, mas, mas por quê? “Olha só, eu fico toda arrepiado, porque eu estou perto da senhora, porque eu amo a senhora, mas votar na senhora eu não posso, porque mulher não pode mandar em homem”. Eu falei: “mas eu não vou mandar em homem, eu vou administrar uma cidade”. Mas esse não teve jeito, esse voto eu não ganhei. Esse voto eu não ganhei, mas no geral não, não tive rejeição com os eleitores homens. Tinha rejeição de quem não gosta da gente mesmo? Sim. Porque na política isso existe, na vida pessoal existe, quanto mais na política (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ, entrevista realizada em 06/05/2025).

A fala inicial de Rosinha Garotinho evidencia como, mesmo em posições centrais do sistema político, a autoridade feminina permanece submetida a questionamentos recorrentes acerca de sua capacidade cognitiva e administrativa. A afirmação de que *“era como se a mulher não pensasse”* nos demonstra uma expectativa segundo a qual a racionalidade técnica, o domínio de dados e a gestão de recursos públicos são atributos presumidamente masculinos. Nesse sentido, a desconfiança dirigida à sua fala não se refere ao conteúdo das decisões, mas à própria legitimidade da mulher como sujeito capaz de produzir conhecimento político válido.

Outro ponto relevante mencionado em sua fala diz respeito à ocorrência de formas de sexualização nas interações políticas, expressas na entrevista como “cantadas”, inclusive por chefes de Estado. Situações dessa natureza produzem uma ruptura na simetria comunicativa e no respeito esperado entre autoridades políticas, introduzindo constrangimentos que afetam diretamente a permanência das mulheres nesses espaços. A estratégia adotada pela governadora – encurtar o cerimonial, falar e se retirar – configura uma forma de lidar com esse contexto, por meio da qual a prefeita busca preservar sua autoridade ao reduzir a exposição a interações marcadas por tais constrangimentos. Ao mesmo tempo, essas experiências contribuem para explicar por que muitas mulheres optam por se afastar de ambientes informais nos quais a política efetivamente se realiza, justamente para evitar a recorrência de situações de constrangimento.

Esse movimento dialoga com o que demonstra Sacchet (2009) ao analisar as desvantagens estruturais enfrentadas pelas mulheres nas trajetórias políticas, sobretudo em razão de sua menor inserção em redes informais de poder. Enquanto os homens tendem a participar de circuitos amplos de sociabilidade política – como partidos, sindicatos e associações profissionais –, as mulheres se concentram com maior frequência em redes menores e mais homogêneas, frequentemente ligadas à esfera comunitária ou familiar, que oferecem baixo retorno político. Como observa Putnam (2000), nem todas as redes sociais produzem os mesmos efeitos em termos de circulação de informação, aprendizado institucional e acesso a recursos. Dessa forma, as diferenças na estrutura e na densidade das redes sociais convertem-se em desigualdades nas chances de permanência e ascensão política, evidenciando como

o gênero opera como estrutura de diferenciação comunicativa no interior do sistema político.

Também é importante destacar a relação com os eleitores, uma vez que a fala de Rosinha Garotinho permite observar como o gênero opera como critério relevante de avaliação da autoridade política no âmbito do eleitorado, mesmo quando há reconhecimento afetivo da figura pública. A declaração do eleitor que afirma “amar” a prefeita, mas se recusa a votar nela por entender que “mulher não pode mandar em homem”, evidencia a coexistência entre admiração pessoal e recusa política, articulada por uma semântica hierárquica de gênero que associa o exercício do poder à dominação masculina. Esse episódio revela, assim, os limites da reprogramação das expectativas públicas quando estas se encontram ancoradas em estruturas culturais de gênero profundamente naturalizadas. Ao mesmo tempo, ao situar o caso como localizado e destacar a ausência de rejeição generalizada por parte dos eleitores homens, a narrativa indica que o gênero não opera de forma homogênea no eleitorado, mas de maneira contingente, ainda que revele padrões simbólicos mais amplos que atravessam a decisão eleitoral e a legitimação da liderança feminina.

Ademais, também conseguimos aprofundar a leitura da relação entre gênero e política, a partir da fala de Anthony Garotinho, marido da Rosinha Garotinho, que contribuiu durante a entrevista para evidenciar como as cobranças dirigidas às mulheres na política se tornam recorrentes e socialmente legitimadas, sobretudo por meio da mídia. O contraste estabelecido por ele, a partir da experiência de ambos no exercício dos mesmos cargos – como chefes do poder executivo municipal e estadual - permite explicitar como expectativas e exigências distintas incidem sobre trajetórias políticas formalmente equivalentes, revelando a persistência de assimetrias de gênero na avaliação pública do exercício do poder:

> Garotinho: E não nos fazem a cobrança que fazem as mulheres. As mulheres são mais cobradas. Ela é mulher, então a mulher tem que estar mais... Até em debates políticos, o homem tenta desestabilizar a mulher em tudo.
> Rosinha: Eu nunca ouvi perguntarem para um homem, como perguntaram para mim, a imprensa perguntou para mim, quando eu fui candidata a governadora.
> Garotinho: Quem?
> Rosinha: A imprensa. Se um filho meu adoecer, como é que eu vou fazer para governar e cuidar de um filho com febre? Eu falei, da mesma forma que um pai tem que cuidar do filho. E tudo na vida é

> prioridade. Você não governa o tempo todo e o filho não está precisando o tempo todo.
> Garotinho: E ela levava as crianças para o palácio...
> Rosinha: Eu levava meus filhos, os dois mais novos, eu estava despachando e os dois estavam sentados na outra beirada da mesa fazendo dever de casa, porque entre uma audiência e outra eu corrigia, eu olhava, eu ensinava. Eu tinha a minha dupla jornada de trabalho com os meus filhos. Mas nunca perguntaram para homem. Se você for eleito, como é que vai ficar a sua família, a sua esposa? Você vai ter muitas horas de trabalho? [...]Sempre tinha um jornalista para fazer essas perguntas. Parecia que era combinado, eram as mesmas perguntas. (Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio de Janeiro e prefeita de Campos dos Goytacazes- RJ e Anthony Garotinho, governador do Estado do Rio de Janeiro e prefeito de Campos dos Goytacazes- RJ entrevista realizada em 06/05/2025).

Sendo assim, a fala conjunta de Rosinha Garotinho e Anthony Garotinho permite observar, de forma particularmente clara, como as assimetrias de gênero se reproduzem nos circuitos de observação pública do sistema político, mesmo quando homens e mulheres ocupam posições formalmente equivalentes. O contraste estabelecido por Garotinho evidencia que a diferença de tratamento não decorre da função em si, mas das expectativas de gênero que estruturam a avaliação pública da autoridade política feminina. As cobranças dirigidas a Rosinha, especialmente aquelas mediadas pela imprensa, operam como seleções comunicativas que deslocam o foco da atuação governamental para a esfera privada, introduzindo critérios de julgamento que não incidem sobre os homens.

Nesse sentido, o episódio recorrente relatado pela governadora, a pergunta reiterada sobre como governaria caso um filho adoecesse, ilustra de maneira exemplar o funcionamento dessa lógica. Trata-se de uma expectativa que pressupõe a incompatibilidade entre maternidade e exercício do poder, convertendo a mulher em objeto de constante justificação. Da mesma forma, isso é demonstrado por Holtz-Bacha (2013)[43], que isso acontece principalmente no início da carreira política, a

[43] “Mulheres políticas sabem que os atos dos media são um obstáculo significativo a suas carreiras. Eles se referem de modo diferente a homens e mulheres. Há décadas, temos escutado mulheres em todo o mundo se queixando de como os media parecem estar mais interessados em seu visual e em sua vida privada que em suas preocupações e objetivos políticos: como elas se vestem, como está seu penteado, se seu marido tem que preparar as próprias refeições, e quem cuida das crianças enquanto elas estão fazendo política. Seus colegas do sexo masculino raramente são confrontados com esse tipo de questionamento. Isso significa dizer que mulheres na política são avaliadas sob critérios que não vêm do campo da política e que não aparecem na avaliação de políticos do sexo masculino. Essas diferenças se jogam, particularmente, contra mulheres que estão começando a progredir politicamente. Uma vez que elas atingem níveis mais elevados, as diferenças não necessariamente desaparecem, mas lidar com os media se torna mais fácil” (Hotz-Bacha,2013,p.4-5).

mídia age de forma distinta que age com os homens ao questionar mulheres em cargos políticos a partir de temas extrínsecos ao campo da política, como família, aparência e vida privada, reproduzindo estereótipos de gênero e reforçando a ideia de que a competência feminina precisa ser continuamente comprovada.

A própria necessidade de Rosinha explicar que conciliava o governo com a presença dos filhos no cotidiano administrativo evidencia o que Holtz-Bacha (2013) descreve como um *double bind* comunicativo, que já pontuamos anteriormente, ao mesmo tempo em que se espera que a mulher demonstre dedicação à família, essa mesma dedicação é mobilizada como argumento para questionar sua capacidade política. O cuidado, portanto, emerge simultaneamente como valor moralmente esperado e como fonte de suspeição, produzindo uma sobrecarga simbólica que não recai sobre lideranças masculinas. Nesse quadro, a mídia não apenas reflete necessariamente as expectativas do eleitorado, porém constrói narrativa, cria semânticas, estabiliza e legitima, convertendo-as em parâmetros recorrentes de avaliação pública (Holtz-Bacha, 2013).

Por fim, o reconhecimento explícito dessa assimetria por Anthony Garotinho reforça que tais desigualdades não são percepções isoladas das mulheres na política, mas padrões estruturais de observação, compartilhados inclusive por atores masculinos que transitaram pelas mesmas posições institucionais. A análise desse trecho confirma, assim, que a desigualdade de gênero no sistema político não se manifesta apenas no acesso aos cargos, mas, sobretudo na forma como a autoridade é comunicada, observada e julgada publicamente. Um processo no qual a mídia ocupa posição central ao articular expectativas morais, familiares e de gênero à legitimação do exercício do poder feminino.

Diante do conjunto de experiências examinadas até aqui, torna-se possível compreender que o gênero opera no sistema político como uma diferença comunicativa persistente e contingente, cuja intensidade varia conforme o ambiente, o momento da trajetória e o grau de estabilização da autoridade feminina. O cuidado, a maternidade e a feminilidade emergem, nesses contextos, simultaneamente como recursos de legitimação e como alvos de controle moral e violência simbólica. Essas dinâmicas, observadas nas interações cotidianas, nas organizações políticas e na relação com o eleitorado, tornam-se ainda mais visíveis quando a disputa política se intensifica e passa a operar em registros explícitos de confronto público.

4.2.9 “Bandida, ladra, vagabunda”: a disputa simbólica do gênero no campo político.

É nesse contexto de intensificação da disputa política que, próximo às eleições de 2024, um episódio de violência política de gênero tornou-se objeto empírico dessa pesquisa, especialmente no que concerne ao terceiro objetivo específico: “investigar como as prefeitas percebem e respondem às expectativas de gênero em suas práticas políticas cotidianas, considerando as pressões sociais e culturais”.

De modo que o dia 03 de agosto de 2024, durante a convenção partidária municipal dos partidos PL, MDB, NOVO e PRD, realizada no Clube Recreativo de Quissamã, a prefeita Fátima Pacheco foi alvo de ataques verbais proferidos por um vereador do município de São Gonçalo-RJ. A convenção iniciou-se às 14h e contou com a presença de diversos membros dos partidos mencionados. Durante o evento, o vereador, ao discursar em apoio aos pré-candidatos da coligação, proferiu palavras ofensivas direcionadas à prefeita de Quissamã, afirmando: "*É guerra, é guerra do bem contra o mal e passaremos o rolo compressor sem pena, passaremos por cima de todo mundo, eles não respeitaram ninguém na pandemia, essa bandida, essa ladra, essa vagabunda, estava roubando a nossa população*". O discurso foi amplamente aplaudido pelos pré-candidatos e pela plateia presente.

Após, o episódio foi inicialmente compartilhado no *Instagram* da presidente do PL em Quissamã, mas rapidamente apagado. No entanto, o vídeo se disseminou amplamente via *WhatsApp* e outras redes sociais. Em resposta, na noite posterior, a prefeita Fátima Pacheco publicou um vídeo em suas plataformas digitais. Vestindo uma camisa rosa e com um semblante sério, repudiou as ofensas, declarando:

> Meus amigos e minhas amigas, hoje, domingo, eu quero compartilhar com vocês uma questão muito inquietante. Na convenção de ontem da oposição, um vereador de São Gonçalo que nunca fez nada por Quissamã me xingou de ladra, bandida e vagabunda. E foi aplaudido pelo pré-candidato a prefeito e pelo pré-candidato a vice-prefeito da oposição. Quero aqui dizer que eu não vou me calar e que nós não vamos aceitar que as mulheres de Quissamã sejam atacadas, sejam xingadas, e nós não vamos aceitar que forasteiros venham para nossa cidade para nos desqualificar. Esse ano, nem candidata eu sou. Estou sendo

> atacada de forma efetiva. A violência contra a mulher é uma coisa inaceitável e isso não tem nada a ver com política. A política de Quissamã nunca tinha virado um esgoto e pelo que a gente está vendo, o cenário que se aponta vai ser uma política marcada pela baixaria, pelo ataque e pela ameaça. Porque esse mesmo vereador diz que vai passar por cima de todo mundo. Só que a gente não vai deixar ele, o ódio, a violência e o ataque passar por cima da cidade de Quissamã. Nós vamos combater, primeiro pela polícia e pela justiça, e eu já fui à delegacia e fiz um boletim de ocorrência. E nós também vamos combater pela política. Nós não vamos permitir que a cidade de Quissamã, uma cidade de gente amiga, uma cidade de gente alegre, se torne um território de gente que vem de fora para poder fazer algazarra e agressividades com a nossa população. Seguiremos em frente de cabeça erguida, fazendo o melhor pelo nosso município.

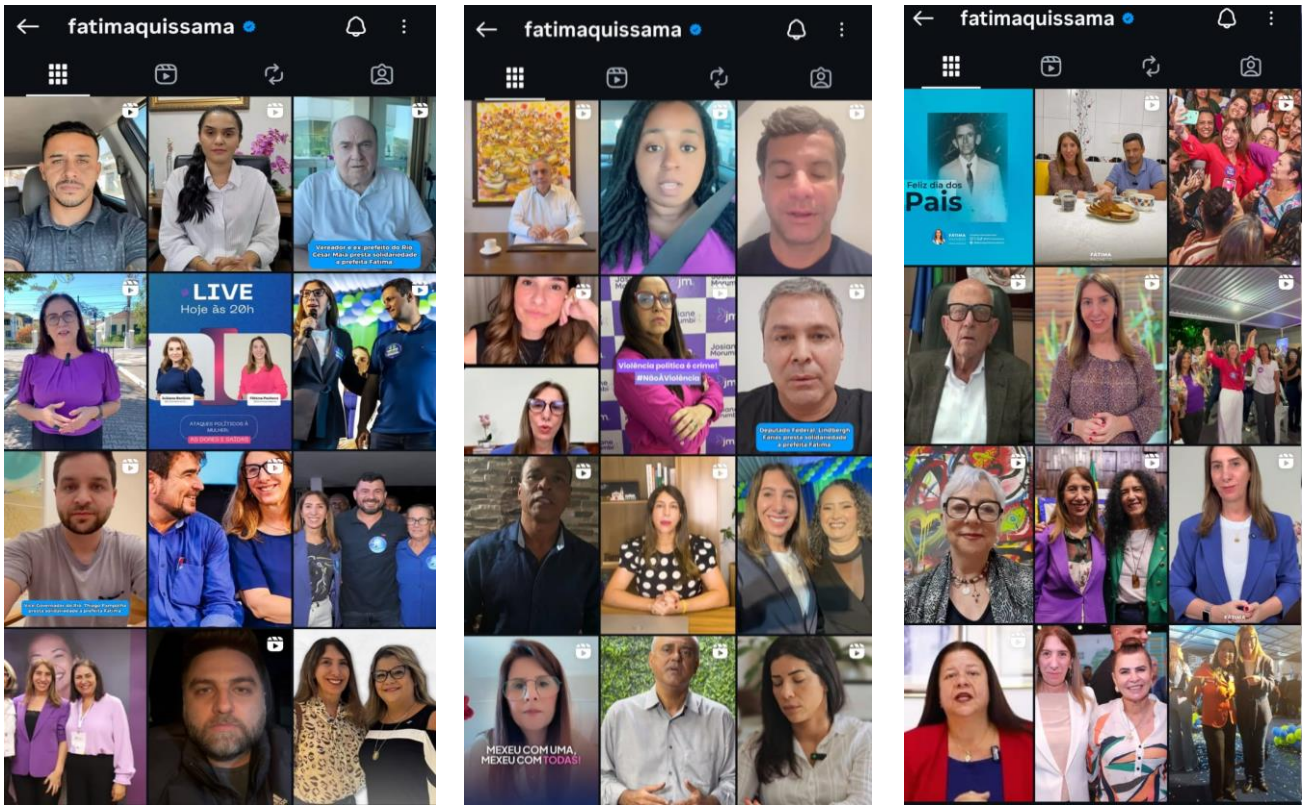
Figura 35 – Pronunciamento de Fátima quanto ao episódio de violência



Fonte: Instagram @fatimaquissama (2024)

A prefeita ainda exibiu o registro de ocorrência feito na delegacia. O episódio gerou ampla repercussão e, de forma imediata, diversos políticos da região publicaram vídeos e postagens nas redes sociais demonstrando solidariedade à Prefeita Fátima Pacheco.

Figura 36 – Feed da prefeita Fátima Pacheco no Instagram, com postagens de solidariedade publicadas por outros atores políticos e compartilhadas em seu perfil



Fonte: Instagram @fatimaquissama (2024)

Esse acontecimento atravessou a pesquisa, pois, além do envolvimento direto da prefeita Fátima e das demais prefeitas interlocutoras deste trabalho, provocou ampla repercussão entre atores políticos de diferentes partidos e orientações ideológicas. O episódio exemplifica, desta forma, como o gênero opera no interior do sistema político em uma lógica ambivalente: ao mesmo tempo em que estrutura desigualdades e viabiliza práticas de violência política, também pode ser mobilizado como recurso estratégico de resistência, capaz de reorientar narrativas públicas e redefinir posições na disputa política.

Se, por um lado, a agressão verbal sofrida pela prefeita Fátima Pacheco insere-se em um padrão recorrente de desigualdade de gênero relativa à ocupação de poder, por outro, a forma como a prefeita e outros políticos mobilizaram a resposta evidencia a estrutura do gênero agindo no código da comunicação política, sendo capaz de reverter a lógica da violência em uma narrativa de

fortalecimento e legitimação da liderança feminina. Assim, como já observamos em outras análises empíricas feitas ao longo desse trabalho, tal episódio permite observar como o gênero pode operar, restringindo a participação feminina e também possibilitando novas formas de reconhecimento e afirmação das mulheres no poder, tornando-se um elemento na disputa política e na construção da identidade da prefeita.

Esse movimento de reação pública pode ainda ser compreendido à luz do dever moral de justiça, conforme formulado por John Rawls (2011). Para o autor, a adesão aos princípios de justiça não decorre de um compromisso moral abstrato ou altruísta, mas da percepção de que tais princípios são indispensáveis para a estabilização de uma cooperação social considerada justa, condição necessária para a realização dos próprios projetos de bem dos indivíduos e grupos. Como afirma Rawls (2011, p.376):

> Ao escolher os princípios de justiça que garantem de forma mais efetiva o desenvolvimento e o exercício do senso de justiça, as partes não são motivadas pelo desejo de realizar essa faculdade moral por si mesma, mas pela percepção de que ela é o melhor meio para estabilizar uma cooperação social justa e, por conseguinte, de promover as concepções determinadas do bem das pessoas que representam.

Nesse sentido, a ampla manifestação de atores políticos diante da violência sofrida pela prefeita não deve ser interpretada apenas como resultado de afinidades partidárias, alinhamentos circunstanciais ou estratégias individuais de posicionamento público. Trata-se, antes, de uma resposta a uma expectativa moral compartilhada, segundo a qual, diante de uma violência publicamente reconhecida, manifestar-se constitui o correto a fazer naquele contexto, sob pena de comprometer a própria legitimidade com o eleitorado e com os pares. A omissão, nesse caso, poderia ser interpretada como conivência com a injustiça, fragilizando os vínculos normativos que sustentam a atuação política e a confiança pública nos agentes eleitos.

Contudo, ao ser processada no interior do sistema político, essa exigência moral não se expressa de maneira neutra. A resposta ao episódio foi comunicada por meio de referências fortemente generificadas, como honra, dignidade, respeito e maternidade, evidenciando o papel do gênero como mediador entre a moral e a

política. Assim, ainda que a manifestação pública possa ser compreendida, em termos rawlsianos, como cumprimento de um dever moral diante da injustiça, sua eficácia política se utilizou da mobilização seletiva de expectativas de gênero compartilhadas pela opinião pública. Desta forma, o episódio nos revela, portanto, a ambivalência do gênero no sistema político: ele estrutura desigualdades e possibilita a violência, mas também pode ser acionado como recurso comunicativo legítimo de resistência, reconhecimento e reafirmação da liderança feminina.

Por tudo isso, a partir da repercussão do episódio, foi possível identificar elementos recorrentes nos discursos e nas reações públicas, o que orientou a definição das categorias de análise desta parte da pesquisa. Para isso, foram considerados como materiais empíricos: as postagens da prefeita, os vídeos publicados por outros políticos sobre o ocorrido e repostados por ela, a *live* realizada no dia 05/08/2024, às 20h, no perfil do *Instagram* de Juliana Benício (@julianabenicio_), presidente do CIDADANIA Mulher do estado do Rio de Janeiro e a observação do ato público “Mexeu com uma , mexeu com todas: MULHERES – Lutas, Conquistas e Resiliência”, ocorrido no dia 07/08/2024, ás 17:30, no Espaço Viva Mais- Quissamã.

Figura 37 – Live “ataques políticos à mulher: as dores e saídas”



Fonte: Instagram @julianabenicio_ (2024)

Nessas postagens, as falas destacaram diferentes aspectos relativos ao gênero, permitindo uma leitura mais aprofundada sobre como essa estrutura é interpretada e mobilizada no espaço público. Assim, a partir desses registros, foram eleitas categorias que permitem compreender como o gênero opera no sistema político, tanto na forma de violência e exclusão quanto como um recurso de resistência e legitimação.

4.2.9.1- Violência

A primeira categoria a ser analisada, será centrada no discurso proferido pelo vereador. Para tanto, tem-se a categoria: violência. Desde o início de sua fala, o vereador estrutura seu discurso com um tom agressivo, recorrendo a metáforas de guerra e de destruição. Expressões como *"é guerra, é guerra do bem contra o mal"* e "*passaremos o rolo compressor sem pena, passaremos por cima de todo*

mundo" constroem uma visão da política como um campo de batalha, no qual os adversários devem ser aniquilados, e não debatidos. Essa retórica exclui qualquer possibilidade de diálogo e, mais do que isso, reforça a ideia de que a política é um espaço hostil, onde apenas os mais fortes sobrevivem.

Nesse sentido, é importante destacar, que a política é historicamente atravessada por conflitos, disputas e práticas de agressividade, que atingem homens e mulheres. A literatura especializada não ignora esse aspecto. No entanto, como demonstram estudos recentes sobre violência política contra as mulheres, o reconhecimento da violência como parte do jogo político não implica tratar todas as formas de violência como equivalentes. Ao contrário, o que está em questão é a forma específica que a violência assume quando dirigida às mulheres, bem como os efeitos seletivos que produz sobre sua permanência e legitimidade no espaço público.

Conforme sistematizado por Lopes (2024), a violência política baseada em gênero não se reduz a episódios isolados de agressividade ou a excessos retóricos próprios da competição eleitoral. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por fatores sociais, econômicos, raciais e culturais, sustentado por estruturas persistentes de discriminação e misoginia. Ao dialogar com a obra de Krook e Salín (2016: 2020), Lopes (2024) destaca que a violência contra mulheres na política não pode ser compreendida como um “custo natural” da atividade política. Pois para todas essas autoras, bem como para Matos (2020) o exercício da violência política de gênero, além de vencer disputas partidárias pontuais, é minar a atuação das mulheres enquanto sujeitas políticas e, em última instância, excluí-las da vida pública enquanto grupo.

Desta forma, a metáfora utilizada do "rolo compressor" evoca a ideia de esmagamento e imposição da força, uma lógica de dominação tipicamente associada à masculinidade hegemônica. Ao afirmar que “passará por cima de todo mundo”, o discurso reafirma um modelo de política no qual a destruição do adversário é apresentada como objetivo legítimo, reforçando a imagem da política como um espaço no qual apenas os mais fortes - ou aqueles que performam a força - são considerados aptos a permanecer.

Além das metáforas bélicas, o discurso incorpora insultos diretos à prefeita, por meio do uso de termos como “bandida”, “ladra” e “vagabunda”. Esses ataques não se limitam à crítica administrativa ou à contestação de decisões políticas

específicas. Ao contrário, operam no plano da desqualificação moral, acionando uma estratégia recorrente da violência política de gênero: a tentativa de reduzir mulheres no poder a figuras moralmente indignas e, portanto, inadequadas para a esfera pública. Como observa Lopes (2024), esse tipo de violência se aproxima do que Krook denomina “crime-mensagem”, pois seu efeito ultrapassa a vítima individual e comunica ao conjunto das mulheres que aquele espaço não lhes pertence.

Nesse sentido, embora homens políticos também sejam alvo de acusações e ataques, a literatura demonstra que, no caso das mulheres, a violência frequentemente desloca o conflito do plano da competência técnica e da disputa programática para o da honra, da sexualidade e da moralidade pessoal. Como argumenta Matos (2020), ainda que homens sejam humilhados na arena política, a violência dirigida às mulheres aciona de modo inequívoco a variável gênero. No episódio analisado, isso se torna particularmente evidente no uso do termo “vagabunda”, cuja carga simbólica, no contexto social brasileiro, difere daquela associada ao seu correspondente masculino. Enquanto “vagabundo” circula como um insulto genérico ligado ao desleixo ou à ociosidade, “vagabunda” mobiliza historicamente uma semântica sexualizada e moralizante, vinculada à desonra feminina e ao desvio das normas de comportamento socialmente atribuídas às mulheres. O emprego desse termo opera, assim, como um mecanismo de deslegitimação moral da prefeita, ativando repertórios simbólicos que questionam sua adequação ao espaço público e configuram uma forma de violência política de caráter sexista, orientada à sustentação do mandato masculino da representação política.

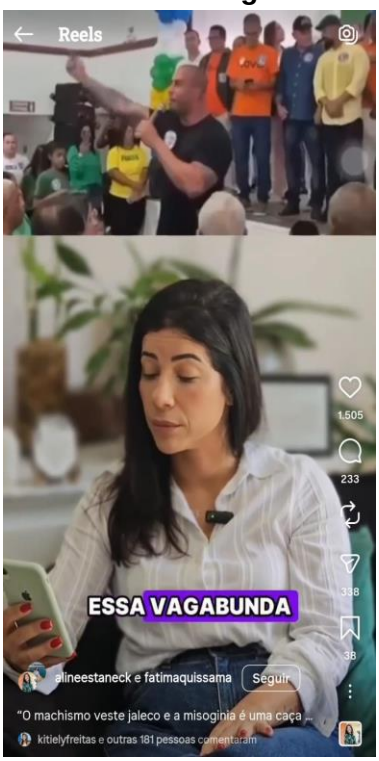
A recorrência desse tipo de ataque reforça a ideia de que a presença feminina na política ainda é percebida, por determinados atores, como indesejada ou ilegítima. A violência política de gênero opera, assim, tanto no plano simbólico quanto no concreto, produzindo efeitos reais de restrição, intimidação e desestímulo à participação política das mulheres. Como destaca Matos (2020), diante de cenários como esses, muitas mulheres passam a repensar ou abandonar trajetórias políticas, sobretudo em contextos nos quais a exclusão feminina já é historicamente acentuada, como ocorre no caso brasileiro.

À luz dessas contribuições, é possível distinguir dois níveis de violência política baseada em gênero. Um primeiro nível, menos visível e amplamente

normalizado, que se manifesta nas práticas rotineiras de desqualificação, silenciamento e vigilância moral, muitas vezes naturalizadas pelas próprias instituições políticas. Um segundo nível, mais explícito, no qual a violência se expressa de forma aberta, verbal, simbólica ou física, sustentada por padrões socioculturais adversos à participação política das mulheres e pelas regras formais e informais que estruturam o funcionamento do sistema político (Lopes, 2024).

O episódio analisado nesta subseção insere-se claramente nesse segundo nível, evidenciando como a violência política de gênero não constitui um desvio ocasional da política, mas uma forma específica de comunicação do poder, que atua seletivamente para reafirmar hierarquias de gênero e delimitar quem pode, ou não, ocupar legitimamente os espaços de decisão.

Figura 38- Candidata à vereadora de Quissamã reage ao vídeo no qual a Prefeita Fátima é xingada



Fonte: Instagram @alineestaneck (2024)

A segunda categoria, também é evocada na esfera moral, enquanto na primeira foi usada como ataque à mulher, a segunda destaca as virtudes desejadas pelo que se entende como feminialidade. Por isso, elegemos como categoria: mulher, honra e maternidade.

4.2.9.2- Mulher, honra e maternidade

Sendo assim, se, por um lado, a categoria “violência” evidencia o uso gênero para desqualificar a prefeita Fátima Pacheco, por outro, as respostas públicas aos ataques mobilizaram valores tradicionalmente associados à feminilidade como forma de reafirmação de sua legitimidade política. Nesse sentido, a estratégia discursiva utilizada por políticos que saíram em sua defesa enfatiza a honestidade, trabalho árduo e caráter íntegro, estabelecendo um contraponto direto ao discurso agressivo do vereador. Nesse sentido, o prefeito de Italva - RJ, Léo Pelanca (PL), destaca essa dimensão moral ao afirmar: *“(...) Fátima é uma pessoa honrada, digna, trabalhadeira e, acima de tudo, uma grande esposa, uma grande mãe, uma grande mulher(...)”.*

Aqui, a moralidade da prefeita não se limita à sua atuação política, mas é evocada a partir de sua vida privada, reforçando um modelo de respeitabilidade feminina que busca protegê-la contra os ataques sofridos. A estrutura da frase evidencia como a legitimidade de uma mulher na política precisa ser constantemente reafirmada por meio de atributos tradicionalmente associados ao feminino, como a honestidade, a maternidade e a posição de esposa.

Da mesma forma, o vice-governador – à época – do estado do Rio de Janeiro, Thiago Pampolha (UNIÃO BRASIL), reforça a ideia de que Fátima Pacheco deve ser respeitada não apenas como política, mas como mulher de família: *"(...)Uma liderança que construiu um legado em Quissamã e no estado do Rio de Janeiro. Fátima, além de ser uma prefeita admirada, é uma mulher de caráter, uma mulher de família, que merece respeito(...)".* O uso da expressão “mulher de família” revela um dispositivo discursivo que, mais uma vez, associa sua legitimidade política a uma identidade tradicionalmente feminina, na qual a moralidade e o comportamento pessoal são elementos essenciais para que uma mulher seja aceita socialmente.

Esse mesmo padrão aparece na fala da prefeita de Cardoso Moreira- RJ, Geane Vincler (UNIÃO BRASIL): "(...)*Fátima, você é uma grande mulher, uma grande prefeita, uma grande gestora. O povo de Quissamã te ama e todos que convivem com você sabem como você é honesta, transparente e que ama a sua população(...)"*

A repetição da palavra “grande” reforça a construção da prefeita como uma figura exemplar, moralmente irrepreensível e comprometida com o bem-estar coletivo. Além disso, enfatiza a honestidade, transparência e amor pela população, reforçando a imagem de Fátima como uma liderança confiável.

Outro elemento central na resposta aos ataques foi a recorrente evocação da maternidade como um dispositivo de autoridade moral. A maternidade foi utilizada para consolidar a prefeita como uma figura protetora, cuidadora e comprometida com a cidade, estabelecendo um paralelo entre seu papel de mãe e sua atuação como gestora. O atual prefeito de Quissamã, Marcelo Batista (PP), reforçou essa relação ao afirmar: “*Quero ser solidário à nossa prefeita Fátima, uma mulher, uma mãe, uma pessoa que sempre lutou pela transformação da nossa cidade (...)”*

A maternidade, nesse contexto, transcende o âmbito familiar e é projetada para a esfera pública, sugerindo que a prefeita cuida da cidade como cuida de seu filho, sendo, portanto, uma liderança confiável. Destaca-se que o fato de ser mãe, foi evocado antes mesmo de sua trajetória política e de suas realizações administrativas**,** funcionando como um argumento de autoridade para a prefeita ser respeitada**.** Esse ordenamento da fala não é casual: ao iniciar a defesa de Fátima Pacheco afirmando que ela é "uma mãe"**,** Marcelo Batista antecipa um critério de legitimidade que transcende a política e se ancora em um valor social.

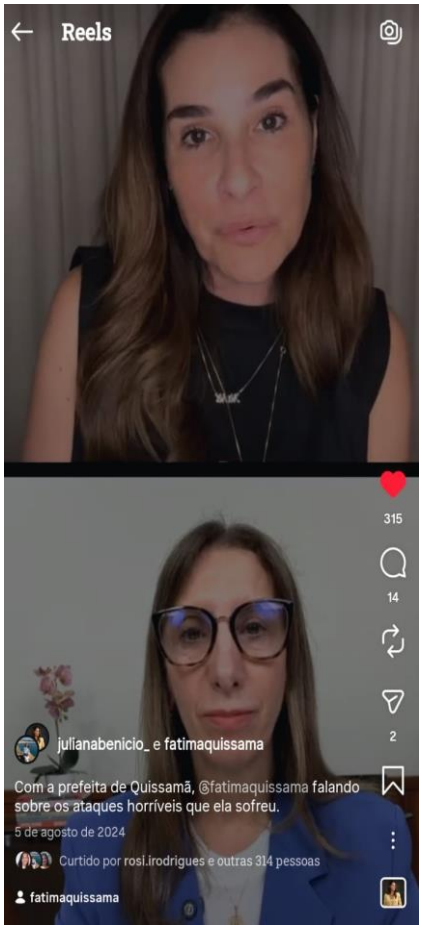
Essa mesma estratégia foi adotada em outros vídeos de apoio à prefeita, como no da vereadora eleita de Quissamã, Kitiely Freitas (PSD)**,** que declarou: *"Fátima, antes de ser prefeita, é mulher, é mãe, é irmã, é amiga e merece respeito. Todas nós, mulheres, merecemos respeito(...)".* No mesmo ínterim, A ex-vice-prefeita de Macaé, Marilena Garcia (PT): *"(...)A mulher, mãe, profissional e prefeita deste município foi seriamente agredida nos últimos dias numa convenção partidária. Misoginia é crime(...)"*. De forma semelhante, ainda, o vereador de Quissamã, Ítalo Pacheco (PP): (...) *Além de prefeita, ela é minha tia, uma mulher que lutou muito para chegar aonde chegou, sem ofender ninguém. Ela e minha mãe são mulheres corretas, assim como todas as mulheres de Quissamã(...).*

Além das declarações dos políticos, na *live* realizada no dia 05/08/2024 pela Prefeita juntamente com a Juliana Benício, presidente do CIDADANIA Mulher, também reforçou a centralidade da maternidade como um elemento da identidade política. Durante a transmissão, Benício destacou a necessidade de refletir sobre os

ataques direcionados às mulheres na política, especialmente no que concerne ao papel da mãe e como a sensibilidade delas pode humanizar a política:

> Eu acho que esse papo é para isso, né? Para as pessoas refletirem. Refletir os ataques contra a mulher, por mais que a gente veja também ataques contra o homem. A gente precisa entender o lugar da mãe na sociedade e o que é para essa mãe carregar esses ataques de uma forma que... a gente não consegue ser pedra para isso, não consegue. E isso humaniza a política, o que é necessário. Se a gente estiver aqui para isso, para mostrar que esses ataques são incompatíveis com a democracia, a gente está, né, mostrando toda a nossa sensibilidade, sim (...)

Figura 39 – Live Fátima Pacheco e Juliana Benício



Fonte: Instagram @julianabenicio_ (2024)

No mesmo sentido, a própria prefeita Fátima Pacheco reforçou essa identidade materna em sua resposta ao ataque, durante outro momento da *live*: *"Antes de ser prefeita, eu sou mãe de Lucas, casada com Serginho. Tenho uma história de trabalho e, mesmo se não tivesse essa história, essas palavras, esses*

xingamentos não deveriam ser destinados a ninguém." Ao iniciar sua fala destacando seu papel de mãe e esposa, Fátima também evoca esse modelo tradicional de feminilidade respeitável, protegendo sua imagem pública e deslegitimando os ataques sofridos, bem como fortalecendo elementos que fazem parte da sua identidade política.

À luz das análises desenvolvidas nesta subseção, as observações realizadas reforçam argumentos já apresentados no capítulo e em seções anteriores, segundo os quais o gênero opera, no interior do sistema político, como uma estrutura de expectativas, que orienta os critérios pelos quais a atuação das mulheres se torna comunicável e legitimável. Dessa forma, a recorrente mobilização da honra, da maternidade e da respeitabilidade feminina nas reações dos atores políticos aos ataques sofridos pela prefeita Fátima Pacheco evidenciam que a legitimação política das mulheres continua a depender de repertórios morais específicos, acionados de maneira sistemática quando sua presença no poder é colocada em questão. Não se trata, portanto, de escolhas individuais ou estratégias circunstanciais, mas de condições estruturais de observação, já mapeadas anteriormente, e que delimitam a aceitação das mulheres pelo sistema.

Nesse enquadramento, Lopes (2024) também pontua como o cuidado, a sensibilidade e a centralidade da família é intensificada pelo avanço do neoconservadorismo no Brasil. Ao incorporar discursos ancorados na moral cristã, na valorização da maternidade e na figura da mulher cuidadora, partidos e lideranças políticas ampliam sua capacidade de captação eleitoral, ao mesmo tempo em que reproduzem a exigência de performances generificadas como condição para a legitimidade feminina. A ambiguidade identificada por Lopes (2024) reside justamente no mesmo ponto conosco: o gênero deixa de operar apenas como barreira explícita e passa a funcionar como critério seletivo de inclusão, no entanto, profundamente condicionado por valores morais.

Assim, os elementos mobilizados nas respostas aos ataques, expressam padrões mais amplos de organização das expectativas de gênero no interior da política formal, não se classificando, portanto, em estratégias discursivas pontuais. Conforme explica Matos (2020), os estereótipos associados à figura feminina derivam de um modelo binário historicamente sedimentado, no qual tais atributos são reiteradamente mobilizados como critérios de avaliação e legitimação. Ainda que transformações sociais tenham ampliado as formas de organização de gênero,

a política formal tende a reativar esses esquemas classificatórios com maior intensidade, funcionando como um espaço de cristalização simbólica no qual a presença feminina é constantemente enquadrada por repertórios morais específicos.

Por tudo isso, a segunda categoria analisou como a resposta ao ataque foi construída com base na moralidade feminina, na maternidade e na honra, reforçando valores tradicionalmente associados às mulheres para reafirmar a legitimidade política de Fátima Pacheco. Agora, avançamos para a análise de como, desde o início, o episódio foi enquadrado em uma narrativa ampliada, na qual a prefeita não foi tratada apenas como vítima individual, mas como representante de um ataque que atingia, primeiro, todas as mulheres de Quissamã, depois, todas as mulheres na política, e, por fim, todas as mulheres em sociedade. Dessa forma, a terceira categoria, "*Mexeu com uma, mexeu com todas*", se debruça sobre essa construção discursiva e seus desdobramentos.

4.2.9.3- "Mexeu com uma, mexeu com todas"

Figura 40- Fátima convida as mulheres para um ato de resistência à violência contra a mulher



Fonte: Instagram @fatimaquissama (2024)

Desde a primeira resposta pública da prefeita Fátima Pacheco, a narrativa sobre o ataque contra ela foi ampliada, sendo enquadrada como um ataque contra todas as mulheres de Quissamã: *"(...) Quero aqui dizer que eu não vou me calar e que nós não vamos aceitar que as mulheres de Quissamã sejam atacadas, sejam xingadas, e nós não vamos aceitar que forasteiros venham para nossa cidade para nos desqualificar (...)".*

O uso do plural "as mulheres de Quissamã" despersonaliza o ataque, deslocando-o do campo individual para uma dimensão coletiva. Dessa forma, o discurso de Fátima não apenas denuncia a agressão sofrida por ela, mas constrói um enquadramento que gera empatia e identificação, ampliando a percepção da gravidade do episódio. Mais do que simplesmente afirmar que todas as mulheres estão expostas à violência, sua estratégia discursiva foi a de colocar todas naquele lugar de atacadas, como se cada uma delas estivesse sido chamada de "vagabunda", "bandida" e "ladra", o que provoca uma reação emocional imediata, incentivando a indignação e o sentimento de injustiça.

Ao fazer isso, Fátima rompeu com uma leitura que poderia restringir o ataque a uma disputa política e o transforma em uma ofensa generalizada às mulheres da cidade e, posteriormente, às políticas e a todas as mulheres da sociedade. O efeito disso gerou solidariedade e mobilização, pois nenhuma mulher quer ser reduzida a insultos misóginos, e depois, acabou por aumenta a pressão política sobre seus adversários, uma vez que o episódio não se limitou mais a um conflito partidário, mas se tornou uma questão de respeito às mulheres como um todo.

Essa mesma ideia foi sendo reforçada em diversas manifestações de apoio. A primeira delas foi realizada pela prefeita Francimara Barbosa Lemos (SOLIDARIEDADE), de São Francisco de Itabapoana, a qual também fez uso direto do slogan "*Mexeu com uma, mexeu com todas*" para enquadrar a agressão dentro de uma lógica de resistência coletiva:

> *Presto solidariedade à minha amiga e prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco. Na política não vale tudo! É inadmissível, independentemente de posições políticas e de estarmos em período de pré-campanha eleitoral, ainda termos nos dias atuais violência desse gênero! Temos que respeitar todas as pessoas, principalmente as mulheres! Repudio totalmente este tipo de agressão a uma mulher ou a um cidadão de bem! Amiga Fátima, você tem o meu apoio e todas as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, seja física*

> *ou verbal, sempre terão o meu apoio! Mexeu com uma, mexeu com todas! Juntas, somos mais fortes!*

Na época, a pré-candidata a vice-prefeita Tânia Magalhães (UNIÃO BRASIL) também adotou o lema, reforçando a necessidade de uma resposta coletiva e afirmando que a luta contra a violência política de gênero é uma responsabilidade compartilhada:

> *Nós, mulheres, em nenhum momento e em nenhum espaço podemos aceitar xingamentos, abusos e nenhum tipo de violência. A prefeita Fátima Pacheco sempre trabalhou em prol do empoderamento feminino. Me coloco aqui na defesa dessas mulheres para dizer que a justiça será feita. Mexeu com uma, mexeu com todas.*

Kitiely Freitas, por sua vez, evocou o *slogan* para destacar que todas as mulheres devem ser respeitadas, reiterando a ideia de combate as formas de violência:

> *(...) Estamos no mês de agosto, um mês que traz uma campanha muito importante para todos nós, que é o Agosto Lilás. Uma campanha que visa conscientizar toda a sociedade da importância em combatermos a violência contra a mulher. Mexeu com uma, mexeu com todas.*

Elisangela Mesquita, a qual foi candidata a vereadora do município de Italva, reforça essa mesma leitura, inserindo a violência política de gênero dentro de um contexto mais amplo de desigualdade social: *“ (...)Ataques como este que a Fátima sofreu não afetam somente ela, mas a todas nós como sociedade e democracia, nos afastando cada vez mais dos valores de respeito e igualdade que tanto buscamos. Mexeu com uma, mexeu com todas.”*

Por fim, a vereadora de São João da Barra, Soninha Pereira (PT), reafirmou o *slogan* como um chamado à união das mulheres contra qualquer tipo de violência, reforçando a necessidade de uma rede de proteção e solidariedade:*“ (...) Dizer que nós mulheres, em nenhum momento e em nenhum espaço, podemos aceitar xingamentos, abusos e nenhum tipo de violência. Mexeu com uma, mexeu com todas.”*

Já Taiga Tavares (UNIÃO BRASIL), candidata a vereadora no muncípio de Miguel Pereira na época, ao se manifestar em solidariedade à prefeita Fátima

Pacheco, reforçou a leitura do episódio não apenas como um ataque isolado, mas como parte de um padrão recorrente de violência política de gênero, que visa silenciar e deslegitimar a atuação das mulheres no espaço público.

> *(...)A violência política contra mulheres é um grave problema que tenta silenciar e deslegitimar nossa atuação nos espaços de poder. Precisamos nos unir contra essa injustiça e continuar lutando por uma sociedade onde mulheres possam liderar sem serem atacadas ou diminuídas.*

A Deputada Estadual Marina do MST (PT) reafirma essa leitura:

> *(...)Esse ataque não atinge apenas Fátima, mas todas as mulheres que lutam por espaço na política e na sociedade. Reafirmo o meu compromisso com a luta pelo protagonismo feminino e pela igualdade de gênero e reitero que nenhuma mulher deve ser calada ou desrespeitada em seu direito de ocupar espaços de poder e decisão. Nenhum passo atrás. Seguiremos em frente de mãos dadas contra o machismo e a misoginia. Força, prefeita Fátima de Quissamã, estamos juntas.*

Marcelo Batista, por sua vez, reforçou a ideia de que um ataque a uma mulher na política representa um ataque a todas da seguinte forma: *"Vieram aqui para denegrir a imagem da nossa prefeita e faltar com respeito a todas as mulheres. Porque quando falta com respeito a uma mulher, está faltando junto com todas, e eu não posso admitir, eu repudio esses atos."*

No mesmo sentido o vereador de Quissamã, Cássio Reis (PDT)**:**

> *(...)Tenho certeza de que da forma como conduzimos, pregamos o fortalecimento da mulher, o crescimento da mulher, seja ele na política ou na vida. E nós não vamos aceitar que movimentos como esse, que ataquem as mulheres do município de Quissamã, aconteçam dentro da nossa cidade.*

A ex-vereadora de Macaé, Izabella Vicente (REDE), adota uma abordagem semelhante, ampliando a agressão para todas as mulheres da cidade:*" (...)Fátima, eu faço esse vídeo em apoio e solidariedade a você, à sua trajetória, a todas as mulheres de Quissamã e a todas as pessoas que se sentiram ofendidas(...)".*

E por fim, a candidata a vereadora de Quissamã, Aline Estarneck (PP), também reforçou a identificação coletiva com a agressão sofrida por Fátima,

evidenciando como a violência política de gênero ressoa entre mulheres que enfrentam barreiras semelhantes em diferentes espaços de poder:

> *(...)Querida prefeita Fátima, venho aqui apresentar a minha solidariedade a você nesse dia tão triste para as mulheres, nesse dia em que todas nós nos sentimos atacadas junto contigo, mas eu tenho certeza de que esse episódio de violência não vai te paralisar e que vai se transformar em força para que você siga firme na direção de um país mais justo com mais respeito às pessoas, e é por isso que eu me orgulho tanto de fazer parte desse grupo.*

Além disso, durante a *live* com Juliana Benício, Fátima Pacheco enfatizou que a resposta ao ataque não partiu apenas dela, mas se tornou um movimento coletivo, com apoio de pessoas de diversas cidades e políticos de diferentes partidos. A prefeita destacou como a repercussão do caso ultrapassou os limites de Quissamã, mobilizando lideranças e provocando indignação em várias regiões:

> *Aí foi um baque. E além do incômodo, da inquietação interna, veio uma avalanche de apoio externo que talvez nem eu tivesse dimensão. Essa pauta, Juliana, tá latente. Como essa pauta é gigante! Porque eu recebi apoio de gente de Pernambuco, do estado todo, de município pequeno, e da cidade do Rio, como o ex-prefeito César Maia.*

A resposta coletiva ao episódio não se limitou às redes sociais. Como desdobramento da mobilização gerada, a prefeita Fátima Pacheco organizou um ato público de resistência à violência contra a mulher, intitulado "*Mexeu com uma, mexeu com todas: Mulheres, lutas, conquistas, resiliência*". O evento foi anunciado pela própria prefeita durante a *live* e reforçado em outras publicações em seu perfil no *Instagram*, consolidando a transição da indignação digital para uma mobilização concreta no espaço público.

4.2.9.4 - O ato de resistência

Realizado em 07 de agosto de 2024, o ato público reuniu lideranças políticas, mulheres da região e diversos apoiadores, com destaque para as pré-candidatas a vereadoras vinculadas à base governista e para o então pré-candidato à prefeitura e sucessor político de Fátima Pacheco, Marcelo Batista. Assim, o

evento foi organizado como resposta à agressão sofrida pela prefeita, convertendo um episódio ocorrido no interior da disputa política em uma manifestação pública de apoio, solidariedade e reafirmação de legitimidade.

Ao longo do ato, os discursos retomaram categorias já analisadas neste trabalho, especialmente mulher, honra e maternidade, e, desse modo, tais categorias passaram a funcionar como semântica para a interpretação do episódio. Além disso, foi exibido o vídeo da agressão, assim como das gravações de apoio à prefeita, reforçando o impacto emocional do ocorrido e contribuindo para a construção de um enquadramento público no qual a violência foi apresentada como uma agressão que extrapolava a figura individual da prefeita, atingindo as mulheres enquanto grupo social.

Figura 41- Prefeita Fátima discursando no ato “mexeu com uma, mexeu com todas”



Fonte: Facebook de Fátima Pacheco (2024)

Sendo assim, embora o episódio que motivou o ato configure, em termos de tipificação jurídica, um caso de violência política de gênero, o enquadramento predominante adotado tanto durante o evento, quanto majoritariamente nas reações, direcionou a narrativa para a violência contra a mulher em sentido mais amplo. Nesse sentido, os discursos, as falas das lideranças e os materiais exibidos

enfatizaram a inscrição do ataque em uma experiência compartilhada das mulheres e, ao mesmo tempo, mobilizaram categorias morais associadas à proteção, ao cuidado e ao respeito. Dessa forma, essa tipificação ampliou a capacidade de ressonância pública do episódio, ao traduzi-lo em uma linguagem moral socialmente estabilizada e amplamente reconhecida pela opinião pública.

Por esse contexto, o evento operou como um ato comunicativo de resistência moral, no qual o gênero foi mobilizado como recurso de agregação e identificação coletiva. Ao mesmo tempo, os discursos enfatizaram a legitimidade da presença feminina na política e reivindicaram respeito nos espaços públicos e privados, ao passo que denunciaram a naturalização de práticas violentas dirigidas às mulheres. Ademais, o ato assumiu um caráter pedagógico e de conscientização, orientando as participantes sobre as diferentes formas de violência que as mulheres podem enfrentar e sobre a importância de reconhecê-las e lutar contra elas.

Figura 42 – Mulheres com cartazes no ato de resistência



Fonte: Facebook Fátima Pacheco (2024)

Por outro lado, e de forma articulada a essa dimensão simbólica, o evento funcionou como um espaço de reafirmação da trajetória política da prefeita Fátima Pacheco. Ao destacar os avanços nas políticas públicas voltadas às mulheres implementadas ao longo de sua atuação, tanto como assistente social quanto nos cargos exercidos no Executivo e no Legislativo, o ato contribuiu para consolidar um

projeto político associado à promoção dos direitos das mulheres e, por conseguinte, para reforçar sua legitimidade enquanto liderança feminina atuante pela causa das mulheres no município.

Para além disso, um dos momentos de mais destaque no evento foi a assinatura de uma carta-compromisso pelo então pré-candidato a prefeito, e sucessor político, Marcelo Batista, ao lado da presidente municipal do partido, por meio da qual se comprometia, caso eleito, com a continuidade e ampliação das políticas públicas destinadas às mulheres. Assim, esse gesto converteu a reação ao episódio em compromisso político formal e, ao mesmo tempo, institucionalizou a resposta à violência, inserindo o tema da proteção e da promoção dos direitos das mulheres no horizonte programático da sucessão municipal.

Figura 43 – Assinatura da carta de compromisso pelo sucessor político



Fonte: Página do Facebook de Fátima Pacheco (2024)

Por tudo isso, conseguimos observar que a resposta ao ataque além de repudiar a agressão, ressignificou o episódio como um catalisador de engajamento político. Ao mobilizar o gênero como estrutura de identificação, o evento aproximou diferentes mulheres que se sentiram diretamente atingidas pela violência, independentemente de sua posição institucional, e, por isso, contribuiu para fortalecer a adesão do eleitorado feminino à campanha governista. Assim, o episódio evidencia como situações de violência dirigidas a mulheres no poder podem produzir efeitos de coesão simbólica, visibilidade pública e fortalecimento da pauta de gênero no cenário político municipal.

Figura 44- Fátima aclamada pelas mulheres em Quissamã



Fonte: Página do Facebook de Fátima Pacheco (2024)

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Fica claro, portanto, que ao longo deste capítulo analisamos a maneira pela qual o gênero opera no interior do sistema político como uma estrutura comunicativa contingente capaz de ser ativada, deslocada e reprogramada conforme as situações de observação pública, conflito e disputa simbólica. De maneira que a partir das entrevistas com as prefeitas e da análise do episódio de violência política sofrido pela prefeita Fátima Pacheco, tornou-se possível compreender o gênero como uma semântica cuja eficácia nas comunicações sistêmicas depende das condições específicas em que é mobilizada.

A noção de contingência, portanto, mostrou-se necessária para compreender quando o gênero se torna relevante, já que ao longo do material empírico, observou-

se que ele não incide de forma contínua ou homogênea sobre a atuação das prefeitas. De modo que, como vimos, em contextos institucionais mais estabilizados, como a gestão administrativa cotidiana do poder executivo, o gênero tende a permanecer em segundo plano, sendo parcialmente absorvido e influenciando nos códigos formais do poder. Já em situações de maior exposição pública, conflito político ou ruptura da normalidade comunicativa, o gênero emerge como uma diferença destacada, reorganizando os critérios de observação, julgamento e legitimação da autoridade feminina.

Nesses momentos, o gênero passa a operar como uma semântica moral capaz de reprogramar o sentido do conflito político e agir mais de modo a estruturar a promoção da exclusão no sistema político. O episódio de violência sofrido por Fátima Pacheco exemplificou de forma condensada esse processo. A agressão verbal deslocou o embate do plano programático para o da honra e da respeitabilidade, acionando repertórios sexistas historicamente associados à exclusão das mulheres do espaço público.

Esse deslocamento evidenciou como a violência política de gênero atua como mecanismo de deslegitimação simbólica, orientado à fragilização da autoridade feminina por meio da moralização do conflito, que poderia ter gerado um afastamento tanto da prefeita, quanto de outras mulheres da política.

No entanto, a resposta pública ao episódio revelou, por sua vez, a possibilidade de reprogramação semântica do gênero. Ao enquadrar a agressão como violência contra a mulher e, posteriormente, como uma experiência compartilhada por todas as mulheres, o sentido do episódio foi reorganizado de modo a ampliar sua ressonância pública. O gênero foi mobilizado como uma semântica agregadora, capaz de traduzir a violência em uma linguagem moral socialmente estabilizada e amplamente reconhecida pela opinião pública. Esse processo possibilitou a construção de identificação coletiva, solidariedade e engajamento político.

A recorrente evocação de categorias como honra, maternidade, cuidado e dignidade não pode, desta forma, ser compreendida como mera retórica circunstancial. Observa-se que ela advém de um repertório que opera como condição de inteligibilidade da liderança feminina, especialmente em contextos de contestação. Assim, ao acionar essas categorias, as prefeitas e seus apoiadores

reprogramam o sentido do gênero, convertendo-o em um recurso comunicativo legítimo de defesa, resistência e reafirmação política.

É fundamental esclarecer, contudo, que a mobilização do gênero observada ao longo deste capítulo não deve ser interpretada como uma escolha estratégica oportunista das prefeitas, nem como aquilo que, em leituras moralizantes, poderia ser denominado uma “cartada de gênero” (Lopes,2024). Tal interpretação deslocaria indevidamente a análise para o plano da intenção individual, obscurecendo o caráter sistêmico do fenômeno. Como argumentado ao longo do trabalho, não são somente as mulheres que escolhem livremente mobilizar o gênero; é o próprio sistema político que impõe formas pelas quais a ação feminina pode se tornar visível, compreensível e legítima. A denúncia da violência, longe de representar um ganho automático, envolve altos custos emocionais, simbólicos e institucionais, e se dá em um contexto no qual o silenciamento ainda aparece, para muitas mulheres, como estratégia de autoproteção (Lopes, 2024).

Por todo esse contexto, o conjunto das análises permite afirmar que o gênero além de atuar como fator de desigualdade ou obstáculo à participação política das mulheres, funciona, sobretudo, como uma semântica criada por uma estrutura contingente. Sua mobilização, então, responde às exigências do contexto e às condições de observação pública, podendo ser acionada para deslegitimar, mas também para recompor posições, fortalecer identidades e reorganizar alianças. Desta forma, a partir da contingência das estruturas, tudo sempre pode ser diferente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, proponho um retorno ao começo: voltemos, então, a epígrafe[44] que abre esta dissertação e atravessa latentemente todo o percurso analítico aqui desenvolvido. Por óbvio que não como uma norma, mas no mesmo sentido do que neste trabalho pôde ser observado. Haja vista que ao longo desta pesquisa, tornou-se possível acompanhar como a presença das prefeitas do Norte Fluminense, por meio da construção das suas identidades políticas, contribuem para a modificação das semânticas das comunicações sistêmicas. Não se trata aqui de gestos espetaculares de ruptura, o que observamos são movimentos contínuos de ocupação, permanência e reconhecimento, nos quais o gênero se torna politicamente legível e socialmente eficaz.

As trajetórias das prefeitas revelam que a construção da identidade política se dá na relação constante com expectativas já estabilizadas, as quais são reinterpretadas, ajustadas e reinscritas na prática cotidiana da imagem política. Nesse processo, o gênero assume a forma de um capital simbólico, acumulado na experiência, na visibilidade pública e na confiança construída ao longo do tempo, passando a integrar a memória do sistema político como possibilidade legítima de exercício do poder. À medida que essas mulheres governam, decidem, erram, acertam, permanecem e até mesmo elegem sucessores, o sistema aprende com sua presença, amplia seus repertórios e reordena – ainda que lentamente – as semânticas por meio das quais a autoridade política é reconhecida, e o poder é efetivamente exercido. Assim, é durante esse aprendizado gradual, tecido na repetição das experiências e na sedimentação das expectativas, que o sistema político começa a se modificar como resultado histórico da presença continuada das mulheres.

Nesse sentido, retomando o objetivo geral desta pesquisa, buscou-se compreender de que maneira as prefeitas do Norte Fluminense mobilizam o gênero na construção de suas identidades políticas. As análises realizadas permitem afirmar que o gênero não se manifesta como uma essência feminina nem como um princípio inexorável de subordinação. O que se evidencia é um processo mais aberto e contingente: o gênero opera como uma diferença social historicamente construída,

[44] “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, muda a política” Michelle Bachelet (Ex-presidenta do Chile).

incorporada às expectativas que orientam a observação pública e comunicativamente processada no interior do sistema político. Essas expectativas, por vezes, se expressam em desigualdades, desrespeitos e violências, mas não se esgotam nesses efeitos. A mesma estrutura que condiciona exclusões também organiza possibilidades de reconhecimento. Trata-se, portanto, de uma forma de diferenciação que pode ser deslocada, reinterpretada e transformada no curso da prática cotidiana, indicando que a condição das mulheres nesse ambiente não constitui um destino fixado, mas uma configuração sempre contingente.

Desta maneira, a primeira contribuição deste trabalho consiste em aprofundar a ideia do gênero como uma estrutura comunicativa contingente, que organiza expectativas sobre competência, legitimidade, moralidade e autoridade. De forma que, como vimos, essa estrutura se manifesta tanto nas interações cotidianas quanto nos discursos públicos, funcionando como um esquema de observação compartilhado por atores políticos, instituições, mídia e opinião pública. Assim, as prefeitas são observadas tanto como gestoras ou lideranças políticas, como também enquanto mulheres, e essa condição atravessa permanentemente a forma como suas atuações são interpretadas e avaliadas.

A partir da teoria dos sistemas sociais luhmanianna, então, foi possível avançar na análise ao deslocar o foco da explicação da desigualdade de gênero para o modo como o sistema político processa essa diferença. O sistema político opera segundo o código poder/não poder e seleciona continuamente quem pode ser reconhecido como portador legítimo de autoridade. Nesse processo seletivo, além de ocupar formalmente o cargo: é necessário dispor de recursos simbólicos, institucionais e relacionais (os capitais) que sustentem essa posição no interior do sistema. Assim, os dados analisados demonstram que as prefeitas do Norte Fluminense conseguem, de maneira recorrente, converter o gênero em um recurso comunicativo eficaz, operando-o como uma forma de capital simbólico. Ao mobilizarem semânticas associadas ao cuidado, à proximidade com a população, à escuta e à moralidade, essas lideranças tornaram, ao longo de suas trajetórias, o feminino politicamente inteligível e legítimo, ajustando suas performances às expectativas disponíveis no ambiente político. O gênero, nesse contexto, deixa de operar apenas como marca de desvantagem e passa a funcionar, de modo contingente, como um recurso de inclusão e reconhecimento.

A partir disso, podemos tensionar leituras recorrentes na literatura que interpretam a presença das mulheres no poder como necessariamente subordinada a estruturas familiares, assistencialistas ou religiosas, frequentemente avaliadas como entraves à autonomia política feminina. Parte dessas abordagens parece pressupor que a emancipação das mulheres exigiria a ruptura com as próprias fontes de capital político que viabilizaram seu acesso, e por vezes, permanência no poder. Todavia, tais expectativas ignoram o funcionamento concreto do sistema político, no qual nenhum ator ingressa ou se mantém sem acionar redes, alianças, reputações e recursos socialmente reconhecidos.

Sendo assim, fica claro, que as prefeitas analisadas não aparecem como figuras politicamente diminuídas por utilizarem tais recursos. O que na verdade, acontece, é que elas buscam operar dentro das condições estruturais disponíveis, ressignificando-as seletivamente. Não se observa, portanto, a masculinização como chave para a conquista do poder, tampouco a recusa de determinados estereótipos atribuídos ao feminino, mas a capacidade de mobilizar atributos socialmente construídos como femininos de modo politicamente eficaz.

Da mesma maneira, devemos destacar o papel da opinião pública como espaço no qual o sistema político observa a si mesmo. É nesse ambiente que se definem os limites do que pode ser tornado publicamente aceitável ou criticável. As prefeitas constroem suas identidades políticas antecipando reações possíveis da opinião pública, apoio, rejeição, ridicularização ou admiração, e ajustam suas performances a esse horizonte de observação. Essa dinâmica evidencia que a identidade política é uma construção comunicativa orientada por expectativas socialmente generalizadas.

Nesse contexto, também destacamos a moral atuando como uma forma de comunicação que perturba o funcionamento do sistema político. Ao introduzir distinções de estima/desestima, ela desloca a observação da política do plano das decisões para o julgamento das pessoas, interferindo na forma como determinadas atuações se tornam publicamente aceitáveis. Quando atravessada pela estrutura de gênero, essa perturbação incide com maior intensidade sobre as mulheres no exercício do poder, reforçando expectativas morais específicas e ampliando os custos simbólicos da exposição pública. Ainda assim, trata-se de uma perturbação variável, cuja força diminui à medida que a autoridade política feminina se estabiliza.

Por tudo isso, finalmente se considera que sim: quando muitas mulheres entram na política, muda a política, pois apesar de as trajetórias aqui analisadas demostrarem que a presença feminina no poder se constrói em meio a julgamentos, tensões e exposições permanentes, governar como mulher implica lidar com expectativas morais, leituras estereotipadas e tentativas recorrentes de enquadramento. Ainda assim, é justamente nesse terreno instável que algo se acumula. Cada mandato exercido, cada decisão tomada, cada permanência no cargo sedimenta a ideia de que mulheres podem ocupar o poder de forma contínua, eficaz e reconhecível. Mesmo quando acionam repertórios já conhecidos, essas lideranças deslocam seus sentidos ao inscrevê-los na autoridade, na decisão e na responsabilidade pública. O feminino, longe de permanecer como marca de fragilidade, passa a integrar a gramática do poder. E o que fizemos não foi apontar para o desaparecimento das desigualdades, mas para a consolidação de mulheres poderosas no interior de um sistema político que, lentamente, aprende a reconhecê-las como parte legítima de si.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. **As experiências do feminino na política: percepções e atuações de prefeitas paraibanas.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2017. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/1325/3/COSMA%20RIBEIRO%20DE%20ALMEIDA%20-%20TESE%20PPGCS%20CH%202017.pdf . Acesso em: 27 maio.2024.

ALVES, José Eustáquio Diniz; Pinto, Céli Regina Jardim; Jordão, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 520 p. ISBN 978-85-66557-00-8. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3337/2012_alves_mulheres_eleicoes_2010.pdf?sequence=8&isAllowed=y . Acesso em: 27 maio.2024.

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero:** mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, p. 193-215, 2005.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013. Acesso em: 25 dez.2025.

AVELAR, Lúcia. **As mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP, 2001.

BARBOSA, Claudia Faria de. ***As mulheres na política local:*** *entre as esferas pública e privada.* 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa Portugal: Edições 70, 2011.

BARREIRA, Irlys Alencar F. Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. **Dados, Rio de Janeiro**, v. 36, n. 3, p. 441-468, 1993.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. ***Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.*** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. ***O segundo sexo:*** *a experiência vivida.* Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, **1967b**.

BEAUVOIR, Simone de. ***O segundo sexo:*** *os fatos e os mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, **1967a**.

BELLOZO, Edson. **A Mulher na Política Brasileira**: Um Estudo da Sub-representação Feminina. dissertação do curso de mestrado, apresentado na Universidade de Londrina, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-

1939/decreto-21076- 24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 09 out.2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quissamã (RJ) – Panorama.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/panorama. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São João da Barra (RJ) – Cidades e Estados.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-joao-da-barra.html. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.** Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para dispor sobre propaganda eleitoral, prestação de contas, entre outros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.165 de 29 de setembro de 2015**. Altera as Leis n º 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 09 out.2025.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm. Acesso em:09 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. ***Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Geane Vincler.*** **Eleições 2024**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/RJ/2045202024/190002134747/2024/58068. Acesso em: 5 out. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA. **Câmara de São João da Barra vai homenagear prefeita Carla Caputi com a Medalha Barão de Barcelos dia 17/06.** São João da Barra, 15 jun. 2021. Disponível em: https://www.camarasjb.rj.gov.br/noticias/camara/camara-de-sao-joao-da-barra-vai-homenagear-prefeita-carla-caputi-com-a-medalha-barao-de-barcelos-dia-17-06/1029/. Acesso em: 2 out. 2025.

CAMARGO, Carla Souza. Entre partidos políticos, facções, redes e famílias: o que são os grupos políticos no sertão de Pernambuco?. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 23, n. 23, p. 11-27, 2014.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. Glosario sobre la teoría Social de Niklas Lukann. **México: Anthropos, Universidad Iberoamericana, Iteso**, 1996.

DUTRA, Roberto. La construcción sistémica de las estructuras de desigualdad social. Wayra, **La Plata**, v. 1, e003, 2024. ISSN 2008-8798. Disponível em: https://doi.org/10.24215/30088798e003. Acesso em: 27 out. 2025.

DUTRA, Roberto. O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 547-561, 2014.

DUTRA, Roberto. **Teoria sistêmica das desigualdades sociais.** Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

FALCÃO, Maria Ana Clemente**. Lugar de Mulher é na Política:** Impactos da Eleição de Mulheres Prefeitas no Brasil. 2019. 50 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2019/UFRJ_IE_PPGE_Maria_Falcao_Lugar_de_Mulher_e_na_Politica.pdf . Acesso em: 08 abr.2024.

FARÍAS, Raúl Zamorano; CORSI, Giancarlo; CARRASCO, Rogelio Salgado. **Prólogo**. In: LUHMANN, Niklas. Mujeres, hombres y George Spencer Brown. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Ediciones La Biblioteca, 2015. p. 7–11.
FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 347-362, 2006.

FREITAS, Viviane Gonçalves. ***Dilma lá: a construção da imagem de mulher como estratégia político-eleitoral no segundo turno da campanha para presidente de 2010***. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Comunicacao_FreitasVG_1.pdf . Acesso em: 06 dez.2025.

GATTI, B. A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente:** psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

HOLTZ-BACHA, Christina. Quem cuida das crianças?: a representação das mulheres do alto escalão político pelos media.Tradução de Isabele Mitozo. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 45-60, jul./dez. 2013.
I
nstituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cardoso Moreira (RJ).** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/cardoso-moreira.html. Acesso em: 02 out. 2025.

KROOK, Mona Lena. Violence against Women in Politics. New York: Oxford University Press,2020.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO-SANÍN, Juliana. **Género y violencia política en América Latina: conceptos, debates y soluciones**. *Política y Gobierno*, v. 23, n. 1, 2016b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317436857_Genero_y_violencia_politica_en_America_Latina_Conceptos_debates_y_soluciones. Acesso em: 22 dez. 2025.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO-SANÍN, Juliana. **Violence against women in politics: a defense of the concept**. *Política y Gobierno*, v. 23, n. 2, 2016a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317436167_Violence_Against_Women_in_Politics_A_Defense_of_the_Concept. Acesso em: 22 dez. 2025.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil . Editora Companhia das Letras, 2012.

LOPES, Twig Santos. Violência política contra as mulheres. Mórula Editorial, 2024

LUHMANN, Niklas. A opinião pública. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). ***Comunicação e Sociedade***. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
LUHMANN, Niklas. **La política como sistema.** Traducción de Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana / Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2005.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. Traducción de Javier Torres Nafarrate; bajo el cuidado conceptual de Darío Rodríguez Mansilla; revisión estilística de Marco Ornelas Esquinca y Rafael Mesa Iturbide. 1. ed. en español. México: Editorial Herder, S. de R.L. de C.V., 2006.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Universidade de Brasília, 1980.

LUHMANN, Niklas. **Mujeres, hombres y George Spencer Brown.** 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Ediciones La Biblioteca, 2015.

LUHMANN, Niklas. **A opinião pública**. In: ESTEVES, João Pissarra (org.). ***Comunicação e sociedade.*** 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Poder:** introducción de Darlo Rodríguez Mansilla. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santiago de Chile: Instituto de Sociología. Pontificia Universidad Católica de Chile, 1995.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais:** esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Vozes, 2016.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos estudos CEBRAP**, p. 115-127, 2013. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/nec/a/qFr5XPcbRDwXjhRRkxLr6Qz/?lang=pt. Acesso em: 11 nov.2025.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf. Acesso em: 11 nov.2025.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARCHI, Júlia de. **Gestão em um contexto de crise: a percepção de mulheres prefeitas no enfrentamento da pandemia de COVID-19**. Dissertação (Mestrado em Adminstração) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11314903#. Acesso em: 08 abr.2024.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista. Desafios à consolidação da democracia in: BIROLI, Flávia et al. (Ed.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Editora da Unicamp, 2020.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos:** um estudo sociológico das tendências oligárquicas da democracia moderna. Brasília: Editora da UnB, 1982.
MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; FONTENELLE, Alana. Antifeminismo como identidade política: o caso da deputada Chris Tonietto. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 183–209, 2024. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2024.222385. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/article/view/222385.. Acesso em: 17 dez. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Editora Vozes, 2019.

NAFARRETE, Javier Torres. Galáxias de comunicação: o legado teórico de Luhmann. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 144-161, 2000.

NOIX PODCAST. **Yara Cinthia** - Noix Podcast - #131 [vídeo]. YouTube, 2 set. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pXWInCGhlYc. Acesso em: 2 out. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: Palmeira, M.; Goldman, M**. Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Contexto, 2007.
Prefeitura de Cardoso Moreira. **Prefeito.** Disponível em: https://www.cardosomoreira.rj.gov.br/site/secretaria/prefeito/20. Acesso em: 02 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Prefeita Fátima Pacheco participa de evento sobre "Mulheres no Poder" com a primeira-dama Janja e ministras em Brasília.** Quissamã, RJ: Prefeitura Municipal de Quissamã, 23 mai. 2024. Disponível em: https://quissama.rj.gov.br/prefeita-fatima-pacheco-participa-de-evento-sobre-mulheres-no-poder-com-a-primeira-dama-janja-e-ministras-em-brasilia/. Acesso em: 9 set.2025.

PUTNAM, R. **Bowling Alone:** the Collapse and Revival of American Community. New York: Simon and Shuster, 2000.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 15, p. 306-332, 2009.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SILVA, Artur Stamford da. **10 lições sobre Luhmann.** Petrópolis: Vozes, 2016.

SILVA, Roberta Cristina Eugênio dos Santo. **As prefeitas negras no Brasil e a violência política de gênero:** um ensaio sobre desigualdade de gênero, violência política e raça. 111p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7829554 .Acesso em: 06 abr.2024

SOUZA, Marileuza Rosa. **Memória, desafios e trajetórias de professoras que exerceram cargos eletivos em Dom Aquino**. 2019. 266 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7649239. Acesso em: 06 abr.2024.

TARRÉS, María Luisa. A propósito de la categoría género: leer a Joan Scott. **Estudios sociológicos**, p. 3-26, 2013.

TILLY, Charles. **La desigualdad persistente / Durable Inequality.** Tradução: Horacio Pons. Revisão técnica: Claudio Benzecry. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000. ISBN 987-500-049-3.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas das eleições. Disponível em: https://www.tse.jus.br/estatisticas. Acesso em: 5 jan. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE Mulheres**. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em: 5 jan. 2025.

WEIß, Anja. Diferenças que fazem a diferença: situação de classe nas teorias de Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann. In: DUTRA, Roberto; BOELSCHAT, João (orgs.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 75-103.

LINKS ÚTEIS E POSTAGENS DE REDES SOCIAIS

AZEREDO, Francimara. ***Poderia ser essa foto nas urnas… mas esse ano a foto vai ser essa!*** Instagram: @francimara.azeredo 14 ago. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-qgdv5xDJH/\>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BATISTA, Marcelo. **Presto minha solidariedade a prefeita Fátima, uma gestora que trabalha diariamente pelo bem de Quissamã.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @marcelobatistaofc. Disponível em: https://www.instagram.com/marcelobatistaofc/reel/C-RTz_1u7z4/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

BENÍCIO, Juliana. **Com a prefeita de Quissamã, @fatimaquissama falando sobre os ataques horríveis que ela sofreu.** Niterói-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @julianabenicio_. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-To0T2xf9x/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

BENÍCIO, Juliana. **Live Especial Hoje!** **Convido todos para uma conversa importante com a prefeita de Quissamã, hoje, segunda-feira, 05/08, às 20h. .** Niterói-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @julianabenício_. Disponível em: https://www.instagram.com/julianabenicio_/p/C-SsSIWxeT_/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

BITTENCOURT, Jair. **Gostaríamos de expressar nosso repúdio aos ataques injustos sofridos pela nossa grande amiga e prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco.** Rio de Janeiro, 5 ago. 2024. Instagram: @jairbittencourtoficial. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-TJgQeS_io/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

CAPUTI, Carla. **Quero prestar minha solidariedade à amiga prefeita Fátima Pacheco, de Quissamã, que foi covardemente agredida com palavras de baixo calão por um adversário.** São João da Barra-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @prefeitacarlacaputi. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-TObDYSpWL/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASTILHO, Juliana. **NOTA DE REPÚDIO Hoje eu venho aqui manifestar a minha indignação com a agressão verbal sofrida pela prefeita de QUISSAMÃ, Fátima Pacheco.** Italva-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @juliana_castilho_itv. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-

VyBSiSAYo/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

CERQUEIRA, Lucas. **Política não se faz desse jeito! Força prefeita @fatimaquissama estamos com você!.** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @lucascerqueira.oficial. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-U8rCeRBc1/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

CINTHIA, Yara. ***Quem quer um futuro ainda melhor para as nossas crianças quer [imagem]***. Instagram: @yara.cinthia. São Francisco de Itabapoana, 4 out. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAthzGdxL4Q/. Acesso em: 24 jan. 2026.

COSTA, Isabella Mudesto Dias. **Discursos de ódio às candidatas mulheres no ambiente digital:** os casos das prefeitas mineiras Elisa Araújo, Margarida Salomão e Marília Campos. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16016. Acesso em: 08 abr.2024

ESTANECK, Aline. **“O machismo veste jaleco e a misoginia é uma caça às bruxas.”.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @alineestaneck. Disponível em: https://www.instagram.com/alineestaneck/reel/C-S9haGO0IU/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

FREITAS, Kitiely. **Minha solidariedade a Prefeita Fátima!.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @kitielyfreitas. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-TMyXMOo7L/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

GAROTINHO, Wladimir. **Minha solidariedade a Prefeita Fátima Pacheco de Quissamã, covardemente atacada e ofendida por políticos sem caráter. Por coincidência, do mesmo grupo que veio a Campos ofender a mim e a minha esposa.** Campos dos Goytacazes-RJ, 4 ago. 2024. Instagram: @wladimirgarotinho. Disponível em: https://www.instagram.com/wladimirgarotinho/reel/C-RIWi3uxmW/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

GORINI, Silvestre José. **Deixo a minha solidariedade e apoio à amiga, prefeita de Quissamã e presidente do Cidennf, Fátima Pacheco.** Varre-Saí-RJ, 8 ago. 2024. Instagram: @drsilvestregorini. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-a87bPy9MP/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

LEMOS, Francimara Azeredo de Barbosa. **Presto solidariedade a minha amiga e prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco.** São Francisco de Itabapoana-RJ, 4 ago. 2024. Instagram: @francimara.azeredo. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-RFMnCsN2L/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

MAGALHÃES, Tânia. **Ao decorrer dos anos, nós mulheres temos enfrentando desafios em diversos aspectos de suas vidas, seja na esfera política, social, econômica ou cultural.** Quissama-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @tania44magalhaes. Disponível em: https://www.instagram.com/tania44rmagalhaes/reel/C-StL78On_W/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

MESQUITA, Elisangela. **Na noite do último sábado nossa amiga Fátima Pacheco, prefeita de Quissamã foi duramente atacada com palavras absurdas e infundadas.** Italva-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @enfermeiraelisangelamesquita. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-TOJq5Bjdy/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

MORUMBI, Josiane. **A violência política de gênero contra nós mulheres é um crime grave que dificulta e muitas vezes impede o exercício pleno do direito de participação na política.** Campos dos Goytacazes-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @josianemorumbi. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-TnJKZOfoj/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Grande deputada @rjlauracarneiro obrigada pela solidariedade! Vamos juntas dando voz as mulheres e quebrando barreiras das mulheres na politica.** Quissamã-RJ, 7 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-WIJI1OM-Q/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada meu amigo @andrececiliano por todas as palavras de solidariedade! Vamos juntos combater essa politica suja que não combina com a nossa população de Quissamã, com a do nosso estado e nem de todo o nosso País!.** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-VqZ4Ru9mJ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada minha grande amiga @garcia.marilena. Sei o quanto lutou para as mulheres terem voz e hoje continuaremos na luta dando voz as mulheres de toda nossa região. Vamos juntas!.** Quissamã-RJ, 8 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-Ykw9lu6Li/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada pela mensagem e solidariedade @doutorluizinho, deputado federal! Vamos seguir firmes na luta dando voz as mulheres!** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-UxzSxue9-/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fatima. **Obrigada pela solidariedade vereador e ex-prefeito do Rio @cesarmaia, pai do grande amigo @rodrigomaiarj e da @danimaia. Essa luta é de todos e todas!.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/fatimaquissama/reel/C-SwYngOiiw/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada querido amigo e vice-governador, @thiagopampolha.rio pelas palavras e solidariedade a mim e a todas as mulheres de Quissamã. Essa luta é de todos e todas..** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/fatimaquissama/reel/C-SM1y2OaEs/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada vereadora e grande amiga @izabellavicente pela solidariedade e palavras. Vamos juntas dar vozes as mulheres da nossa região!.** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-VOu-luhXE/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Quissamã é reconhecida pelo seu modo acolhedor, alegre e respeitoso com todos.** Quissamã-RJ, 4 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CQvbWmscgu/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Tenho convite especial a todas as mulheres de Quissamã e da nossa região, para um ato de resistência à violência contra a mulher. Hoje (quarta-feira), às 17h30 no Espaço Viva Mais. Você é a nossa convidada especial..** Quissamã-RJ, 7 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/fatimaquissama/reel/C-XVJnoub7o/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

PACHECO, Italo. **É muito triste ver atos como o que ocorreu no último sábado, quando minha tia e prefeita Fátima foi agredida verbalmente por um vereador de São Gonçalo, sendo chamada de palavras totalmente horríveis como ladra, bandida e vagabunda.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @italopachecodc. Disponível em: https://www.instagram.com/italopachecodc/p/C-RSt2IuOgl/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

PACHECO, Fátima. **Obrigada meu amigo deputado federal @lindberghfarias pelo apoio e solidariedade! Não nos calaremos mediante a ameaças e a violências. Vamos permanecer firmes dando voz as mulheres do nosso país.** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @fatimaquissama. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-Tde9FuwRy/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

PEREIRA, Sonia. **Minha querida amiga e companheira @fatimaquissama.** São João da Barra-RJ, 7 ago. 2024. Instagram: @soninha.sjb. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-V5LoKSwY2/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

QUISSAMÃ (RJ). Prefeitura de Quissamã. Prefeita Fátima Pacheco participa de evento sobre “Mulheres no Poder” com a primeira-dama Janja e ministras em Brasília. *Quissamã*, 23 maio 2024. Disponível em: https://quissama.rj.gov.br/prefeita-fatima-pacheco-participa-de-evento-sobre-mulheres-no-poder-com-a-primeira-dama-janja-e-ministras-em-brasilia/. Acesso em: 24 jan. 2026.

RANGEL, Leonardo Orato. **Olá meus amigos! □□ Hoje quero dar um grande abraço e prestar minha solidariedade a amiga @fatimaquissama , prefeita de Quissamã e presidente do @cidennf e dizer que repudio veementemente qualquer forma de agressão, seja física ou verbal.** Italva-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @leopelanca. Disponível em: https://www.instagram.com/leopelanca/reel/C-SduRxuxM8/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

REIS, Cássio. **Venho através desse vídeo, demostrar o meu repúdio a todo e qualquer desrespeito a mulher. Minha solidariedade a prefeita @fatimaquissama.** Quissamã-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @cassioreeis. Disponível em: https://www.instagram.com/cassioreeis/reel/C-S8D5xuyk2/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

SANTOS, Lúcia Marina dos. **Minha total solidariedade à prefeita Fátima, vítima de ataques verbais na convenção da oposição bolsonarista em Quissamã.** Rio de Janeiro, 7 ago. 2024. Instagram: @marinadomst. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-X0OnLpufy/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, Valdeí. **Gostaria de expressar meu repúdio aos ataques injustos sofridos pela nossa prefeita Fátima Pacheco.** Quissamã-RJ, 6 ago. 2024. Instagram: @valdeidecaxias. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-TV_aOuytY/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 10 ago. 2024.

SOUZA, Vinícius. **Quem é a mulher eleita pela quarta vez em prefeitura do interior do Rio de Janeiro.** O Globo, Rio de Janeiro, 17 nov. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/quem-a-mulher-eleita-pela-quarta-vez-em-prefeitura-do-interior-do-rio-de-janeiro-24775751. Acesso em: 4 set. 2025.

TAVARES, Taiga. **Quero expressar minha total solidariedade à prefeita Fátima, de Quissamã, que tem enfrentado ataques e insultos injustos da oposição.** Miguel Pereira-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @taigatavares. Disponível em: https://www.instagram.com/taigatavares/p/C-RNZWDRg7u/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024.

Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Geane Cordeiro Vincler. Eleições Municipais 2024. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/RJ/2045202024/190002134747/2024/58068. Acesso em: 24 jan. 2026.

VINCLER, Geane. ***Ela é querida, atenciosa e trouxe a liberdade para o nosso povo.*** Instagram: @geanevincler., 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DAofnzpN-wu/\>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VINCLER, Geane. ***Eu tenho várias versões.*** Instagram: @geanevincler 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DR2IWUHmC6a/\>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VINCLER, Geane. **Venho através desse vídeo, demostrar o meu repúdio a todo e qualquer desrespeito a mulher. Minha solidariedade a prefeita @fatimaquissama .** Cardoso Moreira-RJ, 5 ago. 2024. Instagram: @geanevincler. Disponível em: https://www.instagram.com/geanevincler/reel/C-S2yr5uTv_/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 11 ago. 2024

APÊNDICE A- Roteiro das entrevistas

1-Dados Pessoais:

Podemos começar com uma breve introdução sobre você? Nome completo, idade, formação acadêmica, e talvez um pouco sobre sua família e sua cidade natal.

2- Trajetória Pessoal e Profissional:

a- Poderia contar um pouco sobre sua trajetória pessoal e profissional antes de ingressar na política?

b- Quais foram as experiências ou eventos significativos que moldaram sua jornada até aqui?

3- Sobre a Trajetória Política:

c- Qual foi a motivação por trás de sua entrada na política?

d- Quais foram os principais desafios e obstáculos que você enfrentou ao longo de sua carreira política?

e- Você acredita que ser mulher na política apresenta vantagens ou desvantagens?

f- Como é sua relação com os partidos políticos?

g- Como você se define ideologicamente?

h- Qual é sua relação com seus colegas do sexo masculino dentro da política?

i- E com os eleitores homens?

j- Como você acha que sua presença como mulher na política influencia socialmente e politicamente?

k- Qual é sua visão sobre a diferença na participação política entre homens e mulheres, e que políticas públicas você acredita que deveriam ser implementadas para incentivar mais mulheres a participarem da política?

l- Qual é a relação entre política e sua vida pessoal?

m- Como você enxerga a relação entre política e família?

n- De que forma a política se entrelaça com outras áreas de sua vida pessoal e profissional?

o- Como você equilibra seu tempo entre vida pessoal e política?

p- Existe alguma relação entre sua trajetória profissional anterior e sua atuação na política?

q- A religião desempenha algum papel em sua participação política? Se sim, de que maneira?